

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CÉLIA NEVES FÉLIX

**O HORÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO E O PAPEL DA
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**TRÊS LAGOAS/MS
2022**

CÉLIA NEVES FÉLIX

**O HORÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO E O PAPEL DA
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, como exigência para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Formação de Professores e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Luiz Pereira

**TRÊS LAGOAS/MS
2022**

CÉLIA NEVES FÉLIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Campus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Tarcísio Luiz Pereira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Presidente

Profa. Dra. Mariana Esteves de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro Interno

Profa. Dra. Camila Alberto Vicente de Oliveira
Universidade Federal de Jataí
Membro Externo

Prof. Dr. Paulo Fioravante Giaretta
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro Suplente da Banca

Três Lagoas, 11 de julho de 2022.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação especialmente a minha mãe, Cidalécia Pereira Neves (*in memoriam*), exemplo de esperança, coragem, perseverança e fé. Mulher simples que transpôs barreiras, derrubou muralhas e obteve inúmeras conquistas. Mesmo sem quase ter frequentado uma escola; tinha a visão que a educação tem o verdadeiro poder de transformar as pessoas.

Ao meu pai, Doraci Neves, homem honesto e trabalhador, por toda confiança e liberdade que tive e me oportunizou escolher os melhores caminhos.

Ao meu esposo, Jocélio Félix, por ser o amor da minha vida e estar sempre ao meu lado tornando a minha vida mais feliz!

As minhas queridas irmãzinhas, Sandra e Silvia, mesmo distantes, sempre juntas.

E aos amados sobrinhos, Alawara Sophia, Aila Safia, Anna Sarah e Aurus César, unidos pelos laços familiares e inseparáveis pelo coração!

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir chegar até aqui.

Aos meus pais que me proporcionaram esse caminho de conquistas.

Ao meu esposo por compreender a minha vontade, por todo amor e companheirismo em todos os momentos.

As minhas irmãs pelo incentivo e torcida constante; por estarem presentes em minha vida e vibrarem com minhas conquistas.

Ao meu orientador, Professor Dr. Tarcísio Luiz Pereira, por acreditar que eu seria capaz de realizar esse sonho, pela inestimável parceria nessa caminhada, por sua competência, dedicação e principalmente por ser um profissional brilhante do qual posso chamar de amigo.

As examinadoras Professora Dra. Camila Alberto Vicente de Oliveira e Professora Dra. Mariana Esteves de Oliveira pelo carinho das palavras recebidas, competência e todo conhecimento compartilhado comigo. Pelas excelentes contribuições e sugestões pontuais que foram essenciais para o enriquecimento do meu trabalho e fundamentais para reorganização da minha dissertação.

A UFMS por possibilitar a realização desse sonho e ao corpo docente do Programa de Mestrado campus de Três Lagoas: Professora Dra. Carla Busato Zandavalli, Professor Dr. Paulo Fioravante Giareta, Professora Dra. Silvia Adriana Rodrigues e ao Professor Dr. Christian Muleka Mwewa.

As colegas Coordenadoras Pedagógicas da Rede de Ensino Municipal de Andradina, que disponibilizaram um tempo para participaram dessa pesquisa e pelas reais contribuições.

Aos professores da Rede de Ensino Municipal de Andradina pela importante colaboração.

A Secretaria Municipal de Educação, por sempre responder as minhas solicitações, esclarecendo dúvidas, enviando documentos e por todas as informações prestadas.

A todas as pessoas que conheci, com as quais aprendi e contribuíram para minha formação.

“A mudança de qualquer pessoa nunca é simples, conseqüentemente, a mudança que se pede aos professores na formação não é simples, mas sim, um processo complexo.”

Francisco Imbernón

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar o Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS), a partir de 2013 e compreender o papel da coordenação pedagógica neste espaço. Nesse sentido, a problematização da investigação indaga como se deu o processo de implantação e implementação do HFCS; se ele favorece um processo de construção permanente de conhecimento e de desenvolvimento profissional; quais seus reflexos na formação docente e qual o papel da coordenação pedagógica nestes processos? Para tanto, elegeu como *lócus* seis escolas públicas do município de Andradina/SP, nas quais foram realizadas - por meio de pesquisa qualitativa, pautada no método dialético, com ancoragem na análise de conteúdo e documental - entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras pedagógicas. Para um melhor entendimento deste processo a investigação se fundamentou em autores como: Domingues (2009), Teixeira (2020), Imbernón (2009), Saviani (2009), Bardin (2016) e em legislações pertinentes ao tema. Os resultados demonstram que o Horário de Formação Continuada em Serviço, vem sendo caracterizado pela instrumentalização da formação docente e treinamento em serviço. Este horário, exercido sob a égide da supervisão, fiscalização e controle, deixa de cumprir seu principal objetivo, que é aprimorar a prática docente através da formação continuada dos professores. Espera-se, assim que este trabalho colabore com os aperfeiçoamentos necessários ao Horário de Formação Continuada em Serviço e reavive discussões pertinentes sobre o papel da coordenação pedagógica na formação docente.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica; Horário de Formação Continuada em Serviço; Formação de professores.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the Continuing In-Service Training Schedule (HFCS), as of 2013, and to understand the role of pedagogical coordination in this space. In this sense, the problematization of the investigation asks how the process of implantation and implementation of the HFCS took place; whether it favors a process of permanent construction of knowledge and professional development; what are its effects on teacher training and what is the role of pedagogical coordination in these processes? For this purpose, six public schools in the city of Andradina/SP were chosen as the locus, in which semi-structured interviews with the pedagogical coordinators were carried out - through qualitative research, based on the dialectical method, anchored in content and document analysis. For a better understanding of this process, the investigation was based on authors such as: Domingues (2009), Teixeira (2020), Imbernón (2009), Saviani (2009), Bardin (2016) and legislation relevant to the subject. The results demonstrate that the Time for Continuing Education in Service has been characterized by the instrumentalization of teacher education and in-service training. This schedule, exercised under the aegis of supervision, inspection and control, fails to fulfill its main objective, which is to improve teaching practice through the continuing education of teachers. It is hoped, therefore, that this work will collaborate with the necessary improvements to the Continuing In-Service Training Schedule and revive relevant discussions on the role of pedagogical coordination in teacher training.

Keywords: Pedagogical Coordination; Continuing In-Service Training Schedule; Teacher training.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções acadêmicas indexadas e selecionadas no Scielo, Banco de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Scholar Google, período de 2015 a 2020	25
Quadro 2 - Publicações localizadas no Scielo, Banco de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Scholar Google	26
Quadro 3 - Metodologia dos trabalhos selecionados no Scielo, Banco de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Scholar Google	29
Quadro 4 - Regiões Brasileiras	31
Quadro 5 - Região Sudeste	31
Quadro 6 - Quantidade de alunos distribuídos por ano no Ensino Fundamental (EMEF/EMEBI)	68
Quadro 7 - Quantidade de alunos da Rede Municipal de Ensino de Andradina	68
Quadro 8 - Composição da Rede Municipal de Ensino de Andradina	68
Quadro 9 - Professores Regentes de Classe - PEB I - EMEF/EMEI/CEI	70
Quadro 10 - Professores PEB II	70
Quadro 11 - Direção, Vice-direção e Coordenação de EMEF	71
Quadro 12 - Composição da Secretaria Municipal	71
Quadro 13 - Professores PEB I e PEB II	88
Quadro 14 - Gestores da Unidade Escolar	89
Quadro 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021	89
Quadro 16 - Professores PEB I e PEB II	90
Quadro 17 - Gestores da Unidade Escolar	90
Quadro 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021	90
Quadro 19 - Professores PEB I e PEB II	91
Quadro 20 - Gestores da Unidade Escolar	91
Quadro 21 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021	91
Quadro 22 - Professores PEB I e PEB II	92
Quadro 23 - Gestores da Unidade Escolar	92
Quadro 24 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021	93
Quadro 25 - Professores PEB I e PEB II	93
Quadro 26 - Gestores da Unidade Escolar	94
Quadro 27 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021	94
Quadro 28 - Professores PEB I e PEB II	94

Quadro 29 - Gestores da Unidade Escolar	95
Quadro 30 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021.....	95
Quadro 31 - Escolas: ano de fundação, municipalização, total de alunos e professores.....	95
Quadro 32 - IDEB (2005 a 2021) – Escolas municipais de Andradina (5º ano).....	95
Quadro 33 - Caracterização das Professoras Coordenadoras Pedagógicas e Coordenadoras do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação.....	101
Quadro 34 - Formação das Professoras Coordenadoras Pedagógicas do Ensino Fundamental do 1º ao 5º anos e de Coordenadoras do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação	103
Quadro 35 - Reorganização de HTPCs de forma remota	147
Quadro 36 - Reorganização de HFCSs de forma remota	148
Quadro 37 - Semanal Equivalente/ HETES de Forma Remota.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Alfabético
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ABE	Associação Brasileira de Educação
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNC	Base Nacional Comum
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Comunidade Europeia
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEF	Coordenadora do Ensino Fundamental
CEFAM	Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
CEI	Centro de Educação Infantil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
COC	Curso Oswaldo Cruz
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
CP	Coordenador Pedagógico
DAP	Departamento de Assistência Pedagógica
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DE	Diretoria de Ensino
DEC	Departamento Municipal de Educação e Cultura
EAD	Educação a distância
EEPG	Escola Estadual de Primeiro Grau
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMAI	Educação Matemática nos Anos Iniciais
EMEBI	Escola Municipal de Educação Básica Integral
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEIEF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GERCS	Grupo de Estudos do Referencial Curricular do Serviço Social da Indústria
GINCAMAT	Gincana de Matemática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
HETES	Horário Efetivo de Trabalho Escolar
HFCS	Horário de Formação Continuada em Serviço
HTP	Horário de Trabalho Pedagógico
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
HTPL	Horário de Trabalho Pedagógico Livre
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
NAME	Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino
NOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIs	Organismos Internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PABAE	Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar
PCP	Professor Coordenador Pedagógico
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola

PEB I	Professor de Educação Básica I
PEB II	Professor de Educação Básica II
PIB	Produto Interno Bruto
PLIMEC	Plano de Integração Menor - Comunidade
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PREAL	Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe
P3	Projeto Político Pedagógico
PS	Pré-silábico
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SA	Silábico Alfabético
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAREMA	Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal de Andradina
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SCVS	Silábico Com Valor Sonoro
SESI	Serviço Social da Indústria
SE/SP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SME	Secretaria Municipal de Educação
SSVS	Silábico Sem Valor Sonoro
SP	São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDIs	Tecnologias Digitais Interativas
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	Unidade Escolar
UEP	Universidade Estadual Paulista
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UnB	Universidade de Brasília

UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UPF	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS - MINHA RELAÇÃO COM A TEMÁTICA	18
INTRODUÇÃO	22
SEÇÃO I - BREVE HISTÓRICO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL	33
1.1 Origens da Coordenação Pedagógica	33
1.2 A reestruturação do Sistema Educacional Brasileiro e a construção da função de Coordenação Pedagógica pós 1930	36
1.3 A Lei 5.692/71 e o surgimento do coordenador pedagógico: controle e fiscalização sobre as atividades educacionais	40
1.4 A coordenação pedagógica a partir dos anos de 1990	43
SEÇÃO II - POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	46
2.1 Gênese da formação continuada de professores: algumas considerações.....	46
2.2 A formação técnica de professores entre as décadas de 1980 e 1990	47
2.3 A década de 2000 e os processos de formação continuada de professores em serviço	52
2.4 O papel da coordenação pedagógica na formação continuada de professores	56
SEÇÃO III - CAMINHOS DA PESQUISA E DELINEAMENTO METODOLÓGICO	60
3.1 Breve história do Município de Andradina – SP	60
3.2 Procedimentos metodológicos.....	64
3.3 A Rede Municipal de Ensino de Andradina – SP	67
3.4 A Coordenação Pedagógica no Município de Andradina.....	71
3.5 A Formação Continuada de Professores no Município e as atribuições das Professoras Coordenadoras Pedagógicas (PCPs)	81
3.6 O lócus da pesquisa	87
3.7 O Horário de Formação em Serviço (HFCS) no Município de Andradina – SP.....	96
SEÇÃO IV - OS SUJEITOS E AS VOZES DA PESQUISA.....	100
4.1 Perfil das Professoras Coordenadoras Pedagógicas (PCPs) e das Coordenadoras do Ensino Fundamental (CEFs)	100
4.2 Atribuições, rotina, desafios e dilemas das Coordenadoras Pedagógicas	106
4.3 A formação em serviço por meio das HFCS	116
4.4 O HFCS durante o ensino remoto emergencial (ERE)	130
4.5 Desafios enfrentados na função da coordenação pedagógica	134
4.6 A Coordenação Pedagógica: transformações políticas antes e em tempo de pandemia da COVID-19	142

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICES	165
APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DA SME	165
APÊNDICE B – TCLE.....	166
APÊNDICE C - ROTEIROS DE ENTREVISTA	167
ANEXOS	172
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PLATAFORMA BRASIL.....	172
ANEXO B – RESOLUÇÃO 90/2010.....	173
ANEXO C – RESOLUÇÃO 120/2013	176
ANEXO D – RESOLUÇÃO 121/2013	179
ANEXO E – RESOLUÇÃO 137/2015.....	182
ANEXO F – RESOLUÇÃO 138/2015.....	185
ANEXO G – EDITAL PROPOSTA COORDENAÇÃO 2021	196
ANEXO H - EDITAL PROPOSTA COORDENAÇÃO 2022.....	198
ANEXO I – CALENDÁRIO ESCOLAR 2020	200
ANEXO J – CALENDÁRIO ESCOLAR 2021	202
ANEXO K - CALENDÁRIO ESCOLAR 2022.....	203
ANEXO L – CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO 2017	204
ANEXO M – CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO 2021	207
ANEXO N – CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO 2022.....	209
ANEXO O – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF 2017	210
ANEXO P – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF 2018.....	212
ANEXO Q – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF 2019	222
ANEXO R – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF 2020	235
ANEXO S – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF 2021	237
ANEXO T – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF 2022.....	242
ANEXO U – PAUTA DE FORMAÇÃO PCP.....	247
ANEXO V – PAUTA DE OBSERVAÇÃO PCP	251
ANEXO W – DEVOLUTIVA PROFESSORES PCP	252
ANEXO X – PAUTA DE OBSERVAÇÃO PCP	254
ANEXO Y – ANOTAÇÕES HFCS PROFESSORES.....	255
ANEXO Z – SEMANÁRIOS/ROTINAS PCPs	259
PCP2	259
PCP6	261

ANEXO AA – AUTOAVALIAÇÃO PCPs	262
ANEXO BB – PARECER CONCLUSIVO DA SUPERVISÃO	266
RESOLUÇÕES ERE.....	269

PRIMEIRAS PALAVRAS - MINHA RELAÇÃO COM A TEMÁTICA

Sim, sou Professora, e sinto muito orgulho de minha profissão. Possuo vinte e seis anos de carreira dedicados exclusivamente à Educação, exercendo a docência desde o ano 2000 no município de Andradina; os últimos dez anos foram de atuação como Professora Coordenadora Pedagógica, função a qual renunciei para realizar o tão almejado sonho de cursar Mestrado em Educação.

Sou a terceira filha do casal Cidalécia Pereira Neves e Doraci Neves, ambos de origem muito humilde e semianalfabetos. Minha mãe conheceu a escola aos nove anos de idade e frequentou apenas o terceiro ano da antiga escola primária. Era órfã; com sete anos trabalhava limpando casas de famílias abastadas e cuidando de crianças menores, muitas vezes em troca de um prato de comida e abrigo; além de explorada, era espancada e proibida de sair para estudar.

Meu pai frequentou até a quarta série e após os cinquenta anos, para continuar no emprego e com ânsia de continuar os estudos, conseguiu concluir a oitava série através do processo do ENCCEJA.

Sempre tive o incentivo de minha mãe para que minha história de vida pudesse ser diferente. Portanto, minha trajetória com a Educação, como escolha de profissão, se iniciou através do sonho que ela nutria, mas que nunca conseguiu realizar: ser professora.

Meu primeiro contato com a Educação ocorreu aos 4 anos no PLIMEC - Projeto desenvolvido pelo Governo Estadual desde a década de 1970. O PLIMEC visava ações educativas nos bairros, além de ações com as famílias, objetivando evitar o trabalho informal de crianças e adolescentes; lá permanecia para que meus pais pudessem trabalhar e trazer o sustento para casa.

Na sequência concluí a Pré-escola municipal e Ensino Primário. Ao final da 8ª série, com 14 anos, no ano de 1990, ingressei no CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério em Andradina. Um projeto do Governo do Estado de São Paulo que surgiu em substituição ao Magistério (antigo Curso Normal), no qual eu estudava em período integral e recebia uma bolsa de um salário mínimo.

Concomitante aos estudos no CEFAM (1991) cursei o primeiro ano do Colegial, pois queria aprofundar os conhecimentos e prestar vestibular, para prosseguir os estudos. Em 1992, ingressei no curso de Pedagogia na UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na cidade de Três Lagoas. Optei pelo curso de Pedagogia porque queria aperfeiçoar a minha formação e almejava seguir uma carreira dentro da profissão docente.

Foi impossível conseguir forças físicas, mentais e psicológicas para estudar ininterruptamente horas a fio e viajar diariamente, passando muitas noites em claro, para cumprir prazos e entrega de trabalhos.

Após o término das aulas na Universidade em Três Lagoas, diariamente chegava a minha residência por volta da meia noite e meia e levantava por volta da cinco da manhã, para novamente iniciar os estudos no CEFAM em Andradina, onde todo o trajeto de três quilômetros era percorrido a pé.

Com apenas uma hora para o almoço, levava a marmita preparada de madrugada com muito carinho pela minha mãe e entregava a bolsa que recebia pelos estudos integralmente aos meus pais, para complementar a renda familiar. Por dois anos consecutivos estudei nos períodos matutino, vespertino e noturno, diariamente viajando entre a minha cidade e o local da Universidade. Com essa intensa carga de estudos, fui assolada pelo cansaço físico e mental, causados pela demanda de tantos trabalhos e estudos contínuos e ininterruptos, além das horas de leituras acadêmicas. A contragosto, vi-me obrigada a trancar a matrícula no segundo ano da Universidade; optei por pausar o curso de Pedagogia para conseguir um bom desenvolvimento no Magistério.

Me formei no CEFAM em março de 1994. Em abril do mesmo ano comecei a trabalhar em escolas estaduais; era chamada com frequência para substituições e licenças até o ano de 1995, o que me fez aprender muito com a prática em diferentes escolas.

De fevereiro de 1996 a dezembro de 1997 atuei como Professora Estagiária da Rede Estadual de Ensino em Andradina-SP; a função do Professor Estagiário era auxiliar os professores efetivos nas atividades desenvolvidas e substituí-los quando necessário. Ao finalizar o tempo como Professora Estagiária, atuei como Professora do Ensino Fundamental (PEB I) através de processo seletivo na Rede de Ensino Municipal da cidade de Ilha Solteira/SP (1998), passando a residir lá, já que nessa época tinha retornado para o curso de Pedagogia em Três Lagoas/MS.

Dividia minha vida entre as três cidades. Às vezes pegava o ônibus de estudante da Ilha Solteira para Andradina só para jantar em casa com os familiares; outras vezes, após frequentar as aulas em Três Lagoas, voltava para Andradina só para poder matar saudade e dormir no aconchego do lar, retornando no outro dia de manhã para Ilha Solteira.

No ano de 1999 trabalhei como Professora PEB I em Castilho (através de processo seletivo) e em 2000 passei em um Concurso Público para Professora do Ensino Fundamental em Andradina, efetivando-me no cargo.

No ano seguinte (fevereiro/2001), concorri a eleição para Coordenação Pedagógica e perdi para a candidata efetiva da casa, que estava pleiteando a reeleição. Em seguida recebi o incentivo por parte de algumas pessoas para ser Coordenadora Pedagógica na escola em que iniciei minha profissão como professora estagiária; lá fui eleita por unanimidade, mesmo correndo com uma candidata efetiva daquela unidade escolar.

Estava empolgada para iniciar o novo desafio, cheia de ideias para articular um projeto pedagógico, orientar o trabalho coletivo dos professores, apontar alternativas para a prática docente, porém sentia-me perdida e renunciei a tarefa ao finalizar o ano.

Já tinha terminado o curso de Pedagogia no qual me formei com habilitação para exercer as Matérias Pedagógicas do Magistério e, em 2002, atuei nas aulas de Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação e História da Educação no CEFAM.

Após o término da faculdade, cursei na UFMS Pós-Graduação “lato sensu” em Interdisciplinaridade na Educação e fiz a complementação em Pedagogia com habilitação para direção e supervisão.

No ano de 2010 surgiu a oportunidade de atuar novamente na coordenação pedagógica ao abrir a segunda vaga para Coordenador Pedagógico em escolas com quantidade superior a 450 alunos. Fiz a inscrição e apresentei minha proposta de trabalho; fui eleita para exercer a função até outubro de 2012, quando fui destituída ao final do mandato, porque nesse período a escola estava com a quantidade inferior de alunos, voltando a ter apenas um Coordenador Pedagógico.

Em abril de 2013 fui encorajada por algumas amigas de profissão a mudar de escola e a concorrer novamente a eleição para coordenação pedagógica; participei de quatro eleições, vencendo por unanimidade de votos todas as vezes em que apresentei minha proposta de trabalho (os votos válidos são da supervisão, direção, vice-direção e docentes efetivos).

Após ter retornado à coordenação pedagógica sentia um novo ânimo, uma vontade de aprender cada vez mais, de poder auxiliar o corpo docente a buscar uma conexão entre a teoria e a prática, desenvolver um trabalho de forma articulada, garantir a formação continuada, refletindo sobre os problemas e buscando possíveis soluções.

Vivenciando a trajetória como Professora Coordenadora Pedagógica, por várias vezes entrei em conflito comigo mesma, tive dúvidas e momentos de angústia relacionados à prática e à formação docente, ao uso dos materiais escolhidos, entre tantos outros pormenores.

Com grandes demandas e inúmeras atribuições, muitas vezes esbarrando em questões burocrático-administrativas, o que me levava sempre a refletir sobre o meu papel enquanto mediadora e responsável pela formação dos professores, decidi ter como objeto de pesquisa o

papel da coordenação pedagógica na formação docente, de maneira especial analisando o Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS), implantando no município de Andradina-SP, acreditando na grande importância da formação docente.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno do papel da coordenação pedagógica no Brasil não são novas, remontam ao século XVI de nossa história, quando do período da implantação das escolas confessionais em nosso país, época em que a educação era fortemente influenciada pela religião e que os clérigos executavam o papel de inspeção. Porém, com o aumento do número de escolas, essa função precisou ser oficializada, surgindo a figura do coordenador pedagógico, inicialmente de viés supervisor.

Pinto (2006 *apud* DOMINGUES, 2009, p. 84), referindo-se à coordenação pedagógica, menciona uma variação de nomenclatura, existente nos vários municípios e estados brasileiros, para designar a função: supervisão pedagógica, supervisão escolar, supervisão educacional, assistência pedagógica, orientação pedagógica. Todas designando o trabalho de acompanhamento da ação pedagógica do corpo docente. E cada qual aderindo à nomenclatura culturalmente usual em sua região.

Domingues (2009, p. 65) salienta que:

Essa situação ainda é muito difusa em muitos estados e municípios brasileiros em que o supervisor é tomado por coordenador e vice-versa, tal o grau de imbricamento encontrado entre as duas funções no que diz respeito à formação contínua na escola. Contudo, em alguns estados e municípios, as atribuições desses profissionais parecem estar bem delineadas. Existe a figura do supervisor escolar, que exerce a função ou o cargo de supervisor do sistema, e o coordenador pedagógico, que desempenha a função ou o cargo nas unidades escolares. Vale ainda destacar que, pela complexidade dos processos de formação, eles acontecem, por vezes, independente da ação dos coordenadores e podem se dar de forma sistemática ou fluida, dependendo de características de natureza sócio-histórica dos equipamentos educativos, dos conhecimentos e das relações estabelecidas pelos profissionais que neles atuam (DOMINGUES, 2009, p. 65).

De forma geral, o coordenador pedagógico é o educador responsável pelos projetos de formação dos professores, atendendo ao Projeto Político Pedagógico e ao currículo escolar, respondendo diretamente pelo andamento do trabalho formativo docente.

Neste sentido, a presente pesquisa objetiva analisar o Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS), a partir de 2013 e compreender o papel da coordenação pedagógica neste espaço. A problematização da investigação indaga como se deu o processo de implantação e implementação do HFCS; se ele favorece um processo de construção permanente de conhecimento e de desenvolvimento profissional; quais seus reflexos na formação docente?

Para tanto, elegeu como *lóci* seis escolas públicas do município de Andradina/SP¹, nas quais foram realizadas - por meio de pesquisa qualitativa, pautada no método dialético, com ancoragem na análise de conteúdo e documental - entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras pedagógicas. Para um melhor entendimento deste processo a investigação se fundamentou em autores como: Domingues (2009), Teixeira (2020), Imbernón (2009), Saviani (2009), Bardin (2016), dentre outros, mais bem explanado no decorrer do texto, e em legislações pertinentes ao tema.

Realizou-se num primeiro momento, uma revisão das produções nacionais sobre a formação docente em serviço e o papel da coordenação pedagógica referente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por meio de artigos, dissertações e teses escritos entre os anos de 2015 e 2020.

A compreensão de que a formação de professores é contínua e permanente é um tema recorrente, ocupando lugar de destaque nas pesquisas brasileiras entre os estudiosos da área (RADVANSKEI, 2013), principalmente no que concerne ao raio de abrangência e qualidade dessas formações, uma vez que, é programada e oferecida “muita formação, mas também é evidente que há pouca inovação ou, ao menos, a inovação não é proporcional à formação que existe” (IMBERNÓN, 2009, p. 34).

De acordo com Rosa:

O coordenador pedagógico é responsável pela formação continuada dos professores na escola, procurando atualizar o corpo docente, buscando refletir constantemente sobre o currículo, atualizando as práticas pedagógicas dos professores estando sempre atento às mudanças existentes no campo educacional. O coordenador deve estar em constante processo de autoformação, juntamente com a aprendizagem e constante uso das novas tecnologias (ROSA, 2004, p. 142).

Nesse sentido, esta revisão de literatura se justifica pela importância de se conhecer e acompanhar as produções científicas relacionadas ao objeto em questão.

Como universo de pesquisa, foram utilizadas as bases de dados *Scielo*, Banco de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Scholar Google*. Os principais critérios de seleção estabeleceram que para ser incluso na pesquisa o trabalho traria como agente de estudo a formação docente em serviço e o papel do coordenador pedagógico. Os seguintes termos foram indexados: “Formação de Professores”, “Formação Continuada em Serviço” e “Coordenação Pedagógica”, como critério de seleção,

¹ Das 07 (sete) escolas municipais de Andradina, uma não quis participar. Todas as escolas foram convidadas, mas duas coordenadoras pedagógicas de uma unidade escolar optaram pela recusa.

esses termos poderiam ser encontrados em qualquer localização do documento, o que retornou 13.398 artigos, dentre os anos de 2015 a 2020.

Utilizou-se a seguinte estratégia de busca: “Formação de Professores” e “Formação Continuada em Serviço” e “Coordenação Pedagógica”, através do recurso de “leitura flutuante”, denominada por Bardin (2016), dos resumos das teses e dissertações encontradas, com o objetivo de selecionar somente os resumos cujo tema se relacionava com o objeto da pesquisa. Esta fase resultou 334 trabalhos.

A pesquisa constatou uma grande quantidade de trabalhos quando as indexações foram realizadas individualmente, entretanto, nas buscas em associações, do tipo busca *booleana*, o número de trabalhos é bem menor. Os resultados apontaram, em uma estimativa geral, grande preocupação com a prática pedagógica docente e com o seu desenvolvimento profissional, manifestaram ainda, preocupação com propostas curriculares que estabeleçam programas de formação continuada que conjecturem a prática docente.

Nas últimas décadas, pode-se constatar um aumento considerável nas produções acadêmicas que abrangem como tema central a formação continuada de professores. Tais produções demonstram que a formação de professores tem sido alvo de estudos e discussão, principalmente no sentido de aperfeiçoar essa formação em virtude de recorrentes críticas.

Na sequência, 14 trabalhos foram selecionados, que em seu escopo forneceram elementos para compor o presente estudo. Os trabalhos foram lidos parcialmente. Os principais critérios de seleção para esta fase da análise, no sentido de inclusão de dados, estabeleceram que os artigos deveriam ter como agente de estudo a formação continuada em serviço de professores e o papel da coordenação pedagógica, abrangendo o período de publicação de 2015 a 2020. Realizada a leitura das produções científicas, foram elaborados quadros acerca de alguns aspectos como: título, autor(a), instituição de ensino, ano, tipo (tese ou dissertação), qual localização, quais objetivos, as fontes de pesquisa, a epistemologia, qual referencial teórico utilizado, sua abordagem, o tipo de pesquisa, seu método e contextualização/descrição dos trabalhos (JACOMINI, 2019), possibilitando a estruturação dos elementos constitutivos dos trabalhos selecionados a seguir.

No quadro abaixo (Quadro 1) encontra-se uma descrição do número de publicações indexadas e selecionadas nas bases escolhidas:

Quadro 1 - Produções acadêmicas indexadas e selecionadas no Scielo, Banco de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Scholar Google, período de 2015 a 2020

Indexadores	<i>Scielo</i>		CAPES		BDTD		<i>Scholar Google</i>	
	I	S	I	S	I	S	I	S
“Formação de Professores” and “Formação Continuada em Serviço” and “Coordenação Pedagógica”	439	3	9.905	5	2.014	4	1.040	2
Total selecionadas	3		5		4		2	
Total de Teses	1							
Total de Dissertações	13							
Total geral	14							

Legenda; I: Identificado; S: Selecionado.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Scielo, CAPES, BDTD e *Scholar Google*, 2020.

Na base de dados *Scielo* foram identificadas 439 teses e dissertações das quais, apenas 3 dissertações foram consideradas: Xavier (2015), Garcia (2016) e Lira (2019).

Na plataforma Banco de Teses e Dissertações da Capes obteve-se 9.905 trabalhos, dos quais 5 foram selecionados, sendo uma tese e quatro dissertações: Argolo (2017), Cruz (2018), Oliveira (2017), Bartholomeu (2016) e Chagas (2019).

Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontrou-se através da pesquisa 2.014 trabalhos, somente 4 dissertações foram incluídas: Souza (2017), Sampaio (2018), Silva (2015) e Pignataro (2016), na base *Scholar Google* foram encontradas 1.040 teses e dissertações, apenas 2 dissertações foram utilizadas: Perini (2018) e Santana (2019).

Após seleção e análise dos artigos verificou-se que 74% estão na base de dados da CAPES, 15% da BDTD, 7,8% da *Scholar Google* e apenas 3,3% da *Scielo*, evidenciando a característica abrangente da base de dados CAPES. Além disso, observou-se também que a maioria dos estudos foram realizados pelos Programas de Pós-graduação da região Sudeste. Quando se trata do ano de publicação das teses e dissertações ficou evidente que houve uma proporção de publicações entre os anos 2015 e 2020.

Abaixo estão mais bem identificadas as teses e dissertações localizadas no *Scielo*, Banco de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e *Scholar Google* (Quadro 2).

Quadro 2 - Publicações localizadas no Scielo, Banco de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Scholar Google

Autor	Ano	Orientador	Título	Tipo de publicação e programa	Bases de indexação
Silva, Marilene Negrini da	2015	Profa. Dra. Denise Trento Rebello de Souza	Formação continuada de professores no espaço escolar e o exercício do saber formacional de diretores e coordenadores em São Bernardo do Campo – contribuição para uma profissionalidade emergente	Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo	BDTD
Xavier, Josimara	2015	Profa. Dra. Cleide Maria Quevedo Quixadá Viana	A formação continuada docente no espaço/tempo da Coordenação pedagógica	Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília	<i>Scielo</i>
Bartholomeu, Fabiana	2016	Profa. Dra. Emília Maria Cipriano Castro Sanches	Uma experiência de formação continuada: o papel do coordenador pedagógico e do registro reflexivo na formação de professores de Educação Infantil	Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	CAPES
Garcia, Gislene	2016	Prof. Dr. Cláudio Almir Dalbosco	Coordenador pedagógico: dilemas na busca por uma formação de si e dos outros	Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo	<i>Scielo</i>
Pignataro, Flávia Viana de Lima	2016	Prof. Dr. Alberto Albuquerque Gomes	Em busca da ilha desconhecida: o professor coordenador	Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em	BDTD

			pedagógico e a formação continuada no contexto da Rede Estadual Paulista	Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista	
Argolo, Gabriela	2017	Profa. Dra. Vera Maria Nigro de Souza Placco	Assessoria pedagógica na escola: uma prática de formação e desenvolvimento profissional do professor	Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	CAPES
Oliveira, Elisângela Carmo de	2017	Profa. Dra. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches	O coordenador pedagógico como agente de mudanças na prática docente	Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	CAPES
Souza, Ligia Ramo de	2017	Prof. Dr. Adriano Salmar Nogueira e Taveira	Formação continuada em serviço: do coordenador pedagógico ao professor: o caso da Rede Municipal de São Paulo	Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais, Universidade Nove de Julho	BDTD
Cruz, Kézia Cláudia da	2018	Profa. Dra. Rosemara Perpetua Lopes	O papel do coordenador pedagógico na formação continuada de professores dos anos finais do Ensino Fundamental para uso das TDIC	Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás	CAPES
Perini, Renata Lúvia Soares	2018	Profa. Dra. Elba Siqueira de Sá Barretto	O coordenador pedagógico e a formação de professores alfabetizadores no município de São Paulo	Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação,	<i>Scholar Google</i>

				Universidade de São Paulo	
Sampaio, Mariana Muniz	2018	Profa. Dra. Veleida Anahí da Silva	O coordenador pedagógico e a formação continuada de professores em serviço: uma análise em escolas públicas da região metropolitana do estado de Sergipe	Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe	BDTD
Chagas, Izabel Cristina Pontes	2019	Profa. Dra. Danielle Alves Martins	Formação continuada de professoras em serviço mediada pela coordenação pedagógica: uma experiência com a GINCAMAT	Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais	CAPES
Lira, Ana Paula Bacelar de	2019	Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes	A coordenação pedagógica como agente de formação continuada na implementação da lei nº 10.639/03 numa Unidade de Educação Básica do município de Paço do Lumiar/MA	Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino de Educação Básica, Universidade Federal do Maranhão	<i>Scielo</i>
Santana, Marcela Lopes de	2019	Prof. Dr. Harryson Júnio Lessa Gonçalves	Conversas de corredores: coordenação pedagógica, narrativas, experiência e formação continuada de professores que ensinam Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, Universidade Estadual Paulista	<i>Scholar Google</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Scielo, BDTD e *Scholar Google*, 2020.

Observou-se (Quadro 2) que a maioria das teses e dissertações produzidas entre os anos de 2015 e 2020 sobre formação de professores revelam que a maioria dos trabalhos se concentram em escolas municipais. Verificou-se, ainda que a identidade e profissionalização docente se evidenciam nos últimos anos, ramificando para questões referentes a relação do professor com as práticas culturais, carreira e organização profissional.

Os trabalhos selecionados ressaltam também que o coordenador pedagógico deve colaborar com a transformação da práxis docente, levando em conta que não há espaço para isso acontecer que não seja o encontro formativo na escola. E, para tanto, deve estar consciente de sua responsabilidade com essa ação reflexiva e formadora, e principalmente, relacionar-se bem com seus professores. Ou seja, a formação continuada é conduzida e mediada pela coordenação pedagógica da própria escola e não é realizada individualmente, mas em grupo, com os professores discutindo, debatendo, refletindo sobre a prática, socializando com os colegas, de maneira que juntos pensem possibilidades para o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Abaixo, no Tabela 3, estão descritas as metodologias empregadas em cada estudo.

Tabela 3 - Metodologia dos trabalhos selecionados no Scielo, Banco de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Scholar Google

Abordagem		Tipos de pesquisa		Instrumentos de coleta		Técnicas	
Qualitativa	12	Pesquisa narrativa	2	Entrevista estruturada	1	Análise documental	5
Quantitativa	1	Estudo de caso	2	Entrevista semiestruturada	4	Análise de conteúdo	5
Não informado	1	Pesquisa de campo	2	Observação não estruturada	1	Não informado	4
		Pesquisa intervenção	1	Observação participante	2		
		Pesquisa bibliográfica	1	Grupo focal	1		
		Não informado	6	Não informado	5		

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Scielo, BDTD e *Scholar Google*, 2020.

Uma característica a ser destacada diz respeito a metodologia utilizada nas pesquisas, no qual 12 autores optaram pela abordagem qualitativa, 1 pela abordagem quantitativa e 1 não informou a metodologia utilizada. Em relação ao tipo de pesquisa, foram encontradas 2

pesquisas narrativas, 2 estudos de caso, 2 pesquisas de campo, 1 pesquisa intervenção, 1 pesquisa bibliográfica e 6 trabalhos não informaram seu tipo de pesquisa. Já como instrumentos de coletas, a técnica mais empregada foi a entrevista semiestruturada em 4 trabalhos, 1 trabalho utilizou entrevista estruturada, 1 utilizou observação não estruturada, 2 observações participante, 1 grupo focal, sendo que 5 autores não informaram o tipo de instrumento de coleta em seus trabalhos. Oliveira (2017), Souza (2017), Perini (2018) e Sampaio (2018) utilizaram entrevistas semiestruturadas para a coleta, já Lira (2019) fez uso de entrevista estruturada. Pignataro (2016) realizou a coleta por meio de grupo focal, sendo que Argolo (2017) e Cruz (2018) utilizaram também questionário, já Xavier (2016) fez uso de entrevista e questionário. Com relação as técnicas utilizadas, 5 autores utilizaram análise documental, 5 fizeram uso de análise de conteúdo e 4 autores não informaram.

Ficou evidente que nenhuma tese ou dissertação deixou claro a corrente de pensamento ou a perspectiva metodológica utilizada, não referenciando o método. Em apenas uma dissertação, Xavier (2016), foi citada a corrente metodológica abordada no trabalho, na perspectiva histórica ontológica da formação humana da obra de Karl Marx, porém sem demais explicações e referências sobre o método.

Observou-se ainda que das 14 produções analisadas (1 tese e 13 dissertações), apenas três desenvolveram revisão de literatura em seu trabalho, são elas: Pignataro (2016), Cruz (2018) Sampaio (2018). Interessante ressaltar que Pignataro (2016) fez apresentação em anexo, colocando somente uma tabela contendo autor, ano, título, instituição e palavras-chave, já Cruz (2018) usou tabela com indicações de autor, título, ano e instituição com uma breve explanação.

Pode-se observar ainda que a maioria dos trabalhos deram ênfase ao fato de que a coordenação pedagógica está estritamente relacionada com a formação continuada de professores.

Vale lembrar que existem vários tipos de formação continuada e estas podem ser ofertadas de qualquer outra forma, através do Governo, de programas, grupos de estudos, equipe técnica, etc., mas a formação continuada em serviço, tendo como *locus* a escola e como foco principal das discussões e reflexões a prática do professor e as questões educacionais do cotidiano escolar, essa só pode ser assumida, promovida, organizada e mediada pelo coordenador pedagógico, mostrando a importância desse profissional na formação continuada docente.

É importante observação que as teses e dissertações analisadas tiveram suas produções em seis instituições de quatro regiões diferentes, sendo nove na Região Sudeste (duas na USP, três na PUC, duas na UEP, uma na UNINOVE e uma na UFMG – Universidade Federal de

Minas Gerais), correspondente à 65% dos trabalhos, duas na Região Nordeste (sendo uma na Universidade Federal de Sergipe - UFS e uma na Universidade Federal do Maranhão - UFMA), em um total de 14% das publicações escolhidas, duas na Região Centro-Oeste (uma na Universidade de Brasília - UnB e uma na Universidade Federal de Goiás - UFG), contribuindo também com 14% das produções analisadas, e uma na Região Sul (Universidade de Passo Fundo - UPF), totalizando 7% nessa região. Não foi selecionado nenhum trabalho da região Norte (Quadro 4).

Quadro 4 - Regiões Brasileiras

Região	Porcentagem	Quantidade de trabalhos
Sudeste	65%	9
Nordeste	14%	2
Centro oeste	14%	2
Sul	7%	1
Norte	0%	0

Fonte: Elaborado pela autora

As produções expressas nos Quadros 4 e 5, foram realizadas pelos seguintes pesquisadores: Silva (2015), Perini (2018), Bartholomeu (2016), Argolo (2017), Oliveira (2017), Pignataro (2016), Santana (2019), Souza (2017), Chagas (2019), Sampaio (2018), Lira (2018), Xavier (2015), Cruz (2018) e Garcia (2016). Revelando a maior concentração de trabalhos nas universidades da região Sudeste (65%), com predominância no estado de São Paulo (57%), sendo a grande maioria na PUC com 22% do total pesquisado, seguido respectivamente pela USP e UEP com 14% cada, UNINOVE e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 7% respectivamente. Nenhum trabalho foi selecionado do Estado do Espírito Santo (Quadro 5).

Quadro 5 - Região Sudeste

REGIÃO SUDESTE	
São Paulo	57 %
Minas Gerais	7%
Espírito Santo	0%

Fonte: Elaborado pela autora

Os temas destes trabalhos apontaram uma grande preocupação com a prática pedagógica docente e com o seu desenvolvimento profissional, manifestaram ainda, preocupação com propostas curriculares que estabeleçam programas de formação continuada que conjecturem a prática docente.

É importante frisar que, apesar dos trabalhos apontados nesta revisão de literatura, há muito o que se pesquisar ainda sobre o tema, há muitas outras demandas e reflexões a serem consideradas; o recorte, aqui colocado, não esgota a discussão sobre o assunto, pelo contrário, apenas abre a possibilidade de novas e futuras investigações.

Assim, esta pesquisa foi organizada em quatro seções. Na primeira, apresenta-se um breve histórico do surgimento da coordenação pedagógica no Brasil, evidenciando a reestruturação do Sistema Educacional Brasileiro e a construção da função de Coordenação Pedagógica (pós 1930 até 1990), legislações e o curso de pedagogia. Na segunda, discorre-se sobre as políticas de formação de professores no Brasil, especialmente a de formação continuada, o papel da coordenação pedagógica e as influências dos organismos internacionais neste processo. Na terceira, apresenta-se os dados da pesquisa, por meio da análise documental, fundamentando a implantação e implementação do trabalho da coordenação pedagógica no município de Andradina-SP e na quarta e última seção, o delineamento metodológico, a partir da análise de conteúdo, com as transcrições e análises das entrevistas coletadas. Finalmente, as considerações finais, com os resultados e apontamentos que retomam os objetivos iniciais da discussão.

SEÇÃO I - BREVE HISTÓRICO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL

O objetivo desta seção é apresentar e analisar a função da coordenação pedagógica no percurso histórico das políticas educacionais no Brasil. Para tanto, a análise se debruça sobre os aspectos legais, a identidade e o papel exercido pelo(a) professor(a) coordenador(a) pedagógico(a) frente a escola como *locus* de formação continuada de docentes.

A origem da coordenação pedagógica não tem uma história oficial, mas sim, várias, já que para o termo “coordenador pedagógico” inexistia um caráter legítimo em nosso país. No decorrer da história da educação brasileira o cargo/função deste profissional esteve relacionado a outros cargos ou funções dentro da estrutura educacional, com por exemplo à supervisão escolar e colocações hierárquicas dentro das escolas. Para um melhor entendimento desta gênese passa-se a descrevê-la nos itens abaixo.

1.1 Origens da Coordenação Pedagógica

No Brasil, a inspeção escolar surgiu a partir das Escolas de Primeiras Letras em 1549. O ensino da época estava sob a orientação da Companhia de Jesus até o ano de 1759, e objetivava catequizar os povos indígenas, sendo que a presença da igreja exerceu grande influência na formação dos primeiros professores de nosso país (SALVADOR, 2000).

Para Teixeira (2020, p. 56)

A história dessa profissão é formada por fatos e acontecimentos que evidenciam movimento que segue direção de inspetor à supervisor escolar e de supervisor à coordenador pedagógico. Esse movimento resulta de processo mediado pelas determinações histórico-sociais e culturais, bem como pelas políticas educacionais implantadas. Ou seja, o coordenador pedagógico tem sua origem na figura do inspetor que, ao longo da história da educação brasileira, recebeu diferentes denominações – Prefeito Geral de Estudos, Comissário, por exemplo –, e quando passou a fazer parte da estrutura organizacional da escola, como fiscal do trabalho do professor, surgiu o supervisor escolar. Na busca de superar o trabalho caracterizado pela fiscalização foi se tornando coordenador pedagógico.

Com o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus) ou *Ratio Studiorum*, a educação jesuíta no Brasil, através destes documentos criou a função de “*Prefeito Geral dos Estudos*”, que tinha como obrigação supervisionar professores e alunos, além das atividades de ensino e aprendizagem, o funcionamento da instituição e o cumprimento das regras (REGO, 2011).

O *Ratio Studiorum* se organizava por meio de ‘orientação geral’ com a necessidade de um plano de estudos, constituído pelo Prefeito Geral de Estudos como assistente do reitor, a quem os professores e todos os alunos deveriam obedecer. Para tanto, utilizavam-se de uma proposta que atendia aos interesses da Igreja e do Estado: era ao mesmo tempo educativa e religiosa.

A pedagogia jesuíta era definida por três preceitos básicos: ordem, organização e rigidez. E era necessário alguém para supervisionar o trabalho com bases nos aspectos administrativos e políticos da proposta educativa. Padre Manuel de Nóbrega liderava o trabalho dos jesuítas no Brasil desde 1549, e utilizava-se de estudos com base no primeiro plano educacional de ensino objetivando expandir a fé cristã e doutrinar a população. Tal plano de ensino passou por algumas reformulações em 1570 e teve sua versão aprimorada em 1599. A ideia de supervisão englobava aspectos políticos e administrativos².

Alunos e professores deveriam seguir o Plano de Estudos da Companhia de Jesus cumprindo suas orientações, como exercícios durante e após a aula e frequência máxima; situação que encontra similaridade à atual função de professor(a) coordenador(a) pedagógico, uma vez que busca orientar o corpo docente e discente através de monitoramento, cumprimento de regras, rotina e execução de cronogramas.

A função do Prefeito Geral dos Estudos era de ação supervisora do acompanhamento dos trabalhos dos professores e cumprimento do programa de estudos. Através do *Ratio Studiorum* direcionava-se o conjunto de regras a ser seguido em todas as atividades de ensino, entre elas as regras do Prefeito de Estudos e dos professores.

De acordo com Ribeiro:

O Prefeito Geral dos Estudos era o auxiliar do diretor, responsável pelo ensino na localidade, geralmente denominado de reitor, e dentre as suas principais funções, pode-se destacar: a responsabilidade pelo Planejamento, Organização, Orientação de todo o processo pedagógico, além de observar a Conduta dos professores e dos alunos. Se necessário fosse, era responsável também, por reportar ao reitor, qualquer procedimento indevido, que porventura surgisse dentro da estrutura educacional (RIBEIRO, 1998, p. 33).

Com a Reforma Pombalina³ na segunda metade do século XVIII e a expulsão dos jesuítas, o antigo sistema de ensino e, junto com ele, o cargo de Prefeito Geral dos Estudos foram aniquilados, “havendo assim um retrocesso na educação” (SAVIANI, 2008). Tal função

² Inspeção e direção (grifo nosso).

³ Foram reformas político-econômicas administrativas, educacionais e eclesiásticas empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, que tiveram início com a missão de reconstruir Lisboa após o terremoto de 1755 (RIBEIRO, 1998).

passa a ser designada como: Comissário que tinha as prerrogativas de um Diretor Geral de Estudos⁴.

Como Prefeito Geral de Estudos, vinculava-se diretamente ao reitor e lhe cabia a “boa ordenação dos estudos”, e para isso, era necessário acompanhar o desenvolvimento do ensino, cabendo ao Prefeito inspecionar a atividade de ensino. Quando essa figura cedeu lugar ao Comissário, por ocasião da Reforma do Marquês de Pombal, ele passou a acumular as ações de inspeção e de direção. Como inspetor, era sua responsabilidade verificar o estado das escolas e como diretor geral de estudos, cuidar do desenvolvimento do ensino, em que se percebe, mais uma vez, o caráter de inspeção (TEIXEIRA, 2020, p. 63).

No início do século XIX, com a vinda da família Real Portuguesa e a expulsão dos jesuítas do país, foram criadas algumas escolas de nível superior e técnico. Com a precariedade da educação, na segunda metade do século, é regulamentado pelo governo, através de normas e programas, a instrução pública na cidade de São Paulo.

Em meados de 1827, ocorreram várias transformações: a primeira instrução pública, criação das Escolas de Primeiras Letras⁵ em vilas e lugares mais populosos, permanecendo o modelo com base na inspeção, vigilância e punição dos educandos, método baseado no “Ensino Mútuo”⁶, tendo como responsável pela aprendizagem, o inspetor escolar (SAVIANI, 2008).

Em 1868 foi criado o Cargo de Inspetor de Distrito, com o objetivo de fiscalizar o ensino. Em São Paulo, mais tarde, no ano de 1885 surgiram as primeiras delegacias literárias, cuja função era regulamentadora. Cabia às delegacias⁷ a regulamentação da nomeação de professores através de concurso público e a exigência do diploma normal.

Em 1897, extingue-se o Conselho Superior e gera-se a Inspeção Geral que continuou sendo auxiliada por Inspectores Escolares. As escolas municipais eram fiscalizadas pelos

⁴ Com o alvará de 28 de junho de 1759, foram instituídas as Reformas Pombalinas da instrução pública, em decorrência da expulsão dos jesuítas do seu sistema de ensino. O alvará previa a criação do cargo de Diretor Geral dos estudos. A ideia de supervisão englobava aspectos políticos e administrativos (inspeção e direção) (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470).

⁵ O artigo 5º da Lei de 15 de outubro de 1827 determinava os estudos conforme o “Método Mútuo”, onde o professor absorvia as funções de docência e supervisão. Ele instruía os monitores e supervisionava as atividades de ensino e a aprendizagem dos alunos (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 473).

⁶ A Lei para a instrução pública, no artigo 5º da Lei de 15 de outubro de 1827, instituiu o método chamado de Ensino Mútuo e define que o professor exerceria as funções de docência e de supervisão. Nela também ficava instituído que monitores deveriam supervisionar as atividades de ensino, assim como a aprendizagem de todos os alunos (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470).

⁷ Unidades da administração direta existentes em vários estados brasileiros a partir da década de 70, subordinadas às Secretarias da Educação. De forma geral, elas têm as atribuições, nas respectivas áreas territoriais de atuação, de executar a política educacional da Secretaria da Educação; acompanhar o desenvolvimento do ensino; prestar assistência técnico-administrativa aos Diretores de Escolas de sua área de atuação; e controlar e avaliar as atividades administrativas de sua área de jurisdição (MENEZES, 2001).

Inspetores Municipais, cuja função tinha ênfase administrativa (SALVADOR, 2000 *apud* DOMINGUES, 2009).

Fusari (1997 *apud* DOMINGUES, 2009, p. 64) relata que “os inspetores escolares do início do século XX, quando havia oportunidade, necessidade e competência, realizavam um trabalho de formação dos educadores em serviço”. Nessa perspectiva, ‘os inspetores’ podem ser tomados como os precursores dos coordenadores pedagógicos atuais.

Após a Constituição de 1891, houve mudanças na função de inspeção, porém o Estado Brasileiro mantinha-se nos moldes de uma postura tradicional imperativa, sem inovações durante os primeiros quinze anos.

No período de 1920 a 1930, surgem profissionais da educação conhecidos como “técnicos em escolarização”; surge também a ABE - Associação Brasileira de Educação, em 1924, o Departamento Nacional em Ensino e o Conselho Nacional de Ensino, através da reforma de João Luís Alves⁸ de 1925, em substituição ao Conselho Superior de Ensino, separando assim a parte administrativa da parte técnica, que entre 1911 e 1925 estavam vinculadas a esse Conselho.

Esse foi um passo importante para a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e “propiciou o surgimento da figura do supervisor, distante da figura do inspetor e diretor pela parte administrativa” (SAVIANI, 2008, p. 161).

Após 1930, inicia-se um processo de estruturação e reestruturação do sistema educacional brasileiro com as reformas de Francisco Campos (1931) e Capanema (1942-1946), questão esta mais bem detalhada no item seguinte.

1.2 A reestruturação do Sistema Educacional Brasileiro e a construção da função de Coordenação Pedagógica pós 1930

Outro momento importante da história da educação no Brasil aconteceu em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁹; com ele surgiram novas ideias e propostas

⁸ Ministro da Justiça e Negócios Interiores (SAVIANI, 2009).

⁹ Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. Segundo o documento, a causa principal dos problemas na educação está na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Os 26 educadores entendiam que nunca chegamos a possuir uma cultura própria, nem mesmo uma cultura geral que nos convencesse da existência de um problema sobre objetivos e fins da educação (MENEZES, 2001).

relacionadas ao ensino público, objetivando implantar um novo modelo de educação com auxílio de educadores, intelectuais e pensadores.

A década de 1920 teve como aspecto marcante, o surgimento dos “profissionais da educação” e o aparecimento dos “técnicos em escolarização”, como resultado do Movimento dos Pioneiros da Escola Nova. O surgimento dessas duas categorias fez emergir a separação entre a dimensão administrativa e a dimensão pedagógica e, conseqüentemente, isso foi condição para surgir a figura do supervisor, distinto do inspetor e do diretor. Isso pode ser percebido na Reforma de Francisco Campos, em 1931, na qual já havia a ideia de supervisor, embora com algumas indefinições, sobretudo, no que diz respeito à inspeção (TEIXEIRA, 2020, p. 65).

O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e seis intelectuais sendo considerado um marco inaugural de renovação educacional no país. Propunha que o estado organizasse um plano geral de educação além de defender uma escola laica, obrigatória e gratuita, após constatar-se a desorganização do aparelho escolar. O movimento sofreu fortes críticas da igreja católica que queria continuar dominando e controlando a população através da educação (SAVIANI, 2008).

Vários conflitos vinham ocorrendo no campo educacional, entre os anos de 1920 e 1930, centrado na necessidade de criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Lei que demorou treze anos para ser aprovada, em decorrência de disputas entre os que defendiam uma escola pública e laica e o setor educacional privado confessional.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi citada na Constituição Federal de 1934, sendo dedicado um capítulo inteiro a respeito da necessidade de se traçar diretrizes para educação nacional, em 1948 foi encaminhado o primeiro projeto de lei ao Poder Legislativo, com uma demora de treze anos para análise do seu conteúdo foi promulgada em 1961 no governo de João Goulart. Lei número 4.024/61¹⁰, que em seu título VIII os artigos 62, 63, 64 e 65 destacam:

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais

¹⁰ A Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na Administração do Ensino fica resolvido que o Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem. Para tanto, no desempenho de suas funções, o Ministério da Educação e do Desporto contará com a colaboração do Conselho Nacional de Educação e das Câmaras que o compõem (BRASIL, 1961).

de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário.

Art. 65. O inspetor de ensino, escolhido por concurso público de títulos e provas deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício de funções de magistério de auxiliar de administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensino.

Surgiu, assim uma primeira função (modelo) do coordenador pedagógico no ano de 1961, no estado de Guanabara (estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro), recebendo a denominação de coordenador distrital e era considerado como fiscalizador da prática docente. De acordo com Silva:

(...) basicamente a principal função do coordenador pedagógico era a de supervisionar e controlar as condições de aplicação dos conteúdos aos alunos e verificar se os processos pedagógicos estavam sendo aplicados de acordo com as normas e leis vigentes (SILVA, 2013, p. 15).

Somente no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), a função do Supervisor Escolar começa a se delinear, com a ida de professores para se especializarem nos Estados Unidos. Houve forte influência dos Estados Unidos sobre o modelo da supervisão escolar brasileira, período em que foi acordado um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e os Estados Unidos. Com os acordos políticos e financeiros com o capital estrangeiro surgiu o Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar – PABAE. E.

Domingues argumenta que:

Com as transformações políticas e econômicas da década de 1950 e o Plano de Assistência Brasileiro-Americana no Ensino Elementar – PABAE, surge a Supervisão escolar, fato que coincide com a criação das habilitações em Pedagogia (1969), dentre elas a de Supervisão Escolar. Com a posterior integração das concepções e funções da inspeção e da supervisão, feita pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional 5692/71, o supervisor passa a assumir uma função fiscalizadora do sistema, bem como a de orientação pedagógica (DOMINGUES, 2009, p. 64).

Neste momento, a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek buscava uma nova dimensão em vários setores da sociedade e a educação foi um deles. Essas políticas desenvolvimentistas e de modernização incidiram sobre o processo educacional brasileiro focado na necessidade de formação de mão de obra qualificada e expansão do ensino superior, bem como o aumento dos investimentos na educação e na formação de professores. Esse acordo foi assinado pelo Secretário de Educação e Cultura do governo Kubitschek, Clóvis Salgado; e

teve como prioridade a formação de professores, a elaboração de materiais didáticos e o envio aos Estados Unidos de docentes do ensino elementar para realizar cursos de aperfeiçoamentos.

De acordo com Nogueira (2000 *apud* TEIXEIRA, 2020, p. 71), o contexto socioeconômico, o modo como o especialista em supervisão é inserido na escola brasileira, bem como a sua formação permitem entender esse profissional que seguiu pela direção de reprodutor do sistema e, conseqüentemente, tornou-se fiscal do trabalho do professor.

Rego (2011) aponta que nesse período foi firmado um convênio do MEC, de 1957 até 1964. Juscelino Kubitschek tinha como *slogan* para concretização dessa política “cinquenta anos em cinco” que objetivava o crescimento e desenvolvimento econômico do país em cinco anos, para isso foi criado o ‘Programa de Metas’ que, para Ianni (1996), visava transformar a estrutura econômica do país alicerçada em investimentos para a criação de indústrias de base e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial.

Ianni (1996) considera que uma das conseqüências desse novo processo implicou na emergência de novas situações, como a necessidade de mão de obra qualificada (homens e mulheres alfabetizados/as e instruídos/as que pudessem trabalhar na indústria brasileira).

Perante esse cenário foi essencial pensar na formação da classe trabalhadora e em políticas que pudessem sanar a escassez da mão de obra especializada. Dessa forma, a educação foi escolhida como “carro-chefe” nesse processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira, evidenciando a apresentação da Educação como sinônimo de desenvolvimento. Foram destinados investimentos no campo educacional, exclusivamente ao pacote direcionado à assistência à América Latina que foi introduzido pelo governo norte americano.

Segundo Paiva e Paixão (2002), a partir do acordo sobre Serviços Técnicos Especiais¹¹, o governo americano concordou em colocar à disposição do governo brasileiro serviços técnicos¹²,

São os seguintes os objetivos do PABAE: 1. Aperfeiçoar grupos de professores para escolas normais do Brasil, e orientadoras do ensino primário. 2. Produzir ou adaptar materiais didáticos para serem usados nos treinamentos de professores, e distribuí-los.

¹¹ Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE) é um órgão conjunto do governo federal do Brasil, do governo de Minas Gerais e do governo dos Estados Unidos da América do Norte, destinado ao aperfeiçoamento de professores. Conjuntamente administrado e financiado, de acordo com os convênios do Ponto IV de 1953 e 1956, o PABAE está localizado no Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte (PAIVA; PAIXÃO, 2002).

¹² As inovações práticas e conceituais desses trabalhos diminuiria custos de transportes e de produção no país; além disso, as ideias de que os investimentos públicos e do capital privado internacional seriam complementares favoreceriam a perspectiva de que capitais públicos nacionais e privados seriam também complementares na busca pelo desenvolvimento do País (GOMES, 2009).

3. Selecionar professores competentes a fim de enviá-los aos Estados Unidos para um curso em educação elementar. O trabalho primordial do PABAE, atendendo a seu principal objetivo, que é o aperfeiçoamento de professores, se realiza através de cursos. O PABAE ministra, anualmente, dois cursos com duração de um semestre, com início em princípios de fevereiro e em fins de julho, a professores de escolas normais, ou professores que exerçam ou venham a exercer cargos de orientação técnica (PAIVA; PAIXÃO, 2002, p. 78-79).

Salvador (2000) aponta que não houve nenhuma análise crítica relacionada a realidade brasileira. Ainda, segundo a autora:

A supervisão educacional brasileira é produto da assistência técnica norte-americana. O supervisor tornou-se um reprodutor do sistema e fiscal do trabalho docente por sua origem e formação no Centro de Treinamento do Magistério via PABAE, em Belo Horizonte, depois, em São Paulo, no Departamento de Assistência Pedagógica (DAP), durante as décadas de 60 e 70 [Sic.], e mais tarde em nível superior, priorizando a metodologia numa visão tecnicista. (SALVADOR, 2000 p. 41)

Com o PABAE, o conceito de supervisão começou a ser expandido no país, até a promulgação da segunda LDB brasileira.

1.3 A Lei 5.692/71 e o surgimento do coordenador pedagógico: controle e fiscalização sobre as atividades educacionais

Com o golpe de estado de 1964 e implantação no país da ditadura civil-militar é instituída oficialmente a função de supervisão educacional nas escolas brasileiras atrelando os projetos educacionais aos interesses econômicos e militares do período, baseado no controle e vigilância do trabalho do professor.

A partir do golpe de 1964 o Estado criou mecanismos expressivos de ordem legal que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como um negócio rentável. Os governantes militares tentaram se desobrigar de financiar a educação pública e gratuita, e estabeleceram as condições legais que viabilizassem a transferência de recursos públicos para a rede particular.

É promulgada nesse período a segunda LDB de número 5.692/71 sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici, atendendo assim os objetivos do governo militar.

Essa Lei passa a estabelecer, a partir de um viés tecnicista e controlador,

(...) uma regulamentação da organização das atividades docentes e não-docentes dentro da instituição escolar, entre elas a de supervisor pedagógico, que, tendo um perfil definido em meio ao autoritarismo militar e um tecnicismo que influenciava a área pedagógica, passou a ter um papel importante no desenvolvimento do trabalho docente na escola (VENAS, 2012, p. 04).

Neste processo a educação passa por algumas reformas, entre elas, a reforma do ensino de 1º e 2º graus, a obrigatoriedade de curso superior para inspetores, supervisores, administradores e especialistas, como explicitado no artigo 33 desta lei:

Art. 33. A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação (BRASIL, 1971).

Influenciados pelo momento político que assolava o país e as teorias educacionais da época como a Pedagogia Tecnicista, os supervisores mantinham uma total rigidez e controle no ambiente escolar.

Durante as décadas de 1960 e 1970, os órgãos centrais de educação esperavam que o supervisor escolar atuasse de acordo com o que lhe era atribuído, ou seja, servir ao propósito de fiscalizar e controlar as atividades desenvolvidas pelos professores, por meio da ação de coordenar e de controlar os conteúdos curriculares. Entretanto, com as mudanças políticas desencadeadas durante a década de 1980, a sociedade e, por sua vez, a escola e seus profissionais passaram a refletir sobre o seu papel social (TEIXEIRA, 2020, p. 72).

Já em seu artigo 10, a LDB (5.692/71) instituiu a obrigatoriedade da orientação educacional e o aconselhamento vocacional, porém, essa prática já acontecia no estado de São Paulo, e a partir da implantação da lei, esse cargo foi instituído em todos os estados brasileiros.

Em 1974 é promulgada uma Lei Complementar nº 114/74, estadual, alinhada à Lei 5.692/71, de âmbito federal, que institui o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo. De acordo com esta lei:

Artigo 1º - Este Estatuto organiza e rege o Magistério Público de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo, de acordo com a Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
Artigo 2º - São atividades de magistério para efeito deste Estatuto as atribuições do professor e as do especialista de educação que, direta ou indiretamente vinculados à escola, planejam, orientam, dirigem e supervisionam o ensino (SÃO PAULO, 1974).

Cabe destacar que esta Lei compôs o quadro de docentes e de especialistas de educação da seguinte forma:

Artigo 9 - A Carreira do Magistério é constituída de: II - cargos de Especialistas de Educação, com as classes: a) Orientador Educacional; b) Diretor de Escola; c) Supervisor Pedagógico.

Artigo 10 - São funções do Quadro do Magistério: I - Assistente de Diretor de Escola; II - Coordenador Pedagógico; III - Professor-Coordenador.

Surgindo assim, no estado de São Paulo, duas novas funções: a de Coordenador(a) Pedagógico(a) e a de Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a). Sendo que, as diferenças entre elas não são definidas, apenas cita que as escolas poderão ter Coordenador(a) Pedagógico(a) (CP) e Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) (PCP), apenas com destaque para que o professor candidato tivesse cinco anos de experiência e habilitação em Supervisão Escolar para o cargo de Coordenador(a) Pedagógico(a) e para ser Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) possuísse três anos de exercício no magistério e curso superior com graduação correspondente à licenciatura.

Artigo 12 - Haverá em cada escola 1 (um) Coordenador Pedagógico. Parágrafo único - A designação para a função de Coordenador Pedagógico será feita na forma que dispuser o regulamento e deverá recair em Professor que tenha: 1. Curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena em Pedagogia; 2. Preferencialmente, habilitação específica em Supervisão Escolar; 3. No mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício docente na carreira do Magistério.

Artigo 13 - Poderá haver Professor-Coordenador de áreas do Currículo Pleno, de acordo com a amplitude e a organização básica da escola, na forma que dispuser o regimento escolar.

Parágrafo único - A designação para função de Professor-Coordenador deverá recair em Professor que tenha: 1. Curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena em, pelo menos, uma das disciplinas integrantes da área em que deva atuar: 2. no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício docente na carreira do Magistério.

No final da década de 1970 e início da de 1980 várias mudanças no cenário político do país reivindicam a reformulação das diretrizes pedagógicas. Assim, alguns estados começam a utilizar o termo coordenador pedagógico, que assumiria a função antes de desempenhada pelo supervisor pedagógico (VENAS, 2012, p. 05).

Inicia-se neste contexto, anos 1980, em substituição a função do supervisor escolar, a construção da identidade do coordenador pedagógico.

Nesse momento que começou a ser sistematizado um novo modo de compreender o trabalho desse profissional que passou a ser denominado coordenador pedagógico. Como tal, já não lhe competia a fiscalização do trabalho do professor, mas tornou-se responsável pela articulação dos processos de formação contínua na escola (TEIXEIRA, 2020, p.77).

Porém a legitimidade da função só iria ocorrer a partir dos anos 1990 através da lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), mais bem descrita no próximo item.

1.4 A coordenação pedagógica a partir dos anos de 1990

A década de 1990 na educação é um momento de significativas transformações do cenário escolar brasileiro.

Em 1996 é instituída a terceira Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nela, “a autonomia do Município é reafirmada, e faz-se permitida a organização de seu sistema de ensino, possibilitando a criação de órgãos colegiados para a fiscalização do mesmo” (PEREIRA, 2008, p. 17).

O artigo 6, desta lei, assegura a criação de Estatutos e Plano de Carreira do Magistério e Concurso Público para os seus profissionais.

Nesse cenário, “apesar de continuar amparada na lei nº 5.692/71, a nomenclatura de supervisor pedagógico começa a entrar em desuso, sendo utilizada, em seu lugar, a denominação de coordenador pedagógico” (VENAS, 2012, p. 05).

O artigo 64 desta estabelece que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação.

Esse artigo revela ainda uma flexibilização nos processos de formação docente, comprometendo, desse modo, a construção de uma identidade profissional, pois

Percebe-se que a nova LDB vem dar respaldo a formação do supervisor coordenador, exigindo como formação mínima para atuação desses profissionais a graduação em cursos de pedagogia ou pós-graduação a depender da instituição de ensino, uma formação condizente com a nova realidade desse profissional, uma vez que o paradigma de formação, de forma exógena não possibilitou a este profissional realizar um trabalho que contribuísse para melhoria da educação (REGO, 2011).

A partir da nova LDB no Estado de São Paulo, por sua vez, em 1997 foi implementada pela Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997. Ela instituiu Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os Integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas. Nessa Lei, no artigo 5, fica destinado posto de trabalho específico ao Professor Coordenador, sendo que, o inciso 2 do artigo 5, esclarece que:

§ 2º - Pelo exercício da função de Professor Coordenador, o docente receberá, além do vencimento ou salário do seu cargo ou da sua função-atividade, a retribuição correspondente à diferença entre a carga horária semanal desse mesmo cargo ou função-atividade e até 40 (quarenta) horas, na forma a ser estabelecida em regulamento (SÃO PAULO, 1997).

Posteriormente, com a aprovação, em âmbito nacional, nos anos 2000, da Resolução CNE nº 01/2006 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Licenciatura), o curso passa a destinar-se à formação de professores para exercer as funções de Magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio (modalidade Normal), de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas passíveis de conhecimentos pedagógicos. A partir dessa resolução constituiu-se como atribuição do pedagogo, o planejamento, a execução, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares.

Cruz (2009, p. 199), a partir de suas pesquisas com pedagogos formados nesta situação, considerava que “de algum modo, as habilitações contribuíram para definir com mais clareza o papel a ser desempenhado pelo pedagogo”. A partir da publicação da Resolução CNE 01/2006 ocorreu o desdobramento da formação do pedagogo com a extinção das habilitações.

Em 2009, a Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação (MEC) lança o Projeto pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em coordenação pedagógica (BRASIL, 2009)¹³.

De acordo com Domingues (2009), nos últimos anos, pouco se tem feito no sentido de promover a formação reflexiva do(a) coordenador(a) pedagógico(a). Os cursos oferecidos aos coordenadores pedagógicos na rede municipal de ensino de São Paulo, por exemplo, caracterizam-se por estarem altamente atrelados à implementação dos projetos de governo, configurando-se como instrucionais e sendo organizados desta forma desconsideram os saberes dos coordenadores e de professores e a possibilidade de autonomamente cada escola optar por seus projetos de formação.

Franco (2012) reitera que o espaço do coordenador pode, por vezes, não lhe ser garantido, por motivos variados que abrangem desde aspectos legais da função até a rotatividade do grupo de professores na escola, prejudicial à consolidação de um processo contínuo de formação no ambiente escolar. Assim, como o monopólio pelas relações de poder,

¹³ O curso destinava-se aos Coordenadores Pedagógicos e/ou profissionais que exercem função equivalente e integram a equipe gestora da escola de Educação Básica (VENAS, 2012, p. 102).

envolvimento demasiado nas demandas burocráticas, falta de recursos estruturais e outros fatores, a coordenação pedagógica escolar vive entre o fazer pedagógico real e o que seria ideal.

Além de aspectos relacionados à complexidade do cotidiano da ação da coordenação, outros aspectos influenciam a sua atuação: por trazer no seu histórico características da atuação supervisora – fiscalização e controle – e, ainda por ser, em alguns momentos, tratada como sinônimo da supervisão, a coordenação atualmente se depara, também, com o desafio de se firmar com uma nova roupagem, não mais impregnada com a característica inspetora (MACEDO, 2016).

Isso traz a necessidade de questionamento sobre o seu papel, a sua característica e o perfil do profissional para exercê-la, ou seja, busca um questionamento capaz de refletir a sua busca e a afirmação de uma identidade própria (MACEDO, 2016).

Para Macedo (2016), o papel do supervisor escolar esteve, historicamente, pautado no controle das ações da escola. Mais do que o acompanhamento do trabalho do professor, a atuação do supervisor esteve atrelada à fiscalização e não raro, à burocratização do ensino. Em virtude disso (MACEDO, 2016), podemos observar ainda práticas pedagógicas apoiadas na fiscalização, como também iniciativas que tentam fazer uma reflexão contínua sobre a qualidade das intervenções e das parcerias que se estabelecem no interior das instituições de ensino.

Essa especificidade de função pode ser percebida, por exemplo, no estado de São Paulo, no qual as mudanças foram sentidas com a instituição da Jornada Única (1988) e do Horário de Trabalho Pedagógico (HTP) que promoveram a ampliação do quadro da coordenação pedagógica e as discussões coletivas dentro da escola (DOMINGUES, 2009). Para Domingues:

Ampliaram-se as demandas de trabalho para o coordenador pedagógico, bem como as pesquisas sobre a atuação deste profissional, cada vez mais associada à formação do docente na escola, situação que vem se consolidando do ponto de vista institucional e administrativo, ressignificando o papel da formação de professores e os conhecimentos para a formação em serviço, com destaque para a reflexão sobre a epistemologia da prática docente, que aproxima a produção teórica da didática da prática cotidiana das escolas (DOMINGUES, 2009, p. 66).

O papel do coordenador pedagógico, no contexto desse movimento histórico, vem sendo ressignificado e sua função cada vez mais associada à formação docente em serviço. Por isso, as políticas educacionais relacionadas à formação continuada de professores e o papel da Coordenação Pedagógica serão discutidos no próximo capítulo.

SEÇÃO II - POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O objetivo desta seção é discutir a formação continuada de professores, sua conceituação no percurso das políticas educacionais no Brasil, focando sua gênese, bem como as mudanças e sucessivas reformas que aconteceram, principalmente no Estado de São Paulo¹⁴, e qual foi o papel da coordenação pedagógica, neste processo

2.1 Gênese da formação continuada de professores: algumas considerações

O tema ‘formação de professores’ remonta ao final do século XVIII após a Revolução Francesa, quando foi introduzido o desenvolvimento do processo de valorização da instrução escolar, nessa época foram criadas as Escolas Normais objetivando a formação de professores. Na visão de Saviani (2009), foi a partir daí que se introduziu a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e a Escola Normal simplesmente, também chamada de Escola Normal Primária, para preparar professores do ensino primário.

A primeira instituição de Escola Normal foi instalada em Paris, França, em 1795. Mais tarde, Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos foram instalando suas Escolas Normais, ao longo do século XIX. No Brasil¹⁵ a preocupação com o preparo e formação de professores já era registrada entre os séculos XVII e XIX.

Após a independência do Brasil, essa temática ganha força com a organização da instrução popular. Saviani (2009), analisando as questões pedagógicas relacionadas com as transformações ao longo dos tempos na sociedade brasileira, categorizou em seis períodos a história de formação de professores no Brasil:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruírem no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estendeu-se até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial foi a reforma paulista da Escola Normal, tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo

¹⁴ Estado escolhido para a realização da pesquisa em decorrência da atuação da pesquisadora.

¹⁵ O primórdio da formação de professores inicia-se, no Brasil, com o pedagogo São João Batista de La Salle, reconhecendo-o, como descreve Saviani (2009), como o precursor do primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de educadores, que instituiu o Seminário dos Mestres em 1684.

em São Paulo, em 1933. 4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971). 5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996). 6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006) (SAVIANI, 2009, p. 143).

Ainda de acordo com Saviani (2009), o primeiro período denominado “Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890)”, aconteceu nos colégios jesuítas, atravessando as aulas régias, as reformas pombalinas, chegando aos cursos superiores, que foram idealizados em 1808 por Dom João VI.

Porém é apenas em 15 de outubro de 1827, com a promulgação da Lei das Escolas das Primeiras que a formação de professores passa a ser baseada em aspectos diferentes do que era proposto pelas faculdades e administrações.

Neste período o caráter individualista predominava nos anseios iniciais de formação, pois cada um buscava para si, como podia ou onde conseguia, algum aprimoramento. Não havia um conjunto de ações que partissem de uma centralidade, de algum órgão específico, na busca por ações educativas mais ou menos uniformes pelo território nacional.

2.2 A formação técnica de professores entre as décadas de 1980 e 1990

Somente nos anos de 1980 que inauguraram um período de busca por sistematização, com introdução de elementos técnicos¹⁶ na sala de aula. A formação inicial adquire nível universitário nessa conjuntura. Nesse período, salienta Imbernón (2010), o país ingressa em um processo social e econômico, no qual, para se adequar às reformas, as universidades começam a criar programas de formação continuada de professores direcionados às práticas dirigentes de avaliação e treinamento. Tratava-se de uma época em que a racionalidade técnica predominava.

Já na década de 1990 a formação continuada alcançou a institucionalização, no afã de aperfeiçoar a prática educativa e social, de acordo com as necessidades educacionais vigentes. Imbernón reitera, entretanto, que:

A institucionalização da formação teve sua parte negativa, já que a formação do professor, historicamente envolvida por uma racionalidade técnica, com uma visão determinista e uniforme da tarefa dos professores e reforçada pelos processos de pesquisa positivistas e quantitativos que eram realizados, potencializou um modelo de treinamento mediante cursos padronizados que ainda perdura. Tal modelo de treinamento é considerado sinônimo de formação continuada e se configura como um modelo que leva os professores a adquirirem conhecimentos ou habilidades, por meio

¹⁶ Como planejamento, programação, avaliações etc. (IMBERNÓN, 2010).

da instrução individual ou grupal que nasce a partir da formação decidida por outros (IMBERNÓN, 2010, p. 19).

Esse caráter negativo expressou-se pela dificuldade do professor em aplicar sem acompanhamento, em sala de aula, os conhecimentos adquiridos nessas formações. Sobre ele recaiu a expectativa entre a formação obtida e o retorno em sala.

Entretanto,

também nessa época começaram a se desenvolver aspectos positivos: a preocupação do âmbito universitário com estudos teóricos, uma consciência maior dos professores comprometidos, que demandava uma formação na qual os professores estivessem mais implicados, o desenvolvimento de modelos de formação alternativos, como o questionamento da prática mediante projetos de pesquisa-ação, a aproximação da formação dos cursos de formação de professores, o aparecimento de grande quantidade de textos, traduzidos e locais, com análises teóricas, experiências, comunicações, assim como a celebração de encontros, jornadas, congressos e similares (IMBERNÓN, 2010, p.20).

Ainda para Imbernón (2010), é inegável que houve um avanço no conhecimento teórico e na prática da formação continuada do professor nessa época. Sendo que a maior preocupação residiu no como, de que modo e com quais modelos estabelecer a formação continuada. Essa situação acaba por tornar indispensável uma constante atualização da prática dessa formação, a qual passava por grandes mudanças na sociedade, nas instituições e nas formas de organização, com a mistura de planos de formação e de treinamentos.

Os anos de 1990 foram marcados também por mudanças educacionais no cenário mundial sob forte influência de várias organizações, principalmente, ligadas à economia e ao comércio. As mudanças ocorridas na educação brasileira tiveram a participação e forte influência dos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comunidade Europeia (CE), Organização Mundial do Comércio (OMC), Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe (PREAL), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

Brito *et al.* (2019) salientam que esses organismos, nesse momento, passaram a exercer forte influência na definição das diretrizes educacionais nos países em desenvolvimento, como o Brasil, buscando diminuir os altos índices de analfabetismo de modo que o país pudesse atender as exigências do mercado competitivo.

Os Organismos Internacionais (OIs) especialmente Banco Mundial¹⁷ e UNESCO apontam tendências para o trabalho dos professores brasileiros, em relação ao processo de redefinição do financiamento das políticas públicas.

Nesse contexto, para Scaff (2000), os OIs ocupam lugar de destaque, como agentes centrais na implementação de programas de ajuste, os quais visam assegurar o pagamento da dívida dos países em desenvolvimento e orientar as políticas segundo pressupostos neoliberais.

O Banco Mundial propôs um pacote de reformas, em 1995, para os países em desenvolvimento, o qual primava pela maior prioridade à educação; maior atenção aos resultados; investimento público focalizando a educação básica; maior atenção à equidade; maior participação familiar e maior autonomia às instituições.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96, os sistemas de ensino passam a promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes “a formação contínua visando ao aprofundamento e atualização de sua competência técnica” (BRASIL, 1996).

Santos (2005) nos alerta que a problemática da formação continuada não deve estar apenas centralizada na dimensão do saber-fazer, pois reflete um reducionismo técnico. Reduccionismo este que atribui à formação apenas o aspecto de evolução funcional que, para o autor, não contribui para um projeto efetivo de desenvolvimento profissional.

Ainda de acordo com Santos (2005), a formação continuada de professores pode se dar por meio de várias agências formadoras (programas de pós-graduação; congressos; jornadas; encontros; cursos de extensão universitária); de agências formadoras em conjunto com agências empregadoras (programas de formação inicial para professores em exercício; programas de pós-graduação *lato sensu*; parcerias/convênios entre sistemas de ensino e universidades); de agências empregadoras exclusivamente¹⁸ (programas de formação contínua em serviço – cursos, Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo, grupos de estudo; congressos; jornadas; encontros) e através da autoformação dos próprios professores (hábito de leitura; sistematização da própria prática de ensino).

Em 1997, segundo Scaff (2000), o relatório do Banco Mundial, apresentando estratégias de assistência ao Brasil, definiu algumas linhas de ação a serem desencadeadas em parceria com o governo brasileiro, entre elas estavam a intenção do Banco em desenvolver parceria de

¹⁷ Em documento, o Banco Mundial afirma que a educação deve produzir conhecimentos, capacidades, valores e atitudes, pois isto é essencial para a ordem cívica, para a cidadania, para um crescimento econômico sustentável e para a redução da pobreza; por outro lado, suas medidas só servirão para afirmar uma sociedade excludente, onde cada um tem seu lugar próprio, pobre com trabalho de pobre, rico com trabalho de rico (GOMES *et al.*, 2009).

¹⁸ Nesse âmbito, nas práticas de formação contínua em que as agências empregadoras são protagonistas, identificamos o papel do coordenador, o qual se encarrega, no âmbito educacional, da proposição dos Programas de Formação Contínua em Serviço relacionados à formação docente (SANTOS, 2005).

longo prazo para que a meta da educação primária fosse alcançada por volta de 2007. Outro ponto era o enfoque do Banco nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, com meta de desenvolvimento da primeira infância, educação básica e talvez secundária. O Banco apoiaria os esforços do governo para obter esses resultados através de um aumento de tempo de instrução e qualidade de ensino.

De modo geral, o Banco Mundial priorizou a educação fundamental visando formas de “reduzir a pobreza”, pois o relatório concluía que os baixos níveis de educação determinam os altos índices de pobreza. Nesse ponto percebemos a educação vista como investimento econômico. A própria UNESCO (SCAFF, 2000) a definia como não apenas uma despesa social, mas também como um investimento econômico e político, gerador de benefícios de longo prazo.

Por outro lado, Brito *et al.* (2019) entendem que essas reformas educacionais como política pública passam a ser compreendidas como instrumentos usados pelo Estado com o intuito de garantir as bases do sistema de acumulação, controle social, competitividade e ajustamento estrutural. Assim,

(...)as políticas de formação docente, por sua vez, inseridas nesta mesma lógica, como parte do pacote de reformas implementado a partir da década de 1990, anunciam a necessidade de uma nova educação, um novo professor e novas práticas pedagógicas, ancoradas no discurso de que esse profissional não está preparado para exercer suas atividades laborais e de que suas práticas são ultrapassadas e pouco eficazes (BRITO *et al.*, 2019, p. 03).

A partir dessas considerações pode-se dizer que a convergência de interesses entre a UNESCO e o Banco Mundial, estavam voltados para o setor privado.

(...) não é papel da escola fornecer conhecimentos técnicos e profissionais, os quais podem ser adquiridos no próprio local de trabalho, posto que dependem de treinamento simples. À educação formal ficaria o papel de proporcionar o acesso ao conhecimento geral, prioritariamente em nível básico, para aquelas pessoas que normalmente possuem dificuldade de acesso à educação (pobres), de forma que adquiram os conhecimentos necessários à sua maior facilidade de adaptação no mundo do trabalho e na sociedade como um todo (SCAFF, 2000, p. 68).

Ao mesmo tempo em que não se pode negar a importância do reconhecimento por parte do Banco Mundial da necessidade de garantia universal ao Ensino Fundamental, essas políticas trazem em seu escopo um agravamento da desigualdade social, pois separam o que é prioridade para a classe trabalhadora (ensino básico) daquilo que é oferecido aos mais privilegiados, os demais níveis de ensino.

Scaff (2000) pondera ainda que a UNESCO propõe uma educação que se estenda ao longo de toda vida, como um serviço social desejável. Nesse âmbito, as orientações neoliberais, representadas pelos Organismos Internacionais, trazem grandes mudanças, com consequente reestruturação dos serviços públicos, nos quais o professor está inserido.

Quanto aos professores, a UNESCO ressalta a valorização da formação inicial desses profissionais, a qual deveria ser completada pela formação contínua¹⁹, responsável pela atualização da informação e comunicação. Nesse sentido, o Banco Mundial (BM) também valoriza esta formação, ou em serviço, pois entende que essa formação continuada contribui para a melhoria do sistema de ensino como um todo. O BM recomendava, ainda, que essa formação continuada fosse feita à distância, pela eficiência em relação aos custos.

Ainda parafraseando Scaff (2000), esse interesse de implementação de políticas dos organismos internacionais na formação de professores no Brasil parte do princípio de que o trabalho do professor não está restrito apenas ao âmbito escolar e pedagógico, mas às políticas públicas do Estado e aos vários fatores relativos à concepção da sociedade e sua relação com o trabalho.

Esta percepção pode ser vislumbrada na mudança da ênfase das políticas neoliberais; o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, por exemplo, no papel de organismos responsáveis pelos ajustes nos países em desenvolvimento, influenciaram diretamente as políticas públicas brasileiras em toda a década de 1990.

As reformas realizadas no contexto educacional dos anos de 1990 estruturadas junto à reforma do Estado provocaram a necessidade de criação de documentos oficiais que regulamentassem as mudanças na área de formação de professores. Desse modo, foram criados diversos documentos na legislação brasileira para regulamentar a educação no país, nos quais, a formação continuada de professores ganhou visibilidade (BRITO *et al.*, 2019).

Essas reformas, que serão abordadas no próximo tópico, apontavam a necessidade de um novo professor e novas práticas pedagógicas; assim, a formação docente passou a ser uma necessidade para o exercício da profissão, passando a ser considerada como fundamental para a melhoria da qualidade da educação mensurada pelo mercado.

¹⁹ Aos profissionais da Educação Básica.

2.3 A década de 2000 e os processos de formação continuada de professores em serviço

A década de 2000 inaugura uma “nova” etapa, na busca por alternativas de formação, tanto na forma de fazê-la quanto no como. Imbernón (2010) comenta que se tinha, nessa época, a percepção de que os sistemas anteriores não funcionavam para educar a população deste novo século e de que as instalações escolares não eram adequadas a uma nova forma de ver a educação. Surgiu, assim, uma problemática institucional, na qual os professores buscavam uma formação assentada na prática reflexiva, com a criação de espaços e recursos para construir a aprendizagem utilizando projetos inovadores na educação, pautadas na racionalidade técnica e na assimilação de estratégias através de seminários e oficinas.

Cabe ressaltar que tais mudanças corroboraram por uma cobrança, por parte dos professores, ao Estado brasileiro, por formação continuada em serviço. Essa expressão ‘educação continuada’ servia como crítica aos termos anteriores: como treinamento, capacitação, reciclagem, dentre outros impostos até meados de 2000, os quais não conseguiam contemplar a formação docente em suas diferentes dimensões²⁰.

Destaca-se neste período a Lei nº 10.172, responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001. O documento, criado a cada dez anos, traça diretrizes e metas para a educação brasileira, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim do prazo determinado.

Um fato marcante deste documento é a formação continuada entendida como estratégia essencial para a melhoria da qualidade da educação, a qual deveria abrir novas possibilidades no exercício profissional. Nele, entendia-se que a formação continuada do magistério era parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e visava à abertura de novas estratégias na atuação profissional, sendo que a finalidade dessa formação seria o aperfeiçoamento técnico, ético e político da prática profissional.

As diretrizes do PNE (2001-2010) eram compostas pela erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção da sustentabilidade socioambiental; promoção humanística, científica e tecnológica do país; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

²⁰ Christov (2009), pressupõe que os programas de educação continuada indicam que seu sucesso depende da reflexão sobre a prática dos educadores envolvidos, focando as transformações desejadas para a sala de aula e a constituição da autonomia intelectual dos envolvidos.

valorização dos profissionais da educação; e difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Os objetivos principais versavam sobre a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.

As prioridades foram, então, dispostas como garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso, permanência na escola e a conclusão desse ensino; garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíra.

Além disso, o desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino também foi considerado objetivo do PNE. Também, ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a Educação Infantil, o Ensino Médio, Educação Superior e valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deveria ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores, devido à reação em cadeia da melhoria do ensino quando isso ocorre.

Este Plano Nacional de Educação definiu, ainda, as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação; as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, por dez anos. Além disso, tratando-se de metas gerais para o conjunto da nação, evidenciou a necessidade da adequação às especificidades locais e definição de estratégias adequadas, à cada circunstância e elaboração de planos estaduais e municipais. Um dos destaques deste processo é a meta 16 que, prevê a necessidade de assegurar aos professores da educação básica formação em nível de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e formação continuada para todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação.

Vencido o prazo da Lei nº 10.172, é instituído um novo PNE em 2014, que retomou metas não atingidas pelo plano anterior.

O novo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, tem o período de vigência de 2014 a 2024 o documento foi construído a partir do planejamento e discussões de vários segmentos da sociedade civil.

O PNE surge com o intuito de reforçar o art. 214 da Constituição Federal que estabelece uma articulação entre o sistema nacional de educação em regime de colaboração, por meio de ações integradoras dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: 15) erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; 16) melhoria da qualidade do ensino; 17) formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País. A Lei nº 13.005/2014 discorre a respeito do professor da Educação Básica em quatro metas: Formação de Professores; Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores; Valorização do Professor; Plano de Carreira Docente. Observamos, portanto, um expressivo número de metas voltadas especificamente ao principal profissional responsável pelo processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, o professor o que diz respeito à formação do professor que atua na Educação Profissional, a estratégia 15.3 diz que é preciso desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes (MORAIS, 2017, p. 274).

Outro documento importante no contexto das políticas de formação docente é a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica.

Nas palavras de Dourado:

(...) as novas DCNs enfatizam a necessária organicidade no processo formativo e sua institucionalização ao entender que o projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de ensino e instituições de educação básica envolvendo a consolidação de Fóruns Estaduais e Distrital Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de cooperação e colaboração. Tais questões implicam novos horizontes à dinâmica formativa dos profissionais do magistério da educação básica, pois a garantia do direito à educação a grupos e sujeitos historicamente marginalizados exige transformação na forma como as instituições de educação básica e superior estruturam seus espaços e tempos, suas regras e normas, incorporam novos materiais e recursos pedagógicos (DOURADO, 2015, p.307 *apud* BRITO *et al.*, 2019, p.10).

Intempestivamente, outra legislação se interpôs, antes que a implementação da Resolução de 2015 estivesse concluída, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, por sua vez, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Essa resolução se fundamenta, entre outras referências, no inciso 1º do artigo 9º e no artigo 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Isso significa que a formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

Assim, para o exercício profissional das funções relativas a essas áreas, a experiência docente é pré-requisito, nos termos das normas de cada sistema de ensino, conforme o disposto no inciso 1º do art. 67 da LDB, ou seja, se faz necessária experiência na prática profissional para assumir cargos de professor(a) coordenador(a) pedagógico(a), por exemplo, haja vista entender a dinâmica docente seja fundamental para direcionar estudos e formações aos professores.

Quanto à formação para atividades pedagógicas e de gestão, acrescenta-se na legislação sobre formação continuada, se alinhando à BNCC e BNC-Formação de 2019, a BNC-Formação Continuada: Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, a qual dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

A BNC-Formação Continuada de 2020 é baseada em três eixos que norteiam a formação inicial e continuada dos docentes: conhecimento, prática e engajamento. O conhecimento se refere ao domínio dos conteúdos pelo professor, assim como sua capacidade de ensiná-los. A prática, deriva do planejamento das ações de ensino e o engajamento, por sua vez, corresponde ao comprometimento do docente com a profissão e com a aprendizagem dos alunos. O problema do reducionismo da prática pedagógica a esses três eixos é a limitação do diagnóstico que advém dele, pois desconsidera fatores extraclasse e internos à escola na formação do aluno; esse reducionismo acaba por atrelar a responsabilidade do ensino bem-sucedido ao professor, como se só sua ação fosse suficiente para a obtenção de qualidade na educação.

É importante ressaltar que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC²¹) também percebemos uma outra problemática, ao atribuir ao professor grande parte da responsabilidade

²¹ A BNCC tem como autoria o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foram parceiros principais o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

sobre o processo de ensino-aprendizagem do aluno, uma vez que a BNCC, “ao focar a descrição de tópicos de conteúdos e o seu detalhamento, secundariza os fundamentos que sustentam os perfis formativos dos professores, os seus saberes e o contexto do seu entorno” (SILVA, 2020, p. 86). Mais uma vez Silva:

(...) a prescrição detalhada de conteúdos se coaduna com a tendência tecnicista de educação, para a qual não é necessário que o professor seja o autor principal do seu trabalho, bastando a ele desenvolver o que foi prescrito por supostos especialistas (SILVA, 2020, p. 86).

Quem está por trás da BNCC são instituições e empresas como: Fundação Roberto Marinho, Instituto Itaú/Unibanco, Banco Mundial, Fundação Lemann, Fundação Ayrton Senna, a ONG Todos pela Educação (dentre outros) ou seja, empresários interessados no dinheiro da educação, na alienação e controle docente. As orientações da formação de professores são na perspectiva da pedagogia das competências e por meio de treinamentos em serviço apenas voltados para a aplicação de um currículo (material didático) já definido pelas empresas educacionais privadas que passam a decidir a metodologia do professor.

Podemos inferir que a BNCC é uma reedição do tecnicismo que reduz a formação dos indivíduos meramente para dimensão da execução de tarefas.

2.4 O papel da coordenação pedagógica na formação continuada de professores

O(A) professor(a) coordenador(a) pedagógico(a) (PCP) caracteriza-se como o agente, no ambiente escolar, que direciona a formação continuada dos docentes, considerando as particularidades de cada escola/região.

É o profissional responsável pela organização do tempo escolar que garanta a regularidade dos encontros da equipe pedagógica e contextualize os temas que serão abordados para que estudos e discussões se tornem meios de aprendizagem no interior da escola. Também cabe ao PCP a mobilização do corpo docente para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com a proposição de medidas relacionadas ao currículo, aos processos de ensino e de aprendizagem, às avaliações, aos materiais didáticos e pedagógicos e às questões disciplinares das interações com a comunidade.

(UNDIME). Dentre os apoiadores destacamos a Organização não Governamental (ONG) Movimento pela Base Nacional Comum e as fundações privadas Lemann e Vanzolini, ambas interessadas em parcerias com o Estado desde a formulação de projetos para a formação de professores até a produção de material didático em consonância com o ideário da BNCC (SILVA, 2020, p. 84).

No desenvolvimento dos Horários de Trabalho Pedagógicos Coletivos (HTPCs), a tarefa do Coordenador Pedagógico reside em planejar as reuniões e as formas de avaliação, registrar as discussões, os avanços, as dificuldades detectadas, ações e intervenções propostas e decisões tomadas (LOURENÇO, 2014). O papel do Coordenador Pedagógico é central neste procedimento como articulador do processo formativo continuado da equipe de professores.

Além disso, o Coordenador Pedagógico nas escolas tem reflexos no desenvolvimento dos alunos e nas relações estabelecidas com seus pais, mesmo que sua atuação esteja essencialmente articulada com a formação dos professores. Ele é intermediário nos processos formativos cotidianos dos docentes, com a transposição da teoria e da prática na formação profissional dos professores.

Nesse contexto,

(...) o coordenador pode ser compreendido como um elo entre os docentes e as determinações das políticas públicas, ou como um articulador das decisões coletivas visando ao pleno desenvolvimento da atividade pedagógica, em prol da aprendizagem dos alunos e do aprimoramento dos professores e, ainda assim, sua ação poderá produzir aproximação ou afastamento, atenção ou resistência, pautadas na compreensão subjetiva do papel deste profissional. Contudo, se os coordenadores não considerarem os saberes docentes, ou mesmo se não os ouvir no processo de formação, as manifestações podem tornar-se ainda mais difíceis (DOMINGUES, 2009, p. 163).

Para Garrido (2000 *apud* LOURENÇO, 2014), por sua vez, as atribuições de Coordenador Pedagógico, no que diz respeito à dimensão da formação dos professores,

Têm como base a promoção da articulação da equipe escolar para elaboração do projeto político pedagógico da escola, a mediação das relações interpessoais, o planejamento, organização e condução dos HTPCs e enfrentamento das relações de poder presentes na escola.

Essa política de formação docente continuada que promove o modelo da profissionalização pautado na formação reflexiva é importante para que dentro do ambiente escolar os professores possam discutir sobre os problemas educacionais, as demandas do trabalho, a realidade da escola e a organização necessária para que intervenções coletivas sejam construídas alicerçadas nesses propósitos (GARRIDO, 2000 *apud* LOURENÇO, 2014).

Nesse ponto, entendemos que as ações formativas isoladas não conseguem contemplar a miríade de potencialidades e diversidade do processo complexo da formação continuada, pois essas práticas implementadas nas escolas podem cair no espectro da discussão de questões administrativas e burocráticas, relegando à reflexão sobre a prática pedagógica um lugar coadjuvante.

Outro fator que interfere nas tentativas de implementação do HTPC são as interferências governamentais, a obrigação de seguir seus ditames. Com a finalidade de cumprir a agenda política, o Estado acaba por minimizar a autonomia necessária dos profissionais da educação, assim como limita as condições de criação de um ambiente de formação crítica dentro do horário de trabalho do docente. Essa atmosfera redundante na apropriação do HTPC como uma ferramenta para a implementação da política educacional vigente adaptada à lógica do modelo produtivo, o que resulta em um ambiente inóspito ao pensamento crítico e livre na formação pedagógica (GARRIDO, 2000 *apud* LOURENÇO, 2014).

A formação coletiva deveria ser voltada à discussão de soluções para os problemas educacionais do cotidiano da escola, em que fosse superada a simples enumeração de queixas sobre questões administrativas e burocráticas. Para tanto, é necessário que estudos sistemáticos sejam estabelecidos baseados na troca de experiências e de práticas pedagógicas, não centrados apenas nos alunos, mas no processo educativo como um todo.

Os grupos de estudo, munidos dessa sistematização, poderiam aprofundar discussões do fazer pedagógico analisando as diferentes vertentes existentes e buscando, a partir disso, inserir os conhecimentos teóricos na prática da sala de aula; tudo isso acompanhado pela coordenação pedagógica.

Neste sentido, seria possível que a formação continuada do professor realizada através das HTPCs ganhasse um formato de possibilidades no tocante à formação crítica-reflexiva sobre a prática docente no ambiente escolar.

Cabe destacar que no Estado de São Paulo, o coordenador pedagógico está regido pela Resolução SE/SP nº. 66, de 2019, cujas funções versam sobre: a. realizar a formação continuada dos docentes; b. integrar os membros da equipe escolar; desenvolver uma proposta pedagógica; c. realizar o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC); d. acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, bem como o desenvolvimento dos alunos e as atividades dos professores; e. além de estabelecer uma aproximação entre escola e comunidade.

As políticas educacionais paulistas ilustram bem a ideia de que a formação contínua na escola exige tempo para o desenvolvimento de um ‘programa de formação’ e a presença de um profissional que a articule.

A organização da escola para dar conta da formação pressupõe professores envolvidos com um processo de ‘autoformação’, que se configura nas trocas de experiências qualificadas, ou seja, na socialização crítica, com outros profissionais, das experiências docentes, mediada pelo coordenador pedagógico, assumindo o papel ora de formador, quando relata, ora de formando, quando na condição de ouvinte. Para o autor, a partilha dos conhecimentos profissionais é o “(...) processo que pode conduzir

a uma produção pelos próprios professores de saberes reflexivos e pertinentes” (NÓVOA, 2002 *apud* DOMINGUES, 2009, p. 118).

Dessa forma, a formação contínua do corpo docente deveria ser algo inevitável ao coordenador, pois ele é o sujeito articulador do processo formativo, além de mediador das necessidades dos alunos e da direção do aprimoramento do professor, condição contemporânea necessária para o desenvolvimento escolar satisfatório. Não só isso,

As novas condições de trabalho docente exigem dos professores mais do que competências no ato de ensinar, exigem qualidades e atitudes pessoais como interesse, paixão, paciência, vontade, convicções, criatividade e outras não passíveis de ser padronizadas, tampouco desenvolvidas em cursos e capacitações formais. Nessas condições é a pessoa do professor, com seu modo de ser, conviver, interpretar o mundo que passa a estar envolvida na qualidade do trabalho e não apenas o cumprimento de uma função definida no nível sistêmico (GATTI; BARRETO, 2009, p. 232).

Lourenço (2014) constata ainda que é recorrente a defesa de que a função essencial do Coordenador Pedagógico é a formação continuada dos professores, seja a realizada na própria escola, nas reuniões de HTPCs, seja incentivando a participação dos professores em congressos, palestras, cursos e orientações técnicas.

Compete a ele realizar a formação continuada dos docentes da escola, oferecendo condições para que os professores se aprimorem, se atualizem, desenvolvam sua prática docente, reconhecendo assim que sua função é de natureza pedagógica. E este aspecto deve estar sempre bem delimitado para todos que participam do processo de ensino e aprendizagem.

Realizar o trabalho de formação na escola de forma crítica e reflexiva exige do coordenador a consciência dos inúmeros fatores determinantes desse trabalho e a assunção de uma posição de liderança, aspecto esse destacado como atributo da coordenação, que implica o desafio de construir uma formação sólida, afinada com a complexidade e a diversidade das situações pedagógicas na escola. Para tanto, as formações inicial e continuada não podem estar alicerçadas numa perspectiva instrucional, baseada em prescrições e orientações, e precisam estar organizadas para ampliar as expectativas e concepções desse profissional, para que atue em qualquer situação (DOMINGUES, 2009, p. 200).

Dessa forma, quando há um investimento no coletivo escolar há a necessidade de valorizar os saberes e experiências dos educadores e propor a reflexão sobre a prática, estabelecendo um diálogo entre ela e o conhecimento pedagógico existente. Questão essa mais bem explorada na seção seguinte.

SEÇÃO III - CAMINHOS DA PESQUISA E DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta os caminhos percorridos pela pesquisa contextualizando com uma breve descrição do município *locus* da investigação e de sua rede de ensino, assim como os procedimentos metodológicos adotados.

3.1 Breve história do Município de Andradina – SP

O Município de Andradina está localizado na região Noroeste do Estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil.

Para conhecermos a história da fundação de Andradina, usamos como base as pesquisas desenvolvidas por Silva (2003), Santos (2005) e Oliveira (2006), as quais retratam que o surgimento da cidade se deu a partir dos “trilhos da NOB chegaram em Andradina em 1937, data oficial da fundação da cidade” (SILVA, 2003, p. 14), Andradina surge como povoado em 11 de julho de 1937. Antonio Joaquim de Moura Andrade²² loteou em pequenos sítios algumas terras que faziam parte da propriedade - a Fazenda Guanabara - para as 6000 famílias oriundas de várias regiões do país, especialmente do Nordeste e Sudeste do Brasil. Nesse período chegou o primeiro trem da variante da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) ao povoado recém-formado e devidamente planejado em terras ao meio da floresta da propriedade de Moura Andrade.

De acordo com Silva (2003, p. 14) há “relatos de migrantes “nortistas” que chegaram nesta época”.

Na região da Noroeste Paulista, uma vasta área que se estende de Bauru as barrancas do rio Paraná e faz fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul, até o início do século XX predominavam densas matas virgens e era o habitat de indígenas, principalmente os Kaingang. Estas terras eram consideradas oficialmente devolutas, ou seja, propriedades do estado, que passaram a partir deste período a ser objeto de especulação por empresas loteadoras e fazendeiros que as requeriam junto ao Estado (SILVA, 2003, p. 11).

Fato que desmitifica a crença que era uma terra de ninguém, vazia, desprovida de habitantes. Para Oliveira:

²² Antônio Joaquim de Moura Andrade é considerado até hoje na cidade como o “Rei do Gado” ainda que tenha incentivado a migração principalmente de nordestinos e derrubado a floresta nativa e plantando no lugar capinzais. Colocando nessas terras uma enorme quantidade de gado, que eram alimentados com os pastos; o nome da cidade foi em referência a Andrade (grifo nosso).

O segundo ponto é a ideia, construída no bojo da ocupação dessas terras e reproduzida até os tempos atuais, de que na região não havia ninguém até a chegada das frentes de expansão e pioneira. Ideia de vazio demográfico que, ao passo que fortaleceu a heroização dos que aqui chegaram, negligenciou a existência e a resistência dos antigos habitantes da terra, quais sejam, os indígenas (OLIVEIRA, 2006, p. 77).

Outro fato interessante que cabe destacar é:

(...) sem dúvida a infundada “imagem” de pioneiros-empresários com machados à mão. (...) Seria no mínimo estranho mentalizar, por exemplo, a descida do Sr. Moura Andrade de seu avião Stinson Santa Maria e com um facão à mão se lançar a limpar a mata e a gerar a roça. Nesse sentido, pensamos a necessidade de se resgatar a formação das primeiras classes trabalhadoras na região, tendo em vista sua conformação, o sistema de acesso ao trabalho e aos meios de produção, suas trajetórias, vivências e meios de resistências (OLIVEIRA, 2006, p. 77).

Segundo Silva:

A região em estudo foi, também, alvo das práticas de grilagem, e segundo Azevedo, ao lado de fazendeiros que compravam para plantar, surgiram os grileiros que procuravam insistentemente atrair habitantes das antigas regiões do estado de São Paulo e lhes vendiam grandes domínios ou pequenas glebas, constituindo assim em negócios muitas vezes ilícitos de compra e venda de títulos de propriedades (SILVA, 2003, p. 11).

Ainda, de acordo com Silva:

A partir da apropriação de grandes extensões de terras por fazendeiros e empresas loteadoras, estas eram transformadas em glebas para serem vendidas, coexistindo assim, na região a existência de grandes e pequenas propriedades. Essa ocupação aconteceu conjuntamente com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil – NOB (SILVA, 2003, p. 11-12).

Com a ascensão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em direção ao rio Paraná, teve início a devastação do noroeste do Estado com a derrubada de matas, conseqüentemente dizimação dos povos indígenas que habitavam esse local e a matança de inúmeras espécies de animais silvestres, dando origem a formação de fazendas e desenvolvimento dos primeiros núcleos populacionais.

No século XIX e ainda durante as duas primeiras décadas do século XX, todo o extremo noroeste paulista encontrava-se coberto por densa floresta, designada pela ciência de ‘estacional semidecídua’, devido aos períodos alternados de chuva e seca e com a ocorrência, em muitos pontos, de vastas faixas de cerrado. Essa floresta era habitada pela nação Kaingang, que aparecem no imaginário dos antigos ferroviários como “ferozes guerreiros” (SANTOS, 2005, p. 80-81).

Silva também retrata que:

Os construtores da ferrovia, juntamente com os milhares de trabalhadores, enfrentaram as dificuldades proporcionadas por uma floresta compacta e por indígenas que reagiam à ocupação de suas terras. Mesmo assim o povoamento seguia o avanço dos trilhos. (...) Os indígenas foram vencidos e a construção prosseguiu. (SILVA, 2003, p. 12)

Os depoimentos recolhidos por Silva nos contam que:

Se por um lado havia práticas de resistências realizadas pelos indígenas, como nos relatou dona Alexandrina, por outro os construtores os enfrentavam disseminando doenças, como a varíola e o sarampo. Há registros de que roupas de doentes eram colocados em pontos estratégicos, como nos trilhos ou em locais por onde os indígenas passavam com o intuito de que estes se contaminassem, causando, assim, uma grande mortandade entre este povo. Muitas foram as expedições contratadas para conter a oposição indígena e garantir o êxito do projeto de construção da ferrovia. Eram financiadas tanto por proprietários, especuladores no comércio de terras como pelo próprio Estado (SILVA, 2003, p. 13).

Ao contrário do surgimento das cidades do interior paulista, que eram construídas em torno da Igreja, Andradina teve como marco zero a estação de trem. A cidade foi elevada à condição de Distrito de Paz de Valparaíso cinco meses após ter sido iniciado o seu povoado. Em 30 de dezembro de 1938 ganhou autonomia administrativa, quando foi desmembrada de Valparaíso e elevada à condição de município.

Dessa forma,

Na medida em que os trilhos iam avançando (entre Bauru e a barranca do Paraná, passando por Itapura), o confronto com os Kaingangs intensificava-se, Silva (2000, p. 19) afirma que tal processo “muito contribui para o extermínio dos Kaingang, que foi a última fase de retirada dos indígenas” (SANTOS, 2005, p. 84).

Após conseguir a mão de obra necessária para trabalhar nas terras, aos poucos, as pequenas propriedades rurais para subsistência foram suprimidas em função dos grandes latifundiários.

Segundo Hespanhol, a família Moura Andrade adquiriu 60.000 hectares entre os rios Tietê e Aguapeí e retalhou parte de suas glebas para comercialização, o que deu origem à pequena propriedade. Esta por sua vez, passa a ocupar uma área reduzida no conjunto da estrutura fundiária que ao longo do tempo foi definindo cada vez mais a concentração do latifúndio em detrimento do minifúndio (SILVA, 2003, p. 16).

Oliveira relata que:

Dessa forma, o mesmo sistema de trabalho que atraiu esses sujeitos com as possibilidades de acesso à terra, que lhes deu perspectivas de melhoria de vida e algumas conquistas materiais, expulsou os trabalhadores do campo. Banidos ao final de um ciclo que compreendeu a vinda maciça de “braços” que abriram e, limpavam a mata, plantaram o algodão, o milho, ou o amendoim (condição para o arrendamento), cultivaram pequenas roças e mantiveram, para a sua subsistência, pequenas criações, e, depois, para entregar a terra, plantaram o capim e viram o gado chegar. A terra se tornou exclusiva dos reis do gado, não havia mais espaço para “plebeus” da terra (OLIVEIRA, 2006, p. 88-89).

A cidade recebe finalmente sua denominação prestada a partir do nome Moura Andrade, os engenheiros da NOB nomearam a estação de trem da cidade de Andrada, retificando pouco depois para Andradina, por já existir em Minas Gerais uma cidade chamada Andrada (SANTOS, 2005, p. 86).

As transformações foram muitas, deixando marcas significativas na paisagem: crescimento da malha ferroviária, florestas dizimadas, extensas pastagens abrindo caminho para a pecuária.

Desse modo, o gado foi empurrando o povo afora. Num processo em que o proprietário em nada se extenuou, ao contrário, serviu-se do lucro gerado pelo arrendamento e apenas assistiu ao espetáculo de suas terras “virgens” transformando-se em produção e, posteriormente, em pasto, quando já não mais precisaria daqueles sujeitos (OLIVEIRA, 2006, p. 89).

Esse processo foi vivenciado pelos trabalhadores em diferentes momentos, com diferentes sentimentos, alguns aceitando a situação e outros resistindo a tal.

É necessário enfatizar que:

Para além de identificar e caracterizar a região, nossas pretensões repousam na necessidade de descortinar determinadas construções históricas, como representações e mitificações, concebidas aqui como elementos camufladores de contradições estruturais. Elementos de naturalização da dominação simbólica, inculcados e cristalizados na memória e na história prevalecente. Um deles é sem dúvida o grande aparato em torno da divulgação de uma identidade regional da cidade, a marca de “terra do rei do gado” (OLIVEIRA, 2006, p. 71-72).

A cidade abrigou famosos, como a poetisa Cora Coralina que viveu na cidade nas décadas de 1940 e 1950 e escreveu para o jornal local, tornando-se mais tarde uma das mais importantes escritoras brasileiras; o artista Adélio Sarro, pintor internacional, desenhista, muralista e escultor; o campeão de natação Ricardo Prado, considerado o maior nadador brasileiro da década de 1980.

Hoje a cidade tem um Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 1,9 bilhão de reais, e sua maior fonte de renda provém do comércio, seguido pela indústria, administração pública,

fabricação de produtos de álcool e pôr fim a agropecuária tem a menor participação na economia da cidade.

A cidade possui uma área de 964,226 km². Sua população estimada em 2021 era de 57.245 habitantes de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “A cidadezinha de ontem, hoje é a Metrópole de Urubupungá” (Euclides da Cunha).

3.2 Procedimentos metodológicos

A necessidade de se ter um conhecimento da realidade que serve de contexto ao objeto de estudo, de modo a considerar os componentes da situação em suas interações e influências recíprocas, conduziu a escolha da pesquisa qualitativa. De acordo com Lüdke e André:

(...) na perspectiva das abordagens qualitativas, não necessariamente a definição do tipo que determina o rigor da metodologia empregada, e sim a descrição criteriosa de cada passo dado para se alcançar os objetivos, certificando-se de que todo cuidado foi tomado quanto a seleção dos sujeitos, elaboração dos instrumentos, procedimentos de coleta, análise e tratamento de dados. Isso aprova a ética do pesquisador, que expõe seu ponto de vista, dando espaço para o leitor fazer seu próprio julgamento (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 96).

A pesquisa qualitativa aborda questões relacionadas às singularidades do campo e dos indivíduos pesquisados, já que ele trabalha com dados subjetivos, crenças, valores, opiniões, fenômenos e hábitos:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade, que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1999, p. 21-22).

Minayo (1999, p. 22) refere-se ao verbo compreender “como a principal ação na pesquisa qualitativa, em que questões como a singularidade do indivíduo, sua experiência e vivência de grupo e coletividade são fundamentais para contextualizar a realidade na qual está inserido”. Para a autora, as abordagens qualitativas são mais adequadas às investigações científicas de grupos, segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais, sob o ponto de vista dos atores sociais, de análises de discursos e documentos.

Para um investigador qualitativo que planeje elaborar uma teoria sobre seu objeto de estudo, a direção desta só se começa a estabelecer após a recolha dos dados e o passar

de tempo com os sujeitos. O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeja utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes. Não presume que sabe o suficiente para reconhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50).

Foram adotados como procedimentos para produção de dados o estudo de documentos elaborados pelas Professoras Coordenadoras Pedagógica (PCPs), tais como: plano de formação, projeto político pedagógico (P3), pautas dos encontros formativos da Secretaria Municipal de Educação (SME) e das escolas eleitas, devolutivas, semanários, planejamento anual, anotações de reuniões pedagógicas e materiais utilizados em formações, dos anos de 2016 a 2022, e a entrevista semiestruturada melhor explanada posteriormente.

Cabe destacar que o interesse pela entrevista semiestruturada deve-se ao fato de ser um instrumento capaz de atender aos objetivos propostos, ressalvadas as suas limitações, e por ser reconhecido e comprovado na coleta de dados em pesquisa qualitativa. Bogdan e Biklen (1994, p. 16) destacam que “os questionários e entrevistas são as estratégias mais representativas da investigação qualitativa e são as que melhor ilustram as características do objeto investigado”. Além disso, Lopes (2014, p. 145) destaca que esse instrumento de coleta de dados tem “o critério da ‘exequibilidade’, no que tange a abertura, acessibilidade e disponibilidade dos sujeitos para a coleta de dados”.

Na presente pesquisa, o roteiro elaborado para as PCPs e CEFs foi organizado com 42 (quarenta e duas) questões e dividido em quatro partes: dados pessoais; trajetória, conceitos e relação com a coordenação pedagógica; atuação docente e sobre a formação continuada em serviço.

Cabe ressaltar que, devido a pandemia do COVID-19, as entrevistas foram realizadas virtualmente por meio de plataformas digitais, gravadas e transcritas integralmente.

A análise de conteúdo esteve presente em todas as etapas do trabalho, porém de forma mais sistematizada ao final da etapa de obtenção de dados, momento em que foi realizada a classificação e a organização, com a finalidade de estabelecer relações que possibilitassem interpretações para a realidade pesquisada. O procedimento para a análise dos dados obtidos por meio de pesquisa documental, questionários e entrevistas consistiu numa análise de conteúdo do tipo categorial temática, que, segundo Bardin:

Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, a *análise temática*, é rápida e eficaz na

condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2016, p. 153).

De acordo com Franco (2012, p. 21), este procedimento “é um conjunto de técnicas de análises das comunicações”. Ainda de acordo com o autor, a metodologia da análise de conteúdo “tem sido cada vez mais utilizada em pesquisas que implicam maior participação ativa do pesquisador na análise dos dados, sendo um procedimento metodológico consolidado nas pesquisas de abordagem qualitativa” (FRANCO, 2012, p. 21).

Para Bardin, atualmente, a análise de conteúdo refere-se a um:

(...) conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelo – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2016, p. 15).

A habilidade de descrever as características da mensagem dá lugar, portanto, à capacidade de comparar os contextos nos quais a mensagem é produzida, bem como quem são seus produtores, de modo que o pesquisador possa fazer indagações sobre causas e efeitos, em um processo mais elaborado de análise.

Como salienta Franco (2012, p. 21), “é por meio de inferências que análises descritivas, classificatórias e comparativas avançam para análises interpretativas”. É o momento em que os conhecimentos produzidos extrapolam o conteúdo manifesto e podem ser associados a outros elementos enunciados no contexto da mensagem.

Descrevendo as fases da análise de conteúdo, Franco (2012, p. 43) destaca três polos, “o primeiro é a definição das unidades de registro; o segundo é a organização da análise, que compreende a pré-análise; já o terceiro e último passo é a criação de categorias (a categorização)”.

Segundo Franco (2012, p. 43), as unidades de registro podem ser de diferentes tipos – palavra, tema, personagem, item – e correspondem “à menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas”. Franco (2012) observa que é imprescindível fazer referências ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registrar, de modo que seja possível recuperar os diferentes contextos das mensagens, levando-se em conta as características dos diferentes grupos a serem analisados e as contingências contextuais em

que as mensagens foram produzidas, visto que essas mensagens podem variar segundo as dimensões da unidade de contexto.

Neste estudo, optou-se pelo tema como ponto de partida da categorização do conteúdo analisado. Segundo Bardin (2016, p. 135), um tema é evidenciado por meio de uma “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto”. A autora afirma que fazer uma análise tendo como unidade o tema, isto é, realizar uma análise temática, “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2016, p. 135).

Sendo assim, ao analisar os questionários das PCPs buscou-se compreender por meio do conteúdo expresso nos textos utilizando categorias temáticas que realmente fossem relevantes à pesquisa. A análise por categorias funciona com o desmembramento do texto em unidades e reagrupando por afinidade analógica (BARDIN, 2016).

Os dados coletados foram organizados, tabulados e analisados, visando não perder de vista os objetivos propostos e buscando responder de maneira inteligível ao problema posto, afinal, “a busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador” (MINAYO, 1999, p. 27).

3.3 A Rede Municipal de Ensino de Andradina – SP

No município de Andradina existem 29 (vinte e nove) centros de ensino municipais divididos em: Centro de Educação Infantil (CEI), Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e Escola Municipal de Educação Básica Integral (EMEBI).

O Sistema de Ensino Municipal atende desde a primeira etapa da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental, o equivalente a 4.560 (quatro mil, quinhentos e sessenta) alunos matriculados em 7 (sete) Polos de Ensino²³, composto por 7 (sete) EMEFs (Ensino Fundamental), sendo 4 (quatro) EMEFs - Escola Municipal de Ensino Fundamental, e 3 (três) EMEBIs – Escola Municipal de Educação Básica Integral, 10 (dez) EMEIs (Educação Infantil), sendo 8 (oito) na zona urbana, 2 (duas) na zona rural (Fazenda Primavera/Cambira e Planalto –

²³ O Polo de Ensino é composto por uma EMEF e pelas EMEIS que sejam localizadas próximas aquela unidade escolar. Até o ano de 2020, os CEIs também faziam parte dos Polos de Ensino, porém foram desvinculadas de suas respectivas unidades escolares (EMEF) após concurso do Gestor de CEI (2019) em que passou a ser gerenciado pela SME (grifo nosso).

Patrimônio de Andradina) e 1 (uma) EMEIEF - Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental, localizada na zona rural (Timboré), há ainda 11 CEIs (Creches). Sendo 2.915 (dois mil novecentos e quinze) alunos da EMEFs/EMEBIs, 572 (quinhentos e setenta e dois) alunos dos CEIs e 1.073 (mil e setenta e três) alunos das EMEIs, conforme quadros abaixo (Quadro 6; Quadro 7; Quadro 8):

Quadro 6 - Quantidade de alunos distribuídos por ano no Ensino Fundamental (EMEF/EMEBI)

Quantidade de alunos distribuídos por ano no Ensino Fundamental (EMEF/EMEBI)	
1º anos	505 alunos
2º anos	586 alunos
3º anos	649 alunos
4º anos	567 alunos
5º anos	572 alunos
Total	2.915 alunos

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 7 - Quantidade de alunos da Rede Municipal de Ensino de Andradina

Quantidade de alunos da Rede Municipal de Ensino de Andradina	
CEI	572
EMEI	1.073
EMEF/EMEBI/EMEIEF	2.915
Total	4.560

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 8 - Composição Da Rede Municipal de Ensino de Andradina

Composição da Rede Municipal de Ensino de Andradina			
DENOMINAÇÃO	TOTAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL
EMEF	4	4	0
EMEBI	3	3	0
EMEIEF	1	0	1
EMEI	10	8	2
CEI	11	11	0
TOTAL	29	26	3

Fonte: Elaborado pela autora

Os Polos são os seguintes: EMEF Prof.^a Anna Maria Marinho Nunes, EMEF Prof.^a Zoraide de Carvalho Oliveira, EMEF Leonor Salomão (com a EMEI Romeu Martins, situada na Vila Planalto), EMEF Josepha de Jesus Carreira, EMEBI Prof.^a Ondina Hoffig de Castilho (com EMEF João Carreira, vinculada, situada na Fazenda Primavera, Andradina-SP) EMEBI Humberto Passarelli e EMEBI Prof.^a Maria Vera Quental Tamai (com a EMEIEF Educador Paulo Freire, situada no Assentamento Timboré).

De acordo com o Regimento Escolar Comum das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Andradina (2017-2021), da Secretaria Municipal de Educação, em seu Capítulo 3 que trata da organização e funcionamento escolar:

Artigo 5. As Unidades Educacionais que oferecem ensino parcial funcionarão em dois turnos diurnos, oferecendo a carga horária de mil horas para o Ensino Fundamental e oitocentas horas para o Ensino Infantil, ministradas em duzentos dias de efetivo trabalho escolar;

§ 1º- Na U.E. onde é ministrada a Educação de Jovens e adultos (noturno), admitir-se-á o funcionamento de três turnos (dois turnos diurnos e um turno noturno), sendo 200 (duzentos) dias letivos e 600 (seiscentas) horas anuais;

§ 2º- As Unidades Educacionais que oferecem Ensino Fundamental Integral terão 1800 (mil e oitocentas) horas distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos;

§ 3º- Para a Educação Infantil ministrada em CEI, admitir-se-á um turno diurno integral, com 50 (cinquenta) horas semanais e carga horária anual superior a duzentos dias de efetivo trabalho escolar (ANDRADINA, 2017, p. 12).

Ainda segundo este documento na seção I dos Direitos e Deveres dos Profissionais de Educação estão:

I – Assumir integralmente as responsabilidades e deveres decorrentes de seus direitos e de suas funções;

II – Cumprir seu horário de trabalho, reuniões e período de permanência na escola, Secretaria Municipal de Educação e/ou outros locais definidos pela SME mediante Convocação;

III – manter com seus colegas um espírito de colaboração e amizade, solidariedade, respeito mútuo e cordialidade entre os pares, evidenciando sempre o trabalho coletivo;

IV - Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político, orientação sexual e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

V - Ter respeito à hierarquia;

VI - Ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

VII - Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

VIII - Manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

IX - Participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

X - Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função ou uniformizado, quando for o caso (ANDRADINA, 2017, p. 18).

A rede de ensino municipal é constituída por 357 (trezentos e cinquenta e sete) professores, divididos em: 188 (cento e oitenta e oito) docentes regentes de classe do Ensino Fundamental de 1º ao 5º anos, sendo 136 (cento e trinta e seis) efetivos e 52 (cinquenta e dois) contratados, 88 (oitenta e oito) docentes das EMEIs - 67 (sessenta e sete) efetivos e 21 (vinte e um) contratados e 81 (oitenta e um) docentes dos CEIs - 61 (sessenta e um) efetivos e 20 (vinte) contratados conforme descrito no próximo quadro (Quadro 9).

Quadro 9 - Professores Regentes de Classe - PEB I - EMEF/EMEI/CEI

EMEF		EMEI		CEI	
Efetivos	Contratados	Efetivos	Contratados	Efetivos	Contratados
136	52	67	21	61	20
188 professores		88 professores		81 professores	
Total de professores PEB I = 357 professores					

Fonte: Elaborado pela autora

A Rede Municipal de Ensino ainda conta com 61 (sessenta e um) PEB II, destes 17 (dezessete) de Inglês - 15 (quinze) efetivos e 2 (dois) contratados -; 16 (dezesseis) de Arte – 12 (doze) efetivos e 4 (quatro) contratados; 28 (vinte e oito) de Educação Física – 20 (vinte) efetivos e 8 (oito) contratados e 6 (seis) professores de AEE (Atendimento Educacional Especializado) – 5 (cinco) efetivo e 1 (um) contratado (Quadro 10).

Quadro 10 - Professores PEB II

Categoria	Professor de Inglês		Professor de Arte		Professor de Educação Física		Professor de AEE	
	Efetivos	Contratados	Efetivos	Contratados	Efetivos	Contratados	Efetivos	Contratados
Total	15	2	12	4	20	8	5	1
	17		16		28		6	
	Total de Professores PEB II = 67							

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação aos gestores, a rede ainda conta com 7 (sete) diretores, sendo 5 (cinco) com cargos efetivos e 2 (dois) em substituição, 7 (sete) vice-diretoras, 16 (dezesseis) coordenadores de EMEFs, sendo 8 (oito) coordenadoras do 1º ao 3º anos e 7 (sete) coordenadoras de 4º e 5º anos, 1 (uma) coordenadora de EMEIF, 7 (sete) coordenadoras de EMEIs e 11 (onze) coordenadoras de CEIs (designadas através de proposta e eleição), como descrito no quadro abaixo (Quadro 11).

Quadro 11 - Direção, Vice-direção e Coordenação de EMEF

Cargo/ Função	Diretor		Vice- diretor	Professoras Coordenadoras Pedagógicas (PCP)				
				EMEF 1º ao 3º anos	EMEF 4º aos 5º anos	EMEIEF	EMEI	CEI
Categoria	Efetivo	Substituto	Eleição por 2 anos	Eleição por 2 anos	Eleição por 2 anos	Eleição por 2 anos	Eleição por 2 anos	Eleição por 2 anos
Total	5	2	7	8	7	1	7	11
	7		7	16??		1	7	11
	48							

Fonte: Elaborado pela autora

Na Secretaria Municipal de Educação de Andradina (SME) há 1 (uma) Secretária de Educação; 1 (um) Secretário Adjunto (ambos com cargo político - comissionado); 1 (uma) Coordenadora Geral de EMEF; 1 (uma) Coordenadora Geral de CEIs e EMEIs; 3 (três) Supervisores de Ensino (com cargos efetivos); 1 (uma) Coordenadora do Ensino Fundamental I; 1 (um) Coordenador de Educação Continuada, Projetos e Parcerias; 1 (uma) Coordenadora Administrativa de Serviços; 1 (uma) Coordenadora de Educação Infantil (todos comissionados) e 1 (um) Gestor de CEI (efetivo), como demonstra o quadro abaixo (Quadro 12):

Quadro 12 - Composição da Secretaria Municipal

Secretária de Educação (Comissionado)		Secretário Adjunto (Comissionado)	
3 Supervisores (efetivos)			
Gestor de CEI (efetivo)			
Coordenadora Geral de EMEF (Comissionado)		Coordenadora Geral de CEI e EMEI (Comissionado)	
Coordenadora do Ensino Fundamental (Comissionado)	Coordenadora de Educação Infantil (Comissionado)	Coordenador de Educação Continuada, Projetos e Parcerias (Comissionado)	Coordenadora Administrativa de Serviços (Comissionado)

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 A Coordenação Pedagógica no Município de Andradina

A análise que segue tem por base documentos do próprio município²⁴ sobre a história de criação da função de Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) em Andradina, a partir da legislação municipal.

Em informações coletadas na Secretaria Municipal de Educação, foi relatado que a função de Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) surgiu com a municipalização da primeira escola, em 1997. A primeira Professora Coordenadora Pedagógica foi escolhida pela Administração Municipal da época, através de cargo comissionado, e partir do ano 2000, assim que todas as escolas foram municipalizadas, surgiu a abertura de propostas para a seleção da função de Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a).

Para ser Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) na Rede de Ensino de Andradina passa-se por um processo de seleção a partir da abertura de um Edital para apresentação de Proposta de Trabalho para a função e os candidatos devem ser professores efetivos.

Na proposta os candidatos fazem uma apresentação oral, que será validada através de eleição entre os pares, com a participação do Supervisor de Ensino que atende aquela escola, Diretor, Vice-diretor, supervisor e professores efetivos da unidade escolar, todos aptos a votar. Caso o candidato seja efetivo da escola, também terá direito ao voto. O Edital é enviado para as unidades escolares e contam com um período de inscrição de quatro a cinco dias junto a direção escolar.

O Edital é publicado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e determina que o candidato deve possuir licenciatura plena em Pedagogia, ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício no magistério e conhecer a realidade da escola na qual pretende atuar.

De acordo com o Edital:

O preenchimento da vaga para a função anteriormente descrita observará as normas contidas neste edital e na legislação pertinente – Lei nº 2.554/2009 (Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Municipal de Andradina) e Lei nº 1.846/00 (Estatuto do Magistério Público Municipal) e, terá como escopo o preenchimento da função.

1.Requisitos:

1.1. Para a função de Coordenador Pedagógico:

- Possuir Licenciatura Plena em Pedagogia, e possuir no mínimo 2 (dois) de efetivo no magistério;
- Ser professor efetivo lotado na Rede de Ensino Oficial do Município de Andradina;

²⁴ Edital para apresentação de proposta para a função de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental, Estatuto do Magistério Público Municipal de Andradina (Lei nº 1.846/200), Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Municipal (Leis nº 2343/2006 e 2554/2009), Resolução SME nº 138 de 4 de fevereiro de 2015 que dispõe sobre as atribuições e competências dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, Resolução SME nº 137/2015 que disciplina o atendimento à Lei nº 2.846/2012, que dispõe sobre a regulamentação da jornada de trabalho dos integrantes do quadro do Magistério Público Municipal de Andradina, Lei nº 2.846 de 29 de junho de 2012 que Regulamenta a jornada de trabalho dos profissionais do Magistério, Resolução SME 90/2010, Resolução SME 120/2013, Resolução SME 121/2013.

- Conhecer a realidade da Escola na qual pretende atuar;
- Apresentar Proposta escrita em consonância com a Proposta Pedagógica do Polo de ensino no qual pretende atuar.

Ainda, se não houver candidato com habilitação em Pedagogia, um segundo Edital é aberto, podendo participar da eleição qualquer professor que possua outra habilitação. Conforme resolução 121/2013:

Artigo 6. São requisitos de habilitação para o docente exercer as atribuições de Professor Coordenador:

I – 1ª fase: Em conformidade com o anexo I da Lei 1.846/2000, os titulares dos cargos docentes em exercício na rede municipal, portadores de diploma de licenciatura plena em Pedagogia, e experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério;

II – 2ª fase: Em caráter excepcional, na ausência de candidatos que atendam aos requisitos da fase anterior, os efetivos com outras licenciaturas plenas e experiência mínima de 2 (anos) no magistério.

Além disso, o candidato deve elaborar uma proposta de trabalho escrita, que esteja em consonância com a realidade da escola que deseja e fazer uma apresentação oral dela.

No Edital também aparece uma das atribuições do Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a):

Em conformidade com o inciso III do artigo 12 da Lei 1.846/00, são atribuições do coordenador pedagógico: assessorar a direção da escola na articulação das ações pedagógicas e didáticas, colaborando com o docente no desenvolvimento do seu trabalho.

Em relação a proposta de trabalho, há uma resolução com as normas para serem seguidas, (Resolução nº 90 de 29/06/2010), porém para a grande maioria dos candidatos, essa resolução é desconhecida e elaboram suas propostas baseadas na de outros candidatos que já apresentaram, reformulando-a. Quando o candidato faz sua inscrição na unidade escolar para concorrer a função, deve levar uma cópia escrita de sua proposta de trabalho para que a direção e os professores possam avaliá-la. Infelizmente, nossa vivência aponta que, em algumas ocasiões, essa proposta nem chega à sala dos professores e quando chega, muitas vezes não há um interesse por parte dos docentes em analisá-la. Tornando-se meramente cumprimento de uma exigência. A escolha se dá mais pelo pessoal do que pela apresentação da proposta de trabalho, conforme observamos na prática.

A Resolução nº 90 de 29 de junho de 2010, que dispunha sobre a apresentação de propostas, escolha, postos de trabalho e atribuições da função do(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a), determinava que:

Artigo 6. Constituem-se componentes do processo de designação do docente para a função de Professor Coordenador:

1º A Proposta a ser apresentada deverá explicitar os referenciais teóricos que fundamentam o exercício da função de Professor Coordenador e conter:

Identificação completa do proponente incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação, bem como suas experiências profissionais;

Justificativas e resultados esperados, incluindo diagnóstico fundamentado por meio dos resultados do SARESP e SAEB ou outras avaliações externas do segmento/nível no qual pretende atuar;

Objetivos e descrição sintética das ações que pretende desenvolver;

Proposta de avaliação e acompanhamento pedagógico e das estratégias previstas para garantir o seu monitoramento com eficácia.

2º Na realização da escolha pelos pares sugere-se que sejam analisados:

O projeto apresentado;

O perfil profissional do candidato;

A capacidade de inovar e promover mudanças, com vistas à otimização dos planos de trabalho no ensino e no processo de aprendizagem.

Inevitavelmente, muitas vezes, o lado pessoal fala mais alto que o lado profissional e quando há apresentação de proposta, na maior parte dos casos, o projeto apresentado na proposta de trabalho não é levado em consideração, mas sim os laços afetivos que o candidato possui com o grupo. Existem ocasiões que determinados candidatos nem comentam sobre seu projeto e este não aparece de forma objetiva em sua proposta de trabalho, bem como há falta de clareza de suas ações e propositura de avaliação, acompanhamento e resultados específicos para o trabalho, fazem apenas sua apresentação pessoal.

Cada candidato tem dez minutos para fazer sua apresentação e em caso de empate, seguem-se os seguintes critérios de desempate: maior tempo de serviço na função pretendida; maior tempo de serviço no segmento pretendido, já que o candidato tem que fazer opção para o segmento do 1º ao 3º anos, ou 4º ano, 5º ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA), se houver essa modalidade de ensino na unidade escolar; e maior tempo de serviço como titular do emprego, conforme resolução específica.

Assim que eleito, o candidato assume no próximo início de semana; se for o caso de reeleição, assume no próximo dia, permanecendo na função por dois anos e sendo avaliado anualmente pela direção e supervisão, podendo ser dispensado se avaliado insatisfatoriamente, fato que nunca ocorreu no município até o momento. Como citado no Edital para apresentação de proposta para Coordenador Pedagógico em seu artigo 8:

Artigo 8. Aqueles que forem eleitos pelos seus pares após a inscrição e análise da proposta com fulcro no artigo 9 da Lei 2.554/2009 serão avaliados anualmente pelo Diretor e Supervisor das respectivas Unidades de Ensino, podendo ser dispensados se avaliados insatisfatoriamente no exercício da função.

E, de acordo com o Plano de Carreira, em seu capítulo 4 sobre a constituição do quadro do magistério municipal, em seu artigo 9:

Artigo 9. Além dos cargos previstos no artigo anterior, poderá haver na unidade escolar postos de trabalho destinados às funções em designação de Professor Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola e nos Centros de Educação Infantil postos de trabalho destinados às funções em designação de Coordenador Pedagógico na forma prevista no Quadro 2, anexo a esta lei, sendo avaliados anualmente em conformidade com o Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional do Integrante do Quadro do Magistério Municipal.

§ 1º: Para os postos de trabalho contidos no caput, além da avaliação anual haverá a cada 2 (dois) anos abertura para apresentação de novas propostas mediante edital, sendo possível a reeleição;

§ 2º: O Professor Coordenador Pedagógico da EMEI, da EMEF e o Coordenador dos Centros de Educação Infantil, será avaliado pelo Diretor e Supervisor das respectivas unidades de ensino.

O resultado da avaliação anual de final de ano dos Professores Coordenadores Pedagógicos (PCPs) não é repassada aos docentes e nem aos próprios Coordenadores, não é um ato público em que é divulgado os critérios de sua permanência. O diretor preenche a avaliação concordando ou não com a continuidade da função do Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a). Para uma avaliação contrária a permanência do(a) coordenador(a), o diretor deve ter registros que comprovem o mau desempenho do (a) mesmo(a), argumentando sua versão e justificando a retirada da PCP. O supervisor deve estar ciente dessa decisão, sendo avisado com antecedência sobre a avaliação negativa, para que possa dar seu parecer. Essa avaliação é realizada através do Parecer Conclusivo da Supervisão e da Direção sobre a permanência do(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) para aquele ano.

Há ainda uma autoavaliação composta por 25 questões em que o(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) responderá marcando com X alternativas (sim, não, às vezes), sobre a organização de sua rotina de trabalho semanal, elencando os seguintes aspectos: priorização da orientação e monitoramento do desenvolvimento do currículo; acompanhamento da aprendizagem dos alunos; orientação e *feedbacks* aos professores; devolutivas propositivas aos professores; análise de resultados; acompanhamento da prática docente em sala de aula; planejamento das aulas em parceria com o professor; cumprimento do cronograma de atendimento aos alunos que apresentam dificuldades ou baixo rendimento; registros atualizados das atividades realizadas, orientações repassadas e combinados das devolutivas; observação diária das salas de aula e ambiente escolar, bem como contato mais próximo com professores e alunos; momentos de estudo e pesquisas sobre novas metodologias; sugestões de materiais para auxiliar e facilitar o trabalho dos professores.

Na autoavaliação o(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) também deve atribuir uma nota de 0 a 10 para o seu trabalho, descrever três pontos positivos e negativos a respeito de sua atuação, além de críticas ou sugestões para o redirecionamento do seu trabalho.

O(a) coordenador(a) pode ser reeleito quantas vezes quiser e o grupo assim desejar. Como permitido no artigo 8º do Edital de apresentação em seu parágrafo único, a cada 2 (dois) anos haverá a abertura para apresentação de novas propostas mediante edital, admitida reeleição.

Qualquer professor que tenha dois anos de magistério efetivo na Rede Municipal de Ensino pode se candidatar a vaga de PCP, independente do segmento que atua, podendo por exemplo ser professor da CEI ou EMEI (Educação Infantil) e se inscrever para EMEF (ensino fundamental) e vice-versa. Podendo também se candidatar em uma unidade escolar diferente da que possui seu cargo. O professor será afastado do seu cargo de Professor PEB I e poderá retornar quando desejar, mantendo seus “pontos de casa” (ou seja, sua pontuação como PEB I conta normalmente na Unidade Escolar mesmo se estiver prestando serviço em outra escola, com o valor de 0,005 por dia). Quando o(a) professor(a) se inscreve na unidade escolar em que atua, ele tem direito ao voto. O professor tem direito a se inscrever em qualquer segmento (CEI, EMEI ou EMEF) e qualquer unidade escolar que desejar (como aconteceu comigo, que atuava em uma escola e coloquei proposta para outra, na qual disputei com a Professora Coordenadora Pedagógica e ganhei por unanimidade).

Apesar de ser considerado eleição, normalmente não há disputas, o que é mais comum é que haja um candidato único, principalmente se for o caso de reeleição. Raramente outro candidato tem a coragem de colocar sua proposta para disputar com o outro candidato nessa circunstância (com a Professora Coordenadora “da casa”, especialmente se esse já possuir alguns anos de atuação na unidade escolar), a não ser que haja alguma divergência do corpo docente ou direção com o coordenador atual e nesse caso, o grupo de professores ou diretor, convida outro(a) professor(a) para colocar sua proposta, articulando um golpe para destituí-lo(a) da função, digamos que fazem uma conspiração, fechando a votação com outro(a) candidato(a) para que esse ganhe a eleição. Caso contrário o candidato pode ir se reelegendo consecutivamente, como há casos de profissionais que atuam na função de coordenação pedagógica desde a municipalização. O mesmo acontece com a função de vice-direção.

Quando há eleição é comum haver algum tipo de mobilização entre os professores, fazendo “campanha” contra ou a favor de determinado candidato. Esse tipo de campanha acontece de modo velado, meio que por “baixo dos panos”, entre os pares.

Outro fato curioso é que há casos em que o(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) opta por mudar de escola ou até mesmo de categoria (saindo da CEI ou EMEI e indo para EMEF ou vice-versa), por divergências com o corpo docente ou direção, ou por vontade própria e oportunidade do momento. Isso ocorre quando há abertura de novo Edital, podendo o(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) atuante, inscrever-se para apresentação de proposta em outra unidade escolar ou segmento, porém mantendo o seu posto de trabalho. Se for eleito faz a mudança de unidade escolar e ou segmento, caso contrário permanece na unidade escolar do qual foi eleito(a) e designado(a).

Outra curiosidade é que geralmente quando o candidato faz apresentação de sua proposta, utiliza como estratégia recurso como vídeo do tipo motivacional, trabalho em equipe ou outro tema, ou leitura de algum texto reflexivo, ou fazem uso de *Power Point* das atividades desenvolvidas durante o ano (no caso de reeleição) ou ainda realiza alguma dinâmica. É comum também distribuir um mimo para cada professor de acordo com a temática utilizada na sua apresentação. Porém, o foco, na maior parte dos casos, não é direcionado para sua proposta de trabalho de apresentação. Também é de praxe ao final da eleição a(o) candidata(o) oferecer um lanche aos participantes.

A apresentação de proposta é realizada no horário de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), sendo nesse dia o horário destinado apenas para votação, após a eleição todos são dispensados.

A eleição deve ser aprovada pelo Conselho de Escola, designada pela Administração Municipal e a(o) candidata(o) deve ter cinquenta por cento mais um do total dos votos válidos, como descrito no artigo 6º no que diz respeito sobre os resultados no Edital para Apresentação de Proposta de Trabalho para Função de Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a), o(a) candidato(a) será considerada eleito(a) quando obtiver a maioria simples dos votos e, em caso de candidato único, obtiver o mínimo de 50% mais 1 do total dos votos válidos.

Em 2013 foi lançada a Resolução SME nº 120 de 18 de fevereiro de 2013, que instaurou vaga para o segundo(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a), para escolas que possuíssem quantidade igual ou superior a 18 classes. Desde a municipalização até o ano de 2013, todas as escolas possuíam apenas um(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a), independentemente do número de classes e alunos que a escola possuísse. O coordenador poderia ter 5 (cinco) ou 25 (vinte e cinco) classes (pois as escolas divergem em tamanho, bem como em quantidade de classes, alunos e professores) e atender todos docentes e discentes, recebendo a mesma gratificação que, de certa forma, era injusta com o coordenador que possuía

três vezes mais o número de professores alunos e por esse motivo começou a gerar algumas divergências na rede.

De acordo com a Resolução nº 120 de 18/02/2013 em seu artigo 1:

Artigo 1. As escolas municipais que oferecem atendimento aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, contarão, partir da data supra, contar com postos de trabalho de Professor Coordenador designado especialmente para exercer a função de coordenação pedagógica, na seguinte conformidade:

I - 1 (um) posto de trabalho para a escola que mantém de 9 (nove) a 18 classes de Ensino Fundamental;

II - 2 (dois) postos de trabalho para a escola que mantém classes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em quantidade igual ou superior a 18 (dezoito).

A partir dessa resolução as escolas que possuísem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentro do número estipulado de salas, teria como Coordenador(a) Pedagógico(a) o(a) mesmo(a) que atendesse o 4º e 5º anos.

Artigo 2. A coordenação pedagógica, nas unidades escolares com o número igual ou superior a 18 (dezoito) classes, incluindo classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da data supra, será exercida por Professores Coordenadores, na seguinte conformidade:

I - Professor Coordenador para o segmento de 1º; 2º e 3º ano do ensino fundamental;

II - Professor Coordenador para o segmento de 4º e 5º ano e EJA.

A resolução garantia que o(a) primeiro(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) escolhesse entre os segmentos, bem como sua permanência em caso de diminuição de classes, e o segundo(a) Professor(a) Coordenador(a) seria destituído(a) da função.

Artigo 2. Nas unidades escolares que já possuem um coordenador e se enquadrarem na hipótese disposta no caput deste artigo, terá este a preferência na escolha dos segmentos previstos nos incisos I ou II.

Artigo 3. Ocorrendo a diminuição do número de classes, considerando o mínimo previsto no caput do artigo 2 desta Lei, o segundo coordenador será destituído da sua função e retornará para o seu cargo. O professor que estiver substituindo-o deixará de ter suas aulas atribuídas.

Ainda, a mesma resolução autorizava que houvesse um(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) nas escolas rurais.

Artigo 3. Fica, ainda, autorizada, uma vaga para o posto de trabalho de coordenador pedagógico referente à educação infantil e ao ensino fundamental (incluindo EJA) nas unidades escolares localizadas no campo com atendimento em quantidade igual ou superior a 40 (quarenta).

Parágrafo único: A quantidade de alunos necessária para abertura de posto de trabalho de professor coordenador descrita no caput deste artigo deve ser obtida com a somatória de matrículas de todas as etapas educacionais atendidas na escola.

A PCP que atua na escola rural não atende a Educação Infantil - EMEI (que fica a cargo do(a) Coordenador(o) Pedagógico(a) da EMEI daquele Polo de Ensino), e mesmo tendo uma quantidade máxima entre 2 e 3 professores e aproximadamente 20 alunos, recebe a mesma gratificação d(o)a Coordenador(a) Pedagógico(a) que atua no segmento de 1º, 2º e 3º anos ou 4º e 5º anos e EJA, que atende aproximadamente 15 professores PEB I, além dos PEB II. Como a escola rural funciona somente em um período, o(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) cumpre o outro período no Polo de Ensino.

Logo em seguida, foi lançada a Resolução SME nº 121, de 13 de março de 2013, que acrescentou no artigo 2 o parágrafo 4:

4º. No caso de 2 (dois) professores coordenadores que forem eleitos no mesmo dia numa mesma escola e esta sofrer redução do número de classes em quantidade estipulada por esta Resolução, permanecerá na função aquele que tiver maior tempo no magistério, devendo a partir da data assumir a coordenação do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e também do EJA se a escola oferecer esta modalidade de ensino.

Posteriormente, todas as escolas passaram a ter duas Professoras Coordenadoras Pedagógicas independente da quantidade de alunos (diferentemente de Edital anterior, que relacionava quantidade de Professoras Coordenadoras Pedagógicas e número de alunos matriculados nos turnos da escola).

Com relação ao salário das PCPs, quando a professora possui apenas um cargo, ela receberá uma gratificação para o exercício da função, porém quando for titular de dois cargos, pode optar por não receber a gratificação e sim o salário do seu segundo cargo.

De acordo com o Plano de Carreira antigo nº 2.243/2006 e do atual de nº 2.554/2009 em seu capítulo VII sobre os afastamentos:

Artigo 29. Ao docente que for afastado e designado conforme previsão do artigo 20 desta lei, serão aplicados os seguintes princípios:

I - Quando o docente exercer um cargo, poderá optar pelo salário do cargo em comissão ou da função, ou o valor equivalente a 40 (quarenta) horas semanais do cargo de carreira.

Professores com mais tempo de magistério, principalmente de EMEI, poderia optar por ganhar as 40 horas em cima do seu salário base, já para professores com menos tempo de carreira, essa opção não era vantajosa.

II - Quando o docente acumular cargos conforme previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, deverá licenciar-se dos cargos efetivos podendo, porém, optar pelo valor equivalente a 40 (quarenta) horas semanais de um

dos cargos, que não poderá acumular com o salário do cargo em comissão ou da função.

III - Para fins de obtenção do valor equivalente indicado nos incisos I e II, deverá ser considerado o salário atual do docente.

Até 2008, quem exercia a função de Coordenação perdia a progressão por via acadêmica da habilitação de Pedagogia, por ser requisito para o exercício da função, como constava no artigo 21 do Plano de Carreira nº 2.243/2006:

1º: Além do salário obtido na condição dos incisos I, II e III acima, o docente terá direito também às gratificações legais que estiver recebendo, excluindo-se as que se referirem a títulos que sejam requisitos para provimento.

2º: Considerando que durante o afastamento o docente não terá prejuízo de suas progressões pela via acadêmica e não acadêmica no cargo ou nos cargos de carreira, conforme norma no art. 20 desta lei, a remuneração prevista nos incisos I, II e III será atualizada quando o docente tiver alteração de sua referência.

As PCPs recebem uma gratificação para o exercício da função de acordo com o Plano de Carreira, em que valor para o ano de 2021 era de R\$ 1.544,22, e de R\$ 1.621,43 para o ano de 2022, para trabalhar por 40 horas semanais. Cabe ressaltar que no início da municipalização (anos 2000) a gratificação paga ao PCP era de R\$ 250,00. Após conversas do grupo de PCPs com a Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal, essa gratificação passou para R\$ 450,00.

Após vários anos e várias reuniões de negociação com a Administração Municipal para melhoria da gratificação, o valor acordado passou a ser o salário inicial da EMEF. Essa gratificação é paga separadamente, destacado do salário base no holerite, como descrito no Plano de Carreira nº 2.554/2009:

Artigo 40. O pessoal do Quadro do Magistério da classe de Educadores de Centro de Educação Infantil, de professores e da Classe de Profissionais de Suporte Pedagógico serão enquadrados nas escalas de referências de que tratam as tabelas I, II, III, IV e V do quadro I anexo a esta lei, respeitando-se o piso salarial profissional nacional.

Parágrafo Único: As gratificações dos servidores indicados no caput deste artigo continuarão a ser pagas destacadas e individualmente.

Apesar do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal dos anos de 2006 e 2009 afirmarem que o valor da gratificação seria de R\$ 1.490,47, essa determinação demorou para ser cumprida, inclusive o pagamento do piso salarial nacional começou a ser corrigido em 2021 para alguns professores que recebiam abaixo do estipulado, tendo o valor pago como complementação do piso. E muitos que assumiam a função de Coordenação Pedagógica desconheciam a determinação por não estarem a par da legislação vigente e recebiam um valor bem menor do que mencionado na lei. De acordo com os Planos de Carreira:

Artigo 30. A remuneração das funções em designação de Vice-Diretor e Professor Coordenador Pedagógico, é a fixada no Quadro 2 anexo a esta lei, ressaltando-se o direito de optar pela remuneração prevista no Art. 21 desta lei (Plano de Carreira 2.243/2006).

Também,

Artigo 38. A remuneração das funções em designação de Vice-Diretor e Professor Coordenador Pedagógico e Coordenador de CEI, é a fixada no Quadro 2 anexo a esta lei, ressaltando-se o direito de optar pela remuneração prevista no Art. 25 desta lei (Plano de Carreira 2.554/2009).

Como constava na página 11 da Lei 2.243/2006 e como consta na página 17 da Lei nº 2.554/2009 ainda em vigor, a remuneração para Vice-diretor e Professor Coordenador Pedagógico, com carga horária de 40h semanais, era de R\$ 1.490,47.

Vale lembrar que o valor de R\$ 1.621,43 é para o PCP de EMEF que trabalha por 30 horas semanais como professor, já para o PCP de EMEI que trabalha por 25 horas semanais como docente, o valor é de R\$ 1.340,00. Para o PCP de CEI que já exerce função docente de 40 horas semanais a gratificação da coordenação é diferente. Porém, se o(a) professor(a) de CEI for eleito(a) Coordenador(a) de EMEI ou EMEF, passa a receber nessa ocasião a gratificação da EMEF, o que faz com que algumas professoras prefiram atuar no segmento da EMEF mesmo sem ter experiência no ensino fundamental.

No ano de 2022, o Edital para apresentação de proposta passou por uma reformulação acrescentando que os candidatos que assumissem a função prevista ficariam impedidos de se candidatarem para outras funções durante o mesmo ano. Até 2021 o professor poderia desistir da função para se inscrever em outro segmento e até mesmo em outra função como a vice-direção, sem nenhuma penalidade, o que ocasionava muita mudança durante o mandato.

Ao assumir a função de PCP, que pode ocorrer a qualquer momento durante o ano letivo, a sua classe é atribuída para um(a) professor(a) contratado(a) que passou por processo seletivo. Esse(a) professor(a) substituto(a) terá contrato até o último dia letivo de dezembro, porém se o PCP desistir da função, o substituto perderá as aulas que lhe foram atribuídas.

3.5 A Formação Continuada de Professores no Município e as atribuições das Professoras Coordenadoras Pedagógicas (PCPs)

O Plano Municipal de Educação de Andradina (2015-2025) aponta que:

(...) quanto à formação dos docentes, em pesquisa realizada especificamente para o PME na rede demonstra que 4,5% do total de 109 professores atuantes é formado em

nível médio (Magistério) o restante possui curso superior em diversas áreas (ANDRADINA, 2013, p. 26).

A partir desses dados, a Secretaria Municipal de Educação preocupou-se em ampliar sua formação e toma como objetivo:

Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa, do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem (ANDRADINA, 2013, p. 90).

Ainda, de acordo com o Plano Municipal de Educação:

A formação inicial e a formação dos professores em efetivo exercício nos anos iniciais, possuidores de formação em nível médio deve acontecer preferencialmente de forma presencial de acordo com o art. 62 da LDBEN/96 (ANDRADINA, 2013, p. 90).

O Quadro do Magistério é composto pela: Classe de Educadores de Creche, Professores de Educação Básica e Suporte Pedagógico, sendo previsto de acordo com o documento:

A jornada de trabalho de preferência em tempo integral, no máximo de 40 (quarenta) horas semanais e tempo destinado para a formação contínua, sendo assegurados os percentuais para cada jornada e modalidades de ensino. Os horários de formação contínua são divididos em: horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), horário de formação contínua em serviço (HFCS) e horário de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL) (ANDRADINA, 2013, p. 90).

Conforme o Plano Municipal de Educação:

Os cursos de formação para os educadores municipais devem obedecer, em qualquer de seus níveis e modalidades, uma relação entre teoria e prática para garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica, consideradas necessárias para atuação na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental (ANDRADINA, 2013, p. 92).

De acordo com o PME, a formação dos profissionais da educação pública municipal é garantida pela Secretaria Municipal de Educação, cuja atuação inclui a coordenação, o financiamento e a manutenção de programas como ação permanente. O documento traz na meta 39:

Consolidar um programa municipal de formação contínua aos profissionais da educação em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações da rede municipal tendo como ações prover a Secretaria Municipal

de Educação (SME) de infraestrutura adequada para atender a demanda de formação contínua e ampliar o núcleo pedagógico de formação contínua aos níveis e modalidades existentes (ANDRADINA, 2013, p. 92).

Após a implantação da avaliação externa, Prova Brasil, um dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a rede municipal em 2005 obteve a média 4,8 e a Secretaria Municipal de Educação diagnosticou - por meio de pesquisa - as defasagens dos alunos e dos professores e a seguir traçou diretrizes a fim de melhorar o resultado alcançado. Como observa-se no Plano Municipal de Educação:

(...) ao detectar a problemas associados às dificuldades no processo de alfabetização já geraram distorções idade série e a necessidade de políticas educacionais para corrigi-las foram acionadas. A Secretaria Municipal de Educação, que antes era Departamento, implantou em 2005 o Programa Letra e Vida, que hoje se denomina Ler e Escrever em parceria com a Secretaria do Estado de São Paulo e concomitante aderiu em 2007 ao Programa Pró-letramento (ANDRADINA, 2013, p. 36).

A partir desse diagnóstico, a Secretaria de Educação fez uma parceria com o Ministério da Educação (MEC) em que:

Foram oferecidos cursos de formação em serviço aos professores por meio do Projeto Letra e Vida com início em 2006 que depois se denominou Ler e Escrever; Pró-letramento em Língua Portuguesa e Matemática com início em 2007 (ANDRADINA, 2013, p. 36).

E, ainda, segundo o documento “a Secretaria Municipal de Educação todos os anos promove formação em serviço e acompanhamento principalmente para os professores alfabetizadores com a equipe técnica da mesma” (ANDRADINA, 2013, p. 35).

Houve, também, a implantação de laboratório de informática em todas as escolas e do material apostilado do Sistema COC (Curso Oswaldo Cruz) de Ensino, com denominação de Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino (NAME) a partir de 2007, com orientação da Secretaria Municipal para as equipes gestoras acompanharem o desempenho pedagógico através de dados bimestrais como mapa textual²⁵ e outros instrumentos que apontassem as dificuldades para que pudesse ser replanejadas as ações melhorando assim o índice de aproveitamento dos alunos.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação cita no documento que:

²⁵ Documento que o professor registra o avanço e rendimento de cada aluno sobre o desenvolvimento da escrita bimestralmente, dividido por níveis de escrita: PS – pré-silábico, SSVS – silábico sem valor sonoro, SCVS – silábico com valor sonoro, SA – silábico alfabético e A – alfabético (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

O nível de escolaridade dos professores, no entanto, não dispensa, em hipótese alguma, a necessidade da formação continuada desses profissionais, por serem eles os principais responsáveis em promover situações contextualizadas e significativas, que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento global do aluno. Vale ressaltar que essa formação continuada deve promover a capacitação dos professores, visando a um trabalho que considere os diferentes contextos em que vivem os alunos, levando em conta o que sabem e ampliando seu universo cultural (ANDRADINA, 2013, p. 26).

O Plano Municipal de Educação traz algumas metas e estratégias para o Ensino Fundamental I:

Meta 6: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º (terceiro) ano do ensino fundamental;
 Oferecer formação em serviço anual específica aos professores que atuam na alfabetização;
 Estratégias: Formação contínua aos professores e acompanhamento de suas práticas em sala de aula;
 Garantir a formação contínua para os professores no atendimento da Lei Federal 10639/03 que trata da inclusão nos currículos dos conteúdos da Educação Étnico Racial e da temática indígena, bem como da Lei Federal 11769/08 que trata sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica;
 Instituir programa próprio ou em parceria para formação contínua dos professores, garantindo acompanhamento das práticas pedagógicas por técnicos da SME e da Unidade Escolar;
 Manter programa de formação a todos os profissionais da educação (ANDRADINA, 2013, p. 42).

Para que se obtenham as condições adequadas para uma efetiva aprendizagem é preciso que as escolas sejam contempladas com infraestrutura (subsídios, recursos, entre outros) e que se continue incentivando e investindo na formação continuada dos profissionais. Cabe ressaltar, também, a inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares e em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), “oferecendo aos profissionais cursos para qualificação, bem com o a oferta de recursos físicos e pedagógicos adequados” (ANDRADINA, 2013, p. 36).

As Coordenadoras Gerais da Secretaria Municipal de Educação (SME) têm como objetivo auxiliar no desenvolvimento da função das Professoras Coordenadoras Pedagógicas, cada um dentro do seu segmento, através de formações e instruções gerais que devem ser seguidas. As coordenadorias mudam de acordo com a gestão das eleições municipais para Prefeito e são cargos comissionados escolhidos pela Secretária de Educação com aval do gestor da Prefeitura Municipal.

De acordo com o Regimento Escolar Comum das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Andradina em seu artigo 49:

Artigo 49. A Coordenadoria da Secretaria Municipal de Educação, composta por profissionais de segmentos distintos, porém inter-relacionados, tendo suas principais atribuições distribuídas entre as áreas:

I - Coordenação Pedagógica da Educação Infantil e Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental, tendo como atribuições: a) atuar na formação contínua dos professores coordenadores pedagógicos das unidades escolares; b) subsidiar, orientar e acompanhar o trabalho dos professores em conformidade com as políticas públicas de educação e da Secretaria Municipal em prol da elevação da qualidade de ensino; c) realizar atividade de visita in loco registrando o cotidiano escolar com vistas à intervenção para que sejam socializadas e discutidas entre toda equipe da S.M.E; d) contribuir com a avaliação institucional realizando levantamento de dados e ações com vistas à superação dos índices insatisfatórios; e) articular a elaboração dos Planos de Ensino juntamente com a equipe gestora e docentes integrantes da rede de ensino; f) implantar processo avaliativo institucional com ações de organização da aplicação de testes, registro, organização e interpretação das informações coletadas, bem como socialização dos resultados obtidos como fonte de intervenção, fundamentação e suporte a elaboração das políticas de educação; g) executar outras atribuições correlatas, conforme determinação superior (ANDRADINA, 2017, p. 31).

As PCPs recebem formação da Coordenadora do Ensino Fundamental (SME), com reuniões que são fixadas em calendário mensal, com datas pré-agendadas e que podem ser separadas por segmentos ou não, dentro do ensino fundamental: 1º, 2º, 3º, 4º 5º anos e EJA.

De acordo com informações colhidas com uma Coordenadora egressa do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, essa formação passou a ser oficializada a partir de 2009, quando o então Departamento de Educação e Cultura (DEC), no qual havia um Diretor de Departamento e um Diretor Pedagógico (responsável pela formação dos professores), tornou-se Secretaria Municipal de Educação (SME). Nos anos de 2003 e 2004, a formação foi realizada pela supervisão, e no período de 2005 a 2008, o DEC passou a ter um Coordenador Geral.

Entre 2005 e 2008, o Coordenador Geral recebia as orientações da Diretoria de Ensino (DE) por meio de reuniões e cursos, geralmente convidava o(a) Secretário (a) da Educação. O Coordenador Geral acompanhava, recebia as orientações gerais e transmitia para a equipe de supervisores que estudava, organizava e fazia as capacitações, principalmente da parte pedagógica, para as Professoras Coordenadoras Pedagógicas.

O Projeto de Lei 1.846/2000 que instituiu o Estatuto do Magistério Público Municipal de Andradina em 10 de março de 2000, em seu artigo 12, destaca as atribuições dos Coordenadores Pedagógicos:

Artigo 12. Os ocupantes de cargos e ou funções de suporte pedagógico atuarão na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial com as seguintes atribuições:

III – Professor Coordenador Pedagógico – assessora a direção da escola na articulação das ações pedagógicas e didáticas, colaborando com o docente no desenvolvimento do seu trabalho (ANDRADINA, 2000, p. 03-04).

Em 2015, a Secretaria Municipal de Ensino de Andradina publicou a Resolução SME nº 138/2015, na qual dispõe sobre as atribuições e competências dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, entre elas, as funções das PCPs estabelecidas em seu artigo sétimo:

Artigo 7. O núcleo pedagógico dos Polos de Ensino, integrado pelos Professores Coordenadores do Ensino Fundamental, da Educação Infantil, das Oficinas em Escola de Tempo Integral e pelo Coordenador do Centro de Educação Infantil, tem como principais atribuições:

I - Propiciar um ambiente amigável, confiável, ético, afetivo e responsável, para que todas as atividades propostas sejam bem trabalhadas, atingindo resultados satisfatórios;

II - Coordenar, planejar e assessorar o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), procurando sempre a integração nos trabalhos e seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação;

V - Assessorar e subsidiar os professores na elaboração do Plano de Ensino e Projetos, garantindo a aplicabilidade deles;

VI - Identificar, analisar e refletir juntamente com o corpo docente, problemas nas práticas diárias, visando à resolução deles;

VIII - Promover a qualidade na prática docente por meio de estudos sistemáticos das teorias da educação, metodologias, técnicas de estudo, textos pedagógicos da atualidade, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dos Referenciais Curriculares e outros;

X - Diagnosticar as necessidades e/ou dificuldades que os professores possam ter, incentivando-os a participarem de cursos de formação e outros;

XVIII - Coordenar os Horários de Formação Continuada em Serviço (HFCS) e Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) de acordo com regulamentação.

No total são 22 (vinte e duas) atribuições para as PCPs, delimitando e orientando sua função, destacamos acima algumas atribuições referentes à formação.

Ainda de acordo com o Regimento Escolar Comum das Unidades Escolares do Município de Ensino de Andradina (2017-2021), em seu Capítulo 4, Artigo 56 sobre o núcleo técnico pedagógico, são destacadas algumas competências das PCPs que também estão descritas na Resolução SME 138/2015, são elas:

Artigo 56. Compete ao Coordenador Pedagógico:

II – coordenar, planejar e assessorar as H.T.P.C., procurando sempre a integração nos trabalhos e nas relações interpessoais;

III – contribuir na organização do trabalho coletivo do Polo de Ensino;

IV – garantir a prática da interdisciplinaridade em sala de aula, nas diversas áreas de conhecimento;

V – assessorar e subsidiar os professores na elaboração do Plano de Ensino e Projetos, garantindo a aplicabilidade dos mesmos;

- VI – identificar, analisar e refletir juntamente com o corpo docente, problemas nas práticas diárias, visando à resolução dos mesmos;
- VII – acompanhar, registrar e avaliar de forma sistemática, os processos de ensino/aprendizagem, procurando intervenções adequadas;
- VIII – promover a qualidade na prática docente por meio de estudos sistemáticos das teorias da educação, metodologias, técnicas de estudo, textos pedagógicos da atualidade, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dos Referenciais Curriculares e outros;
- IX – Identificar e caracterizar as necessidades e expectativas da comunidade escolar, a fim de inseri-la no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
- X – diagnosticar as necessidades e/ou dificuldades que os professores possam ter, incentivando-os a participarem de cursos de capacitação e outros;
- XI – otimizar informações atuais, manter um quadro de avisos, registros e controle de frequência nas HTPCs;
- XII – utilizar resultados de avaliações externas, tais como SAREMA, ANA, Prova Brasil, dentre outros indicativos, para planejar coletivamente intervenções com vistas à superação de indicadores;
- XIII – acompanhar o trabalho pedagógico com o objetivo de promover a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem em classe para incentivar o trabalho do professor e ou propor alternativas, tendo ética e respeito para com os colegas (ANDRADINA, 2017, p. 35)

Observa-se que entre tantas atribuições das Professoras Coordenadoras Pedagógicas (PCPs) está a importância de refletir junto aos docentes as dificuldades e atuar na formação desses professores principalmente coordenando os horários de formação continuada através do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e especialmente do Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS).

3.6 O *locus* da pesquisa

O percurso da pesquisa se deu da seguinte forma: no final de 2020, foi encaminhado à SME um documento em forma de ofício solicitando a autorização para o desenvolvimento da pesquisa em EMEFs, no documento continha a explicação sobre a investigação, entretanto, com a mudança de gestão e troca da Secretária de Educação, novo ofício foi enviado em janeiro de 2021. Após autorização da SME, outros ofícios foram encaminhados às escolas, solicitando permissão aos diretores e coordenadoras pedagógicas. Mediante autorização da direção, agendou-se reuniões em cada escola com as PCPs para uma breve explicação sobre o estudo, via *Google Meet*²⁶, o primeiro contato foi realizado no mês de março de 2021, quando o quadro de PCPs da rede de ensino já estava completo.

No segundo encontro, além dos objetivos da pesquisa, esclareceu-se a metodologia utilizada através da leitura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE),

²⁶ Em decorrência da pandemia de COVID 19.

garantindo sigilo e ética das informações, que foi assinado de forma voluntária e entregue uma cópia às participantes, em que se elucidava sobre as questões que seriam aplicadas às PCPs.

No total, foram seis Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), pertencentes à Rede Municipal de Andradina-SP, sendo aqui denominadas de Escola 1, Escola 2, Escola 3, Escola 4, Escola 5 e Escola 6. Todas as escolas foram convidadas a participar e obtiveram autorização da Secretaria Municipal de Educação (SME) e direção, porém coordenadoras de uma unidade escolar não aceitaram fazer parte da pesquisa, do qual compreendemos e respeitamos a decisão.

Cabe destacar uma breve caracterização das escolas pesquisadas:

Escola 1

Segundo dados obtidos pelo Projeto Político Pedagógico (P3) da escola, de 2008. A EMEF foi fundada em 1968 e municipalizada no ano 2000. O polo está sob responsabilidade de 1 (uma) diretora substituta que assumiu o cargo no início de 2021, 1 (uma) vice-diretora que atua há 8 (oito) anos e 3 (três) coordenadoras pedagógicas, duas com 4 (quatro) anos e uma com 3 (três) meses de atuação.

O corpo docente é formado por 15 (quinze) professores regentes de classe – 6 (seis) efetivos e 9 (nove) contratados; 2 (duas) professoras de Arte, sendo 1 (uma) efetiva e 1 (uma) contratada; 3 (três) professores de Educação Física, todos contratados; 2 (dois) professores de Inglês, ambos efetivos; e 1 (um) professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) efetivo. Atende 232 (duzentos e trinta e dois) alunos na EMEF e 99 (noventa e nove) alunos na EMEI (Quadro 13).

Em 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola foi 5.8; em 2013 aumentou para 6.2; em 2017 ficou em 7.0 e em 2019 a nota atingida foi novamente 6.2 (Quadro 15).

Participaram da pesquisa 1 (uma) coordenadora pedagógica atual e 1 (uma) coordenadora pedagógica egressa (Quadro 14).

Quadro 13 - Professores PEB I e PEB II

Professor	PEB I	PEB II			
	Regente de classe 1º ao 5º anos	Arte	Educação física	Inglês	AEE

Categoria	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
	6	9	1	1	0	3	2	0	1	0
TOTAL	15		2		3		2		1	
	15		8							
	23 professores									

*E – Efetivo, *C – Contratado

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 14 - Gestores da Unidade Escolar

Diretor	Vice-diretor	Coordenadora de 1º ao 3º anos	Coordenadora de 4º e 5º anos	Coordenadora de EMEI
1	1	1	2*	1

O Polo conta com uma coordenadora na escola da zona rural que possui duas salas multisseriadas, sendo uma de 1º, 2º e 3º anos e uma de 4º e 5º anos.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021

IDEB OBSERVADO									METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.6	4.6	5.8	5.3	6.2	5.7	7.0	6.2		5.0	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4	6.6	4.7

Fonte: INEP

Escola 2

De acordo com o P3 da escola, de 2020, a EMEF foi fundada em 1969 e municipalizada no ano 2000, no ensino fundamental (EMEF) atende 411 (quatrocentos e onze) alunos, é composta por uma EMEI que atende 143 (cento e quarenta e três) alunos, além de uma escola rural com sala para atendimento somente para Educação Infantil (EMEI), que atende 7 (sete) alunos.

Na escola há 1 (uma) diretora concursada que assumiu o cargo em 2020, 1 (uma) vice-diretora, que está na função há 8 (oito) anos, e 2 (duas) coordenadoras pedagógicas, que possuem 4 (quatro) e 3 (três) anos de atuação, respectivamente (Quadro 17).

O corpo docente é composto por 19 (dezenove) professores regentes de classe, sendo 11 (onze) efetivos e 8 (oito) contratados; 2 (duas) professoras de Arte, 1 (uma) efetiva e 1 (uma) contratada; 3 (três) professores de Educação Física, todos efetivos; 2 (dois) professores de Inglês, ambos efetivos; e 1 (um) professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) efetivo (Quadro 16).

Em 2013, o IDEB da escola foi 6.3, aumento significativo em relação a 2011 em que a nota foi 5.5; em 2015 ficou em 5.9; em 2017, 6.9 e, em 2019, a nota atingida foi 6.5 (Quadro 18).

Participaram da pesquisa as 2 (duas) coordenadoras pedagógicas atuais da escola.

Quadro 16 - Professores PEB I e PEB II

Professor	PEB I		PEB II							
	Regente de classe 1º ao 5º anos		Arte		Educação física		Inglês		AEE	
Categoria	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
		11	8	1	1	3	0	2	0	1
TOTAL	19		2		3		2		1	
	19		8							
	27 professores									

*E – Efetivo, *C – Contratado

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 17 - Gestores da Unidade Escolar

Diretor	Vice-diretor	Coordenadora de 1º ao 3º anos	Coordenadora de 4º e 5º anos	Coordenadora de EMEI
1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021

IDEB OBSERVADO									METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.8	5.0	5.9	5.6	6.2	6.3	7.1	7.0		4.8	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8

Fonte: INEP

Escola 3

Em conversa com a coordenadora e análise do P3, a antiga Escola Estadual de Primeiro Grau (EEPG) foi criada em 1985, passando a funcionar em 24 de fevereiro de 1986 e, em 2000, com a municipalização, recebeu a designação de EMEF.

A escola conta com 1 (uma) diretora concursada, que assumiu o cargo no início de 2021; 1 (uma) vice-diretora que iniciou a função em 2020; 2 (duas) coordenadoras pedagógicas que iniciaram a função entre fevereiro e março de 2021 (Quadro 20).

O quadro de professores é formado por 19 (dezenove) profissionais, sendo 10 (dez) efetivos e 9 (nove) contratados; 2 (dois) professores de Arte efetivos; 3 (três) professores de

Educação Física efetivos; 2 (dois) professores de Inglês efetivos e 1 (um) professor de AEE efetivo (Quadro 19).

De 2009 para 2013 houve um aumento do IDEB de 5.3 para 6.3; em 2017 o IDEB da escola foi de 6.9, ano no qual a meta era de 6.2 (Quadro 21).

O polo tem no Ensino Fundamental 421 (quatrocentos e vinte e um) alunos, e na Educação Infantil, 185 (cento e oitenta e cinco) educandos.

Participaram da pesquisa as 2 (duas) coordenadoras pedagógicas atuais e 2 (duas) coordenadoras pedagógicas egressas.

Quadro 19 - Professores PEB I e PEB II

Professor	PEB I		PEB II							
	Regente de classe 1º ao 5º anos		Arte		Educação física		Inglês		AEE	
Categoria	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
		10	9	2	0	3	0	2	0	1
TOTAL	19		2		3		2		1	
	19		8							
	27 professores									

*E – Efetivo, *C – Contratado

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 20 - Gestores da Unidade Escolar

Diretor	Vice-diretor	Coordenadora de 1º ao 3º anos	Coordenadora de 4º e 5º anos	Coordenadora de EMEI
1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 21 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021

IDEB OBSERVADO									METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.8	5.0	5.9	5.6	6.2	6.3	7.1	7.0		4.8	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8

Fonte: INEP

Escola 4

Conforme o P3 da escola, de 2020, a Unidade Escolar foi fundada em 1958 e sua municipalização ocorreu em 1997.

O polo conta com 1 (uma) diretora concursada, que assumiu o cargo em 2005; 1 (uma) vice-diretora e 2 (duas) coordenadoras pedagógicas, todas efetivas da escola; também conta

com 22 (vinte e sete) professores, sendo 7 (sete) efetivos regentes de sala PEB I e 5 (cinco) contratados, 2 (dois) readaptados, além de 4 (quatro) docentes de Arte - sendo 2 (dois) efetivos e 2 (dois) contratados -, 3 (três) professores de Inglês efetivos, 3 (três) professores de Educação Física - sendo 1 (um) contratado (Quadro 22; Quadro 23).

Na escola há 635 (seiscentos e trinta e cinco) alunos, sendo 313 (trezentos e treze) do período da manhã e 322 (trezentos e vinte e dois) no período da tarde. Faz parte desse polo uma EMEI, com 10 (dez) classes atendendo 215 (duzentos e quinze) discentes.

Em relação ao IDEB, em 2005 foi de 5.6, superando a meta esperada. Em 2007 houve um pequeno avanço, alcançou o índice de 5.8, enquanto a meta prevista era de 5.6. Na avaliação de 2009 a meta era de 5.9 e a escola superou as expectativas, atingindo 6.9 (Quadro 24).

Em 2011 a escola não conseguiu atingir a meta esperada, que era 6.3, atingindo somente 6.2. No ano de 2013 alcançou-se grande avanço, pois a meta era de 6.5 e a escola atingiu 7.0, índice previsto somente para 2019. Em 2015 houve um pequeno avanço, obtendo-se a nota 7.1. Devido ao esforço de toda a equipe escolar em 2017, o IDEB foi 7.6, um grande salto comparado à nota anterior. No ano de 2019 houve queda de um décimo, passando a ter a nota 7.5.

Participou da pesquisa 1 (uma) coordenadora pedagógica atual.

Quadro 22 - Professores PEB I e PEB II

Professor	PEB I		PEB II							
	Regente de classe 1º ao 5º anos		Arte		Educação física		Inglês		AEE	
Categoria	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
	7	5	2	0	3	0	2	0	1	0
TOTAL	12		4		3		2		1	
	12		10							
	22 professores									

*E – Efetivo, *C – Contratado

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 23 - Gestores da Unidade Escolar

Diretor	Vice-diretor	Coordenadora de 1º ao 3º anos	Coordenadora de 4º e 5º anos	Coordenadora de EMEI
1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 24 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021

IDEB OBSERVADO									METAS PROJETADAS								
2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	
6.2	7.0	6.2	7.0	6.2	7.0	6.2	7.0	6.2	7.0	6.2	7.0	6.2	7.0	6.2	7.0	6.2	

Fonte: INEP

Escola 5

Os dados dessa escola são fontes da própria pesquisadora. A escola foi fundada em 1964 e municipalizada no ano 2000, contando com 519 (quinhentos e dezenove) alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e 2 (duas) EMEIs com 190 (cento e noventa) discentes.

O polo conta com 1 (um) diretor substituto; 1 (uma) vice-diretora e 2 (duas) coordenadoras pedagógicas; todos assumiram as funções entre os meses de fevereiro e março do ano de 2021 (Quadro 26).

A unidade escolar tem 25 (vinte e cinco) professores regentes de classe – 13 (treze) efetivos e 12 (doze) contratados; 1 (um) professor de AEE efetivo; 2 (dois) professores de Arte (efetivos); 5 (cinco) professores de Educação Física – 3 (três) efetivos e 2 (dois) contratados; 4 (quatro) professores de Inglês – 2 (dois) efetivos e 2 (dois) contratados (Quadro 25).

Quando se trata do IDEB, de 2007 a 2011 houve aumento pouco significativo, de 5.3 para 5.6; em 2015 a nota foi 7.0; em 2017 aumentou para 7.2 e em 2019 alcançou 7.5, ano em que a meta era de 6.6 (Quadro 27).

Participaram da pesquisa as 2 (duas) coordenadoras pedagógicas atuais e 1 (uma) coordenadora pedagógica egressa²⁷.

Quadro 25 - Professores PEB I e PEB II

Professor	PEB I		PEB II							
	Regente de classe 1º ao 5º anos		Arte		Educação física		Inglês		AEE	
Categoria	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
		13	5	2	0	3	0	2	0	1
TOTAL	25		4		3		2		1	
	25		10							
	27 professores									

*E – Efetivo, *C – Contratado

²⁷ A maior parte das egressas saíram do cargo no ano de 2020; sendo que foi opção da orientanda convidar as egressas para obter maior número de entrevistas.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 26 - Gestores da Unidade Escolar

Diretor	Vice-diretor	Coordenadora de 1º ao 3º anos	Coordenadora de 4º e 5º anos	Coordenadora de EMEI
1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 27 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021

IDEB OBSERVADO									METAS PROJETADAS							
2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005
4.8	5.3	5.7	5.6	5.8	7.0	7.2	7.5		4.9	5.2	5.6	5.9	6.1	6.3	6.6	6.8

Fonte: INEP

Escola 6

Não foram encontrados dados da escola em seu P3, como: nota do IDEB, fundação, quantidade de funcionários, professores e alunos, entre outros. Os dados foram fornecidos pela secretária da escola e duas estagiárias.

A unidade escolar foi fundada no ano de 1992 e municipalizada em janeiro de 1998.

Atende 279 (duzentos e setenta e nove alunos) no ensino fundamental (EMEF), o polo atende também uma EMEI (educação infantil) com 94 (noventa e quatro) educandos. Possui uma secretária, duas (2) estagiárias, 1 (uma) merendeira, 1 (uma) dentista, 1 (uma) auxiliar de dentista, 1 (um) monitor de informática, 1 (uma) bibliotecária e 2 (dois) inspetores de alunos.

A escola possui uma diretora efetiva desde 2005, uma vice-diretora que assumiu a função em 2020, duas coordenadoras pedagógicas, uma do segmento do 1º ao 3º e uma do segmento de 4º e 5º anos que atuam desde 2019 e 2020 respectivamente. Possui 11 (onze) professores PEB I efetivos e 2 (dois) contratados; sendo duas (2) professoras readaptadas, 1 (um) professor de inglês efetivo; 1 (um) professor de Arte contratado; 2 (dois) professores de Educação Física efetivos e 1 (um) professor de AEE contratado (Quadro 28; Quadro 29).

Em pesquisa no site do INEP os dados encontrados sobre o IDEB foram os seguintes: de 6.0 em 2015 para 6.9 em 2017, caindo para 6.6 em 2019 ano em que a meta era de 6.1 (Quadro 30). Participaram da pesquisa 2 (duas) coordenadoras pedagógicas egressas.

Quadro 28 - Professores PEB I e PEB II

Professor	PEB I	PEB II			
	Regente de classe 1º aos 5º anos	Arte	Educação física	Inglês	AEE

Categoria	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
	11	5	2	0	3	0	2	0	1	0
TOTAL	13		4		3		2		1	
	13		10							
	18 professores									

*E – Efetivo, *C – Contratado

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 29 - Gestores da Unidade Escolar

Diretor	Vice - diretor	Coordenadora de 1º ao 3º anos	Coordenadora de 4º e 5º anos	Coordenadora de EMEI
1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 30 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2021

IDEB OBSERVADO									METAS PROJETADAS							
2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005
4.2	4.3	5.7	5.4	5.6	6.0	6.9	6.6		4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.4

Fonte: INEP

Quadro 31 - Escolas: ano de fundação, municipalização, total de alunos e professores

Escola	Ano de fundação	Ano de municipalização	Quantidade de alunos	PEB I	PEB II	Total de professores	IDEB 2019 Meta observada	IDEB 2019 Meta Projetada
Escola 1	1.968	2.000	232	15	8	23	6.2	6.6
Escola 2	1.969	2.000	411	19	8	27	7.0	6.5
Escola 3	1.985	2.000	421	19	8	27	6.7	6.5
Escola 4	1.958	1.997	635	11	11	22	7.5	7.1
Escola 5	1.964	2.000	419	25	12	37	7.5	6.8
Escola 6	1.992	1.998	279	13	5	18	6.6	6.4

*Dados do IIDEB de 2019 por não haver a avaliação em 2021 por conta da pandemia do Corona vírus.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 32 - IDEB (2005 a 2021) – Escolas municipais de Andradina (5º ano)

IDEB OBSERVADO										METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021		2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.8	5.0	5.9	5.6	6.2	6.3	7.1	7.0			4.8	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8

Fonte: INEP

As escolas estudadas demonstram números diferenciados de educandos com quantidades que variam de 232 à 635 alunos, divergindo bastante em relação a quantidade de

alunos matriculados, bem como a quantidade de professores de 18 à 37 educadores, ficando evidente a desigualdade de tamanhos entre elas, porém com a mesma proporção de Coordenadoras Pedagógicas, uma para o segmento de 1º ao 3º ano e outra para o segmento de 4º e 5º anos e EJA (quando houver essa modalidade naquela U.E) (Quadro 31). Em relação ao IDEB podemos observar que as metas projetadas não variam muito, sendo de 6.5 a 7.1 (Quadro 32), e que as metas projetadas foram atingidas, inclusive um pouco acima da média prevista por 5 unidades escolares, ficando apenas uma escola com 0,4 abaixo da média.

3.7 O Horário de Formação em Serviço (HFCS) no Município de Andradina – SP

Até o ano de 2012 não havia nas escolas municipais de Andradina o Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS), existia apenas o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), desenvolvido somente às segundas-feiras por duas horas, após o horário de trabalho (aula), determinado em resolução específica para todas as escolas municipais.

O Estatuto do Magistério Público Municipal de Andradina - Lei nº 1.846/2000, em seu Artigo 57, determina sobre a jornada de trabalho dos profissionais da educação:

Os ocupantes de cargo de Professor:

III – Docente com atuação no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries – carga horária semanal de 30 (trinta) horas, sendo 25 (vinte e cinco) em sala de aula, 2 (duas) horas de HTPC, cumpridas na escola e 3 (três) horas de HTPL, em local de livre escolha (ANDRADINA, 2000, p .4)

A Lei 2.243/2006 que institui o primeiro Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Municipal previa que:

Artigo 13. As horas de trabalho pedagógico na escola deverão ser utilizadas para reuniões e outras atividades pedagógicas e de estudos, de caráter coletivo, organizadas pelo estabelecimento de ensino, bem como para atendimento de pais e alunos (ANDRADINA, 2006, p. 3).

E a Lei Nacional nº 11.494/2007, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), definiu em seu artigo 40 como política pública de formação, que os Planos de Carreira deveriam contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada com vistas na melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 2007).

Em 2009, foi instituído um novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no município através da Lei nº 2.554/2009, que estabeleceu em seu Artigo 14 que:

Os ocupantes da classe de docentes, bem como da classe de suporte pedagógico, ficam sujeitos as seguintes jornadas de trabalho semanal:

III – Docente com atuação no Ensino Fundamental (EMEF) do 1º ao 5º ano - carga horária semanal de 30 (trinta) horas, assim constituídas:

a) 25 (vinte e cinco) horas em atividades com alunos, sendo que destas 25 (vinte cinco) horas, 2 (duas) horas referem-se as aulas de Educação Física e 2 (duas) horas referem-se as aulas de Arte, ambas ministradas por especialistas e, portanto, nestas 4 (quatro) horas o professor da sala cumprirá trabalho pedagógico na escola e quando o professor de Arte ou Educação Física faltar e não tiver substituto habilitado, o professor da sala assume a classe obrigatoriamente;

b) 02 (duas) horas em atividades coletivas obrigatórias (HTPC) semanais, às segundas-feiras, das 17h 40min às 19h 40min;

c) 03 (três) horas de HTPL (Horário de Trabalho Pedagógico Livre) (ANDRADINA, 2009, p. 9).

Nota-se no texto, que o Professor PEB I, tinha 4 aulas denominadas como “aulas livres” (duas aulas de Arte e duas de Educação Física) para trabalho pedagógico, mas sem a presença da(o) Coordenadora(o) Pedagógica(o) e sem a intenção ou caráter de formação, inclusive o PEB I era obrigado a assumir a sala na falta do substituto habilitado no lugar do PEB II, o que acontecia com certa regularidade. Nesse horário, o professor poderia realizar atividades inerentes a sua função como correção e preparação de atividades. A Professora Coordenadora poderia até estar junto, na mesma sala, mas sem a obrigatoriedade de estar com esse professor para formação ou orientação. A formação ficava destinada ao horário de HTPC, momento em que era possível o contato com a(o) Professora(o) Coordenadora(o) Pedagógica(o). Para a maior parte dos professores, esse era o único contato com o PCP durante toda a semana.

Somente em 2013, foi instituído no município um horário de formação continuada em serviço (HFCS), cuja lei foi regulamentada dois anos depois, em 2015, através da Resolução nº 137/2015, artigo 1, inciso III, no qual ficou determinado que 5 horas seriam de HFCS - Período reservado dentro da jornada de trabalho para atividades de Estudo; Planejamento e Avaliação (ANDRADINA, 2015).

Horário esse para cumprimento da Lei 11.738/2008, que regulamenta a instituição do piso profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O HFCS é o tempo de disposição do professor, fora da sala da aula, cumprido na instituição de ensino, utilizado para preparar aulas, corrigir provas, trabalhos, realizar pesquisas e qualificação profissional. Esse tempo é indispensável ao direito à educação, orientado ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Neste sentido, a Lei 11.738/2008 estipula, no artigo 2, inciso IV, “a reserva da fração mínima de 1/3 da carga horária dos professores da educação básica para dedicação às atividades

extraclasse”. A norma geral fixa fração máxima de 2/3 (33,33%) a ser atendida para o tempo dedicado às atividades de docência. Os entes federados, portanto, podem dispor de outra forma, por exemplo, é possível que o professor dedique 60% de sua jornada à sala de aula e 40% às atividades de apoio, dentro da autorização legal.

De acordo com a Resolução SME nº 137/2015, a partir de 4 de fevereiro de 2015, ficou estabelecido que:

A Secretária Municipal de Educação, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 11.738/08 e Leis Municipais nº 1.846/00, nº 2.554/09 e 2.889/2012 estabelece:

- I. A normatização das atividades dos Professores e Educadores da Rede Pública Municipal de Andradina;
- II. Características da composição da carga horária semanal docente;
- III. Diretrizes e parâmetros para a organização pedagógica do trabalho a ser desenvolvido durante o HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) e HFCS (Horário de Formação Continuada em Serviço).

Ainda de acordo com o artigo 1, inciso III do documento, a carga horária do professor passaria a ser a seguinte:

Artigo 1. Os docentes da Rede Municipal de Ensino, de acordo com os dispostos no Artigo 1 da Lei nº 2.889/2012, são submetidos a uma das seguintes cargas horárias semanais com seus respectivos regimes de trabalho:

III - Professor de Ensino Fundamental- EMEF; Professor do AEE - Atendimento Educacional Especializado: 30 horas semanais, divididas em: 20 horas de atividades com alunos; 5 horas de formação continuada em serviço (HFCS); 2 horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e 3 horas de HTPL (Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha)

- a) 2 horas de HTPC- constituído por um espaço no qual toda a equipe de professores mediados pelo Coordenador, possa debater e organizar o processo educativo do 1º ao 5º ano, bem como a socialização e discussão de temas relevantes para o seu trabalho, dedicando-se à formação continuada em serviço.
- b) 5 horas de HFCS- Período reservado dentro da jornada de trabalho para atividades de ESTUDO; PLANEJAMENTO e AVALIAÇÃO.
 - I – 2 horas - Estudo, leitura, reflexão e avaliação sobre a prática: planos de aulas semanais, projetos, (orientados pelo coordenador);
 - II – 2 horas - Planejamento do material necessário ao desenvolvimento das aulas; atendimento aos pais, organização dos diários e cadernetas;
 - III – 1 hora - Leitura e estudo individual de textos, livros, artigos e literatura voltada aos temas do magistério constituindo assim parte da formação continuada do professor.

Já para professor PEB II, com carga horária semanal de 25 horas:

- b) 4 horas de HFCS - Período reservado dentro da jornada de trabalho para atividades de ESTUDO; PLANEJAMENTO e AVALIAÇÃO.
 - I - 2 horas - Leitura, reflexão e avaliação da prática de sala de aula, organização metodológica e didática, planos de aulas semanais e projetos, (orientados pelo coordenador);

II - 2horas - Planejamento do material necessário ao desenvolvimento das aulas; atendimento aos pais, leitura e estudo individual de textos, livros, artigos e literatura voltada aos temas da disciplina ministrada constituindo assim parte da formação continuada do professor.

Ambos os cargos possuindo 3 horas de HTPL:

c) 3 horas de HTPL - O Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se do trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

Com a implementação gradual nas escolas, aos poucos professores e PCPs se habituaram a fazer uso do horário para estudo, preparação de aulas, planejamento, leituras, entre outros. A seguir esmiuçamos o perfil das Professoras Coordenadoras Pedagógicas entrevistadas e suas experiências com a formação docente continuada.

SEÇÃO IV - OS SUJEITOS E AS VOZES DA PESQUISA

Esta seção apresenta a análise dos dados construídos nas entrevistas e contempla a ótica das Professoras Coordenadoras Pedagógicas e Coordenadoras do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Andradina sobre a formação continuada em serviço e a coordenação pedagógica. Após a organização desses dados e leitura minuciosa das respostas dadas, foram criadas cinco categorias de análise que se apresentam com maior relevância, as quais contemplam os objetivos deste trabalho.

Os dados foram construídos a partir dos referenciais que fundamentam a pesquisa, da reflexão das falas das entrevistadas, dos conhecimentos obtidos nas disciplinas cursadas no Mestrado, que foram imprescindíveis para a organização da investigação, da análise documental e das conversas com o professor-orientador deste trabalho.

As categorias criadas a partir desse processo reflexivo são: I) as atribuições, rotina, desafios e dilemas das Coordenadoras Pedagógicas; II) a formação em serviço por meio do HFCS; III) o Horário de Formação Continuada em Serviço durante o ensino remoto emergencial (ERE); IV) os desafios enfrentados na função da coordenação pedagógica; V) a Coordenação Pedagógica: transformações políticas antes e em tempo de pandemia da Covid-19.

A investigação se deu com 14 (quatorze) Professoras Coordenadoras Pedagógicas do Ensino Fundamental dos segmentos do 1º aos 3º anos, 4º e 5º anos, identificadas com a sigla “PCP”, com respectiva numeração sequencial (PCP1, PCP2...), que atuam na formação de professores nas respectivas escolas eleitas e 3 (três) Coordenadoras do Ensino Fundamental, que atuam na SME, identificadas com a sigla “CEF”, com respectiva numeração sequencial (CEF1, CEF2...).

Para uma melhor compreensão do papel das professoras coordenadoras pedagógicas descrevemos uma breve caracterização do perfil destas profissionais.

4.1 Perfil das Professoras Coordenadoras Pedagógicas (PCPs) e das Coordenadoras do Ensino Fundamental (CEFs)

Segundo dados da UNESCO, a média de idade dos docentes brasileiros é de 37,8 anos, sendo que a maior parte dos docentes tem entre 26 e 45 anos. As PCPs e CEFs pesquisadas têm idades entre 40 e 65 anos, sendo que a média de idade é de 46 anos. Observa-se que a média nacional das professoras é mais jovem quando comparada à média das docentes entrevistadas.

As PCP4 e PCP6 são as mais jovens, com 40 anos, já a CEF3 é que apresenta a maior idade com 65 anos, o que pode indicar ser um grupo com experiência de ensino (Quadro 33).

Quadro 33 - Caracterização das Professoras Coordenadoras Pedagógicas e Coordenadoras do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação

Professora Coordenadora Pedagógica (PCP)/ Coordenadora do Ensino Fundamental (CEF)		Gênero	Idade	Tempo no magistério (Professora)	Tempo na função de Coordenadora Pedagógica
PCP1	EMEF atual	Feminino	49 anos	27 anos	3 anos
PCP2	EMEF atual	Feminino	47 anos	17 anos	4 anos
PCP3	EMEF atual	Feminino	45 anos	12 anos substituição /4 anos efetiva	4 meses
PCP4	EMEF atual	Feminino	40 anos	4 anos substituição /6 anos efetiva	4 meses
PCP5	EMEF atual	Feminino	47 anos	15 anos	4 meses
PCP6	EMEF atual	Feminino	40 anos	18 anos	4 anos
PCP7	EMEF atual	Feminino	44 anos	21 anos	3 meses
PCP8	EMEF atual	Feminino	50 anos	6 anos	21 anos
PCP9	EMEF egressa	Feminino	48 anos	8 anos	8 anos
PCP10	EMEF egressa	Feminino	48 anos	9 anos	15 anos
PCP11	EMEF egressa	Feminino	47 anos	10 anos	10 anos
PCP12	EMEF egressa	Feminino	45 anos	18 anos	8 anos

PCP13	EMEF egressa	Feminino	42 anos	16 anos	6 anos
PCP14	EMEF egressa	Feminino	51 anos	20 anos	6 anos
CEF1	SME atual	Feminino	42 anos	13 anos	6 anos EMEF/ 6 meses SME
CEF2	SME egressa	Feminino	65 anos	30 anos	6 anos EMEF/ 4 anos SME
CEF3	SME egressa	Feminino	48 anos	16 anos	8 anos EMEF/ 4 anos SME

*EMEF = Escola Municipal de Ensino Fundamental; SME = Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: Elaborado pela autora

Quando se trata do exercício das Coordenadoras no Magistério como professora de educação básica (PEB I), observou-se que a maioria atuou mais de dez anos, a PCP1 foi a que mais exerceu a função, 27 anos. Já as PCP3, PCP4, PCP8, 9 e PCP10 atuaram apenas entre quatro e nove anos em sala. Podemos destacar que a maior parte das entrevistadas possuem uma longa história dentro da carreira do magistério, sendo assim, pressupõe-se que, enquanto professoras, participaram de grupos de formação na escola. Esse dado pode ser importante, visto que as experiências e as vivências de quem já esteve do outro lado podem contribuir para que a formação busque caminhos que dialoguem com as necessidades que o professor tem ao estar em sala de aula.

Verificou-se entre as entrevistadas que a atuação como coordenadora pedagógica ficou entre três meses e 21 anos. A PCP8 foi a que mais atuou na coordenação, 21 anos, a PCP7 está apenas a três meses, e as PCP3, PCP4 e PCP5 estão a 4 meses no exercício da função. As três gestoras da Secretaria Municipal de Educação, CEF1, CEF2 e CEF3, possuem oito, seis anos e seis anos, de atuação como coordenadoras pedagógicas nas EMEFs, respectivamente, e seis meses, quatro anos e quatro anos de atuação junto à Secretaria Municipal, respectivamente, aqui cabe ressaltar que a PCP9 e CEF3 são o mesmo sujeito de pesquisa, bem como a PCP13 e CEF1 (Quadro 33).

Ainda que se refira especificamente à construção de saberes pelos professores, a partir de Tardif (2010) podemos refletir que o fator temporal é importante para a construção de saberes também pelos gestores escolares, uma vez que permanecerem nessa função por mais tempo pode ter proporcionado maior experiência de possibilidade de desenvolver saberes. Aqui evidenciamos que mesmo a CEF1 ter apenas seis meses de exercício, sua trajetória na docência

é considerável, 13 anos como professora e 8 anos como coordenadora pedagógica de EMEF, sendo importante essa vivência na sala de aula para sua atuação na Secretaria de Educação.

No que diz respeito à formação, oito dentre as PCPs e CEFs possuem Magistério em nível médio e sete cursaram o Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Ao serem questionadas sobre qual curso de licenciatura frequentaram todas as coordenadoras informaram que fizeram Pedagogia. Importante chamar a atenção para o fato de que esse curso, que habilita para o trabalho em gestão é uma exigência para se ocupar essa função no município, e que, portanto, todas as coordenadoras pesquisadas estão de acordo. Além da Licenciatura em Pedagogia, as PCP4, PCP5, PCP8, PCP14, CEF1 e CEF2 são graduadas em Letras e a PCP10 em Biologia (Quadro 34).

Quadro 34 - Formação das Professoras Coordenadoras Pedagógicas do Ensino Fundamental do 1º ao 5º anos e de Coordenadoras do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação

Professora Coordenadora Pedagógica (PCP)/ Coordenadora do Ensino Fundamental (CEF)	Curso	Licenciatura Pedagogia	Outra Graduação	Pós-graduação Especialização e/ou Mestrado
PCP1	Magistério	Sim		
PCP2	CEFAM	Sim		Especialista em Psicopedagogia, Especialista em Deficiência Intelectual, Libras
PCP3	Magistério	Sim		Especialista em Educação Especial, Especialista em Deficiência Intelectual
PCP4	CEFAM	Sim	Letras	Especialista em Psicopedagogia
PCP5	Magistério	Sim	Letras	Especialista em Educação Especial
PCP6	CEFAM	Sim		

PCP7	Magistério	Sim		
PCP8	Magistério	Sim	Letras	Especialista em Educação Especial
PCP9	CEFAM	Sim		Especialista em Educação Especial
PCP10	Magistério	Sim	Biologia	Especialista em Psicopedagogia
PCP11	CEFAM	Sim		Especialista em Alfabetização e Letramento, Especialista em Deficiência Intelectual
PCP12	CEFAM	Sim		Especialista em Alfabetização e Letramento, Especialista em Neuro psicopedagogia
PCP13	CEFAM	Sim	Letras	Mestrado em Educação; Especialista em Coordenação Pedagógica, Especialista em Psicopedagogia
PCP14	Magistério	Sim	Letras	Especialista em Psicopedagogia
CEF1	CEFAM	Sim	Letras	Mestrado em Educação; Especialista em Coordenação Pedagógica, Especialista em Psicopedagogia
CEF2	Magistério	Sim	Letras	Especialista em Alfabetização
CEF3	CEFAM	Sim		Especialista ²⁸ em Psicopedagogia

*CEFAM = Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério.

Fonte: Elaborado pela autora

²⁸ Em termos de remuneração e classificação na escolha de classes, quem possui titulação de Especialista, Mestrado e/ou Doutorado pontua de forma diferenciada.

Em relação à Pós-graduação, a maioria das coordenadoras, 14 delas, fizeram Especialização. Destaco aqui que a CEF1 é especialista em Coordenação Pedagógica e, além disso, a única das coordenadoras entrevistadas que fez Mestrado em Educação.

Outro aspecto que cabe destacar é que o grupo de coordenadoras pedagógicas do Ensino Fundamental Municipal que aceitou participar desta pesquisa é constituído por 100% de sujeitos do sexo feminino.

De acordo com um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) “dentre os professores brasileiros, 81,3% são mulheres e 18,6% são homens”. Além disso, a pesquisa demonstrou que a maior parte das professoras leciona nos anos iniciais do ensino fundamental” (UNESCO, 2004, p. 44).

Discutindo brevemente sobre a presença maciça de mulheres que se dedicam ao magistério o estudo da UNESCO aponta que, historicamente:

(...) a presença tão predominante de mulheres na profissão docente no Brasil se deveria ao aumento do mercado de trabalho, decorrente da ampliação do atendimento escolar, como também da procura dos homens por novas profissões que ofereciam melhores salários, quando do início da industrialização no país (UNESCO, 2004, p. 45).

Ainda em relação ao gênero:

A feminização da profissão docente na escola de ensino fundamental marcou um importante momento na existência e na representação simbólica das mulheres. Há outras profissões que se feminizaram, mas, talvez, apenas o magistério foi tão importante desde o ponto de vista simbólico e político: os Estados nacionais latino-americanos, recém-constituídos, depositaram nas mãos do corpo docente feminino a tarefa de reproduzir os fundamentos da nova identidade nacional (MORGADE, 1992; 1997 *apud* YANNOULAS, 2011, p. 274).

A reflexão sobre a feminização como categoria teórica de análise é, relativamente, recente no campo dos estudos do trabalho. No Brasil, sua trajetória é iniciada na década de 1990, momento em que acontecem mudanças significativas no mundo do trabalho e na contratação de força de trabalho feminina, conforme apontado anteriormente. A feminização seria, portanto, uma categoria em movimento, em processo de construção (DIAS, 2010).

Desde as revoluções burguesas até hoje, o princípio da igualdade foi consolidado gradativamente, porém em coexistência conflitante com a constituição de uma identidade feminina diferente da masculina (YANNOULAS, 1992).

A construção discursiva dessas identidades sexualmente diferenciadas está relacionada com o estabelecimento de novas normas de conduta e espaços específicos

para cada sexo. Especialmente, a partir do século XIX, nas sociedades ocidentais, verificou-se uma preocupação por estabelecer identidades diferenciadas para o conjunto dos homens e para o conjunto das mulheres. Essa preocupação pode ser observada, por exemplo, nos dicionários e enciclopédias de época, sob os verbetes relativos aos conceitos de mulher, de homem, de feminino, de masculino, de fêmea, de macho, entre outros. Também nas referências realizadas pelos cientistas sociais clássicos (Comte, Marx, Durkheim e Weber, entre outros cientistas sociais da época). A construção discursiva dessas identidades sexuadas permitiu, em um contexto de igualdade formal, discriminar os seres humanos em virtude do sexo (YANNOULAS, 2011, p. 274-275).

4.2 Atribuições, rotina, desafios e dilemas das Coordenadoras Pedagógicas

As coordenadoras entrevistadas chegaram até a função através de convite da direção ou do grupo de professores, algumas tendo uma certa vontade de passar por uma nova experiência fora da sala de aula e outras, não. Através de seus relatos podemos perceber que há ausência de um projeto pedagógico específico para o desempenho da função.

Sendo convidadas pelos pares, muitas vezes as coordenadoras querem ou precisam agradar o grupo que as elegeu, algumas PCPs ficam em alguns momentos reféns dos votos dos docentes e direção.

Então, me vi assim numa situação, o pessoal começou a falar para eu apresentar proposta, 'daí' você tem perfil, não sei o quê. E foi como se Deus tivesse me colocando nessa função. Então, assim, eu assumi a função por conta assim, da... da... ali dos meus amigos, meus colegas, meus parceiros 'aí' da escola, porque eu pensei assim, cara, não veio ninguém da minha escola 'pra' assumir esse papel. Então, a gente precisa de alguém ali do nosso núcleo escolar, porque já conhece a nossa realidade. Já conhece o... o perfil de cada um. E 'aí', por esse motivo, eu falei assim, eu vou assumir, eu vou, vou experimentar (PCP4).

Nunca havia pensado em ser coordenadora. Fui por insistência do meu grupo. Sempre estive na coordenação por eleição. Primeiro, eleita e presente enquanto a avaliação do final do ano era positiva. Depois, com o Plano de Carreira, a cada dois anos a proposta vencia e se abria uma nova eleição onde eu colocava a proposta novamente até que na última vez que venceu, eu não quis mais apresentar uma nova (PCP10).

PCP9 conta que:

Um grupo de professores do período da tarde, que trabalhavam comigo, adentraram a sala e fizeram a proposta para que concorresse à função de Professora Coordenadora Pedagógica, me apresentando justificativas de que precisavam de alguém que daria voz ao grupo. Concorri à função através de apresentação de proposta, a qual fui eleita pelos pares, professores efetivos, diretor de escola e supervisor (PCP9).

Em determinadas situações são convidadas pela direção vigente:

A convite de uma diretora da época (PCP8).

Estava na sala de aula, ‘aí’ eu recebi assim um convite, mas na verdade é por eleição, ‘né’? Que a gente entra, a diretora, ‘né’? Falou, ‘né’? Surgiu uma vaga na minha escola ‘pra’ quarto e quinto ano, ‘né’? E de coordenação pedagógica, ‘né’? E se eu queria, ‘né’? E fazer aí esse desafio e eu aceitei, vim, ‘né’? Coloquei a proposta e foi por votação e na verdade assim, ‘né’? Foi qual minha surpresa foi unânime, ‘né’? Por eu não ser da escola, ‘né’? (PCP7).

E também recebi o convite da direção, na época, ‘né’? ‘Pra’ que eu pudesse apresentar (PCP6).

Por convites, apresentei proposta para coordenação (eleição), mesmo com perca de salário (sic), já com 26 anos em sala de aula. Resolvi aceitar o desafio por vontade de aprender mais, estudar mais e contribuir com minha experiência (PCP14).

Então, chegou um... um ponto da minha, da minha trajetória em que eu ‘tava’ querendo buscar alguma coisa diferente. E... e ‘aí’, começaram a surgir, ‘né’? Mas, assim, sempre com o pé atrás, nunca, nunca tinha me visto como coordenadora, ou, assim, assumindo essa função. Aí, começaram a surgir alguns convites, ‘né’, ‘pra’... ‘pra’ algumas vagas que estavam, tinham surgido, ‘né’, e algumas outras escolas, tal. E, depois de muito tempo, de insistência de algumas eu resolvi começar a tentar, ‘né’? Aí eu... eu tentei numa escola e não consegui, ‘né’? Tinha um outro candidato e eu não consegui. A escola onde eu trabalho tinha duas coordenadoras. Por uma questão política, foi suplantado o segundo coordenador e aí, a partir ‘daí’, a escola ficou com um coordenador somente, novamente, ‘né’? E tinha uma burocracia de número de sala, de número de alunos e tal. E ‘aí’ nesse meio tempo que eu estava propensa a ir ‘pra’ uma outra escola, surgiu então, é, foi conseguido a abertura de um edital ‘pra’... ‘pra’ função do segundo coordenador na minha escola mesmo, ‘né’? Então, foi aí onde a direção, na época, me convidou e eu resolvi aceitar esse desafio a partir desse convite (PCP12).

Na minha escola, que é o meu polo, a convite da direção. Coloquei proposta, foi feita a votação (PCP3).

A coordenação não é uma, não é uma coisa que eu almejava, mas era uma coisa que eu idealizava e em algum momento da minha vida. Surgiu a oportunidade, esse ano e eu abracei. Porém, eu sou muito determinada, eu sou, eu sei da minha capacidade, mas eu estou sendo massacrada porque eu gosto de tudo muito bem detalhado, muito bem resolvido, eu gosto de cumprir as datas, cumprir os horários e eu não ‘tô’ conseguindo fazer isso. E eu quero ajudar todo mundo, eu quero fazer de tudo e tem dias que eu me sinto frustrada por não conseguir, sabe? Atingir meus objetivos, é muita cobrança, é muita informação, é muita coisa e no momento ainda não estou naquela realização plena, acredito que talvez no ensino presencial possa ocorrer um pouco melhor (PCP3).

Como no município de Andradina ser coordenador é função, algumas PCPs sentem-se na obrigação de manter essa ligação, por conta da eleição que ocorre a cada dois anos. Isso faz com que algumas PCPs estejam “presas a esse laço”, seja pelos professores ou pela direção, e essa pode dispensá-la se achar necessário, como cita a PCP14:

(...) por depender de voto, não realizo meu trabalho como eu gostaria. Triste... ‘aff’..” (PCP14).

Completa ainda sua fala dizendo:

Mas saber que tenho que agradar professoras se não elas não votam em mim, me causa tristeza, porque muitas não olham para a coordenadora de maneira profissional e se cobrar delas elas não votam (PCP14).

A PCP9 concorda com a fala da PCP14.

Um dos maiores desafios é lidar com as vontades de cada um, pois sendo a coordenação pedagógica uma eleição pelos pares, muitas vezes o coordenador fica rendido aos conchavos, precisando se colocar em posição firme daquilo que acredita, ter empatia, entre outras posturas, para permanecer na função e convencer o professor das transformações que precisam acontecer, das reais necessidades do ensino e da aprendizagem (PCP9).

Segundo Christov *et al.* (2012, p.16), o tal projeto coletivo “é um a conquista muito difícil de ser realizada. Entraves pessoais e institucionais não faltam”. Para os autores “uma das dificuldades do trabalho coletivo está no confronto de expectativas e desejos dos sujeitos envolvidos. Dificuldade que precisa de condições especiais para ser superada” (CHRISTOV *et al.*, 2012, p.16).

Sobre as condições de trabalho, as coordenadoras relataram também em suas falas a falta de infraestrutura física das escolas, de materiais e funcionários: merendeiras, monitor de informática, principalmente estagiários e inspetores de alunos.

Uma das escolas não possui biblioteca para os alunos e outra possui biblioteca e bibliotecária para atendimento dos educandos; as outras possuem biblioteca ou sala de leitura. Três escolas possuem condicionadores de ar em suas dependências e salas de aulas; duas escolas ainda não foram contempladas com essa reforma na parte física; em uma escola não há aparelho de ar-condicionado nem na sala dos professores.

Houve reclamação sobre a parte tecnológica, como sucateamento de computadores e internet de baixa qualidade.

É ar-condicionado nas salas dos professores não tem. Nós temos em uma sala de aula, porque uma professora da EMEI²⁹ ganhou particular, ‘né’? Então, ela dá aula nessa sala, na EMEI no período dela, e à tarde, tira no palitinho quem vai ficar usufruindo do ar-condicionado, ‘né’? Então, cada ano reveza uma. E depois de dois anos arrumaram o ar-condicionado da Secretaria, ‘né’? (PCP1).

PCP2 complementa que:

²⁹ Escola Municipal de Ensino Infantil (atende crianças de 4 a 6 anos).

Em relação a recursos materiais, eu acredito que ainda faltava. ‘Ó’, na nossa escola, eu sempre falava da questão do banheiro, que tinha que ter uma reforma ‘pra’ alunos de inclusão. Às vezes, a gente tinha que trocar alunos no... na sala porque não tinha uma prancha de mármore, alguma coisa, um banquinho, alguma coisa, mais que ajudasse. Eu sempre pedi, mas também, ‘ó’, já saí da coordenação e até hoje esse banquinho não apareceu. E computadores e impressoras, sempre a gente necessita (PCP11).

De forma geral, todas as escolas apresentaram carência de recursos físicos e tecnológicos, além de recursos humanos para realização de diversas funções, o que faz com que em algumas situações as PCPs realizem outras tarefas que não sejam de cunho pedagógico.

Quanto ao controle exercido sobre o trabalho dos professores e das coordenadoras pedagógicas a PCP9 relata, implicitamente, sobre as diversas maneiras de controlar e fiscalizar o trabalho dos docentes, destacando que esse controle advém da SME através dos mapas textuais, relatórios de observação, fichas de alunos, planilhas, notas do IDEB³⁰, SAEB³¹, Sarema³², Saresp³³, conferência da rotina, diário e caderneta do professor que demonstra o controle exercido sobre o trabalho do professor e do coordenador. Explica, ainda, que “o fato de fazer a conferência de tais documentos não é somente referente a organização de atividades e conteúdo do professor, mas também da verificação da aprendizagem dos educandos” (PCP9).

Vale destacar que essa é uma relação que não foi produzida neste momento histórico. O modo como as escolas se relacionam com as instâncias superiores do sistema educacional tem sido historicamente mediado pela autoridade, hierarquia em que os profissionais da escola precisam realizar seu trabalho mediante as determinações das secretarias de educação e seus demais órgãos (TEIXEIRA, 2020).

A fiscalização e o controle de professores tem sido historicamente a ferramenta usada pelos órgãos administrativos das escolas, como forma de garantia da política educacional implantada, sendo o coordenador pedagógico a peça fundamental como elo entre a escola e a Secretaria de Educação. O coordenador pedagógico é figura que garantirá que os projetos e a implantação das políticas exigidas sejam aplicados³⁴.

³⁰ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

³¹ Sistema de Avaliação da Educação Básica.

³² Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal de Andradina.

³³ Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

³⁴ Durante a realização da pesquisa foi presenciada em uma unidade escolar a visita da SME, através da figura da CEF (Coordenadora Geral do Ensino Fundamental) e da Supervisão. Em conversa informal com os professores a resposta dada foi que o objetivo da visita seria para verificação do uso correto do material apostilado do SESI implantando na rede de ensino no início do corrente ano, com a entrada da nova Administração Municipal (Prefeito e equipe da SME), em substituição do material utilizado nas gestões anteriores, mais ou menos em uso há dez anos. Os professores ainda ressaltaram que o motivo da visita era porque posteriormente haveria visita dos coordenadores do SESI, responsáveis pela implantação da nova metodologia de ensino, portanto a Secretaria

Em relação à Secretaria de Educação acompanhar o trabalho desenvolvido pela coordenação pedagógica, as PCPs relataram que:

Sim, ela acompanha meu trabalho, a Secretaria Municipal de Educação, é..., através de conversas, 'né'? E que temos é..., por reuniões e também por telefone, e às vezes eu vou a Secretaria também. Então, eles estão sempre acompanhando o meu trabalho (PCP5).

Ressaltamos que esses indicadores de controle, monitoramento, cobrança e fiscalização, revelam aspectos de autoritarismo presente na organização escolar. Há ainda os registros que são cobrados dos professores (caderneta, diário, relatórios, mapas, planilhas, fichas) e dos próprios coordenadores, através dos semanários, planilhas e devolutivas.

'Ó', no presencial, a gente sempre fazia umas fichas de devolutiva ou anotava pauta do que ele é discutido ou uma fichinha mesmo quando a pesquisa de campo, por exemplo, eu 'tava' lá na sala com eles, a gente sempre fazia fichinha, e preenchia ali o momento que 'tava' acontecendo, 'pra' depois dar uma devolutiva daquele momento. Quando era formação ali junto, às vezes a gente fazia uma, às vezes esquecia da pauta e anotava mesmo no nosso caderno, anotava lá o que foi discutido, que foi. Nem sempre eu dava conta de fazer uma pauta e o professor assinar. Às vezes eu fazia uma pauta coletiva, quando era um assunto geral do primeiro ano e eles assinavam, via tudo que foi obtido, que foi falado, assinado embaixo. Às vezes, o assunto era específico. Então, fazia separado. Às vezes, a gente discutia, resolvia ali a situação e anotava mesmo no caderno. No remoto, é a mesma coisa. Às vezes a gente faz a pauta e apresenta 'pra' eles o que vai ser, porque eu sempre fazia assim. Você apresenta, compartilha com eles a pauta e vai discutindo. E às vezes eu anotava mesmo nas minhas anotações o que tinha sido realizado, o que tinha sido discutido, o que tinha sido combinado, organizado em relação a alguma coisa que a gente ia desenvolver (PCP11).

Quando essa ação tem como intenção o diálogo e a troca de experiências, possibilita gerar uma reflexão sobre a prática. Sobre os registros é importante destacar que eles podem cumprir dupla função, a de monitoramento das ações dos professores e, se utilizado para diálogos, para que possibilite a correção de erros e reflexão sobre a prática.

É, tinha esse registro em caderno específico, 'né'? HFCS separado e HTPC. 'Aí' o professor tinha que anotar o que ele fez, 'né'? Horário de estudo, o horário de planejamento de aula. Leitura. Colocar lá o que que ele fez, 'né'? 'Aí' dentro da rotina, que a gente chamou de semanário, 'né'? Dentro da rotina. O registro do coordenador, a gente orientava a ser registrado, o HTPC também, teria que ter a pauta, o registro garantido, a assinatura dos professores que participaram. Teve escola, que fez um caderno tipo, colava, a pauta e o professor assinavam ali, 'né'? (CEF3).

O professor a princípio fazia seus próprios registros em um material oficial da rede, como se fosse um caderno de HFCS, este era vistado pelo PCP, pelo diretor e supervisor da escola. Enquanto coordenadora, registrava os assuntos e temas tratados

deveria estar segura de que os professores estariam utilizando o material a contento, mesmo não estando adequado às necessidades dos alunos, como citam duas coordenadoras pedagógicas.

com os professores no meu semanário, por sua vez era assinado pelo professor. Esse documento nunca foi vistado por ninguém, nem tive orientações sobre a construção da minha rotina enquanto coordenadora, esta foi planejada e construída por mim (PCP9).

Normalmente, a gente tinha um caderno de plano, 'né'? Um caderno e na folha de trás do... do planejamento, a gente já destacava ali os assuntos tratados na HFCS, 'né'? No HFCS e... e já detalhava ali o que foi feito, com quem foi feito. Então assim, era um caderno de registro pessoal para o... para o professor, dependendo da situação, quando a gente montava uma pauta de formação, de determinado assunto, ou pauta de orientação, a gente imprimia e o professor assinava, 'né'? Aquela pauta e a gente guardava arquivando, o professor ficava com uma cópia. Quando, quando era devolutiva de observação, ou quando era algum assunto, assim, mais delicado, a gente sempre fazia, ou a gente fazia o registro em caderno em ata, 'né'? Ou... ou imprimido mesmo e a gente imprimia e a professora assinava. Mas assim, vai basicamente o registro do HFCS, a princípio, era feito um caderninho com o registro do que foi feito naquele dia, cada professor preenchia, depois ele, ele colocava data, tal, e a gente ia controlando. Mas isso passou a ser uma coisa tão assim, meramente burocrática, sabe? Muito papel 'pra' preencher. Então, assim, o professor, hoje anota no seu caderno (PCP12).

Ficou quatro anos padronizado e aí o professor registrava, 'né'? Tudo que ele fazia, tanto o coordenador, quanto no preparo de suas aulas, quanto estudo que ele fazia (PCP2).

'Ó', o meu registro eu também tenho o meu semanário, 'né'? Muito bonito, a gente tem, cada coordenador tem o seu semanário. Lá no semanário... aí a gente vai, a gente registra tanto na parte da rotina semanal que nós temos aqui, essa parte de... da rotina, então sempre marca, 'né'? Meus horários, eu marco que eu vou fazer naquele dia. E depois eu anoto aqui a necessidade do meu professor, coloco a data, coloco o nome do meu professor e vou anotando ali a necessidade dele 'pra' eu poder 'tá' procurando, ajudá-lo, correr atrás do que precisar, dar a resposta 'pra' ele (PCP4).

Sim. Era orientado a gente ter pauta, 'né'? Tanto as minhas, eu tinha pauta de formação ou ter um semanário de registro 'aí' da minha, da minha rotina, 'né'? E tinha pauta, te falei, formação que era pauta mesmo. Mas tinha a pauta e tinha a lista de presença que era... que era assinada, e tinha o arquivamento desse... desse documento, 'né'? A gente fazia o arquivamento, 'né'? Em pasta, tudo certinho. Na escola, era orientado o professor, quanto o coordenador pedagógico do HFCS em si, registrar no semanário mesmo, 'né'? No próprio semanário. Às vezes, uma escola ou outra fazia a pauta e colava ali, 'né'? Como ata ali, dentro do próprio semanário dele, 'né'? Tinha escola que tinha a própria pauta ali, que ele registrava resumidamente, que foi discutida em HFCS, mas em linhas gerais, em orientações gerais, HFCS, dentro do próprio semanário, naquele horário específico de formação, com o coordenador, o professor tinha que registrar ali o... o que foi tratado, 'né'? E o coordenador pedagógico, por sua vez, teria que ter também esse documento e esse registro com a assinatura do professor, essa era é a orientação, 'né'? No início tinha um caderno, 'né'? (CEF3).

Importante observar que apesar de aderirem à prática do registro em semanários, essa documentação não fica arquivada nas unidades escolares, fato que causou dificuldades nas observações deles. Geralmente são descartados ao final do ano. Algumas coordenadoras tinham, outras já não estavam nem mesmo com os registros do ano de 2020, prática comum que acontece em todas as escolas, não se dando importância ao registro enquanto documentação da

prática pedagógica, tornando-se um ato meramente burocrático. Em relação aos registros, segundo Fujikawa (2007):

O registro escrito da prática pedagógica constitui um instrumento de reflexão e uma oportunidade formativa importante e uma oportunidade de revisão das práticas de coordenadores e professores, além de ser um elemento significativo para o estabelecimento de vínculos e parcerias profissionais. Os registros aos quais me refiro e atribuo valor são os realizados por professores e também pelos coordenadores nos mais diferentes contextos de reflexão educativa: o registro em diários; os registros em relatórios de alunos (individuais e de grupo); os registros em forma de síntese de reunião entre coordenadores e professores (individuais e de grupo); a escrita de avaliação do trabalho realizado (individual e de grupo) (FUJIKAWA, 2007, p. 128).

Porém, quando esses registros objetivam controlar as ações dos professores, novamente nos remete a questões do autoritarismo, marca presente no processo histórico-cultural da figura do coordenador pedagógico, resquícios da ligação a figura de supervisão, que surgiu com o inspetor escolar, passando pelo supervisor de ensino.

Sabe-se da importância do registro, como memória do que está sendo realizado, como fonte importante de dados para consultas futuras, como forma de reflexão para melhoria da prática, sendo nesse aspecto visto com caráter formativo possibilitando melhor visão e reflexão sobre o desenvolvimento do trabalho do professor e do coordenador, bem como o desenvolvimento dos educandos, sendo nesse sentido essencial.

A maneira como se dá o relacionamento entre coordenador *versus* diretor e coordenador *versus* Secretaria de Educação é fator determinante para o desenvolvimento do autoritarismo e hierarquização do poder, ou não, dos coordenadores sobre os professores. Dependendo da forma de controle exercida pela Secretaria sobre a equipe gestora, de maneira mais específica, sobre a coordenação pedagógica, é estabelecido o próprio nível de controle dentro da escola, como forma de domínio, de poder sobre o trabalho dos professores, que tem como referência as relações hierarquizadas. Exemplo disso, é a cobrança de documentação com prazos a serem cumpridos, pelas coordenadoras e professores. Cobranças e prazos já internalizados por ambas as categorias.

A Secretaria cobra o coordenador, o coordenador cobra o professor, o professor por sua vez cobra o aluno. E o controle e monitoramento através das cobranças visam a garantia de resultados positivos, por exemplo nas notas das avaliações externas como do IDEB, no qual a rede vem avançado nos últimos anos, tendo uma meta cada vez maior a ser cumprida. Dando desse modo significado ao controle e cobranças advindos da Secretaria aos coordenadores, e desse aos professores. Encarando esse controle como normal e necessário para verificação do

rendimento dos alunos, para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem e gerenciamento de novas ações.

A PCP1 coloca que ao seguir as determinações da Secretaria, tenta anemizar as reclamações dos professores explicando que por ela seria diferente, e procura não estar impondo, mas explicando que é necessário cumprir.

Às vezes, questiona, ‘né’? A gente fala: “Olha, isso não veio de nós, mas fulano, fulano ‘tá’ pedindo assim”. Quê que nós vamos fazer? Tem como fazer? Mas, tem coisa que a gente tem que pedir ‘pro’ professor fazer, falar assim: ‘Olha, não é nós que estamos pedindo, assim’. ‘Pra’ ele também entender que se fosse do meu jeito não seria assim, ‘né’? (PCP1).

De acordo com Christov:

(...) não vivemos em um ambiente educacional no Brasil que nos prepare para construirmos boas relações com teorias, nossas ou alheias. Longos períodos ditatoriais – 15 anos de Vargas e 21 de governos militares – seriam suficientes para justificar políticas educacionais e culturais silenciadoras e bloqueadoras de um aprendizado adequado à elaboração de teorias particulares ou coletivas sobre a realidade. Afinal, quem tem teoria tem crítica, tem conhecimento. Ditadura nenhuma admite isso. Porém as ditaduras não respondem sozinhas por nossas dificuldades relativas à construção da relação entre teoria e prática. Nosso ambiente escolar, cultural, mesmo em espaços e momentos democráticos padece de um problema a ser solucionado. Trata-se da imposição sub-reptícia de algumas teorias, de alguns autores. Trata-se da valorização de uma postura que impõe tradições, pensamentos, teorias, modelos, autores e impede a construção pessoal de cada um. Este deve incorporar e repetir teorias, sem ousar elaborar suas questões e suas afirmações (CHRISTOV, 2012, p. 40).

Cabe destacar que foi observado que a prática da coordenação vai deixando a formação continuada e mantendo este caráter de supervisionar, de fiscalizar o trabalho do professor.

Houve muito assim apropriação das coordenadoras de algumas metodologias que a gente lançava à mão, que é a tematização da prática, a modelização, ‘né’? É discussão do que tinha em sala de aula, das necessidades, dos conflitos das angústias. Então, o que atendia, ‘né’? E a gente conquistava com mais facilidade. Agora uma abordagem, por exemplo, do coordenador ser um pouco mais estudioso, de ter um pouco mais de autonomia, o que a gente chama de autoformação, não sentia grandes impactos, ‘né’? Não sentia grande adesão do grupo, era mais assim, a pessoa já é estudiosa por natureza, ‘né’? Da personalidade dela e do perfil dela, então você sentia que tinha mais devolutiva nos momentos de discussões (CEF3).

A PCP11 cita que dentro da sua prática, quando notava que o professor estava com dificuldade, fazia a modelização. As PCP11 e PCP1 explicam sobre a prática da modelização:

A gente, não ‘tava’ impondo, a gente ‘tava’ mostrando que existe outro caminho e isso era... era legal. O que a gente fazia ‘pra’ sanar? Muitas vezes, a gente mostrava, porque é legal mostrar uma troca de experiência que o outro professor fez e deu certo que... que era esse modelo... ‘Aí’ eles falavam sempre assim: “Ah, mas aquele

professor, ele é dinâmico, ele tem aquele jeito, o outro já não tem”. Não, mas você pode fazer de outra forma, do seu jeitinho, porque cada um tem o seu jeitinho. E a gente procurava mostrar muito isso, em vídeos, às vezes até ao vivo mesmo, o professor tinha aquela disponibilidade de apresentar o seu trabalho. E também a gente mostrava, ‘nós fazendo’. Porque a gente ia na sala de aula, fazia todo o... o trabalho, mostrava ‘pra’ eles. Eles ficavam lá como observador, assistindo como que era a modelização da prática. A modelização da prática, porque era uma um jeito de chegar mais próximo, ‘né’? A esse professor, ‘pra’ que ele pudesse rever a sua prática (PCP11).

PCP1 lembra que:

Nós ‘tinha’ as modelizações, ‘né’? Que era pedido ‘pra’ gente fazer, nessas modelizações o coordenador ele, ele modelizava algum conteúdo ‘pra’ algum professor de alguma série. Você poderia escolher um professor com dificuldade, um professor que precisava, assim, mudar um pouco o seu jeito de trabalhar, você oferecer novos caminhos ‘pra’ ele. A gente fazia essa modelização, gravava, mostrava ‘pra’ ela. E ela ia passando também o... o que gostaria que a gente trabalhasse em HTPC, em HFCS com os professores e depois a gente dava um retorno ‘pra’ ela (PCP1).

Como a gente trabalhava bastante com tematização da prática, modelização que é o nome que a gente acabou adotando, o que era isso modelização? Era a dupla conceitualização que eu enquanto formadora me posicionava como professora e o coordenador pedagógico se posicionava como aluno. E ‘aí’ a gente tinha uma teoria que respaldava aquela formação em si. Exemplo: leitura colaborativa, eu fazia a modelização, o que é isso? Eu tematizava os procedimentos de leitor e a coordenação pedagógica se posicionava enquanto aluno, eu fazia os questionamentos, a coordenação respondia e assim seguimos, é o que chamamos de dupla conceitualização. E o coordenador tinha que levar para escola essa metodologia, esse movimento metodológico de tematizar ali na prática aquilo que ele vai desenvolver com o aluno. Então ele como formador, na escola, se posicionava como professor e o professor como aluno (CEF3).

Sabe-se que faz parte da função do coordenador pedagógico visitar as salas de aulas, compreendemos que tal ação é inerente à função. A visita não deve ter como objetivo surpreender o professor, deixando-o em estado de alerta, de modo que esteja sempre atento as interferências da coordenadora em sua sala de aula.

Para Libâneo (2004), a presença do coordenador em sala de aula deve objetivar uma reflexão crítica, servindo de instrumento para melhorar a prática pedagógica e o crescimento profissional do professor, “ajudar o professor a melhorar seu desempenho profissional, criar situações para ajudá-lo a avaliar seu próprio desempenho e a fazer a auto-observação (LIBÂNEO, 2004, p. 295).

As coordenadoras ainda relataram que:

Sim, enquanto fui PCP havia visitas in loco periódicas, tanto para acompanhamento e monitoramento do trabalho docente, quanto à da função. Havia termos de visitas, devolutivas e orientações (PCP9).

Sim, e hoje a gente tem tido uma visita a cada, a cada vinte dias mais ou menos, do pessoal da Secretaria, quando não é a coordenadora, é a supervisão, 'né'? Então, na semana passada, nós tivemos coordenação, essa semana nós temos supervisão (PCP6).

A coordenadora do ensino fundamental observa que:

O meu maior empecilho era assim dentro da escola, acredito que seja mais os diretores, 'né'? Alguns, não eram todos, tinham um pouco de, 'num' sei se eu vou chamar de resistência, que... que eu vou chamar. Porque eles se sentiam donos da escola, 'né'? Como eles eram, são, 'né'? Concursados, é um pouquinho mais difícil. Algumas escolas eram um pouquinho mais difíceis de se 'achegar'. Às vezes eu não conseguia nem ir até a sala de aula, porque eu já ficava ali, na direção, eles pediam os materiais para os professores, levar, 'né'? Ela tinha um pouquinho disso também, dessa resistência. Um certo impedimento por parte da direção... Não eram todas, não. A maioria dos diretores, coordenadores, eram bem abertos, os professores também, acho que enxergavam a gente como parceiros, 'né'? Assim, eu sentia, 'né'? (CEF3).

Destaca-se que esse controle e cobrança são formas de comportamentos repetitivos, que são repassadas as coordenadoras pedagógicas. As instruções repassadas têm por orientação finalidades sociais e políticas, as quais desenvolvem suas ações, revelando determinadas atitudes, motivos e cumprimentos de objetivos propostos.

A PCP9 comenta sobre isso ao mencionar sobre a pressão exercida pela Secretaria de Educação sobre as coordenadoras pedagógicas para obterem boas notas nas avaliações externas:

Sofremos muito com as demandas fora da função, a corrida para alcançar notas boas nas avaliações externas, sem materiais adequados, sem infraestrutura e poucos recursos humanos e tecnológicos (PCP9).

Fusari (1997 *apud* DOMINGUES, 2009, p. 64) relata que os inspetores escolares do início do século XX, quando havia oportunidade, necessidade e competência, realizavam um trabalho de formação dos educadores em serviço. Nessa perspectiva, 'os inspetores' podem ser tomados como os precursores dos coordenadores pedagógicos atuais. De acordo com Teixeira,

Desse modo, para compreendermos as significações que foram produzidas acerca dessa profissão, retomaremos a história de como esse profissional deixou de ser inspetor e se tornou coordenador pedagógico. Porque, ao analisar a história dessa profissão, remonta às primeiras comunidades para explicar que, embora ainda não houvesse escolas, a função supervisora já existia como ação de velar o comportamento dos novatos da comunidade escolar (TEIXEIRA, 2020, p.57).

Essa função supervisora ainda paira sobre o trabalho das PCPs, exercendo um certo controle e supervisão que remontam a origem de sua função. A seguir explicitamos as condições pertinentes ao Horário de Formação em Serviço.

4.3 A formação em serviço por meio do HFCS

A formação em serviço, denominada por HFCS conta apenas com nove anos no município, iniciou-se em 2013 e foi instituída em fevereiro de 2015 pela Resolução 137/2015 para regulamentação da carga horária do professor a partir das leis 11.738/08 e Leis Municipais nº 1.846/00, nº 2.554/09 e nº 2.889/2012, é uma rede estruturada e em cada gestão tem sua maneira particular de desenvolver as formações para a coordenação³⁵.

As PCPs relatam que há muitas reuniões de formação: reunião com a equipe gestora e com a Coordenadora do Ensino Fundamental. Nos anos de 2021 e 2022, havia reuniões de formação continuada do Grupo de Estudos do Referencial Curricular (GERCS) do Serviço Social da Indústria (SESI), no qual há duas reuniões semanais para formação sobre o Referencial Curricular Sistema SESI-SP e outras tarefas, como citam as PCP1, PCP2, PCP5 e PCP12:

Sim, olha, os professores têm tido aí um calendário de formação, ‘né’? Reorganizado pelo próprio SESI, ‘tá’? Então todos os meses eles têm um encontro, ‘né’? Via plataforma digital, ‘né’? E o... e os coordenadores, diretores, diretores também, nós temos aí a cada quinze dias um encontro. Então, a direção tem, encontros a mais que os professores. Professor, uma vez por mês, nós somos duas vezes por mês, ‘né’? (PCP1).

Os desafios encontrados são muitas reuniões, muitas reuniões (PCP5).

Há também reuniões separado por segmento dentro da coordenação:

Então, a gente tinha um momento coletivo, primeiro, segundo terceiro, quarto, quinto, todas juntas e depois a gente procurou atender também em separadamente, ‘né’? Primeiro, segundo terceiro, somente o grupo e depois o quarto, somente o grupo. Então, tinha esses momentos dessa forma. De quinze em quinze dias, momento juntos, momentos separados. ‘Aí’ depois, conforme a gente ia sentir. ‘Ó’, e a solicitação também dos diretores, porque a cobrança é muito grande ‘pro’ coordenador poder estar dentro da escola, houve momentos que precisou se colocar mensal, ‘né’? ‘Aí’ quando a formação passou a ser mensal, eu colocava oito horas de formação. Nesse dia, que ‘tava’ o dia todo em formação. Quando era de quinze em quinze dias, dava

³⁵ No momento a indicação para a atuação das coordenadoras pedagógicas para formação docente nas escolas é o material do Referencial Curricular do Sistema SESI de Ensino (grifo nosso).

‘pra’ ser meio período, ‘né’, quatro horas, mas ‘aí’, ‘né’, precisava do coordenador lá dentro da escola (CEF3).

Então, a gente tem tido mais formações. Então, até reuniões, até mais constantes do que no ano anterior (refere-se ao ano de 2020) (PCP12).

Contudo, as orientações recebidas, nos parece mais sugerir o estudo e aplicação do material sobre o Referencial SESI de Ensino e menos uma formação em serviço, de fato. O mesmo acontecia nos anos anteriores com o material do Ler e Escrever e EMAI. As coordenadoras seguiam e repassavam as orientações recebidas, ficando o horário de formação restrito ao estudo dos materiais didáticos, sendo pouco ou inexistente tempo para estudo de teóricos e bibliográficos referentes a educação.

Ao questionar as PCPs sobre o porquê que o município de Andradina instituiu o HFCS se ainda continua com HTPC e o porquê da existência desses dois horários, elas responderam da seguinte forma:

Eu não saberia responder. É que ele foi instituído em dois mil e treze, ‘né’? não. Treze, ‘né’? Não tinha. Não tinha, ‘né’? Então já era hora de trabalho livre (PCP1).

As únicas coordenadoras que souberam o verdadeiro motivo, foram duas coordenadoras egressas PCP9 e PCP10, e uma coordenadora atual PCP2. Não que as outras coordenadoras estejam erradas ao expressar as suas falas, porém desconhecem a lei e a sua importância.

Para atender a Lei do Piso que regulamentou que a carga horária do professor deve ter direcionada um terço (1/3) de sua jornada de trabalho para atividades extraclasse. Baseado na lei que defende que a cada x de horas em sala de aula, o professor tem direito a um percentual fora dela para investir em estudos e pesquisas, visando melhorar sua atuação docente (PCP10).

‘Ó’, o HFCS, quando ele veio, ‘né’? ‘Pra’ uma lei federal ali, que é o momento de estudo do professor (PCP9).

Porque é mais um espaço de formação continuada em serviço, garantindo assim que todos os professores participem (PCP2).

A coordenadora do ensino fundamental egressa relata que:

Em termos de Secretaria, esse HFCS - Horário de Formação Continuada em Serviço foi criado para amparar a Lei do Piso, ‘né’? Que um terço de horas o professor deveria ter esse horário de formação continuada em serviço. ‘Aí’ foi distribuído as horas, conforme a carga horária do professor, ‘né’? O PEB I com cinco horas aulas de formação e direcionadas um tanto ‘pra’ estudo, outro tanto ‘pra’... ‘pra’, ‘né’? Planejamento, organização das aulas e... e outro tanto com o coordenador pedagógico, sendo o coordenador responsável direto dentro da escola pela formação continuada em serviço do professor. E recebia orientações da Secretaria de Educação, de temas,

de sugestões, ‘pra’ atender as necessidades formativas da escola, lógico que conforme fossem necessárias as prioridades dentro da escola, ‘né’? Com a sua perspicácia, ‘né’? Direcionava os estudos atendendo essas necessidades (CEF3).

No que diz respeito ao que acontecia no HFCS na gestão anterior ao ano de 2020 e antes da pandemia, receptividade dos professores e diferença entre esse e o horário de HTPC, as coordenadoras disseram que esse momento era utilizado ouvir o professor, atendimento aos pais, troca de ideias, estudos dos materiais didáticos, modelizações, discutir sobre a vida escolar, o rendimento da turma, sugerir leituras, orientações, formas de avaliar, troca de ideias sobre as avaliações diagnósticas individuais dos alunos para construção do mapa textual, verificação da rotina e semanário, analisar se as aulas estavam de acordo com o plano anual, verificar o comportamento dos alunos, a não realização de tarefas e principalmente estudos baseados nos materiais didáticos utilizados em sala de aula como Ler e Escrever e EMAI. Essa situação mostra as orientações curriculares para formação do coordenador pedagógico.

Em relação a formação recebida pela Coordenadora do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação:

Na gestão anterior, antes é... Anteriormente a gente tinha umas formações que a gente se reunia, ‘né’? Às vezes mensalmente, às vezes quinzenalmente, já chegou a ser semanalmente. Quando iniciou a pandemia, as formações anteriores, elas eram voltadas ao material que a gente usava que era o Ler e Escrever, as formações eram voltadas ali nas habilidades, nas modelizações, a gente tinha muita troca, ‘né’? De experiência, nós observávamos a sala, a gente discutia junto, o que fazer ‘pra’ ‘tá’ melhorando esse professor. E nós tínhamos um embasamento teórico também. Então, a coordenadora que estava anteriormente, ela tinha uma linha muito de estudo, ‘né’? Então, ela trazia bastante material teórico também, ‘né’? E que tinha esse, essa incumbência de ‘tá’ pegando aquela teoria e ‘tá’ ali colocando na prática, passando ‘pro’ professor, muitas vezes nós indo na sala, ‘né’? Modelizando ‘pra’ esse professor, ‘pra’ chegar ali na carteira do aluno (PCP2).

As coordenadoras eram instruídas, além de outras atividades, a estudarem com os professores o material anterior a esse (Ler e Escrever e EMAI) no horário de HFCS:

Com o Ler e Escrever e com os livros didáticos, ‘né’? Então, as formações giravam em torno disso ‘daí’ (PCP1).

Principalmente baseados no estudo de materiais usados em sala de aula, como Ler e Escrever e EMAI (PCP10).

A Coordenadora do Ensino Fundamental egressa explica o motivo:

Então, por conta da adesão e do convênio, ‘né’? Ler e Escrever e do EMAI, da Rede Municipal de Educação, convênio ‘aí’ também com... com o Estado de São Paulo, é,

era direcionado estudos ao material, ‘né’? E teóricos que correlacionassem teoricamente a linha, ‘né’, de... de teoria, concepção, ‘né’, e princípios do material, ‘né’, construtivista: Piaget, Emília Ferreiro, Telma Weisz, falando da Língua Portuguesa, ‘né’? E de Matemática: Vergnaud e outros teóricos. E também é... direcionávamos conforme as necessidades formativas apontadas pelos professores e pelos coordenadores (CEF3).

Em 2020, com o advento da pandemia do Coronavírus os HFCSs passaram a ser voltados para o ensino do uso de tecnologias e busca ativa. Nesse período não houve estudo sobre material didático ou algum autor.

Cabô’. Exatamente. Exatamente, a gente faz, a gente passou a fazer isso, ‘né’? E hoje o HFCS ele ‘tá’ sendo usado ‘pra’... ‘pra’ alinhamento de busca ativa. A maioria dos HFCS que a gente tem é ‘pra’ alinhar busca ativa, ‘pra’ alinhar aluno, que... que... quem foi buscar atividade, o aluno que não, que devolveu, porque não sabe fazer. Então, esse tipo de alinhamento, a gente ‘tá’ se fazendo hoje. Não me recordo, uma que eu tive ‘pra’ estudo, como formação, ‘né’? E nem... nem tutorial de... de... de uso de tecnologia também, não, não tivemos ainda esse ano. ‘Tá’ tipo assim, o HFCS, ele teve um momento em que passou a ser totalmente voltado ‘pra’ ajudar o professor nas tecnologias, ‘né’? Acabou que não se fazia mais o estudo, ‘né’ (PCP12).

A PCP11 continua:

Sim, ‘comé’ que é? Tanto que a Secretaria ofereceu isso, ‘né’? A Secretaria buscou em relação as nossas realidades, o que necessitaria, no momento. E a gente, claro, falou em relação a tecnologia, porque tinha muito professor que não sabia, foi complicado usar até a lista do HTPC, que era feita pelo Docs, a gente mandava, eles não conseguiam abrir porque o e-mail não dava certo, porque não tinha no celular um aplicativo que dava. Então, são situações assim, que a gente fala assim: “Ah, mas é coisa mínima!” Mas é uma coisa mínima e se eu não souber mexer, eu não vou conseguir. Então, foi relacionado a isso mesmo, às tecnologias, ao uso de recursos que a gente poderia usar nessa interação online (PCP11).

Então, foi uma situação nova, uma situação diferente, uma situação na qual a gente... Essa interação de ‘tá’ junto ali, isso acabou acontecendo de uma forma diferente. A gente tinha, tem esse contato que eu ‘tô’ tendo com você agora. Através do vídeo, os momentos de HFCS ficaram muito mais difíceis, porque o que aconteceu... Se você sentava a professora para assistir um vídeo ou ler um capítulo de um livro ‘pra’ ele organizar a prática dele no ensino remoto, ficou difícil, porque assim no HFCS, a gente procura juntar. É todos ali, independente da gente, juntava ‘pra’ fazer no momento e com isso planejava todas as ações em relação ao que eles iam trabalhar com o aluno. Por quê? O que que tinha? A gente não sabia, entrei no grupo, nos grupos que a gente entra, nos grupos ‘pra’ ver o quê que eles estão mandando, como eles estão mandando. Mas é uma situação bem diferente que a gente... (PCP11).

No ano de 2021, o horário de formação começou no segundo bimestre, em maio, por determinação da Secretaria de Educação e esse horário foi utilizado para o estudo do Referencial Curricular do SESI:

Nós estamos fazendo uma hora aula por semana, ‘tá’? E esse ano nós começamos a fazer agora em maio, ‘né’? Porque foi estipulado pela Secretaria, ‘né’? Que a gente

fizesse agora em maio, então nós estamos fazendo. Esse ano, como nós estamos trabalhando o Referencial Curricular do SESI, nós estamos fazendo juntas. Ah, porque é... é 'pra' todo mundo a mesma coisa. É novo, 'né'? Então, nós 'tamo' assim, conhecendo o material. Hoje, por exemplo, não deu tempo, mas eu iria passar a unidade um de Língua Portuguesa (PCP1).

No momento, nós estamos usando o material, o Referencial Curricular do material do SESI, que é um material de estudo, nós temos que fazer esse estudo, sempre que possível, nas HTPCs e também nos HFCS (PCP3).

Normalmente, no momento a gente 'tá' trabalhando bastante com a Referencial Curricular, 'né'? Agora, nós trabalhamos aí a parte introdutória do... do... do Referencial Curricular, 'né'? E aí, agora, a gente 'tá' começando trabalhar a parte do currículo, 'né'? Em si.....Trabalho em cima do material mesmo, 'né'? Como a gente 'tá' com, assim, pouquíssimos meses de uso desse material, a gente tem, tem estudado o Referencial Curricular e a metodologia de trabalho, 'né'? O currículo em cima do... do... do material, e na verdade, as nossas formações têm girado bastante em cima disso e o trabalho mesmo, a introdução desse material e até técnicas de trabalho, 'né'? Em cima do material, 'aí' a adaptação desse material. Hoje a gente tem trabalhado bastante com o currículo, 'né'? Do SESI que é o nosso material atual e até então a gente trabalhava com e partes específicas, alfabetização, leitura, então as formações giravam um pouco mais sobre temáticas específicas do que hoje, o currículo, na verdade. Porque nós estamos aprendendo a trabalhar com esse novo material (PCP6).

Por ser determinação da Secretaria de Educação, pela adesão recente ao material do sistema SESI de ensino, e pela entrada de novas coordenadoras em várias escolas em março de 2021, toda a rede está fazendo essa “formação” deste material apostilado.

Nesse sentido, a prática docente não se apresenta mais como uma prática efetivamente autônoma, está condicionada às demais práticas, à burocratização do sistema educacional mais amplo, inclusive às instituições de formações e seus programas curriculares, às instâncias administrativas escolares, às influências dos livros didáticos, dentre outras (VILELA; SILVA, 2018).

Percebe-se que ao serem questionadas sobre quais referenciais utilizavam para estudo ou o que que era discutido no horário de formação, obtivemos respostas contraditórias, no qual o horário era utilizado para leitura do material didático, conversa, repasse de informações, desabafos do professor, atendimento aos pais, atendimentos aos alunos. O espaço era utilizado como orientação e até para preenchimento de diário, cadernetas, planilhas, preenchimentos de mapas, atribuição de notas, fichas de encaminhamentos e outros documentos, mostrando a “deformação” desse processo.

Com o excesso de atribuições relatada nas falas, em alguns momentos as PCPs não conseguiam cumprir sua rotina de formação através do HFCS e os professores reclamavam notando a ausência da coordenação nos horários determinados para formação docente.

Então, você tinha que ‘tá’ com ele, organizando a situação dele. E o professor, eu não sei por que, mas tem uns que se tornam igual criança, dependentes da gente. Se a gente não atender, se a gente não está com ele, eles ficam falando: “ah, mas a semana não vai ter?”; “Essa semana não sentei com você”. Então tem esse porém, que às vezes a gente faz um planejamento certinho. Hoje, a sala tal, tal, mas às vezes não dá certo. E fora as coisas que aparecem. ‘Aí’, aparece a Secretaria com o projeto tal, aparece a Saúde, com outra coisa. Então, a gente acaba mudando a rotina que a gente tem, por isso que ela é flexível, porque nem sempre dá (PCP11).

Notamos nas falas de algumas coordenadoras uma certa dificuldade para se reunir com os docentes, apesar de existir um momento dentro da carga horária do professor destinado à formação continuada em serviço, por consequência dos desvios de função, nos quais as PCPs se envolvem em atividades alheias à formação.

Então, nessa rotina, eu tinha outros momentos de estar com o professor, eu tinha os momentos reservados ‘pro’ estudo, tanto é que era registrado essa rotina, ‘né’? De estudo, momentos de observação de sala, momentos de devolutiva, de estar preparando devolutiva ‘pro’ professor e momento de estar junto com o professor fazendo essas devolutivas. O seu momento de estudo ‘tava’ ali, nem sempre, a gente conseguia naquele horário, ‘né’? Mas ele era, fazia parte, então a gente fazia de tudo ‘pra’ ‘tá’ cumprindo (PCP2).

Sabe-se que a principal atribuição das coordenadoras pedagógicas é de fato o processo de formação continuada em serviço, porém com tantas atribuições diferentes esse processo está sendo comprometido, como percebido pelas coordenadoras e demonstrado por Teixeira:

Esses indicadores revelam a dinâmica de trabalho das Professoras Coordenadoras Pedagógicas e, ainda, reiteram que o trabalho é atividade objetiva e se constitui mediante as relações sociais, a divisão do trabalho, os recursos materiais disponíveis e o modo como significamos a atividade laboral que desenvolvemos (TEIXEIRA, 2020, p. 191).

As coordenadoras tentam cumprir o horário determinado na grade curricular de formação com os estudos, mas a rotina diária consome o tempo destinado a formação para o cumprimento de outras exigências como observação, organização da devolutiva após observação em sala de aula, repasse dessa devolutiva ao professor e outros elementos que fogem do horário de estudo, como passeios, projetos, visitas e outras determinações da escola e SME, o que causa grande impacto dificultando o cumprimento do horário de formação. Atribuições que fazem parte de sua prática consumindo o tempo de efetiva formação.

Algumas coordenadoras confessaram em seus relatos que às vezes, infelizmente, priorizavam situações práticas do dia a dia e nem sempre acontecia o estudo teórico. Comentaram também que como em toda profissão, há os profissionais que não gostam de participar do horário de formação, não demonstram nenhum interesse. Em alguns casos as

coordenadoras precisavam procurar o profissional para que ele comparecesse até o local destinado a reunião. A PCP11 discorre que:

Na verdade, antes, eu vou falar o... o período histórico. Certo. Antes nós tínhamos que dar aula no lugar de especialista. Antes a gente dava educação física, arte. Era um momento que a gente tinha como professor de ter essas aulas, depois deram esse tempo 'pra' gente. "Ah não! Essas aulas têm que ser pensado por especialistas". Então foram, aí mudaram essa... essa questão da atuação, nós ficamos com esse tempo, esse tempo que... o que a gente fazia? Preparava a aula, corrigia caderno, fazia o que tinha que fazer. Quando eu entrei na coordenação esse termo HFCS, esse Horário de Formação Continuada em Serviço. Então, o quê que era de início? A gente não ia tirar do professor aquele momento que ele tinha 'pra' fazer tudo isso. Então, se o professor tem cinco aulas como especialista, essas cinco aulas foram divididas em momentos de formação, momentos que ele tinha autonomia 'pra' preparar sua aula, 'pra' trocar ideias com seus pares, tanto que eu procurei nas minhas, nos momentos de HFCS, sempre colocar os mesmos, o professor de primeiro ano junto, professor de segundo ano junto, pessoa do terceiro ano, 'pra' ter essa troca de ideias nesse momento. Nem sempre dava por causa dos horários dos especialistas, mas a gente procurava colocar da melhor forma 'pra' ter esse momento de troca daquelas que necessitavam. E também o momento que elas tinham de autonomia 'pra' ficar na sala, 'pra' fazer o que tinha que fazer e as duas horas de formação com a coordenação. Nessas duas horas era 'pra' gente o momento de sanar a dificuldade. Sanar a dificuldade como? Ah, aquele professor tem dificuldade em... em fazer a reescrita, em fazer uma correção da produção, 'aí' a gente fazia aquilo que necessitava, um vídeo, uma prática que deu certo, 'pro' professor naquele momento. Nem sempre dava, toda semana. Não, tinha semana que não dava. Eu confesso que eu separei até o material 'pra' você, em relação a isso, que às vezes tem texto grampeado que eu trabalhei com o professor, às vezes não tem. Às vezes a gente ficava, infelizmente, em situações práticas do que aconteceu, do que era, nem sempre, o estudo era teórico. Então, cada HFCS foi, eu acredito que foi usada dessa forma, 'pra' ter um estudo teórico, deixar uma parte prática e o professor ter autonomia 'pra' troca de ideias com os pares, mas nem sempre dá 'pra' gente fazer uma formação teórica com o professor, a não ser que fosse a necessidade mesmo e que o professor necessitasse e aí a gente entraria, entrava sempre com algum assunto, com algum vídeo, com alguma situação que complementasse ou que melhorasse a prática (PCP11).

Já a PCP4 diz que:

HFCS é o momento que o coordenador tem 'pra' ouvir o professor, porque o professor, ele quer ser ouvido, ele precisa ser ouvido, o coordenador precisa ouvir esse professor, ele precisa encontrar meios 'pra' poder dar suporte, ajudar melhor esse professor. Então, no HTPC, como é algo, assim, num grupo maior, muitos professores, aqueles mais tímidos, eles têm, às vezes, receio falar, nem querem falar. E quando você faz o HFCS com ele ali, ele já se abre melhor, ele já fala, 'tá'? (PCP4).

A PCP3 complementa:

Assim como todas as áreas, tem sempre aquele profissional que 'num' demonstra muito interesse, 'né'? Mas a maioria aceita numa boa, é um horário produtivo, é onde nós temos um momento de conversar, debater, alinhar alguns pontos, 'né'? Em relação a ...a vida escolar das crianças, rendimento da turma, sugestão de leituras, de estudos. Então, são horários bem proveitosos. Os horários de HFCS seriam 'pra' acontecer semanalmente, né? Montei o horário de HFCS, eu, com os meus professores. São

duas horas aulas ‘pra’ cada professor, semanalmente, porém, todavia, nesse ensino remoto, há necessidade de abrir um... um pouco mais, além desse horário, já predestinado. Nós temos atendimentos em qualquer dia da semana. Então, o professor precisou, precisa de ajuda, precisa de um socorro. Então, nós estamos fazendo desse horário constante. Sempre que necessário (PCP3).

Para as PCP4 e PCP1, o HFCS serve para a troca de experiências, ouvirem os professores e trocarem ideias com seus pares:

Muitas vezes, o professor quer falar, ele quer ser ouvido. Ele quer falar sobre um determinado aluno, ou ele quer que você o ajude a criar uma estratégia ‘pra’ aquele aluno e ele quer ser ouvido (PCP4).

‘Pra’ estudo, ‘pra’ conversa, ‘pra’ ele falar sobre a sala de aula, o que ele quiser conversar. Alguma coisa que o coordenador também quer passar ‘pra’ ele (PCP1).

De acordo com Mate (2002):

A troca de experiências passa a ter um significado especial, em que a escuta do outro também adquire um sentido de aprendizado. Enfim, o falar e o ouvir sobre as experiências passam a fazer parte constitutiva dos projetos em (re)construção, de modo que a busca, o contato e o diálogo com diferentes referenciais teóricos brotam do desejo de compreensão e de respostas para as perguntas e as angústias gerados nos espaços de trabalho (MATE, 2002, p. 20-21).

Para a PCP10 o HFCS:

Foi uma novidade para quem estava na rede antes dela acontecer, como eu. Às vezes estudávamos, outras falávamos sobre a prática docente, orientações, alunos, meios de avaliar, troca de ideias sobre as diagnósticas individuais dos alunos. Principalmente baseados no estudo de materiais usados em sala de aula, como Ler e Escrever e EMAI (PCP10).

Outro fato que chama atenção é que o envolvimento pessoal com as várias demandas que acontecem no ambiente escolar que passa despercebido que a principal função da coordenação pedagógica seja a de formador de professores.

Como citado através da fala da PCP12:

Então, assim, esse horário era dividido entre atendimento dos professores, tinha os horários instituídos, ‘né’, ‘pra’ cada professor, ser atendido, especificamente, no HFCS, ‘né’? E nessa loucura toda, a gente ainda abraçava a parte pedagógica geral da escola, ‘né’? Em termos de organização mesmo, ‘né’, de aulas, atendimento dos alunos ou ‘ahm’ professor que falta, culto à bandeira, festas, datas comemorativas, todas essas atribuições, assim, atendimento, ‘né’? Reunião de gestores, tal. Tudo isso, ela é bem-organizada dentro planilha de trabalho, ‘né’? A gente conseguia trabalhar

as... as... a jornada do dia, ‘né’? E fazer o que dava ali, às vezes ficava alguma coisa ‘pro’ outro dia, você assumia no próximo, no próximo dia de trabalho, ‘né’? (PCP12).

Analisando as falas das coordenadoras, fica óbvio o grau de importância demonstrada para solucionar os problemas da escola, em que as coordenadoras precisam estar a par de tudo e tomar as providências, nessa percepção tudo aquilo que se refere aos alunos e seus familiares, e aos professores deve ser resolvido de imediato pela coordenação pedagógica, mesmo não fazendo parte do pedagógico.

Ainda afirma que:

‘Ahm’... ‘pra’ mim o coordenador pedagógico ele é um elemento essencial de ligação, ‘né’? Entre a parte administrativa da escola, ‘né’? E a parte realmente docente, ‘né’? E discente, ‘né’? Que a gente atua aí diante das duas áreas. Então, a gente faz muito esse elo de ligação, ‘né’? Daquilo que é do gerenciamento a escola e também o coordenador, ele é aquele que tá ali ‘pra’ auxiliar os professores e diante das necessidades educacionais (PCP6).

As PCPs demonstram em seus discursos alguns dos mais variados problemas que acontecem na rotina da escola e interferem no trabalho da coordenação. As mais variadas situações envolvem docentes, discentes, familiares, funcionários e direção. O modo como atribuem significado as essas interferências constitui uma rotina de urgências que faz com que o seu trabalho não siga como o planejado, de forma sistemática e articulado com suas funções, mas faz com que as coordenadoras desenvolvam seu trabalho conforme andamento da escola. Para Placco (2005):

(...) o cotidiano do coordenador pedagógico ou pedagógico-educacional é marcado por experiências e eventos que o levam, com frequência, a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista e reacional, às vezes até frenética... Nesse contexto, suas intencionalidades e seus propósitos são frustrados e suas circunstâncias o fazem responder à situação do momento, ‘apagando incêndios’ em vez de construir e reconstruir esse cotidiano, com vistas à construção coletiva do projeto-pedagógico da escola (PLACCO, 2005, p. 47).

Sendo assim, as tarefas desenvolvidas pela coordenação pedagógica são mediadas pelas condições de trabalho da escola e pela existência do indivíduo, como percebemos: o coordenador é o profissional que deve realizar tudo na escola, assumindo para si a responsabilidade de resolvê-los, tornando-se totalmente responsável por solucionar todos os problemas que aparecem na escola, o que pode gerar o risco de não conseguir realizar as ações específicas da sua função enquanto coordenador pedagógico.

Christov (2009) aponta que, “o trabalho do coordenador pedagógico é atravessado por muitas interrupções”, que a PCP12 chama de “tudo nas nossas costas”, ações que

(...) implicam na não sistematização de ações a serem realizadas em determinado prazo; implica ainda na não realização de ações voltadas para a formação contínua do professor, como preza a literatura sobre a coordenação pedagógica atualmente (CHRISTOV, 2009, p. 199).

Compreendemos que a realidade objetiva das escolas analisadas interfere nas ações realizadas pela coordenação e sobre o modo como compreendem o seu trabalho. As PCP1 e PCP12, ainda deixam claro que não se incomodam com o fato de fazer outras funções que não fazem jus à coordenação como “fazer faxina durante três dias para receber os professores” (PCP1), e ressalta que “mas fiz de boa, sabe?” (PCP1), ou que já estão acostumadas, com “tudo nas costas” (PCP12).

Refletindo sobre isso, argumenta-se que as PCP4, PCP14 e PCP9 consideram que realizar as mais diversas tarefas “é importante pelos seguintes aspectos: o coordenador não deve estar distante da sala de aula, deve estar ligado a ela, independente da forma que seja feita essa ligação”. Como na fala da PCP4:

Tal pai daquele aluno trabalha lá no mercado, ‘num’ sei das contas, esses dias mesmo eu peguei lá uma atividade desse aluno e fui lá no conversar com a mãe, ‘né’? ‘Pra’ criança poder estar realizando alguma atividade, porque é uma criança que não ‘tava’ realizando nenhuma atividade. Então, assim, tem gente que fala assim, mas esse não é seu papel, mas se ninguém fizer esse papel, esse aluno vai ficar fora da escola até quando? (PCP4).

Esse aspecto indica que as coordenadoras pedagógicas significam sua função a partir das condições materiais, digamos que precária, das escolas onde trabalham. De acordo com Teixeira:

(...) é produzida no movimento dialético entre as coordenadoras e a realidade escolar: a escola sem os profissionais para desenvolver as ações de caráter administrativo e as coordenadoras interiorizando essa realidade, mediadas pelas atitudes morais que construíram ao longo da vida pessoal e profissional. A síntese dessa relação é a sobrecarga de atribuições que são destinadas às coordenadoras pedagógicas, impedindo-as de realizar trabalho de forma intencional (TEIXEIRA, 2020, p. 203).

Portanto, o modo de pensar e agir das coordenadoras pedagógicas demonstra a processualidade histórica, ou seja, a raiz histórica social do qual nasceu a profissão do coordenador pedagógico e como se dá sua significação social na realidade em que atuam.

Nota-se também na expressão das coordenadoras, através de suas falas, que assumiram e se responsabilizaram por outras tarefas, nas quais caracterizaram a escola como

assistencialista, como quando levaram os alunos para casa, entregaram atividades na residência e foram até o serviço do responsável para conversar.

Desse modo, além da formação escolar do educando, a realidade vivenciada traz uma nova responsabilidade no relacionamento entre alunos, professores, família, coordenação e equipe gestora. Essa nova função social da escola, pelo vínculo afetivo com a clientela escolar, aumenta a demanda de trabalho e responsabilidades, tornando a escola uma instituição que educa e cuida, para garantir o bom funcionamento dela.

Para Rubinstein (1977), quando o indivíduo busca adequar seu trabalho às condições objetivas, passa ser guiado pela finalidade da ação. É nessa situação que a atuação, que é a unidade de ação e de atitude, converte-se em tarefas. Devido a isso, o modo como as coordenadoras pedagógicas realizam o seu trabalho revela como elas se esforçam para adequá-lo às condições materiais da realidade na qual estão inseridas, mesmo estando cientes que a função primordial do coordenador pedagógico é com a formação do professor. Porém, muitas vezes com o intuito de serem úteis, não conseguem realizar a formação como prioridade dentro do desenvolvimento do seu trabalho.

À luz das ideias de Rubinstein (1977), consideramos que as coordenadoras são impulsionadas a agir conforme as condições objetivas da escola, adequando seu trabalho a essas condições. Ou seja, as ações que elas realizam representam a dialética dos aspectos internos e externos. Isso porque, ao agir, elas demonstram como “se relacionam com a realidade da escola e com os outros que também trabalham nesse espaço escolar, bem como com a comunidade que faz uso da escola” (TEIXEIRA, 2020, p. 210).

As condições objetivas da realidade das escolas nas quais os coordenadores atuam não proporcionam a total realização do desenvolvimento das tarefas de cunho específico do coordenador pedagógico, porém a realização das outras tarefas é uma maneira de garantir que a escola funcione e assim possam dar prosseguimento ao seu trabalho.

As coordenadoras sabem que precisam articular o momento de formação em serviço, porém algumas PCPs entendem que esse momento seja para ouvir o professor, ajudar construir estratégias, conversar com os docentes sobre diversos assuntos referentes as aulas, trocar experiências, entre outros, achando que desse modo estão cumprindo o horário de formação docente.

As coordenadoras também deixam registrados em suas falas sobre a desconstrução do planejamento de suas rotinas ao terem que cumprir as pautas advindas da SME através de projetos, eventos, passeios e parcerias com outros órgãos como Secretária de Saúde, Secretária de Esportes, Polícia Militar, entre outros e a sobrecarga de cunho burocrático de documentação:

relatórios, diversas planilhas, simulados, mapas, entre outros. Como mostra o desabafo da PCP12:

Sem contar sim, coisas que vinham de fora, da Secretaria, projetos e passeios e essas coisas que tiravam totalmente assim o... o plano da rotina do lugar, 'né'? Então, assim, saia muito da rotina com essas... essas coisas que vinham de fora, 'né'? Essas... esses projetos e ações que não estavam ali no nosso plano de...de trabalho semanal (PCP12).

Toda essa situação demonstra uma relação, por vezes, conflituosa com a SME; com o desrespeito aos cronogramas preestabelecidos nas escolas.

A coordenadora abaixo cita a política como entrave para o exercício da função.

E escola, nessa questão política, a gente não tem autonomia, porque 'aí' vem um projeto, vem a mídia "ah, tem que aparecer, (...) a gente tem obrigação". Então, isso entristece a gente, às vezes, porque vem imposto 'pra' gente fazer (PCP11).

Eu fui muito feliz nesse tempo que eu fiquei na coordenação, sim. Então, eu não tenho que reclamar, agora o que entristece a gente, que eu falo, é o que entristece é a política realmente, a política acaba um pouco, como que eu posso dizer assim, é massacrando o nosso trabalho, porque quando a gente 'tá' direcionando, é uma situação, 'né'? (...) Mas, em relação a formação, em relação ao crescimento do professor, em relação ao que a gente vê a situação que os alunos eram, que os alunos ficaram, se tornaram, isso é gratificante (PCP11).

'Ó' como é... é tudo uma questão política, a gente de quatro em quatro anos tem uma equipe diferente, às vezes essa equipe prolonga 'pra' oito e continua na mesma visão, mas a gente caminha de acordo com o que é oferecido. E, pelo menos, do meu tempo que eu fiquei na coordenação, eu acredito que eles tiveram uma preocupação. No início, em outros tempos, 'né', de prefeitura, tiveram uma preocupação maior, que a gente tinha muitos cursos, saía muito 'pra' conhecer as novas ideias, o que 'tava' acontecendo, 'aí' depois entra outra... outra equipe que não acha que é assim, que a formação tem que ser mais interna. Então, são situações diferentes, porque depende do contexto que gente recebe (PCP11).

As PCPs relatam também sobre o uso do novo material implantado na rede no início de 2021:

Então, assim, nesse momento, qual que é o nosso foco? É o novo material, é o estar conhecendo, a linha de pensamento que não é que me agradou muito, não posso negar, 'né'? (PCP2).

Em se tratando do material SESI... é, eu penso assim, a escolha e a vontade de se ter um material, foi bem assim, política, no sentido de que o prefeito, ele se elegeu com a promessa de que ele traria uma educação de qualidade para o município. E na concepção dele, uma educação qualidade passa por um material de qualidade. Então, a primeira ação dele, enquanto prefeito, foi... foi, 'né', a escolha de um material que tenha referências, 'né'? Então, o SESI, o SESI é uma referência de ensino, tal, então vamos implantar esse material no município, porque vai mudar a cara da educação. Expectativa, 'né'? E a realidade que nós temos é que, é um material extremamente

difícil, em termos de conteúdo mesmo, de... de aplicabilidade ‘pros’ nossos alunos na condição que eles estão, sabe? Começa o conteúdo, ele é difícil (PCP12).

‘Material didático do SESI, acredito que tenha sido vontades políticas (PCP9).

Eu sinceramente, eu não porque foi uma escolha assim, em relação eu acredito que, em relação ao contexto mesmo de acessibilidade, porque os alunos do SESI são alunos filho de trabalhadores, ‘né’? (...) preparando para o vestibular (PCP11).

A Secretaria resolveu comprar esse material do SESI, apesar de eles falarem bastante que não é um material comercial e sim porque eles viram, ‘né’, material de excelente qualidade (PCP7).

Material SESI - SP foi adotado por iniciativa da prefeitura de Andradina e pelo estudo e empenho da Secretaria de Educação em ter um material que venha contemplar as habilidades e competências que rezam a BNCC e também para atender melhor a população local (PCP8).

O material do SESI não foge das habilidades da BNCC, não foge ‘ahm’, das expectativas, ‘tá’? De aprendizagem, muito parecido com o Ler e Escrever e o ...e o EMAI, o SESI, ele... eles passam ‘pra’ gente essa visão também de espiral, sabe? (PCP2).

Concorda-se com Arroyo quando cita que:

A criação de uma nova cultura de gestão da formação permanente pelos próprios professores da instituição pode ser uma forma de superar concepções de inovação exteriores à escola. Esta visão da inovação como um conjunto de teorias ou normas modernizadoras “repassadas” à escola e aos professores, camuflada de princípios progressistas é um tipo de ação que reflete uma gestão marcada pelo contraditório: (...) iluminada, vanguardista, idealista e autoritária e ainda pouco respeitosa para com os professores, ainda que se apele a sua participação (ARROYO, 2013, p. 226).

Importante também destacar que,

No momento atual, compreendemos que o controle tem alcançado o espaço da sala de aula, pois entendemos, e pensamos, que também as Secretarias já entenderam que é no espaço da sala de aula que a política educacional se materializa. Daí a razão para o controle do que se planeja e do que se realiza no espaço da escola e, sobretudo, no espaço da sala de aula (TEIXEIRA, 2020, p. 215).

A visão das coordenadoras sobre o material ainda é precoce, uma vez que estão conhecendo esse material apostilado agora, não nos cabendo analisá-lo no momento.

Nós temos vários cursos ‘pra’ ‘tá’ passando ‘pro’ professor, “Tempo de Aprender”, um outro que foi ontem, que nós assistimos de empreendedorismo do Sebrae (PCP1).

Para Veiga Neto:

(...) a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que

a própria liberdade se transforma em mais um objeto de consumo. Sendo assim, o Estado é mínimo, quanto à sua intervenção no mercado econômico e financeiro, mas é onipresente e onipotente, como investidor de políticas – principalmente educacionais. Os sujeitos precisam ser educados dentro de determinados preceitos, que ressaltem o empresariamento de si, exigindo dedicação e formação para empreender-se e entrar no jogo econômico (VEIGA NETO, 2013, p. 39).

De acordo com Marín (2011) desenha-se, desse modo, uma forma de governo que procura garantir a autorregulação da população através de práticas educativas. A educação é uma forte estratégia de governmentação, articulada à razão de governo neoliberal e que, embora com indivíduos, os indivíduos só são os instrumentos e a condição para realizar o governo da população.

Quando questionadas sobre o que esperam sobre o desempenho de suas funções e o que mudariam em relação à função de coordenadoras e ao HFCS, as respostas foram:

Ficaria mais em minhas funções específicas (PCP10).

Trabalhar de modo a atender mais e mais o pedagógico da escola. Melhor valorização salarial do coordenador pedagógico... Que esse espaço fosse visto por todos da escola como fundamental (PCP9).

Se tivesse esse poder, concurso para a Coordenação Pedagógica, melhorar a formação e valorização financeira (PCP9).

O que eu mudaria era exatamente isso, eu ter, se eu tivesse começado a minha, minha atuação enquanto coordenadora já sabendo quais eram as minhas atribuições e, e tivesse pontuado até onde eu ia, talvez eu não tivesse me sobrecarregado tanto, ‘né’? Em termos de abraçar a demandas de outros (PCP12).

O que eu mudaria? A nível de coordenador, pelo que eu vivenciei, o coordenador pedagógico, ele sendo eleito em parceria, eu acredito que a rede precisava um pouco mais de maturidade, ‘né’? ‘Pra’ poder vê-lo como parceiro, como a gente, ‘né’? Transformador, articulador, ‘né’? E formador e tudo mais. Então, eu acredito que isso é um pouco de cada um, conquistar esse espaço. E ser efetivo, assim como na direção, ‘né’? Mas, para permanecer como parceiro, e tudo mais, o coordenador pedagógico, sendo o formador direto do professor, ele deveria ter muito mais amparo em termos de formação e valorização, tanto a financeira, quanto a nível de formação continuada, ‘pra’ ele se... se fortalecer, enquanto formador, teria que ter, ‘né’? Mais respaldo (CEF3).

Eu acho, assim, que o que falta ‘num’ é só no município de Andradina, é no país inteiro, é a valorização do profissional da educação, no geral. Do profissional que trabalha ali no pátio, cuidando dos alunos, a... o... a merendeira, a bibliotecária, todos os profissionais da educação falta, valorização. Quando eu falo de valorização, é a questão realmente financeira, que acaba pegando muito. E ‘aí’, o profissional deixa de trabalhar com amor, ‘né’? Porque falta, e a gente sabe que quando falta, de alguma forma, a pessoa acaba se sentindo menos valorizada e ‘aí’ ela deixa de ter orgulho, deixa de querer vestir a camisa. E em nenhum momento, até então, mesmo com todas as dificuldades, ‘né’? Eu tenho pensado em largar mão disso, até agora, ainda não. Mesmo com todos os percalços, eu ainda não (PCP6).

Eu tive uma, uma coordenadora pedagógica que veio do outro segmento, do CEI. Menina, ela não sabia nem o que que era sequência didática, não sabia coisas básicas, que é lá da formação inicial, mas não sabia. E eu por mais que eu me esforçasse para

atender de forma diferente, em horário específico, eu não conseguia alcançá-la a tempo hábil, né, porque o professor precisava dela. Ela por conta dessa... desse, eu não sei se era falta de perfil também. A falta de experiência, não sabia nem que era sequência didática, ‘né’? Então, ela não sabia nem explicar, sabe? Eu tive que ir *in loco* várias vezes, ‘né’? ‘Pra’ entender o que ela queria me transmitir, ‘né’? Então, eu percebi ali, assim, que ela precisaria de muito tempo a mais, assim, eu teria que me desdobrar muito, muito, muito, porque mesmo o atendimento com ela sendo uma vez por semana, estava insuficiente eu não dava conta da defasagem dela, sabe? Ela tinha pouco tempo de carreira, tinha dois anos no CEI, pulou para o ensino fundamental, com o universo totalmente diferente. A professora iniciante, querendo saber disso e daquilo. A equipe gestora não dava conta de atendê-la, por conta das demandas, ‘né’? Da escola. E ‘aí’, menina, o tempo com ela foi muito maior. Acabou-se que no fim, era ela e o professor junto, ali, na orientação, ‘né’? Recebia ambos a orientação: E, já pensou a nível de rede? Você pode fazer isso? Você não dá conta, ‘né’? Tinha mais coordenadoras assim. ‘Aí’ você não dá conta, ‘né’? Então, eu acho que a experiência também conta muito. ‘Pra’ mim, eu acho que teria, pelo menos, uns cinco anos de serviço. Meu ponto de vista, ‘né’? No concurso, não é assim? Não pede cinco anos? Senão me engano, muitos concursos por ‘aí’. E tem lugar que pede mais tempo (CEF3).

A PCP5, iniciante, tem a visão que é correto a coordenação auxiliar a direção em suas tarefas:

Ser um coordenador pedagógico é você orientar e ajudar no trabalho do professor e ajudar também a direção no trabalho com a escola (PCP5).

Com todas as falas, percebemos que as PCPs, se dedicadas às atividades específicas, teriam mais tempo para o auxílio ao professor, à formação docente em si. Destacam a falta de valorização profissional e conseqüentemente salários mais justos. Sabemos que a questão salarial é um fato histórico, apontando a precarização do trabalho docente, como resultado há a desqualificação profissional com progressiva deterioração dos salários, precárias condições de trabalho e conseqüentemente a diminuição do status social. Atualmente em nossa sociedade, é clara a progressiva desvalorização dos salários de todos os setores e da categoria docente.

4.4 O HFCS durante o ensino remoto emergencial (ERE)

Em decorrência da pandemia de Covid-19 em março de 2020 as aulas passaram a ser online através de grupos de *WhatsApp*, *Facebook*, *Skype* e plataforma digital *Creattor4all*.

As coordenadoras passaram por cursos, aulas e formação em *Word*, *Excel*, *Power Point*, *Podcast*, *Padlet*, *Google Forms*, *Zoom*, *Skype* e *Meet*. Os professores faziam os planos de aula para plataforma digital seguindo as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular - BNCC - e do Currículo Paulista que repassava as coordenadoras, as quais corrigiam e repassavam, por sua vez, aos supervisores, para confirmarem se estavam corretos; caso

estivessem seriam enviados à plataforma; após um tempo, somente as coordenadoras verificavam e davam o aval final para postagens das aulas na plataforma *Creto4all*.

Os professores, por sua vez, tiveram alguns cursos através de uma parceria da SME com a empresa MPS (professor Eduardo Souza), na perspectiva de atender às expectativas docentes quanto à formação para subsidiar o uso das tecnologias associadas à educação: *Word*, recurso de gravação e edição de áudio e vídeo, canal de *Youtube* e *Podcast*, *Power Point* e publicação na plataforma de ensino *Creto4all*.

As formações passaram assim, a serem voltadas para ferramentas tecnológicas, tutoriais de uso de ferramentas interativas e sobre aspectos psicoemocionais, pois o nível de *stress* e ansiedade dos professores estavam altamente elevados.

As coordenadoras se colocam como solucionadoras de problemas, tomando para si criar condições para que a escola avançasse, exercendo o papel social assumida frente e a sociedade. Entretanto, a forma como esse modo é constituído pelo coletivo da escola, demonstra as circunstâncias da existência desses profissionais, particularmente, das coordenadoras pedagógicas e como estão sendo reproduzidos.

Com a pandemia houve um agravamento da situação, as tarefas da coordenação tiveram um aumento significativo:

‘Ah’, às vezes não era só quarenta horas, ‘né’? A gente sabe. No passado, assim, ‘né’? Agora, igual eu te falei, depois vai ficar agora na pandemia. Na hora que acorda, a hora que dorme. Hora que acorda, a hora que dorme, ‘né’? E você ‘tá’ trabalhando, ‘né’? (PCP1).

Porque por exemplo, a Secretaria parou de funcionar de uma forma instituída assim ‘pra’ ‘tá’ atendendo os grupos, ‘né’? Da escola, e os professores ficaram mais em contato. Então, qualquer problema que acontecia, chegava no professor, o professor passava ‘pro’ coordenador ‘pra’ depois chegar na escola, ‘né’?...e assim, nós chegamos ‘aí’ na casa de alguns alunos, levar material, levar, ‘né’? Levar a atividade impressa, mas tudo já era tanto em cima das nossas costas, a gente não sentiu, que “ah, vocês vão fazer isso aí!” (PCP12).

Então, assim, a gente costuma dizer, não tem horário, fora que o nosso psicológico, ele não desliga, ele fica ligado ali vinte e quatro horas no ar, porque a gente fica preocupado aí com essa criança, com essa família, com esse professor (PCP4).

Aí a gente liga, a gente vai atrás, e a gente já, já colocou até o carro na... na rua ‘pra’ ir atrás dessas crianças, ‘né’? Bater na casa mesmo com essa pandemia. Então, a gente tenta, ‘né’? Ser o braço direito do professor, aonde o professor não ‘tá’ conseguindo chegar, a gente vai lá tentar fazer alguma coisa ‘pra’ alcançar. Então, o coordenador, realmente, tem que ser aí o braço direito do professor (PCP6).

As PCPs14 e PCP7 comentam sobre o HFCS:

O HFCS antes da pandemia, coordenador sentava com professor ia ver semanário, dialogar sobre a rotina, analisar se as aulas estavam de acordo com o plano anual e

socializar alguns acontecimentos dos alunos, comportamento, não realização de tarefas (PCP14).

O horário de formação, segundo as coordenadoras, também era utilizado para recados, busca ativa, preenchimento do semanário e atribuição de notas aos alunos.

O HFCS, ela é uma hora aula, 'né'? Que é semanalmente e é individual, 'né'? Com o professor às vezes eu costumo assim, às vezes colocar com o professor da mesma série quando dá, 'né'? Quando dá certo eu coloco lá e estudamos, às vezes algum assunto do Referencial Curricular 'tá'? Do SESI e então nós destinamos assim às vezes uma semana estudo, uma semana busca ativa dos alunos e a outra, às vezes algum recado da escola preenchimento do semanário, da caderneta, às vezes nota de alunos (PCP7).

A CEF3 também relata as dificuldades no ensino remoto emergencial, no qual não recebeu formação e não teve tempo hábil para orientar as coordenadoras pedagógicas e os docentes:

E em termos de tecnologia também, 'né'? Eu senti bastante agora na... na... Em dois mil e vinte, quando começou a pandemia em termos de tecnologia, eu tive que aprender sozinha e no outro dia passar 'pro' coordenador, conforme foram apontadas, 'né'? As necessidades, eles elencaram o que que eles queriam aprender, tanto os coordenadores, quanto os professores, 'né'? Só que sem tempo hábil, era aprender em um dia e aplicar no outro com o professor, fazer a formação no outro dia, como coordenador. Então, foi meio que, 'né'? O negócio de... de... de bombeirismo mesmo, ó... o fogo 'tá' pegando, pega o extintor, vamos lá apagar com o que você tem. Então era assim. E 'aí' a busca solitária de novo (CEF3).

Na rotina da PCP6 também ocorria o mesmo no ERE:

Exatamente, a parte burocrática, administrativa, existem coisas que a gente, 'né'? Acaba fazendo o papel de secretária. E hoje mesmo, por exemplo, vou contar um exemplo, a família pediu transferência 'pruma' outra cidade, 'aí' faltava levar o histórico escolar. 'Aí' a secretária não 'tava', hoje eu estava na escola de manhã e aí eu atendi o telefone, 'né'? Da secretaria, eu atendi o telefone. A mãe: "É o histórico escolar, 'tá'?" "Perai' que eu vou dar uma olhadinha aqui". 'Aí' fui lá, na pasta, procurar, e 'aí' já 'tava' feito, falei: "Mãe, pode vir buscar". Então, tipo assim, você atende, 'né'? Dentro daquilo que você tem ali a possibilidade, orientação de matrícula, pai que vai na escola, que vai na escola buscar o papel de que a criança 'tá' matriculada, 'né'? Às vezes eles perguntam pelo *WhatsApp*, fala: "Olha, tá na escola?" Aí você agenda, pega, manda mensagem 'pra' secretária da escola, olha, faz o papel do fulano, que ele vai buscar amanhã, tal hora. Então, você acaba sendo esse elo de ligação. Que às vezes tem um problema, tenta ligar, dá ocupado, e o telefone não 'tá' funcionando. Então, você acaba fazendo outra função, 'né'? Não tem como não fazer. Então, a gente acaba fazendo 'aí' umas funções correlatas, que são necessárias. É, são necessárias, 'num' tem jeito (PCP6).

A PCP12 ainda complementa destacando que:

Então assim, a... a rotina do coordenador mudou demais, mudou demais mesmo nesse termo de demanda de trabalho, 'né'? E aprendizagem ficou em última instância. E, na verdade, assim, tanto para o professor hoje, quanto para o coordenador, aprendizagem

ela é o último item que a gente vai se preocupar. Infelizmente, ‘tá’? Bem... ‘Ah’, e como coordenadora, a gente tinha uma jornada oito horas, ‘né’? Oito horas por dia, e com duas horas de almoço, ‘né’? Isso no papel instituído. A prática, na prática assim, é mudava um pouco, mas assim, escurecia, a gente ‘tava’ escola e ia embora, ‘né’? Agora você estando em casa, a gente não tem mais, não tinha mais horário de almoço, você levantava sete horas da manhã com o celular na mão, ia dormir meia-noite, com o celular na mão, isso eu te garanto que não foi uma, nem duas, nem dez vezes que aconteceu. Então, assim, a jornada duplicou, na verdade, eu acredito que se a gente trabalhava oito, a gente passou a trabalhar dezesseis horas na mente e ainda tinha coisa que ficava por fazer, ‘né’? (PCP12).

A maior parte das coordenadoras não conseguiu estabelecer um horário de trabalho no ensino remoto emergencial, como a PCP11, e acredita ser sua obrigação atender o tempo todo aos professores e pais.

Você tem que acabar se doando ‘pra’ eles, porque aí é o horário que der, o horário que dá. Então, você não tem o horário preestabelecido, você não tem o horário. No ensino remoto, porque quando você ‘tá’ disponível, você não vai desligar o celular. Muitas falam assim: “Ah, não! Tem que desligar o celular tal hora, é só ligar tal hora”. Eu não consigo fazer isso. Então, eu deixo o tempo todo, eu atendo, eu vejo. Então, a situação é bem diversa em relação ao presencial, mas que ocupa nosso tempo também (PCP11).

Compreende-se que esse modo de agir tem relação com a maneira como os professores dão significado ao desenvolvimento do trabalho das coordenadoras pedagógicas, eles entendem que é papel da coordenadora auxiliar na solução de determinados problemas que acontecem no dia a dia da escola.

Nesse aspecto, Christov (2009) relata que é frequente os professores solicitarem ajuda aos coordenadores pelos mais diferentes tipos de problemas, pois entendem isso como ação do coordenador pedagógico.

Falta compreensão que para o desenvolvimento de quaisquer atribuições é necessário observar que: “o trabalho requer, portanto, o projeto e o controle para a sua execução, leva sempre implícitos determinados deveres e exige uma disciplina interna” (RUBINSTEIN, 1977, p. 80).

Com a urgência de se instituir o ERE nas unidades escolares em virtude da pandemia de Covid-19 para dar prosseguimento as atividades escolares, as PCPs tiveram que aprender rapidamente uma nova maneira de desenvolver suas atribuições e ficaram reféns dos aplicativos e da virtualização através do uso constante do celular e das mídias sociais, ficando ainda mais vulneráveis na pandemia, desenvolvendo um atendimento constante, diário e quase ininterruptos aos professores e realizando entrega de atividades nas casas dos educandos, modificando a forma de execução de trabalho com o advento das atividades remotas.

4.5 Desafios enfrentados na função da coordenação pedagógica

Quanto aos maiores desafios enfrentados pelas coordenadoras destacam-se as ações que fogem do processo formativo inerente a função que segundo as entrevistadas não se realiza como deveria e prejudica o desenvolvimento do seu trabalho e o funcionamento da unidade escolar. Realizam conscientemente, porém contra a vontade.

A maior parte das coordenadoras, exceto as que entraram há pouco tempo, que estão em início de carreira e na data da pesquisa estavam atuando em *home office* (o que muda totalmente a perspectiva de trabalho da coordenação), citaram um fato ou situação que vivenciaram sobre isso. A PCP9 relata que:

Durante meu percurso enquanto coordenadora, foram várias as minhas atribuições, desde lidar com indisciplina de sala de aula e de recreio; atendimentos aos pais sobre a aprendizagem, faltas e indisciplina; auxílio administrativo em documentações, eventos e compras para a escola de materiais pedagógicos, entre outros, orientações sobre o ensino e aprendizagem, atendimento e orientações aos alunos (PCP9).

Notamos também na fala da PCP12 a grande quantidade de atribuições que não fazem parte da função do(a) coordenador(a) pedagógico(a):

Ah, muitas coisas a gente acabava fazendo, porque a gente queria que as coisas andassem, a gente queria que as coisas fluíssem e que se a gente dependesse de uma terceira pessoa não iria acontecer. Então, por exemplo, bilhete... bilhete de... bilhete de prova, bilhete de simulado, aviso de feriado, a gente, a gente já fazia. Já fazia, já imprimia, já recortava, entregava 'pra' professora, então assim, era... era assim. E a gente acabava fazendo. Muitas vezes a gente ia 'pra' sala de aula, 'pro' professor ir no banheiro, porque não tinha o inspetor 'pra' ir, ou se, se...se o professor faltasse, não tinha um substituto, a gente também ia 'pra' sala de aula, fazer o trabalho ali, porque o aluno não podia ficar sem, 'né'? Portão da escola, hora de ir embora, todo mundo ia embora, se aluno ficasse ali, a gente sempre ficou esperando até o último aluno ir embora. Se precisasse levar na casa, precisasse ligar 'pro' Conselho, então essas ações assim, que não são da... da atribuição do coordenador, a gente sempre fez, sabe? Culto à bandeira, acolhida de grupos de, sei lá, reunião. Ah, vem o pessoal de tal lugar, a gente sempre recebeu, 'né'? Sempre trabalhou ali na linha de frente, recebendo essa turma, seja lá qual fosse o a função e o... e o objetivo (PCP12).

A PCP1 menciona em seu depoimento que já realizou serviço de limpeza:

Então, nós, da coordenação e a vice-diretora, nós que fizemos a faxina, estava bastante sujo. Onde a gente ia receber o professor, 'né'? Como que a gente quer receber o professor com uma escola fechada o ano inteiro, 'né'? E aí nós fizemos faxina. Três dias, nós três. Não tinha ninguém 'pra' fazer. Ou a gente fazia ou fazia, 'né'? Mas fiz de boa, sabe? (PCP1).

Complementando, na fala da PCP14 e CEF3 há exemplos de que as coordenadoras cumpriam as mais diversas tarefas que não são específicas da coordenação.

Tirar xerox de atividades para professor, ficar na sala de aula na falta de professor, coisa que eu sei que é função do vice, mas ele nunca vai. Fazer pauta de reunião de pais, pauta de comemoração na escola, rodapé³⁶, decoração de escola, etc. (PCP14).

Escolha de livro didático, 'né'? Que era um pouco a responsabilidade da supervisão, você acaba colaborando e acredito que era mais isso. É assim, é um trabalho, além de, de cabeça, 'né'? Do, do pensar, aí também tinha o trabalho braçal, que você tinha que separar os livros, 'pra' mandar 'pra' escola, embalar, fazer... fazer licitação, licitação não, 'né'? Levantamento de orçamento. Então, a gente tinha que pegar três orçamentos, você enviava 'pra' gráfica, 'né'? A responsabilidade da parte de pegar nota fiscal, levar 'pra' parte administrativa responsável pelo setor de compras. Eu penso que "não era da minha 'ossada'" aí, sabe? Já 'tô' elaborando a avaliação, já 'tô' fazendo a orientação sobre a avaliação, a devolutiva sobre avaliação, as formações que... que... que precisava ali em termos, 'né'? Da avaliação. Então no meu pensamento eu não precisava de lidar com essa logística, de orçamento, de organização da prova, de distribuir 'pra' escola, acompanhar a distribuição. Então, era... era um pouco sobrecarregado. Acredito eu. No meu ponto de vista não deveria ser "da minha ossada", deveria ter um setor de compras que lidasse diretamente com essa logística de orçamento, de... de distribuição 'pra' escola, mas... (CEF3).

Fazemos tudo que é possível. Ligações, até levar atividades na casa. Então falta postura dos órgãos superiores. Mas essa é a cultura do Brasil (PCP14).

É nítida a compreensão de que sabem que não estão desenvolvendo tarefas de caráter pedagógico e formativas; a PCP9 deixa isso bem claro em sua fala, observando a atuação da coordenadora anterior:

Quando comecei em 2008, não tínhamos nenhum norte desse papel da função, pois a outra coordenadora praticamente passava o dia apagando incêndios, de indisciplina, organização de eventos, controle de cantina, entre outras ações, menos as pedagógicas. (.....) Não era esse tipo de coordenadora que queria ser (PCP9).

E a PCP6 avalia sua própria atuação:

A gente sabe que não é a função, mas a gente acaba fazendo essas situações pela necessidade mesmo, 'né'? Porque às vezes há falha de outros setores, 'né'? E aí quando há falha de outros setores a gente tenta sanar da melhor forma possível, a gente sabe que não é a forma mais adequada, 'né'? Aí a gente acaba fazendo outras funções. Às vezes a gente faz função de secretária, secretaria de escola. Às vezes a gente faz a... a função de psicóloga, de...de psicopedagoga, então a gente vai atuando conforme a demanda vai acontecendo, 'né'? Mas tentando sempre não fugir daquilo que é o princípio, que é a coordenação, 'né'? Mas a gente acaba fazendo pela necessidade realmente para o... o bom andamento 'aí', da escola, 'pra' que a..., 'pra' que... 'pra' que as crianças não se percam no meio do caminho, 'né'? (PCP6).

Entendemos nos discursos das PCP9 e PCP6 que há contradições no desenvolvimento do trabalho da coordenação, expressando claramente a desarticulação sobre o que realizam, o

³⁶ Rodapé da caderneta, onde devem ser marcados os dias letivos, datas comemorativas, reuniões de pais, conselho de classe e outros eventos ocorridos no bimestre.

que deveriam realizar e o que almejam realizar no desempenho da função, e essa também é a visão das outras coordenadoras:

Às vezes muito conflituosa, justamente por a coordenação ser uma função. Precisando de jogo de cintura, por não enxergarem o papel do coordenador pedagógico, pensando ser um "faz tudo" dentro da escola, sendo assim, devendo atender aos mandos e desmandos da direção da escola (PCP9).

Atendimento à indisciplina, organização de eventos (excesso), atividades burocráticas que não são atinentes à função, entre outros. Principalmente desvios de função, atender outras demandas, até mesmo administrativas (PCP9).

A PCP10 revela o desgaste enfrentado pelas coordenadoras devido a essa rotina exaustiva:

Infelizmente, era uma rotina difícil de ser cumprida: HFCS, visita às classes, formação, reuniões, conversa com pais... (PCP10).

Nesse relato, a PCP9 elucida ainda mais esse fato:

Foram muitas lutas e desgastes físicos e emocionais para termos dois coordenadores na escola, pois até então era a maior da rede. Entre promessas e descasos outra oportunidade me surgiu (PCP9).

A PCP14 revela como se sentia:

Minhas duas experiências anteriores foram péssimas, parece que eu remava contra a maré. Que horror! (PCP14).

Às vezes tive ajuda de algum estagiário que ficava lá na recepção, às vezes me ajudava a fazer essa organização. Ou então, nos finais de semana, que eu tive problema na cervical, não podia mais carregar peso, aí eu tive que fazer o... o mutirão para me ajudar, porque senão ia travar novamente, vou 'pra' cama e 'aí' já era, 'né'? Aí fica mais um tempo 'aí' sem formação, mais um tempo sem, 'né'? Então, acontecia isso. (CEF3).

Como demonstrado nos relatos, as coordenadoras pedagógicas desempenham outras funções esse desvio ocorre por inúmeros motivos, tais como: número insuficiente de funcionários; falta de direcionamento das atividades laborais dos outros funcionários; a direção atribuir trabalho de sua competência para coordenação; falta de gestão democrática, o que poderia ser considerado em algumas situações como falta de atenção com o grupo de coordenadoras pedagógicas ou descaso por parte da unidade escolar e da Secretaria Municipal de Educação.

A PCP12 relata que a direção delegava suas atribuições para a coordenação:

Também, eu acho que era muito assim, ‘né’? Tudo que a direção ia fazer, ela delegava muita coisa ‘pra’ gente, ‘né’? Então, a gente acabava fazendo, mesmo não sendo (PCP12).

O desvio da função era tão evidente que a PCP14 diz que executou atividades burocrático-administrativas e desempenhou função de inspetor de alunos. Comenta que em algumas ocasiões nem sentia que era coordenadora, por desempenhar mais as outras tarefas do que as suas:

Muitas e muitas (risada). Muitas vezes não me senti coordenadora pedagógica e sim secretária, inspetora etc. (risada). Burocracia, papéis para preencher e pouco se conseguia estar dentro da sala de aula. Planilha de presença, planilha de notas... Nossa, muita coisa! (PCP14).

Cabe retomar, como já citamos anteriormente, que a função da PCPs são de cunho estritamente pedagógico como citados em documentos da Secretaria de Educação, especificamente na resolução 138/2015 que determina as atribuições e competências de cada cargo e elucidam claramente quais atribuições as mesmas devem desenvolver, tais como: assessorar e subsidiar os planos de ensino e projetos escolares, acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, planejar e coordenar o HTPC e principalmente promover a qualidade na prática docente por meio de estudos sistemáticos das teorias da educação, metodologias, técnicas de estudo, textos pedagógicos da atualidade, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dos Referenciais Curriculares entre outros, coordenar os Horários de Formação Continuada em Serviço (HFCS) e Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) de acordo com regulamentação da Secretaria Municipal de Educação. Em nenhum documento traz que as PCPs devam ficar no portão ou recreio cuidando dos educandos, nem realizar atividades administrativas.

Vários relatos demonstram claramente a demanda de trabalho fora da perspectiva pedagógica: “Ligar ‘pra’ professor chamando substituta, a gente às vezes fazia” (PCP12).

É necessário entender o caráter objetivo da dimensão do trabalho da coordenação pedagógica, considerando a escola como espaço de trabalho, *lócus* de formação e interação, com sua realidade e dimensão histórico-social, compreendendo como as coordenadoras dão significado ao trabalho que realizam, desvendando o pensar e o agir do coordenador pedagógico alertando para o número excessivo de ações que compõem sua jornada.

A dinâmica de trabalho descrita pelas coordenadoras indica que o trabalho da coordenação foge da ação formativa e agrega uma demanda considerável de ações que englobam desde ficar na sala de aula para o professor ir ao banheiro; substituição de

professores; elaboração, confecção e entrega de bilhetes diversos; ficar na cantina; gerenciamento da parte financeira da escola; organizar eventos; decorar a escola para comemorações, que são muitas; gerenciar problemas de indisciplina dentro e fora da sala de aula; cuidar das crianças no recreio; recepcionar visitantes; realizar compras para a unidade escolar; auxiliar a parte administrativa a fazer documentação; auxiliar alunos com dificuldades; xerocopiar atividades e fazer faxina nas dependências da escola, ou seja, resolver problemas emergenciais do dia-a-dia. Destaca-se a colocação da PCP9: “(...) como se o coordenador pedagógico fosse o responsável por “apagar incêndios”, o que sobrecarrega as coordenadoras de atribuições que não são inerentes ao que é especificamente relacionado ao trabalho pedagógico” (PCP9).

A PCP2 e PCP12 também relatam atendimento aos educandos, conferência de cadernetas, entre outros.

(...) a gente tinha atendimento aos pais que nem sempre dava ‘pra’ ser algo metódico, certinho, ‘né’? Então, a gente fazia, fazia... não, a gente ainda faz, ‘né’? Esse atendimento aos pais, atendimento aos alunos, ‘né’? Não relacionado à parte da indisciplina, que às vezes chegava sim. Mas a gente tinha esses momentos com o aluno com dificuldade, ‘né’, de aprendizagem, isso também fazia parte da minha rotina, de levar lá ‘pra’ sala, às vezes, fazer uma atividade, às vezes apenas ter uma conversa, tinha o atendimento ao aluno, aos pais e a parte burocrática também, que já faz parte da função, acompanhamento através de planilhas, elaboração de simulados, ‘né’? Ali da informática também. Então, é uma rotina bem extensa, ‘né’? Apesar de ser dividida, ela é bem, bem extensa. Reuniões importantes também, não era só reuniões que a gente tinha com a formadora, a gente tinha reunião de equipe (PCP2).

Parte de caderneta que a gente sempre fez a conferência, ‘né’? Questão da... da listagem de caderneta da escola. Então, assim, são coisas que a gente fazia, a gente tomava conta que não era atribuição do coordenador enquanto primeira instância, e que era um desafio, a gente nunca conseguiu tirar isso das nossas costas. Então, assim, eu acho que o maior desafio foi esse mesmo, de você trabalhar a sua jornada de trabalho com as atribuições que não são suas. (PCP12).

Além disso, relatam também como desvio de função, sendo incumbência da coordenação, o gerenciamento das verbas, recursos para compra de materiais e aquisição de livros:

Assim, pedido de livros, os livros, sempre fui eu que pedi PNL, sempre fui eu que cuidei do PDDE interativo, essa parte de demanda, de livros, a parte de controle mesmo. Assim de ‘tá’ lá no portão, de autorização de uso de imagem, sempre fui eu que controlei. De entrada e saída do portão, essa parte, até a parte assim de caixinha financeira de professor, venda de telas, sempre fui eu que cuidei dessa parte de dinheiro. Assim, também, de controle, de quem... de quem, a exposição de tela, tem que pagar, quem não pagava, fui eu que controlei (PCP12).

Uma rotina extensa, cheia de atribuições e muitos desvios de função é o que caracteriza o quadro das PCPs do município de Andradina. A PCP2 atribui uma frase para a rotina delas: “Louca. Uma rotina muito, muito louca” (PCP2).

No caso de se sentirem sobrecarregadas, “trabalhar sempre na linha de frente”, “ter tudo nas costas”, “apagar incêndios”, significa que as coordenadoras possuem uma rotina laboral intensa, envoltas de atribuições que não fazem parte da sua função. Além de que, de certa forma, são fiscalizadas e cobradas pela direção e pela SME. Por meio desses discursos sobre a intensidade da rotina é possível estabelecer as formas singulares pela qual significam suas realidades e de que modo dão sentido ao trabalho desenvolvido dentro da unidade escolar. A PCP1, ao descrever sobre seu trabalho, revela que: “‘Ó’, ser coordenadora? É ‘tá’ ali. ‘Ai’, meu Deus! tentando apagar os incêndios, ‘né’? E ajudando, ‘né’? É “um” ser coordenador de... de... de...de sala, ‘né’?” (PCP1).

A PCP9 relaciona a sobrecarga vivenciada por elas às inúmeras atribuições como:

Levar atividades na residência do aluno, gerenciar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de cunho puramente administrativo (tarefa da direção), fazer ligações para chamar substitutas para os professores, listagem de cadernetas, administrar a parte financeira das festas, receber a “caixinha” dos professores, desenvolver serviço de inspetores ao ficar no portão na entrada e saída, até o último aluno ir embora, e até levar a criança para sua residência se o responsável não viesse buscar (PCP9).

Acrescentando, a PCP12 destaca que nem sentia o aumento de tarefas, pois, “já era tudo em cima das nossas costas”, ou seja, já estavam acostumadas com a demanda e sobrecarga de atribuições fora da especificidade pedagógica. Além dessas ocupações há ainda as reuniões e projetos que necessitam serem desenvolvidos e acompanhados pela coordenação.

As coordenadoras ainda são responsáveis pela entrada (consiste em fazer a abertura e acolhimento dos alunos e responsáveis no período da manhã e tarde, com oração do Pai Nosso, alguma musiquinha e recados), também são responsáveis pelo Culto à bandeira às sextas-feiras, bilhetes, preparação da reunião de pais, entre outros.

Comunicados, bilhetes para pais, reuniões para recados administrativos, preparar reuniões de pais, enfim, são inúmeras atribuições que tomam o tempo precioso do coordenador pedagógico para que atue mais e melhor junto aos professores (PCP8).

Sofrendo em algumas ocasiões interferências da direção sobre o trabalho, além de fazerem as atividades administrativas:

De muitas vezes realizar trabalhos que fogem do pedagógico, dando importância a outros assuntos. E mesmo quanto à forma de trabalho. Exemplo: o coordenador sempre realiza um trabalho de acolhimento da equipe de professores no início de cada formação/HTPC, e muitas vezes é podado de realizar tal feito (PCP8).

A PCP14 relata que:

Em uma escola eu tinha tanta coisa para fazer que eu só era coordenadora, porque muitas vezes ficava dentro da escola por doze horas e ainda trazia serviço para casa. Na outra senti dificuldade no apoio na hora de realizar alguns projetos: isso não pode, aquilo não pode. Mas agora não tenho interferência nenhuma pela minha direção atual (PCP14).

Mas reitera-se que as PCPs demonstram gostar de sua função, preocupam-se em auxiliar nas mais diversas tarefas, acima de tudo com o objetivo de não deixar o professor à deriva e contribuir para o bom desenvolvimento da escola e dos educandos. Acredita-se que o desempenho de ações que não seja do cunho pedagógico está vinculado a uma norma, uma conduta moral, no qual as coordenadoras sentem-se na obrigação da realização dessas tarefas. E o que leva as mesmas ao desempenho de tarefas não específicas da coordenação é o fato que de elas precisam garantir o bom funcionamento da unidade escolar, a harmonia e tranquilidade para que o corpo docente trabalhe, mostrando o comprometimento e responsabilidade que tem com os professores, alunos, pais e unidade escolar, demonstrando envolvimento pessoal com a ação.

Se eu gosto, eu gosto muito dessa loucura. Eu me sinto realizada com o trabalho. Eu me sinto realizada em relação a esse trabalho. Eu... eu gosto de trabalhar com professor, gosto de ajudar, eu gosto de 'tá' ali junto deles, ajudando no que é possível, com formação, que é uma coisa que eu me identifico bastante, 'né'? E eu me sinto realizada (PCP6).

As coordenadoras pedagógicas desenvolvem seu trabalho da melhor maneira possível, com amor e dedicação, buscando sempre o melhor para a escola. Quando realizam tarefas que não fazem parte de suas funções, não o fazem por mal, mas sim para que a escola funcione.

'Ah', olha, eu acredito assim, o meu pensamento em relação à coordenação é que nós estamos aqui, 'né'? Eu tenho que falar isso 'pros' professores, nós estamos aqui 'pra' melhorar e sempre, 'né'? Melhorar o trabalho, melhorar a qualidade para os alunos, então a função do coordenador eu penso e tenho isso comigo que é de auxiliar, 'né'? Nós estamos ali, não é 'pra' pedir, 'pra' mandar, 'pra' nada. É 'pra' auxiliar realmente, o coordenador ele é o elo do professor, ele tem que ser o braço direito do professor, ele tem que ser o elo de ligação entre aquilo que é a burocracia e o realmente o fazer dentro da sala de aula, 'né'? É o... é o coordenador que 'tá' ali fazendo essa ponte, esse elo, é um trabalho que eu acredito que que é necessário ser feito, que precisa realmente ter assim bastante coração, 'né'? (PCP6).

Na rotina diária, todos veem o coordenador como uma alternativa para resolução de problemas, diante das mais diversas situações que aparecem na escola. Resolver problemas tem como significado atender o corpo docente, naquilo que eles necessitam e naquilo que se esperam do coordenador, desde ensinar os alunos, xerocopiar atividades, levar atividades na residência, fazer trabalhos da secretária da escola e direção etc. O coordenador tem como papel ser um “auxiliador” como citado pela PCP6, e não é reconhecido como formador.

E reitera:

As minhas atribuições como professor coordenador pedagógico, é trabalhar orientando os professores e em sua prática docente, os ajudando sempre. E também auxiliando a equipe que é o diretor e o vice-diretor para o melhor funcionamento da escola (PCP5).

A PCP10, mais experiente, após realizar diversas atividades burocrático-administrativas, tentou mudar sua rotina:

Se deixasse, de tudo um pouco. Sim, se eu não fosse firme em alguns momentos. Atribuições que não eram da coordenação, pensamentos diferentes em relação à prática, pensamentos que não visavam o crescimento dos professores e alunos (PCP10).

Sabemos que as ações que foram citadas pelas coordenadoras não são específicas do trabalho do coordenador pedagógico, mas, é preciso levar em consideração que a sociedade de maneira geral considera socialmente relevante que os profissionais da escola pública assegurem o bom desempenho das atividades escolares sem gerar prejuízos aos discentes. As coordenadoras, na ânsia de contribuírem para esse aspecto, que é significativo para a sociedade, torna-o em pessoalmente significativo.

Rubinstein (1977) auxilia nossa compreensão:

(...) a realização de uma ação de determinado conteúdo moral pode ser para o homem também uma reconhecida obrigação e simultaneamente com isto uma necessidade diretamente sentida, e isso quando o socialmente significativo se converteu também para ele em pessoalmente significativo (RUBINSTEIN, 1977, p. 17).

Desse modo são assoladas por muitas atribuições, permeada por uma rotina sobrecarregada de trabalho, caracterizada pelas condições precárias de trabalho, de forma não saudável, conseqüentemente levando a desvalorização salarial e podendo comprometer a qualidade do trabalho desenvolvido.

4.6 A Coordenação Pedagógica: transformações políticas antes e em tempo de pandemia da COVID-19

Podemos verificar que antes da pandemia (até o ano de 2019), as formações aconteciam de acordo com calendário de reuniões e discutia temas com leitura, cálculo mental, produção de texto e os livros do Ler e Escrever e EMAI, além de abranger orientações sobre mapa de leitura e escrita. Havia também um calendário pré-determinado em que as coordenadoras deveriam socializar a sua prática, através das observações em sala de aula, tematização da prática, modelização, bem como as inferências necessárias e apresentação das leituras estabelecidas através de relato de experiência, diário de leitura, leitura colaborativa, indicação literária, entre outros e estudo de referenciais teóricos.

É importante ressaltar aqui algumas mudanças ocorridas a partir do ano de 2020 que impactaram na organização dos HFCS: a pandemia do COVID-19, o desligamento³⁷ de quase 50% das coordenadoras do Ensino Fundamental, as eleições municipais e a adesão ao material do Sistema SESI-SP de Ensino, resultaram em significativas transformações na ação da coordenação pedagógica no interior das unidades escolares.

Com o advento das eleições municipais de 2020, a Rede Municipal de Ensino de Andradina passou por uma transformação inédita no que diz respeito a mudança no quadro das Coordenadoras Pedagógicas das EMEFs.

As Professoras Coordenadoras Pedagógicas são designadas para exercício da função de forma transitória sobre os conceitos adotados no Plano de Carreira nº 2.554/2006, em seu artigo 5º:

Art. 5º: Para fins de denominação e nomenclatura considera-se:

VIII - Função em Designação: é a função ocupada por funcionário público efetivo que exerce atribuições definidas em lei, em caráter transitório, para os postos de trabalho de Vice-Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico do C.E.I, Professor Coordenador Pedagógico, atendidos os requisitos constantes no artigo 12 II e III da Lei 1846/00.

Apesar de ser função o exercício da coordenação pedagógica e não cargo, o município assumiu uma característica em que aquela que é eleita para função de Professora Coordenadora Pedagógica atua por vários anos consecutivos, passando por eleições, porém, reelegendo-se quase que automaticamente, só saindo quando assim o desejar ou o grupo rejeitá-la. Assim, ao

³⁷ Com o advento das eleições municipais em novembro de 2020, várias coordenadoras pediram para se desligar da função, já que surgiu uma oportunidade de receber o benéfico da gratificação para o exercício da função, que anteriormente não era cumprido pela Prefeitura Municipal de Andradina (grifo nosso).

completar dois anos o exercício da função, a(o) candidata(o) que quiser continuar, é reeleita(o) sem concorrentes na maior parte dos casos.

Houve raríssimos casos em que (o)a atual candidato(a) não foi reeleito(a) pelos pares ou houve outra(o) candidata(o) que disputasse a eleição junto ao(a) candidato(a) atual e a ganhou. Sendo assim, até o final de 2020, a Rede Municipal de Ensino de Andradina era constituída por uma equipe de coordenadoras com experiência na função, que já vinha atuando há vários anos na formação oferecida pela SME e outras instituições, conhecedores da realidade escolar, professores e alunos.

Porém, como salientado, o(a) Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) eleito(a) é designado(a) através de Portaria da Prefeitura Municipal, através da Lei Orgânica do Município, que o equipara ao desenvolvimento de cargo de confiança. E no exercício do cargo de confiança, a pessoa tem por direito receber uma gratificação como citada em seu artigo 90:

Artigo 90. O servidor que tenha exercido ou venha a exercer por mais de cinco anos, contínuos ou alternados, a qualquer título, função de confiança ou cargo em comissão que lhe proporcione remuneração superior à do cargo ou emprego de que seja titular, incorporará um décimo dessa diferença por ano até o limite de dez décimos (ANDRADINA, 2004, p. 27).

Como garantindo pelo Plano de Carreira sob a Lei 2.554/2009, citado em seu artigo 39:

Artigo 39. A designação para as funções de Vice-diretor, Professor Coordenador Pedagógico (EMEI, EMEF) e Coordenador de CEI será por ato do Prefeito Municipal, dentre os titulares dos cargos docentes em exercício na rede municipal e que atendam as seguintes condições:

- I – apresentação de proposta de trabalho;
- II – ser escolhido pelos pares, direção e supervisão de ensino da unidade escolar;
- III – ser aprovado pelo Conselho de Escola;
- IV – atender os requisitos para a designação conforme estabelecido no Anexo 1 da Lei nº1.846/00.

Parágrafo Único: Para fins deste artigo, as funções de Vice-diretor e Professor Coordenador Pedagógico e Coordenador de CEI equiparam-se às funções de confiança previstos no Art. 468, parágrafo único, da Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, bem como no Art. 37, inciso V da Constituição Federal.

Apesar da lei garantir esse direito, as PCPs não faziam jus a essa vantagem. As coordenadoras tinham em média de cinco a dez anos de exercício da função. Várias haviam entrado com o pedido de incorporação, o qual havia sido negado pela administração municipal; algumas delas ganharam esse direito judicialmente enquanto outras não. Com o advento das eleições municipais de 2020 surgiu a oportunidade de requerer essa gratificação garantida pela Lei Orgânica Municipal, quando um Diretor de Escola em substituição, solicitou desligamento

e incorporou a gratificação. A partir dessa abertura algumas Coordenadoras Pedagógicas optaram também por pedirem desligamento da função, garantindo a incorporação salarial, do qual nunca havia sido paga legalmente, mesmo que pleiteada junto a Administração Municipal.

A partir de março de 2020, data em que o ensino passou a ser remoto, as formações via Secretaria Municipal também passaram a ser remotas, assim como a formação de professores nos períodos destinados a HFCS. Antes da pandemia, o horário destinado a formação docente ocorria no horário livre do professor regente, ou seja, em sua aula de arte, inglês e educação física, no qual o PEB II assumia a sala.

Com a pandemia vários documentos foram lançados como a redução da jornada e consequentemente redução do horário de formação de cinco horas aulas para duas horas aulas de formação em serviço, já que o horário do professor com aluno foi reduzido. Além disso, a pauta recebida e repassada era outra: a principal preocupação do momento não era com a formação dos professores, mas sim com o uso das mídias e tecnologias digitais, no qual grande parte dos professores não faziam uso e não sabiam como utilizar. O momento era de grande euforia, desespero e expectativa sobre o novo.

Conforme Oliveira (2020 *apud* FLAUZINO *et al.*, 2021), uma das principais dificuldades da educação digital durante a pandemia foi a falta de habilidade dos professores com o ensino EAD, diversos professores não tinham conhecimento sobre o método de aula *online* e não tiveram tempo para realizar o treinamento de ambientação nas plataformas de ensino EAD.

O que justifica o desenvolvimento do atual trabalho, é o fato que com a mudança de rotina, os professores começaram a ter bastantes dificuldades com o uso das tecnologias, pois a inovação nos meios educacionais foi implantada de maneira muito rápida, deixando os professores sem tempo para se especializar nesta nova modalidade de “ensino remoto”. As dificuldades foram no uso de computadores, realização de vídeos explicativos dos conteúdos nas disciplinas, desenvolvimento de avaliações e comunicação entre o aluno, professor e gestão. Logo, os professores estão trabalhando incansavelmente para que os planejamentos das aulas continuem atrativos e dinâmicos, nos formatos digitais (SANTOS; NETO, 2021, p. 10).

Enquanto pertencente ao quadro dos PCPs, sentia que o papel da coordenação enquanto formação, passou a ser de assessorar os professores a usarem as ferramentas (TICs) para atingirem o maior número de alunos possível, ensinando-os a usarem para o desenvolvimento das aulas o *Google Meet*, *WhatsApp*, *Google Forms*, *Teams*, sala de aula do *Facebook*, toda tecnologia que fosse possível para dar assistência primeiramente aos professores, para que pudessem auxiliar os educandos. Fase que foi conturbada para todos. As Coordenadores

Pedagógicas além de aprenderam a usar e ensinar o uso das mídias, também tentava levar um pouco de conforto e tirar todo estresse e ansiedade sofridos pelos professores.

Basicamente a atuação da coordenação era acalmar os professores e auxiliar na busca ativa de alunos³⁸, pois havia grande número de ausências de alunos nas aulas por vários motivos, como: não possuir aparelho celular ou computador; falta de acesso à internet; apenas um aparelho para família com vários filhos estudando no mesmo horário; aparelho sem memória suficiente para baixar as atividades ou até mesmo os aplicativos; alunos com dificuldades de aprendizagem; crianças sozinhas em casa; falta de participação e responsabilidade da família; entre outros fatores.

Quanto aos recursos tecnológicos necessários ao Ensino Remoto Emergencial,

Os recursos tecnológicos (...), como computadores, dispositivos móveis e internet não se fazem presente nas moradias de vários educandos brasileiros, como também, é notável que alguns profissionais da educação não se adequam ao modelo de ensino mediante as dificuldades do uso destas ferramentas que dão suporte para as aulas a distância (INSFRAN *et al.*, 2020, p. 195).

Para Santana e Sales (2020 *apud* FLAUZINO *et al.*, 2021), no EAD o principal desafio foi promover educação igualitária para todos os cidadãos brasileiros, por questões como o acesso a equipamento e internet, manejo adequado dos sistemas, treinamento.

Houve troca de algumas coordenadoras que decidiram deixar a função ao final de 2020, sendo que das 16 que estavam durante este ano, permaneceram apenas 8 coordenadoras na função em 2021. As novas coordenadoras foram eleitas em meados de fevereiro e março (2021).

Portanto, o ano de 2021 iniciou com algumas escolas sem as Professoras Coordenadoras Pedagógicas, Direção e Vice-direção. O processo para eleição das coordenadoras deu-se entre meados do mês de março. Das sete escolas de Ensino Fundamental, três iniciaram o ano letivo sem as duas professoras coordenadoras pedagógicas, uma delas ainda sem a Direção e Vice-direção e a outra sem a Direção; uma inicializou com apenas uma coordenadora no segmento de 4º e 5º anos, e três permaneceram com as coordenadoras que já atuavam. É importante ressaltar que as professoras coordenadoras que possuíam mais tempo na função foram as que se desligaram e voltaram para sala de aula.

³⁸Ato no qual o professor deve entrar em contato com a família dos alunos que não fazem as atividades na plataforma ou nos grupos de *WhatsApp*, não obtendo retorno da família, o professor repassa para a coordenadora para que este possa solucionar a situação.

Com a posse do novo Prefeito em 2021, toda equipe da Secretaria Municipal de Educação foi modificada, ficando apenas os Supervisores de Ensino que possuem cargo efetivo, havendo uma grande renovação nas funções de gestão na Rede Municipal de Ensino.

O cenário educacional, a partir de março de 2020, caracterizado pela pandemia de Covid-19, tem exigido um olhar atento e de acolhimento aos professores, aos alunos e aos familiares, haja vista ser imprescindível repensar as práticas educacionais que emergiram do distanciamento social causado pelo fechamento das escolas no mundo inteiro. Situação que no Brasil, assim como nos demais países, desencadeou o surgimento da modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE) (WILLIAMSON; EYNON; POTTER, 2020, p.3)

Neste contexto, as formações via Secretaria Municipal também passaram a ser remotas, assim como a formação de professores nos períodos destinados ao Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS).

Isso demandou que professores e alunos migrassem “para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem” (Moreira *et al.*, 2020, p. 07).

De acordo com a UNESCO (2020), cerca de 1,2 bilhão de estudantes de todo o mundo foram afetados com essa situação. Neste horizonte, a utilização das Tecnologias Digitais Interativas (TDIs) ganhou espaço, exigindo que a escola tivesse que se adaptar aos modos de ensinar e de aprender, com vistas a ressignificar seus processos pedagógicos, principalmente, em relação à transição da modalidade presencial, substituída mesmo que, temporariamente, pela online. Essa substituição prevê, dependendo do tipo de rede de ensino, privada ou pública, que a continuidade das aulas ocorra, remotamente, de modo online, mediadas por computadores desktop ou dispositivo móvel (notebooks, tablets e smartphones), e sejam denominadas como Ensino Remoto Emergencial (ERE) (FLAUZINO *et al.*, 2021, p.6).

Com a pandemia de Covid-19, o município de Andradina inicialmente antecipou o recesso escolar e após esse período iniciou as aulas através de plataforma digital.

De acordo com a Resolução nº 200, de 8 de abril de 2020, tendo em vista o Plano de Contingenciamento da COVID-19, com a necessidade de ofertar atividades pedagógicas complementares as unidades escolares, fixou normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino Municipal de Andradina, considerando:

I- fica estabelecido que do dia 23 de março até o dia 17 de abril de 2020, tanto alunos quanto professores das Unidades Escolares pertencentes ao município de Andradina encontrar-se-ão em período de Recesso Escolar;

V- computar nas 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória as atividades não presenciais dos prédios escolares, caso atendam às normas vigentes sobre dia letivo (Indicação CEE 185/2019).

VII- a partir do dia 22 de abril de 2020 toda equipe das unidades escolares (gestores, professores e alunos-Ensino Fundamental (1º ao 5º e EJA)), deverão acessar a Plataforma Digital contendo Atividades Pedagógicas Complementares por área de conhecimento ou por componente curricular utilizando-se a metodologia da problematização, com fomento à pesquisa em diferentes fontes e formas de registro para consolidação do aprendizado;

VIII- para àqueles alunos que não tiverem condições de realizar as atividades na Plataforma Digital por não disporem de equipamentos eletrônicos, a Direção da Unidade Escolar deverá ser contatada por meio telefônico e providenciar a impressão das Atividades Complementares para esses alunos, de forma que não haja prejuízo em suas aprendizagens;

Para os autores,

É evidente que durante muito tempo esses recursos estiveram nas escolas, ali, mas eram poucos os professores que utilizavam em suas aulas, muitos levados pelo tradicionalismo e metodologias enraizadas no passado e em uma formação que não davam experiências e contato com esses recursos, e outros por não querer gastar muito tempo na preparação de suas aulas digitais (SANTOS; NETO, 2021, p.10).

Nesse período emergencial todas as unidades escolares deveriam fazer o registro de forma pormenorizada, arquivando comprovações que demonstrassem as atividades escolares realizadas fora da escola, para que pudessem ser autorizadas a compor a carga horária de atividades escolares obrigatória por suspensão das aulas presenciais.

Em relação a formação docente, foi determinado através Guia Orientador de Atividades Escolares Não Presenciais, lançado pela Secretaria Municipal de Educação, que a partir do dia 04 de maio de 2020 a rotina de realização do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) ocorreria no horário já homologado (das 17h40min às 19h20 min às segundas-feiras), através do *Google Meet*. No HFCS as Professoras Coordenadoras Pedagógicas deveriam atender o maior número de professores possíveis de forma online também (Quadro 35; Quadro 36).

Quadro 35 - Reorganização de HTPCs de forma remota

PROFESSORES HTPCs		RESPONSABILIDADE
EMEF, EMEBI, EMEI	2h/a	Unidade Escolar
CEI	4h	SME
AEE	2h/a	Unidade Escolar
Língua Inglesa/ Ed. Física/Arte	2h/a	Unidade Escolar

Fonte: Guia Orientador de Atividades Escolares Não Presenciais, 2020.

Quadro 36 - Reorganização de HFCSs de forma remota

Regentes de Turma (EMEF, EMEBI, EMEI e CEI), AEE, EJA, Arte, Ed. Física/Movimento, Língua Inglesa, Recuperação	1 HFCS - Coordenador passará informações, orientações sobre o que estudar de forma remota 1 HFCS - O professor dará o feedback ao Coordenador
--	--

*Caberá ao Professor Coordenador organizar os horários para atender ao maior número possível de docentes durante o HFCS virtual (síncrono).

Fonte: Guia Orientador de Atividades Escolares Não Presenciais, 2020.

O Guia de Orientação esclarecia que:

Durante o período de teletrabalho, os principais meios de controle de frequência serão: a realização dos roteiros de aula (semanário), as aulas preparadas de forma síncrona e assíncrona. Cada aula prevista deve possuir sua sequência didática, a qual deve ser incluída no Diário de Classe conforme já descrito anteriormente neste Guia.

Caberá ao Professor Coordenador, em conjunto com os demais integrantes da Equipe Gestora, o acompanhamento pedagógico, devendo para tal verificar se o proposto no Plano de Aula foi implementado pelo docente, considerando o descrito no Semanário e as entregas de atividades previstas nos respectivos Planos dentro da periodicidade e cronograma a serem definidos pela Equipe Gestora da unidade escolar (ANDRADINA, 2020, p. 11).

O calendário escolar passou por alterações:

Artigo 2. Os principais marcos do calendário escolar alterados foram:

- Semana de suspensão gradual de aulas e prevenção à COVID 19: 16 a 20 de março.
 - Recesso escolar: 23 de março até 17 de abril
 - Conferência Virtual- Orientações sobre Atividades Pedagógicas não presenciais - 22 de abril
 - Retorno às aulas de forma Remota (Atividades Pedagógicas não Presenciais) 23 de abril.
 - Retorno dos HTPCs: 4 de maio.
 - Encerramento do 1º bimestre letivo: 29 de maio.
 - Realização do Conselho de Classe e Série (online): 2 de junho
- (ANDRADINA, 2020, p. 11).

A carga horária dos professores sofreu alterações, como descrita no item 4 e 4.1 do Guia de Orientações (Quadro 37):

4. Controle de carga horária

4.1 Carga horária dos professores

O docente deverá implementar o planejado no Plano Anual de Ensino e também no documento que detalha as habilidades propostas para o bimestre, bem como participar das reuniões pedagógicas (HTPCs e HFCSs) e também de orientação aos estudantes

em regime de teletrabalho, no seu horário regular de aulas (grupos de *WhatsApp*, *Facebook*, etc.) (ANDRADINA, 2020, p. 11).

Quadro 37 - Semanal Equivalente/ HETES de Forma Remota

Semanal Equivalente/ HETES de Forma Remota		
ENSINO FUNDAMENTAL- 1º ao 5º ano		
Horas de forma síncrona (professor regente)	2 horas (diárias)	*Nos dias em que o aluno tiver aula de E.F, Arte e Língua Inglesa, Recuperação, o regente passa a ter 1 hora de forma síncrona, porém deverá estar disponível todo o tempo referente a sua jornada de trabalho.
Horas de forma síncrona (professor de Arte, Língua Inglesa e Educação Física)	1 hora (semanal)	
Horas de forma assíncrona (alunos)	Uso da Plataforma	

Fonte: Guia Orientador de Atividades Escolares Não Presenciais, 2020

Os dados e evidências de 2020 não deixam dúvidas de que os problemas de saúde mental aumentaram com a nova pandemia. A ansiedade, o estresse e a depressão passaram a ser vistas em pessoas próximas e distantes. Os dados mostram o aumento de casos no Brasil, contribuindo para precarização do trabalho docente.

Compreendemos que muitas são as causas de desencadeamento do adoecimento do professor. Soares e Martins (2017), apontam que a relação de não equivalência entre salário recebido e trabalho realizado é um dos grandes motivos de frustração entre docentes. Considera-se também a crescente violência no ambiente escolar, somada ao desrespeito e a falta de interesse dos alunos, como fatores de sofrimento psíquico entre os professores (INSFRAN *et al.*, 2020, p. 185).

Os autores apontam que houve:

(...) o aumento não só da carga horária de trabalho após o início da pandemia, mas também para um aumento significativo do percentual de professores/as que estão fazendo uso de psicofármacos. Algumas pesquisas apontam que o sofrimento psíquico decorrente da pandemia de Covid-19 pode representar uma segunda onda de estragos à nossa saúde (INSFRAN *et al.*, 2020, p. 193).

Ainda destacando a Resolução nº 200/2020:

§ 4º- Também poderá ser disponibilizado para os alunos, além das aulas utilizando recursos tecnológicos como (Plataforma Digital, Mídias Sociais, *Whatsapp*, dentre outras), a possibilidade de realização de atividades em materiais físicos (tais como os cadernos do aluno (EMAI e LER e ESCREVER), livros didáticos do PNLD, livros de literatura, apostilas do TOKA ou listas de atividades impressas pelas escolas) observando sempre as medidas preventivas à COVID-19;

§ 5º Os professores também poderão mediar suas aulas junto aos alunos, utilizando as atividades disponibilizadas pela programação oferecida nos canais da TV Educação (CANAL 5.2 e 5.3) (ANDRADINA, 2020).

Com a suspensão das aulas presenciais, todos os estudantes foram obrigados a ingressar nessa forma de ensino, que utiliza a internet como meio para transmissão de conteúdo dos professores para os alunos. Tornando-se fundamental que os professores se organizassem utilizando roteiros (semanário) para aplicação das aulas não presenciais, roteiros esses, interdisciplinares, para contabilizar as atividades realizadas para cada componente curricular.

Dentre o roteiro de controle e rastreamento havia a “Planilha de Acompanhamento” do desenvolvimento dos alunos para saber se realmente estavam realizando as atividades, com a necessidade de que as Coordenadoras Pedagógicas acompanhem os registros dos professores, verificando a quantidade de aulas, habilidades desenvolvidas, atividades e instrumentos utilizados para verificação da aprendizagem. Ainda, o professor deveria propor atividades adicionais para complementar a aprendizagem daqueles educandos que não possuíssem recursos tecnológicos disponíveis, como descrito numa outra Resolução nº 202/2020.

III. Para que a Equipe Gestora e Coordenação Pedagógica possam acompanhar as atividades propostas por cada professor e verificar se a maioria dos estudantes está sendo alcançada, sugere-se a formulação de uma Planilha de Acompanhamento ou até mesmo a participação nas turmas por meio das mídias escolhidas pelo professor (ANDRADINA, 2020).

Este documento consubstanciou a Resolução nº 200/2020, que estabeleceu as normas para reorganização das atividades escolares não presenciais do Ensino Fundamental e orientou as escolas municipais do Ensino Fundamental em relação à criação de novos canais de comunicação com familiares e alunos pertencentes ao Sistema Municipal de Educação durante o período de suspensão de aulas, em função da pandemia da Covid-19, estabelecendo que:

1º - As escolas deverão buscar uma aproximação virtual entre professores e familiares, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com os alunos;

2º - Os gestores escolares, por meio de mobilização virtual, deverão solicitar aos professores que criem novos canais de comunicação com as famílias dos alunos de suas turmas, se já não os possuírem, utilizando mídias sociais de longo alcance e de fácil utilização como (*WhatsApp, Facebook, Instagram*).

Cabe destacar que o calendário escolar foi reorganizado através de uma Resolução nº 212 específica, em fevereiro de 2021³⁹, de modo a garantir a obrigatoriedade de se assegurar em todas as unidades escolares o cumprimento do mínimo de dias de efetivo de trabalho escolar e a carga horária anual exigida pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

Quanto a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições municipais de ensino de Andradina para o ano de 2021, ficou determinado que:

Todas as unidades escolares deverão ofertar atividades não presenciais para os estudantes. Serão consideradas no cômputo das horas letivas para o ensino fundamental as atividades presenciais realizadas na escola e as atividades realizadas por meio remoto, considerando o previsto nos termos do Artigo 24, inciso VI, da lei 9.394/96, de 20-12-1996 e Deliberação CEE 195, de 14-01-2021. As escolas deverão organizar revezamento de estudantes com os dias definidos para atendimento presencial, conforme etapa de ensino, classe e turno, priorizando os estudantes que tenham maior necessidade de atendimento presencial e seguindo as normativas já espedidas por essa Secretaria.

A programação de atividades escolares presenciais deve ser compatibilizada com a programação das atividades da Plataforma *Creator4All*. Nos dias em que os estudantes não estiverem presencialmente nas unidades escolares, de acordo com planejamento definido pela equipe escolar, eles deverão, obrigatoriamente, assistir às aulas ofertadas pela plataforma *Creator4All*.

As jornadas e as cargas horárias de trabalho dos profissionais da educação da rede municipal passaram a ser cumpridas presencialmente na unidade escolar, todos os professores (independente de pertencerem ao grupo de risco para COVID-19) realizarão trabalho sob a forma remota;

Todas as escolas municipais funcionarão em horário normal (integral) contando com a presença da Equipe Gestora (diretor e vice-diretor) e de todos os funcionários;

Caberá aos Coordenadores pedagógicos das EMEFs e da EMEIs desenvolverem o trabalho remoto em parceria com os professores;

As estratégias acima foram definidas pela Resolução SME nº 216, de 19 de julho de 2021 que fixou as normas sobre a retomada das atividades escolares presenciais em todas as unidades vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021, destacando que:

Artigo 1. Todos os profissionais da educação da rede pública municipal que estiverem em regime de teletrabalho deverão passar a cumprir sua carga horária ou jornada de trabalho integralmente em regime presencial a partir de 26 de julho de 2021;

Artigo 2. O retorno presencial das aulas nas escolas municipais se dará em dias alternados, com 50% dos alunos de cada classe, a partir de 2 de agosto de 2021.

Artigo 4. Quanto ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos e docentes:

³⁹ A Resolução SME nº 211 de 17 de fevereiro de 2021 dispôs sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de ensino municipal de Andradina para o ano letivo de 2021, nos termos do Decreto Estadual nº 65.384/20, Decreto Municipal 7076/21 e Plano São Paulo. A Resolução SME nº 216 de 19 de julho de 2021 fixou normas sobre a retomada das atividades escolares presenciais em todas as unidades vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021.

- II. É fundamental manter a Busca Ativa e efetiva pelos estudantes;
- III. Priorizar diariamente o acolhimento e o bem-estar socioemocional dos alunos e profissionais da educação;
- IV. Realizar avaliação diagnóstica para orientar a recuperação das aprendizagens dos alunos;
- V. Organizar as atividades remotas intercaladas com as atividades presenciais (sempre que necessário) (ANDRADINA, 2021).

A determinação era de que a retomada das atividades presenciais nas escolas municipais ocorresse progressivamente a partir de 2 de agosto de 2021, embasada em experiências e em pesquisas que evidenciavam o retorno presencial, seguindo os protocolos sanitários.

Em fevereiro de 2021, com a nova Administração Municipal e os novos gestores da Secretaria Municipal de Educação (Secretária e Coordenadores), foi adotado pela equipe o material apostilado do Sistema Sesi de Ensino, após aproximadamente doze anos de uso dos materiais Ler e Escrever e EMAI, livros didáticos adquiridos através de convênio com o governo do estado de São Paulo, que foram suspensos a partir dessa data, bem como o uso do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), iniciando assim uma nova fase na educação municipal andradinense.

A pandemia do COVID-19, por si só, afetou o convívio entre os indivíduos; nas unidades escolares, somaram-se a isso o desligamento de grande contingente de Coordenadores Pedagógicos; mudanças de cargos políticos e troca de materiais de estudos fornecidos aos professores. Percebemos, então, que foi inevitável a modificação nas formas de interação entre Coordenação Pedagógica e Corpo Docente, com a proposição da formação docente continuada nem sempre sendo eficaz nas unidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como principal objetivo analisar o Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS), a partir de 2013 no Sistema de Ensino Municipal de Andradina – SP, como espaço de formação docente e o papel da coordenação pedagógica nesse processo, bem como caracterizar como se deu o processo de implantação e implementação deste Horário nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Andradina – SP.

A análise possibilitou o questionamento de um processo de construção e reconstrução permanentes acerca do conhecimento, desenvolvimento profissional e da formação docente no interior das escolas estudadas tendo na coordenação pedagógica o aporte e o sustentáculo deste movimento.

Para tanto, tomou-se como referencial teórico-metodológico os relatos das Professoras Coordenadoras Pedagógicas e a visão que elas têm sobre o HFCS e o papel da coordenação pedagógica.

Neste processo podemos considerar que a maior parte das PCPS chegaram até o exercício da função através de pedidos e encorajamento dos professores e/ou direção, sendo convidadas por apresentarem, segundo elas, perfil inerente ao exercício da função, para poderem, a partir daí, dar voz ao grupo. Apenas duas coordenadoras idealizavam seguir um outro caminho, ter uma nova experiência dentro da educação e apontaram uma vontade de seguir carreira dentro do magistério, porém sem demonstrar em suas falas ter um propósito de um projeto pedagógico, formando os docentes e acompanhando o processo de ensino aprendizagem.

Os resultados apontam também que há falta de estrutura nas unidades escolares, no que diz respeito à estrutura física, recursos humanos e tecnológicos, o que contribui negativamente para o desenvolvimento das atribuições de cunho pedagógico e ocasiona desvio das funções das PCPs. Há ainda controle exercido através da Secretaria Municipal de Educação as PCPs e aos docentes, controle este exercido e cobrado através dos vários documentos como planilhas, relatórios, fichas, verificação da rotina e diário de classe, bem como análise dos mapas textuais, culminando nas metas a serem atingidas nas avaliações externas, com índice cada vez mais altos. As visitas da Supervisão, Coordenadora do Ensino fundamental, Coordenadora Geral e Coordenadoras do Sistema Sesi de Ensino em algumas ocasiões, corroboram para este controle sobre o trabalho docente de coordenação. Além disso, as coordenadoras devem anotar sua rotina no Semanário e o registro do HFCS deve ser assinado pelos professores (inicialmente em

material oficial, com modelo padronizado distribuído pela SME que permaneceu por quatro anos e atualmente cada unidade escolar adotou sua própria forma de registro).

Como constatado, as coordenadoras relataram ter horário dentro da rotina diária para observação da sala de aula, realizando anotações da prática docente, fazendo relatórios, devolutivas e, quando necessário, realizando a modelização e tematização da prática docente para que o educador possa assistir juntamente com os educandos e aprender, para posteriormente corrigir possíveis erros, garantindo uma boa aula.

As orientações curriculares que recebem através da Secretaria Municipal de Educação e da equipe do GERCS, responsável pelo material apostilado do sistema SESI de ensino tomam conta do espalho do Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS) reduzindo o horário de formação em horário de treinamento e/ou a hora dos recados, dos informes e de como trabalhar com o “novo sistema”, ou seja, houve uma instrumentalização da formação docente.

Desse modo, pode-se dizer que a constituição do profissional coordenador pedagógico, a partir da análise deste município, que, ainda hoje, exerce sua função sob a égide da inspeção, da supervisão, da fiscalização e do controle institucional.

Percebeu-se na pesquisa o excesso da demanda de trabalho e as inúmeras ações que norteiam o cotidiano do coordenador pedagógico desviando sua função ao desenvolvimento de atividades burocrático-administrativas numa espécie de profissional “faz tudo”.

A tarefa de formação docente praticamente inexistente neste processo. A respeito da escola ser considerada um espaço propício para que a formação de professores se desenvolva, Imbernón (2010) aponta que:

Essa instituição converte-se em mais do que um simples lugar de trabalho de professores e alunos, mas em uma organização complexa, vista como elemento fundamental por meio do qual o conhecimento sobre o ensino dos professores pode ser estruturado, levando em conta seu desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, extrapolando desta forma, a formação que receberam fora dela (IMBERNÓN, 2010, p. 45).

Com as mudanças em virtude da pandemia de Covid-19 e o surgimento do ensino e implantação do ensino remoto emergencial (ERE), esta prerrogativa formativa ficou ainda mais comprometida no município. A realização de serviços de entrega de atividades escolares em domicílio, com uso de veículo próprio; busca ativa através contato telefônico ou pessoal com a família dos educandos; adequação rápida às mudanças e uso imediato das mídias digitais, além dos serviços da secretaria escolar, são exemplos que colaboraram para minarem mais as atribuições destes profissionais.

Reafirma-se, no entanto, neste trabalho a importância crucial do processo de formação do professor pela coordenação pedagógica já que:

A identidade profissional docente é processual, contínua, sempre inconclusa, ou seja, a sua construção se realiza ao longo de toda a carreira, uma vez que estamos em constante movimento no que diz respeito à busca de novos métodos, concepções, teorias e aprendizagens. (GOMES, 2009, p. 77).

Acrescenta-se ainda o fato de que a formação continuada em serviço tem em vista que é na escola onde se revela a demanda de formação para o professor, levando em conta o contexto em que ela está inserida, com suas peculiaridades e características próprias. Santos define formação contínua em serviço como:

(...) práticas formativas que as agências empregadoras levariam a cabo com a necessária reorganização da estrutura do trabalho docente, contemplando tanto a dimensão do ensinar quanto a dimensão do aprender. Um programa de formação contínua, para ser considerado como de formação contínua em serviço, precisa estar contemplado dentro da jornada de trabalho do professor, evitando assim, a responsabilização unicamente dos professores pela continuidade de sua formação (enquanto clientes), tomando para si, enquanto agência responsável pela manutenção e desenvolvimento do ensino, o compromisso de possibilitar a formação contínua em serviço (SANTOS, 2010, p. 14).

As coordenadoras pedagógicas externam o desejo e vontade de desenvolverem apenas atribuições específicas da função, se atendo mais à parte pedagógica e formativa e com uma efetiva valorização salarial, melhoria da formação recebida e concurso público para o desempenho da função.

Os resultados apontam que a situação de precarização das condições de trabalho das Professoras Coordenadoras Pedagógicas deste município está relacionada ao próprio desgaste e precarização do trabalho docente no Brasil que vem se vinculando cada vez mais a políticas neoliberais, privatistas e mercadológicas assumidas pelo sistema educacional.

O que está em curso é uma desprofissionalização da atuação das coordenadoras pedagógicas, ainda que o Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS), no caso aqui analisado, seja uma prática recente, com poucos anos de instituição, podendo ser retomado como espaço de formação pedagógica.

Reiteramos que a conquista desse horário de formação deve ser garantindo aos profissionais docentes, nos quais haja a reflexão sobre a prática e, sobretudo, possibilite o desenvolvimento profissional, a reconstrução de saberes, bem como avanço dos conhecimentos e a conquista de melhorias na qualidade de educação oferecida.

REFERÊNCIAS

ANDRADINA. **Guia Orientador de Atividades Escolares Não Presenciais**. Andradina: SME, 2020.

ANDRADINA. Lei nº 1.846 de 10 de março de 2000. **Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Andradina**. Andradina, 2000.

ANDRADINA. Lei nº 2.243 de 30 de maio de 2006. **Institui o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Municipal de Andradina e dá outras providências**. Andradina, 2006.

ANDRADINA. Lei nº 2.554 de 22 de dezembro de 2009. **Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal de Andradina e dá outras providências**. Andradina, 2009.

ANDRADINA. Lei nº 2.846 de 29 de junho de 2012. **Regulamenta a jornada de trabalho dos profissionais do Magistério em seu artigo 14, da Lei nº 2.554/2009**. Andradina, 2012.

ANDRADINA. Lei nº 2.889/2012. **Altera a redação do artigo 14 da Lei nº 2.554/2009 e do art. 1º da Lei nº 2.846/2012, para dispor sobre a composição da jornada de trabalho dos integrantes do quadro do magistério, em atendimento à Lei Federal nº. 11.738/08 e dá outras providências**. Andradina, 2012.

ANDRADINA. Lei orgânica do Município de Andradina. **Estabelece procedimentos em caráter de Constituição Municipal respeitados os dispositivos constitucionais**. Andradina, 2015.

ANDRADINA. Plano Municipal de Educação de Andradina (2015-2025). **Estabelece metas para a Educação do Ensino Infantil ao Superior**. Andradina, 2015.

ANDRADINA. Portaria S.M.E nº 02 de fevereiro de 2017. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento escolar comum das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Andradina**. Andradina, 2017.

ANDRADINA. Resolução SME nº 90 de 29 de junho de 2010. **Dispõe sobre a apresentação de propostas, escolha, postos de trabalho e atribuições da função de Professor Coordenador Pedagógico**. Andradina, 2010.

ANDRADINA. Resolução SME nº 120 de 18 de fevereiro de 2013. **Dispõe sobre o atendimento aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental por postos de trabalho de Professor Coordenador designado especialmente para exercer a função de coordenação pedagógica**. Andradina, 2013.

ANDRADINA. Resolução SME nº 121 de 13 de março de 2013. **Dispõe sobre o atendimento aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental por postos de trabalho de Professor Coordenador designado especialmente para exercer a função de coordenação pedagógica**. Andradina, 2013.

ANDRADINA. Resolução SME nº 137/2015. **Disciplina o atendimento à Lei nº 2.889/2012, que dispõe sobre a regulamentação da jornada de trabalho dos integrantes do quadro do Magistério Público Municipal de Andradina, e dá providências correlatas.** Andradina, 2015.

ANDRADINA. Resolução SME nº 138 de 4 de fevereiro de 2015. **Dispõe sobre as atribuições e competências dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal.** Andradina, 2015.

ANDRADINA. Resolução SME nº 200 de 8 de abril de 2020. **Fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino Municipal de Andradina, e dá outras providências com fundamento no artigo 80 da Lei Federal 9.394/1996 e no Decreto 9.057/2017.** Andradina, 2020.

ANDRADINA. Resolução SME nº 202 de 5 de maio de 2020. **Consubstancia a Resolução nº 200/2020 estabelecendo normas para reorganização das atividades escolares não presenciais do Ensino Fundamental e orienta às escolas municipais de E.F quanto à criação de novos canais de comunicação com familiares e alunos pertencentes ao Sistema Municipal de Educação durante o período de suspensão de aulas em função da pandemia da COVID-19.** Andradina, 2020.

ANDRADINA. Resolução SME nº 211 de 17 de fevereiro de 2021. **Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de ensino municipal de Andradina para o ano letivo de 2021, nos termos do Decreto Estadual nº 65.384/20, Decreto Municipal 7076/21, Plano São Paulo e dá providências correlatas.** Andradina, 2021.

ANDRADINA. Resolução SME nº 212 de 19 de fevereiro de 2021. **Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar anual das escolas da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2021.** Andradina, 2021.

ANDRADINA. Resolução SME nº 216 de 19 de julho de 2021. **Fixa normas sobre a retomada das atividades escolares presenciais em todas as unidades vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021, e dá outras providências.** Andradina, 2021.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução a teoria e aos métodos.** Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.172/2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.494/2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.** Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. **Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 01/2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Projeto: curso de especialização em gestão escolar (lato sensu).** Brasília, DF, 2009.

BRITO, R. dos S.; PRADO, J. R.; NUNES, C. P. Políticas De Formação Docente no Brasil a partir dos anos 1990. **Revista Temas em Educação**, v. 28, n. 1, p. 02–19, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/43571>>. Acesso em: 29 de junho de 2021.

CHRISTOV, L. H. S. **Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico.** In: BRUNO, Eliane Bambini; ALMEIDA, Laurinda Ramalho; CHRISTOV, Luíza Helena da Silva (org). **O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

CHRISTOV, L. H. S.; PLACCO, V. M. N. S.; MATE, C. H.; HASHIMOTO, C. I.; Bruno, E. B.G.; Franco, Francisco; ORSOLON, L. A. M.; CLEMENTI, N.; TORRES, S. R.; BATISTA, S. H. S. S.; SOUZA, V. L. T. Intenções e problemas em práticas de coordenação pedagógica. In: ALMEIDA, L.R. de A.; PLACCO, V. M. N.S. (Org.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança.** 10 ed. São Paulo: Loyola, 2012. v. 1, p. 35-44.

CRUZ, G. B. 70 anos do curso de pedagogia no Brasil: uma análise a partir da visão de dezessete pedagogos primordiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, 2009.

DIAS, M. J. S. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva: rebatimentos na saúde pública**. São Luiz: Edufma, 2010.

DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Didática, Teoria de Ensino e Práticas Escolares) – Universidade de São Paulo, 2009.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, 2015.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. São Paulo: Penso, 1999. 300 p.

FLAUZINO, V. H.P. *et al.* As dificuldades da educação digital durante a pandemia de COVID-19. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, n. 06, v. 11, pp. 05-32, 2021. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/educacao-digital>>. Acesso em: 13 de março de 2022.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro Ltda, 2012.

FUJIKAWA, M. M. **O coordenador pedagógico e a questão do registro**. Edições Loyola: 2007. 128 p.

FUSARI, J. C. **Formação contínua de educadores: um estudo de representações de coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP)**. 1997. 201 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. In: DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Didática, Teoria de Ensino e Práticas Escolares) – Universidade de São Paulo, 2009.

GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor coordenador. In: LOURENÇO, Rayana Silveira Souza Longhin. **A Formação Continuada em Serviço de Professores e as Atividades do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo nas Escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista. Araraquara: UNESP, 2014.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

GOMES, M.O. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IDEB. **Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

IMBERNÓN, F. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

INSFRAN, F.; CALLAI, C.; ANDRADE, F. M. R.; GOMES, G.R.R.; MIRANDA, J. C. (Orgs). **Pandemia e suas interfaces no ensino**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 380 p. Disponível em: <<https://pedrojoaoeditores.com.br/site/wp-content/uploads/2021/11/ebookPandemia.pdf#page=184>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

JACOMINI, M.A.; SILVA, A. A. Pesquisas em políticas educacionais: questões epistemológicas e desafios à consolidação da área da Educação (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, v.13, n.5. p. 1-23, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOPES, R. P. **Concepções e práticas declaradas de ensino e aprendizagem com TDIC em cursos de licenciatura em matemática**. 2014. 692 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2014.

LOURENÇO, R. S. S.L. **A Formação Continuada em Serviço de Professores e as Atividades do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo nas Escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista. Araraquara: UNESP, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MACEDO, S. R. B. **Coordenação pedagógica: conceito e histórico**. In: FRANCO, M.A.S.; CAMPOS, E. F. E. **A coordenação do trabalho pedagógico na escola: processos e práticas**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2016. 142 p.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, 2006.

MARÍN, D. Natureza Infantil e Governamentalidade Liberal. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 104-120, 2011.

MATE, C. H. Qual a identidade do professor coordenador pedagógico? In: GUIMARÃES, A. A. et al. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002, p.17-20.

MENEZES, E. T. **Verbete Parâmetros em Ação. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/parametros-em-acao/>>. Acesso em: 9 de outubro de 2021.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MORAIS, J. K. C., & Henrique, A. L. S. Formação Docente e PNE (2014-2024): Uma Abordagem Inicial. **Holos**, v. 8, p. 264–274, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.15628/holos.2017.4512>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

MOREIRA, PBA, et al. Os desafios na formação de profissionais de educação em época de pandemia. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, 2020.

MORGADE, Graciela. **El determinante de género em el trabajo docente de la escuela primaria**. Buenos Aires: Miño y Dávila y Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación, UBA, 1992.

NOGUEIRA, M. G. Supervisão Educacional: a questão política. São Paulo: Loyola, 2000. In: TEIXEIRA, C. de S. M. **Ser ‘O Faz-Tudo’ na escola: significações produzidas sobre o trabalho do coordenador pedagógico na escola pública**. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2020.

NÓVOA, A. **A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização-escola**. 2002. In: DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Didática, Teoria de Ensino e Práticas Escolares) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

OLIVEIRA, ES, *et al.* A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 52860-52867, jul. 2020. In: FLAUZINO, V. H.P. et al. As dificuldades da educação digital durante a pandemia de COVID-19. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. n. 06, v. 11, pp. 05-32, 2021. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/educacao-digital>>. Acesso em: 13 de março de 2022.

OLIVEIRA, M. E. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do lajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

PAIVA, E. V.; PAIXÃO, L. P. **PABAE (1956 – 1964): a americanização do ensino elementar no Brasil?** Niterói: EdUFF, 2002.

PEREIRA, T. L. **Conselhos municipais de educação: desafios e possibilidades na gestão democrática de políticas educativas**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

PINTO, U. de. A Pedagogia e pedagogos escolares. 2006. 173f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006, In: DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: USP, 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Didática, Teoria de Ensino e Práticas Escolares) – Universidade de São Paulo, 2009.

PLACCO, V.M.N.S. O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In: PLACCO, V.M.N.S.; ALMEIDA, L.R. (Orgs.) **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 47-60.

RADVANSKEI, Iziqel Antonio. **A formação continuada do professor frente aos novos desafios contemporâneos**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

REGO, I. P. **O papel do coordenador pedagógico enquanto agente articulador da formação continuada**. 2011. Disponível em: <<https://monografias.brasile scola.uol.com.br/educacao/o-papel-coordenador-pedagogico.htm>>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSA, C. **Gestão estratégica escolar**. Petrópolis: Vozes, 2004.

RUBINSTEIN, S. L. **Princípios de Psicologia Geral**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

SALVADOR, C.M. O coordenador pedagógico na ambiguidade interdisciplinar. 2000. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000. In: DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Didática, Teoria de Ensino e Práticas Escolares) – Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, V. L. F. **Formação contínua em serviço: construção de um conceito a partir do um estudo de um programa desenvolvido no município de Andradina – SP**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, 2005.

SANTOS, V. L. F. Formação Contínua em Serviço: da construção crítica de um conceito à “reconcepção” da profissão docente. **Interface da Educ.**, v. 1, n. 1, p. 5-19, 2010.

SANTOS, W. M.; NETO, I. P. F. Os desafios do ensino remoto em tempos pandêmicos: o uso das tecnologias digitais como recurso pedagógico. **Research, Society and Development**, v.10, n. 15, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/23474/20157/274725>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 114/74. Institui o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º graus do Estado e dá providências correlatas**. São Paulo, 1974.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 836/97. Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas**. São Paulo, 1997.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE/SP nº. 66/2019. **Estabelece as diretrizes da organização curricular do ensino fundamental e ensino médio da rede estadual de ensino de São Paulo e dá providências correlatas.** São Paulo: Alesp, 2019.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** *Revista Brasileira de Educação (online)*, v.14, n.40, p. 143-155, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 06 de julho de 2021.

SAVIANI, D. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *Revista Científica*, São Paulo, v.10, p. 147-167, 2008.

SCAFF, E. A. S. **Os Organismos Internacionais e as tendências para o trabalho do professor.** Campo Grande: Editora UFMS, 2000. 170 p.

SILVA, A.P. dos S. **A coordenação pedagógica no contexto da realidade escolar brasileira.** Brasília: UNB, 2013.

SILVA, C. R. R. **Lembranças (re)vividas, tradições (re)inventadas – Experiências de migrantes “nortistas” na Alta Noroeste Paulista (1930-1950).** 2003. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2003.

SILVA, V. P. Base Nacional Comum Curricular e Plano Nacional de Educação: descaminhos, resistências e práxis. 2020. In: MENDONÇA, S. G. L. (et al.) (Orgs). **(De)formação na escola: desvios e desafios.** Marília: Oficina Universitária, 2020. 197 p.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TEIXEIRA, C. de S. M. **Ser ‘O Faz-Tudo’ na escola: significações produzidas sobre o trabalho do coordenador pedagógico na escola pública.** Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2020.

UNESCO. **O Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam.** São Paulo: Moderna, 2004. 224p.

VEIGA NETO, A. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: FOUCAULT, M. (Org.). **Filosofia e política.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 37-52.

VENAS, R. F. **A transformação da coordenação pedagógica ao longo das décadas de 1980 e 1990.** In: VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

VILELA, M. A. F.; SILVA, M. P. Os desafios da profissionalização docente: identidade, saberes e práticas na Educação Básica. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, v. 4, n. 1, p. 80-93, 2018.

WILLIAMSON, B.; EYNON, R.; POTTER, J. Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency. **Learning, Media and Technology**, v. 45, n. 2, p. 107–114, 2020.

YANNOULAS, S. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, n.22, p.271-292, 2011.

YANNOULAS, S. C. Acerca de cómo las mujeres llegaron a ser maestras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, p. 497-521, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DA SME



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
 ANDRADINA-SP CEP. 16.901-010
 Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
 E-mail: sme@andradina.sp.gov.br

Andradina, 19 de Janeiro de 2021.

Ref: Autoização

Prezado Sr.,

A Secretária de Educação Sra. Estela Maria Cassiolato Goda, no uso de suas atribuições, vem **AUTORIZAR** a pesquisadora Professora Célia Neves Félix, como segue:

A pesquisadora Professora Célia Neves Félix, mestranda em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, fica autorizada a desenvolver sua tese de pesquisa "O papel da Coordenação Pedagógica", no horário da Formação Continuada em Serviço (HFCS), nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação de Andradina, no período de Abril de 2021 à Abril de 2022 ou até a conclusão do mestrado.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

Geraldo Ardel Pilla
 RG 21.938.848
 CPF 280.768.398-31
 Secretário Adjunto da Educação

À
 Célia Neves Félix
 Professora Pesquisadora Mestranda

APÊNDICE B – TCLE



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO HORÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO (HFCS)**”, desenvolvida pela pesquisadora Célia Neves Félix sob orientação do Prof. Dr. Tarcísio Luiz Pereira no Programa de Pós Graduação em Educação (Mestrado) da UFMS/CPTL. O objetivo central do estudo é compreender e analisar o papel da formação docente em serviço por meio do Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS) do município de Andradina-SP. Esclarecemos que para participar desta pesquisa os seguintes requisitos são necessários:

- ✓ ter mais de 18 anos,
- ✓ ser Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a);
- ✓ ou ser Professor(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) egresso (a) da Rede Municipal de Ensino;
- ✓ ser Coordenador(a) do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação
- ✓ ou ser Coordenador(a) do Ensino Fundamental egresso(a) da Secretaria Municipal de Educação

São critérios de exclusão:

- ✓ ser menor de 18 anos;
- ✓ estar afastado das funções laborais por motivo de licença saúde superior a 15 dias ou licença maternidade.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. **Será garantido o anonimato das informações por você prestadas, assim como, seu nome e demais dados informados.** A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada relacionadas a sua carreira e atividade profissional (previamente agendada e online via *Google Meet* e/ou outro meio eletrônico que melhor lhe atenda – em virtude do período de pandemia do novo corona vírus).

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, conforme Resolução CNS no 466/2012.

Ressaltamos que ficará com uma via assinada deste documento e caso não queira participar entenderemos sua decisão e isso não acarreta nenhum prejuízo entre as partes.

Agradecemos sua atenção e contamos com a sua colaboração para que seja possível desenvolver a pesquisa.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados posteriormente em formato de dissertação de mestrado e artigos científicos dirigidos aos sujeitos da pesquisa e ao público em geral.

Declaro que participarei da pesquisa e autorizo a gravação de áudio e/ou vídeo:

concordo

não concordo

Para eventuais dúvidas referentes ao estudo pode-se fazer uso dos contatos **(18) 99775 6064** ou e-mail: c.nevefelix@gmail.com (Pesquisadora) ou tarcisio.pereira@ufms.br (orientador)

Declaro que entendi os objetivos e condições da pesquisa.

Assinatura _____ (participante)

Assinatura _____ (pesquisadora)

Local: _____, SP.

Data: ____/____/____

APÊNDICE C - ROTEIROS DE ENTREVISTA

ROTEIRO ENTREVISTA – COORDENADORA GERAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dados pessoais

Nome:

Idade:

Sexo/gênero:

Formação/Titulação:

Ano de conclusão:

Graduação:

Pós graduação:

Mestrado/Doutorado:

Município e Unidade Escolar que atua: (opcional)

Segmento e Etapa do Ensino que atende: (Municipal? Estadual?) (Educação Infantil? Ensino Fundamental?)

Tempo no magistério como professor (a):

Tempo no exercício da função de Professora Coordenadora Geral:

QUESTÕES 1 – TRAJETÓRIA, CONCEITOS E RELAÇÃO COM A ESCOLA

1.1 Descreva sua trajetória profissional e como se tornou Professora Coordenadora Geral? Houve eleição, indicação, etc?

1.2 O que é ser uma Coordenadora Geral?

1.3 Realizou alguma formação para se tornar Professora Coordenadora Geral? Se sim? Quais e por que meios?

1.4 Como se dá a relação entre secretaria municipal de educação (SME) e escola?

1.5 Há planejamento e/ou gerenciamento da SME em assuntos relacionados a formação docente? A SME acompanha o trabalho nas escolas? De que forma?

1.6 O coordenador geral tem autonomia para direcionar e realizar a formação de coordenadores pedagógicos?

1.7 O que é e como se desenvolve o Horário de Formação Coletivo em Serviço (HFCS)?

1.8 Porque o município de Andradina adotou o HFCS já que boa parte dos municípios ainda trabalham com Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)? Sabe diferenciar um do outro? E na sua opinião qual deles é melhor para a formação docente e atuação do coordenador?

1.9 Qual referencial teórico que a SME indica para a atuação do coordenador geral e para o coordenador pedagógico nas escolas?

1.10 Alguma coisa que queira acrescentar neste bloco?

QUESTÕES 2 – ATUAÇÃO E RELAÇÃO COM COORDENADORAS PEDAGÓGICAS

2.1 Quais suas atribuições como professora coordenadora geral e como se dá sua rotina?

2.2 Como se dá a relação da coordenação geral com as coordenações pedagógicas e com os demais docentes no dia-a-dia da escola? Quais encaminhamentos são realizados? Desafios encontrados?

2.3 Consegue descrever quais as principais dificuldades dos coordenadores pedagógicos nas escolas? E como saná-las?

2.4 Como é o relacionamento entre coordenação geral, coordenação pedagógica e direção escolar?

2.5 Há interferência da secretaria de educação na atuação da coordenação geral? Quais?

2.6 Além das atribuições que desenvolve, há outras tarefas? Quais?

2.7 Os recursos humanos e materiais da SME são suficientes para a atuação da coordenação geral?

2.8 Além do Horário de Formação, há cursos, grupos de estudos e outros momentos de formação docente?

2.9 Qual sua jornada de trabalho diária? Você se sente realizada como coordenadora geral? O que mudaria?

2.10 Alguma coisa que queira acrescentar neste bloco?

QUESTÕES 3 – SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

3.1 Defina formação inicial de formação continuada em serviço.

3.2 Com que frequência e como ocorrem a formação com a equipe de coordenadoras?

3.3 Há algum material teórico que se utiliza? Qual?

3.5 Há interesse por parte das coordenadoras em discutirem e definirem ações com a coordenação geral?

3.5 Como são escolhidos os conteúdos para as reuniões com as coordenadoras? Há teóricos que a coordenação geral se baseia?

3.6 Qual o seu ponto de vista acerca da formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino de Andradina?

3.7 Como acontece sua formação/atualização profissional?

3.8 O que mudou no trabalho da coordenação geral com o advento da Pandemia? Descreva.

3.9 Em sua opinião os HFCSs funcionam? O que mudaria?

3.10 Alguma coisa que queira acrescentar neste bloco?

ROTEIRO ENTREVISTA – PROFESSORA COORDENADORA PEDAGÓGICA (atual e egressa)

Dados pessoais

Nome:

Idade:

Sexo/gênero:

Formação/Titulação:

Ano de conclusão:

Graduação:

Pós graduação:

Mestrado/Doutorado:

Município e Unidade Escolar que atua:

Quantidade de alunos:

Segmento e Etapa do Ensino que atende: (Municipal? Estadual?) (Educação Infantil? Ensino Fundamental?)

Tempo no magistério como professor (a):

Tempo no exercício da função de Professora Coordenadora Pedagógica:

Qual segmento atua:

Atende quantos professores:

Qual segmento atua:

Motivo que saiu

QUESTÕES 1 – TRAJETÓRIA, CONCEITOS E RELAÇÃO COM A SME

1.1 Descreva sua trajetória profissional e como se tornou Professora Coordenadora Pedagógica? Houve eleição, indicação etc.?

1.2 O que é ser uma Coordenadora Pedagógica?

1.3 Realizou alguma formação para se tornar Professora Coordenadora pedagógica? Se sim? Quais e por que meios?

1.4 Como se dá a relação entre escola e secretaria municipal de educação (SME) quanto a formação do coordenador pedagógico?

1.5 Há planejamento e/ou gerenciamento da SME em assuntos relacionados a formação docente que você realiza no interior da escola? A SME acompanha seu trabalho? De que forma?

1.6 O coordenador pedagógico tem autonomia para direcionar a formação docente?

1.7 O que é e como se desenvolve o Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS)?

1.8 Porque o município de Andradina adotou o HFCS? E ainda trabalham com Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)? Diferenciar um do outro. E na sua opinião qual deles é melhor para a formação docente e atuação do coordenador?

1.9 Qual referencial teórico que a SME indica para a atuação do coordenador pedagógico nas escolas?

1.10 Alguma coisa que queira acrescentar neste bloco?

QUESTÕES 2 – ATUAÇÃO E RELAÇÃO COM DOCENTES E DIREÇÃO ESCOLAR

2.1 Quais suas atribuições como professora coordenadora pedagógica e como se dá sua rotina?

2.2 Como se dá a relação da coordenação pedagógica com os demais docentes no dia-a-dia da escola? Quais encaminhamentos são realizados? Desafios encontrados?

2.3 Consegue descrever quais as principais dificuldades dos professores em sala de aula? E como saná-las?

2.4 Como é o relacionamento entre coordenação pedagógica e direção escolar?

2.5 Há interferência da direção na atuação da coordenação pedagógica? Quais?

2.6 Na escola, além das atribuições docentes que desenvolve, há outras tarefas? Quais?

2.7 Os recursos humanos e materiais da escola são suficientes para a atuação da coordenação pedagógica?

2.8 Além do Horário de Formação Continuada em Serviço, há cursos, grupos de estudos e outros momentos de formação docente?

2.9 Qual sua jornada de trabalho diária? Você se sente realizada como coordenadora pedagógica? O que mudaria?

2.10 Alguma coisa que queira acrescentar neste bloco?

QUESTÕES 3 – SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

3.1 Defina formação inicial e formação continuada em serviço?

3.2 O que é o HFCS e como se desenvolve?

3.3 Há interesse por parte dos professores em realizar o HFCS? Com que frequência e como ocorrem os HFCS? Há algum material teórico que se utiliza? Qual?

3.4 Como são escolhidos os conteúdos para a formação nos HFCSs? Há teóricos que a coordenação se baseia para realizar os HFCSs?

3.5 Qual o seu ponto de vista acerca da formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino de Andradina?

3.6 Qual a relevância da formação continuada em serviço?

3.7 Como acontece sua formação/atualização profissional?

3.8 Explique o HFCS antes da pandemia (duração, tem, assunto abordados, discussões)

3.9 O que mudou no HFCS com o advento da Pandemia. Descreva.

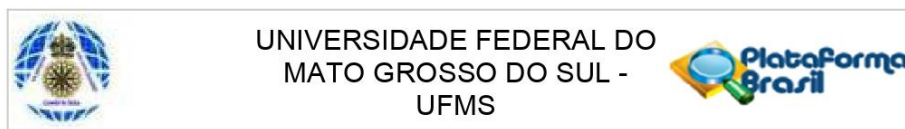
3.10 Em sua opinião os HFCSs funcionam? O que mudaria?

3.11 Qual(is) livro(s) didático(s) utilizado(s) e porque foram escolhido(s)?

3.12 Alguma coisa que queira acrescentar neste bloco?

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PLATAFORMA BRASIL



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO HORÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO (HFCS)

Pesquisador: CELIA NEVES FELIX

Versão: 2

CAAE: 42986920.7.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 010246/2021

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO HORÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO (HFCS) que tem como pesquisador responsável CELIA NEVES FELIX, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS em 08/02/2021 às 18:07.

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymone, 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br

ANEXO B – RESOLUÇÃO 90/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (xx18)3722- 6738

ANDRADINA - SP. CEP.16.901-010

e-mail: prefandradina.ed@uol.com.br**Resolução SME nº 90 , de 29-06-2010**

Dispõe sobre a apresentação de propostas, escolha, postos de trabalho e atribuições da função de Professor Coordenador Pedagógico.

A Secretária da Educação, considerando que a coordenação pedagógica se constitui em um dos pilares estruturais da atual política de melhoria da qualidade de ensino e que os Professores Coordenadores atuam como gestores implementadores dessa política com objetivos de:

- ampliar o domínio dos conhecimentos e saberes dos alunos, elevando o nível de desempenho escolar evidenciado pelos Instrumentos de avaliação externa e interna;
- Intervir na prática docente, incentivando os docentes a diversificarem as oportunidades de aprendizagem, visando à superação das dificuldades detectadas junto aos alunos;
- promover o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional dos professores designados, com vistas à eficácia e melhoria de seu trabalho.

Resolve:

Art.1º A coordenação pedagógica, nas unidades escolares com o número igual ou superior a 450 (quatrocentos e cinquenta) alunos matriculados e cursando o Ensino Fundamental, a partir da data supra, será exercida por Professores Coordenadores, na seguinte conformidade:

I - Professor Coordenador para o segmento de 1º, 2º, 3º ano do ensino fundamental;

II - Professor Coordenador para o segmento de 3ª, 4ª série e 4º e 5º ano do ensino fundamental;

§ 1º As unidades escolares com número de alunos inferior ao previsto no caput deste artigo terão apenas 1 (um) coordenador para o segmento de 1º ao 5º ano.

§ 2º Nas unidades escolares que já possuem um coordenador e se enquadrarem na hipótese legal disposta no caput deste artigo, terá este a preferência na escolha dos segmentos previstos nos incisos I ou II.

§ 3º A Unidade Escolar sede administrativa da educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal, independentemente da quantidade de alunos, não fará *jus* a hipótese preceituada no caput deste artigo, mas sim terá um segundo coordenador destinado a E.J.A.

§ 4º Nas unidades escolares a coordenação pedagógica será compartilhada com o Diretor da Escola e com o Supervisor de Ensino.

Art. 3º O docente indicado para o exercício da função de Professor Coordenador terá como atribuições:

I - acompanhar e avaliar o ensino e o processo de aprendizagem, bem como os resultados do desempenho dos alunos;

II - atuar no sentido de tornar as ações de coordenação pedagógica espaço coletivo de construção permanente da prática docente;

III - assumir o trabalho de formação continuada, a partir do diagnóstico dos saberes dos professores para garantir situações de estudo e de reflexão sobre a prática pedagógica, estimulando os professores a investirem em seu desenvolvimento profissional;

IV - assegurar a participação ativa de todos os professores do segmento/nível objeto da coordenação, garantindo a realização de um trabalho produtivo e integrador;

V - organizar e selecionar materiais adequados às diferentes situações de ensino e de aprendizagem;

VI - conhecer os recentes referenciais teóricos relativos aos processos de ensino e aprendizagem, para orientar os professores;

VII - divulgar práticas inovadoras, incentivando o uso dos recursos tecnológicos disponíveis.

Art. 4º A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função de Professor Coordenador Pedagógico será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 5º São requisitos de habilitação para o docente exercer as atribuições de Professor Coordenador:

1ª fase - em conformidade com anexo I da Lei 1846/00, os titulares dos cargos docentes em exercício na rede municipal, portadores de diploma de licenciatura plena em Pedagogia, e experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério;

2ª fase - em caráter excepcional, na ausência de candidatos que atendam aos requisitos da fase anterior, os efetivos com outras

Art. 6º Constituem-se componentes do processo de designação do docente para a função de Professor Coordenador:

I- Apresentar Proposta de Trabalho escrita em consonância com a Proposta Pedagógica do Pólo de Ensino no qual pretende atuar;

II - ato de designação para a função de Professor Coordenador Pedagógico, editado pelo Prefeito Municipal;

§ 1º A Proposta a ser apresentada deverá explicitar os referenciais teóricos que fundamentam o exercício da função de Professor Coordenador e conter:

a. Identificação completa do proponente incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação, bem como suas experiências profissionais;

b. justificativas e resultados esperados, incluindo diagnóstico fundamentado por meio dos resultados do SARESP e SAEB ou outras avaliações externas, do segmento /nível no qual pretende atuar;

c. objetivos e descrição sintética das ações que pretende desenvolver;

d. proposta de avaliação e acompanhamento pedagógico e das estratégias previstas para garantir o seu monitoramento e execução com eficácia.

§ 2º Na realização da escolha pelos pares sugere-se que sejam analisados:

a. o projeto apresentado;

b. o perfil profissional do candidato;

c. a capacidade de inovar e promover mudanças, com vistas à otimização dos planos de trabalho no ensino e no processo de aprendizagem.

Art.7º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Andradina, 24 de junho de 2010.


Sandra Regina da Silva Pereira
RG nº 14833402-7
Secretária Adjunta

ANEXO C – RESOLUÇÃO 120/2013



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (xx18)37022010 // FAX: 37022011
 ANDRADINA - SP CEP: 16.901-010
 e-mail: prefendradina.ed@pa.com.br

Resolução SME nº 120, de 18 de fevereiro de 2013

A Secretária da Educação, considerando que a Coordenação Pedagógica se constitui em um dos pilares estruturais da atual política de melhoria da qualidade de ensino na rede Municipal e que os professores Coordenadores atuam como gestores implementadores da formação docente, resolve:

Art. 1º As escolas municipais que oferecem atendimento aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, contarão, a partir da data supra, com postos de trabalho de Professor Coordenador designado especialmente para exercer a função de coordenação pedagógica, na seguinte conformidade:

- I- 1 (um) posto de trabalho para a escola que mantém de 9 (nove) a 18 (dezoito) classes de Ensino Fundamental;
- II- 2 (dois) postos de trabalho para a escola que mantém classes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em quantidade igual ou superior a 18 (dezoito);

Art. 2º A coordenação pedagógica, nas unidades escolares com o número igual ou superior a 18 (dezoito) classes, incluindo classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da data supra, será exercida por Professores Coordenadores, na seguinte conformidade:

- I- Professor Coordenador para o segmento de 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental;
- II- Professor Coordenador para o segmento de 4º e 5º ano e EJA;

§ 1º As unidades escolares com número de classes inferior ao previsto no caput deste artigo contarão com 1 (um) único coordenador para o segmento de 1º ao 5º ano.

§ 2º Nas unidades escolares que já possuem um coordenador e se enquadrarem na hipótese disposta no caput deste artigo, terá esta a preferência na escolha dos segmentos previstos nos incisos I ou II.

§ 3º Ocorrendo a diminuição do número de classes, considerando o mínimo previsto no caput do artigo 2º desta Lei, o segundo coordenador será destituído da sua função e retornará para o seu cargo. O professor que estiver substituindo-o deixará de ter suas aulas atribuídas.

Art. 7º Constituem-se componentes do processo de designação do docente para a função de Professor Coordenador:

- I- Apresentar Proposta de trabalho escrita em consonância com a proposta pedagógica do Polo de Ensino no qual pretende atuar;
- II- Ato de designação para a função de Professor Coordenador pedagógico, editado pelo Prefeito Municipal;

§ 1º A proposta a ser apresentada deverá explicitar os referenciais teóricos que fundamentam o exercício da função de Professor Coordenador e conter:

- a. Identificação completa do proponente incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação, bem como suas experiências profissionais;
- b. Justificativas e resultados esperados, incluindo diagnóstico fundamentado por meio dos resultados do SARESP e SAEB ou outras avaliações externas do segmento/nível no qual pretende atuar;
- c. Objetivos e descrição sintética das ações que pretende desenvolver;
- d. Proposta de avaliação e acompanhamento pedagógico e das estratégias previstas para garantir o seu monitoramento e execução com eficácia.

§ 2º Na realização da escolha pelos pares sugere-se que sejam analisados:

- a. O projeto apresentado;
- b. O perfil profissional do candidato;
- c. A capacidade de inovar e promover mudanças, com vistas à otimização dos planos de trabalho no ensino e no processo de aprendizagem.

Art. 8º Aqueles que forem eleitos pelos seus pares após a inscrição e análise da proposta com fulcro no artigo 9º da Lei 2.554/2009, serão avaliados anualmente pelo Diretor e Supervisor das respectivas Unidades de Ensino, podendo ser dispensados se avaliados insatisfatoriamente no exercício da função.

Parágrafo único. A cada 2 (dois) anos haverá abertura para apresentação de novas propostas mediante edital, admitida a reeleição.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial a Resolução SME nº 90 de 24 de junho de 2010.

Andradina, 18 de fevereiro de 2013.


 Tamiko Inoue
 RG 4371855-3
 Secretária de Educação

Art. 3º- Fica, ainda, autorizada, uma vaga para o posto de trabalho de coordenador pedagógico referente à educação infantil e ao ensino fundamental (incluindo EJA) nas unidades escolares localizadas no campo com atendimento em quantidade igual ou superior a 40 (quarenta).

Parágrafo único: A quantidade de alunos necessária para abertura de posto de trabalho de professor coordenador descrita no caput deste artigo deve ser obtida com a somatória de matrículas de todas as etapas educacionais atendidas na escola.

Art. 4º O docente indicado para o exercício da função de professor coordenador terá como atribuições:

- I- Acompanhar e avaliar o ensino e o processo de aprendizagem, bem como os resultados do desempenho dos alunos;
- II- Atuar no sentido de tornar as ações de coordenação pedagógica espaço coletivo de construção permanente da prática docente;
- III- Assumir o trabalho de formação continuada, em especial o horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e o horário de formação continuada em serviço (HFCS) a partir do diagnóstico dos saberes dos professores para garantir situações de estudo e de reflexão sobre a prática pedagógica, estimulando os professores a investirem em seu desenvolvimento profissional;
- IV- Assegurar a participação ativa de todos os professores do segmento/nível objeto da coordenação, garantindo a realização de um trabalho produtivo e integrador;
- V- Organizar e selecionar materiais adequados às diferentes situações de ensino e de aprendizagem;
- VI- Aplicar os conhecimentos sobre os recentes referenciais teóricos relativos aos processos de ensino e de aprendizagem;
- VII- Divulgar práticas inovadoras, incentivando o uso dos recursos tecnológicos disponíveis;

Art. 5º A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função de professor coordenador pedagógico será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 6º São requisitos de habilitação para o docente exercer as atribuições de Professor Coordenador;

- I- 1ª fase: Em conformidade com o anexo I da Lei 1846/2000, os titulares dos cargos docentes em exercício na rede municipal, portadores de diploma de licenciatura plena em Pedagogia, e experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério;
- II- 2ª fase: Em caráter excepcional, na ausência de candidatos que atendam aos requisitos da fase anterior, os efetivos com outras licenciaturas plenas e experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério.

ANEXO D – RESOLUÇÃO 121/2013



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (xx18)37022010 // FAX: 37022011
 ANDRADINA - SP CEP.16.901-010
 e-mail: prefandradina.ed@pa.com.br

Resolução SME nº 121, de 13 de março de 2013

A Secretária da Educação, considerando que a Coordenação Pedagógica se constitui em um dos pilares estruturais da atual política de melhoria da qualidade de ensino na rede Municipal e que os professores Coordenadores atuam como gestores implementadores da formação docente, resolve:

Art. 1º As escolas municipais que oferecem atendimento aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, contarão, a partir da data supra, com postos de trabalho de Professor Coordenador designado especialmente para exercer a função de coordenação pedagógica, na seguinte conformidade:

- I- 1 (um) posto de trabalho para a escola que mantém de 9 (nove) a 18 (dezoito) classes de Ensino Fundamental;
- II- 2 (dois) postos de trabalho para a escola que mantém classes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em quantidade igual ou superior a 18 (dezoito);

Art. 2º A coordenação pedagógica, nas unidades escolares com o número igual ou superior a 18 (dezoito) classes, incluindo classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da data supra, será exercida por Professores Coordenadores, na seguinte conformidade:

- I- Professor Coordenador para o segmento de 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental;
- II- Professor Coordenador para o segmento de 4º e 5º ano e EJA;

§ 1º As unidades escolares com número de classes inferior ao previsto no caput deste artigo contarão com 1 (um) único coordenador para o segmento de 1º ao 5º ano.

§ 2º Nas unidades escolares que já possuem um coordenador e se enquadrarem na hipótese disposta no caput deste artigo, terá este a preferência na escolha dos segmentos previstos nos incisos I ou II.

§ 3º Ocorrendo a diminuição do número de classes, considerando o mínimo previsto no caput do artigo 2º desta Lei, o segundo coordenador será destituído da sua função e retornará para o seu cargo. O professor que estiver substituindo-o deixará de ter suas aulas atribuídas.

§ 4º No caso de 2 (dois) professores coordenadores que forem eleitos no mesmo dia numa mesma escola e esta sofrer redução do número de classes em quantidade estipulada por esta Resolução, permanecerá na função aquele que tiver maior tempo no magistério, devendo a partir da data assumir a coordenação do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e também de EJA se a escola oferecer esta modalidade de ensino.

Art. 3º- Fica, ainda, autorizada, uma vaga para o posto de trabalho de coordenador pedagógico referente à educação infantil e ao ensino fundamental (Incluindo EJA) nas unidades escolares localizadas no campo com atendimento em quantidade igual ou superior a 40 (quarenta) alunos.

Parágrafo único: A quantidade de alunos necessária para abertura de posto de trabalho de professor coordenador descrita no caput deste artigo deve ser obtida com a somatória de matrículas de todas as etapas educacionais atendidas na escola.

Art. 4º O docente indicado para o exercício da função de professor coordenador terá como atribuições:

- I- Acompanhar e avaliar o ensino e o processo de aprendizagem, bem como os resultados do desempenho dos alunos;
- II- Atuar no sentido de tornar as ações de coordenação pedagógica espaço coletivo de construção permanente da prática docente;
- III- Assumir o trabalho de formação continuada, em especial o horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e o horário de formação continuada em serviço (HFCS) a partir do diagnóstico dos saberes dos professores para garantir situações de estudo e de reflexão sobre a prática pedagógica, estimulando os professores a investirem em seu desenvolvimento profissional;
- IV- Assegurar a participação ativa de todos os professores do segmento/nível objeto da coordenação, garantindo a realização de um trabalho produtivo e integrador;
- V- Organizar e selecionar materiais adequados às diferentes situações de ensino e de aprendizagem;
- VI- Aplicar os conhecimentos sobre os recentes referenciais teóricos relativos aos processos de ensino e de aprendizagem;
- VII- Divulgar práticas inovadoras, incentivando o uso dos recursos tecnológicos disponíveis;

Art. 5º A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função de professor coordenador pedagógico será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 6º São requisitos de habilitação para o docente exercer as atribuições de Professor Coordenador:

- I- 1ª fase: Em conformidade com o anexo I da Lei 1846/2000, os titulares dos cargos docentes em exercício na rede municipal, portadores de diploma de licenciatura plena em Pedagogia, e experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério;
- II- 2ª fase: Em caráter excepcional, na ausência de candidatos que atendam aos requisitos da fase anterior, os efetivos com outras licenciaturas plenas e experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério.

Art. 7º Constituem-se componentes do processo de designação do docente para a função de Professor Coordenador:

- I- Apresentar Proposta de trabalho escrita em consonância com a proposta pedagógica do Polo de Ensino no qual pretende atuar;
- II- Ato de designação para a função de Professor Coordenador pedagógico, editado pelo Prefeito Municipal;

§ 1º A proposta a ser apresentada deverá explicitar os referenciais teóricos que fundamentam o exercício da função de Professor Coordenador e conter:

- a. Identificação completa do proponente incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação, bem como suas experiências profissionais;
- b. Justificativas e resultados esperados, incluindo diagnóstico fundamentado por meio dos resultados do SARESP e SAEB ou outras avaliações externas do segmento/nível no qual pretende atuar;
- c. Objetivos e descrição sintética das ações que pretende desenvolver;
- d. Proposta de avaliação e acompanhamento pedagógico e das estratégias previstas para garantir o seu monitoramento e execução com eficácia.

§ 2º Na realização da escolha pelos pares sugere-se que sejam analisados:

- a. O projeto apresentado;
- b. O perfil profissional do candidato;
- c. A capacidade de inovar e promover mudanças, com vistas à otimização dos planos de trabalho no ensino e no processo de aprendizagem.

Art. 8º Aqueles que forem eleitos pelos seus pares após a inscrição e análise da proposta com fulcro no artigo 9º da Lei 2.554/2009 serão avaliados anualmente pelo Diretor e Supervisor das respectivas Unidades de Ensino, podendo ser dispensados se avaliados insatisfatoriamente no exercício da função.

Parágrafo único. A cada 2 (dois) anos haverá abertura para apresentação de novas propostas mediante edital, admitida a reeleição.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial a Resolução SME nº 120 de 18 de fevereiro de 2013.

Andradina, 13 de março de 2013.


 Tamiko Inoue
 RG 4371855-3
 Secretária de Educação

ANEXO E – RESOLUÇÃO 137/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18)37202.2010
 ANDRADINA-SP CEP: 16.901.010
 e-mail: prefandradina.ed@ig.com.br

Resolução S.M.E nº 137/2015

Disciplina o atendimento à Lei nº 2.889/2012, que dispõe sobre a regulamentação da jornada de trabalho dos integrantes do quadro do Magistério Público Municipal de Andradina, e dá providências correlatas.

A Secretária Municipal de Educação, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 11.738/08 e Leis Municipais nº 1.846/00, nº 2.554/09 e 2.889/2012 estabelece:

- I. A normatização das atividades dos Professores e Educadores da Rede Pública Municipal de Andradina;
- II. Características da composição da carga horária semanal docente;
- III. Diretrizes e parâmetros para a organização pedagógica do trabalho a ser desenvolvido durante o HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) e HFCS (Horário de Formação Continuada em Serviço).

Art. 1º Os docentes da Rede Municipal de Ensino, de acordo com os dispostos no Art. 1º da Lei nº 2.889/2012, são submetidos a uma das seguintes cargas horárias semanais com seus respectivos regimes de trabalho:

I- Educador do Centro de Educação Infantil- CEI: 40 horas semanais, divididas em: 26 horas em atividades com alunos; 5 horas de formação continuada em serviço (HFCS); 4 horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e 5 horas de HTPL (Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha);

- a) **4 horas de HTPC-** constitui-se em um espaço no qual toda a equipe de educadores mediados pelo Coordenador, possa debater e organizar o processo educativo alusivo a faixa etária de 0 a 3 anos, discutir e estudar temas relevantes para o trabalho docente e, dedicar-se à formação continuada.
 - I- 2h- Estudo de temas relacionados a faixa etária de 0 a 3 anos e que esteja em consonância com as dificuldades apresentadas pelo grupo durante o desenvolvimento do trabalho diário dentro do CEI;
 - II- 2h- Reflexão e discussão sobre a prática cotidiana do CEI.
- b) **5 horas de HFCS-** Período reservado dentro da jornada de trabalho para atividades de ESTUDO; PLANEJAMENTO e AVALIAÇÃO.
 - I- 2h- Estudo relacionado aos temas cotidianos do CEI (orientados pelo coordenador);
 - II- 3h-Planejamento do material necessário ao desenvolvimento das aulas, atendimento aos pais;

- c) **5 horas de HTPL**- O Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se do trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

II- Professor de Educação Infantil- EMEI: 25 horas semanais, divididas em: 16 horas com alunos; 4 horas de formação continuada em serviço (HFCS); 2 horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e 3 horas de HTPL (Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha);

- a) **2 horas de HTPC**- constituído por um espaço no qual toda a equipe de professores mediados pelo Coordenador, possa debater e organizar o processo educativo alusivo a faixa etária de 3 a 5 anos, bem como a socialização e discussão de temas relevantes para o seu trabalho, dedicando-se à formação continuada em serviço.
- b) **4 horas de HFCS**- Período reservado dentro da jornada de trabalho para atividades de ESTUDO; PLANEJAMENTO e AVALIAÇÃO.
 - I- **2h**- Estudo, leitura, reflexão, avaliação e discussão de textos relacionados aos temas cotidianos da EMEI: planos de aulas semanais, projetos, (orientados pelo coordenador);
 - II- **2h**-Planejamento do material necessário ao desenvolvimento das aulas; atendimento aos pais; organização dos diários e cadernetas.
- c) **3 horas de HTPL**- O Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se do trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas transversais; elaboração e correção de provas, trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

III- Professor de Ensino Fundamental- EMEF; Professor do AEE- Atendimento Educacional Especializado: 30 horas semanais, divididas em: 20 horas de atividades com alunos; 5 horas de formação continuada em serviço (HFCS); 2 horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e 3 horas de HTPL (Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha)

- a) **2 horas de HTPC**- constituído por um espaço no qual toda a equipe de professores mediados pelo Coordenador, possa debater e organizar o processo educativo do 1º ao 5º ano, bem como a socialização e discussão de temas relevantes para o seu trabalho, dedicando-se à formação continuada em serviço.
- b) **5 horas de HFCS**- Período reservado dentro da jornada de trabalho para atividades de ESTUDO; PLANEJAMENTO e AVALIAÇÃO.
 - I- **2h**- Estudo, leitura, reflexão e avaliação sobre a prática: planos de aulas semanais, projetos, (orientados pelo coordenador);
 - II- **2h**-Planejamento do material necessário ao desenvolvimento das aulas; atendimento aos pais, organização dos diários e cadernetas;

III- **1h-** Leitura e estudo individual de textos, livros, artigos e literatura voltada aos temas do magistério constituindo assim parte da formação continuada do professor.

c) **3h de HTPL-** O Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se do trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

IV- Docente Especialista com atuação do 1º ao 5º ano- carga horária de 25 horas semanais, sendo: 16 horas com alunos; 4 horas de formação continuada em serviço (HFCS); 2 horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e 3 horas de HTPL (Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha).

a) **2 horas de HTPC-** constituído por um espaço no qual toda a equipe de professores mediados pelo Coordenador, possa debater e organizar o processo educativo do 1º ao 5º ano, bem como a socialização e discussão de temas relevantes para o seu trabalho, dedicando-se à formação continuada em serviço.

b) **4 horas de HFCS-** Período reservado dentro da jornada de trabalho para atividades de ESTUDO; PLANEJAMENTO e AVALIAÇÃO.

I- **2h-** Leitura, reflexão e avaliação da prática de sala de aula, organização metodológica e didática, planos de aulas semanais e projetos, (orientados pelo coordenador);

II- **2h-** Planejamento do material necessário ao desenvolvimento das aulas; atendimento aos pais, leitura e estudo individual de textos, livros, artigos e literatura voltada aos temas da disciplina ministrada constituindo assim parte da formação continuada do professor.

c) **3h de HTPL-** O Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se do trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor em 4 de fevereiro de 2015 e os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação tendo como apoio o Jurídico da Secretaria e Equipe de Supervisão.

Andradina, 4 de fevereiro de 2015.

Tamiko Inoue
Secretária Municipal de Educação

ANEXO F – RESOLUÇÃO 138/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18) 3702.2010
ANDRADINA-SP CEP. 16.901.010
e-mail: prefandradina.ed@ig.com.br

RESOLUÇÃO Nº 138 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre as atribuições e competências dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de definir as atribuições e competências dos integrantes do magistério público municipal de Andradina, Resolve:

Art. 1º - Compete ao Secretário Municipal a direção superior da Secretaria Municipal da Educação, tendo como principais atribuições, além das definidas em lei:

- I - submeter ao despacho do Chefe do Poder Executivo o expediente que depender de sua decisão;
- II - decidir toda e qualquer matéria ou assunto que não seja da privativa competência do Prefeito, na área de atuação da Secretaria Municipal da Educação;
- III - desenvolver um planejamento estratégico da Secretaria, com todos os servidores, estabelecendo suas áreas de atuação, os programas, projetos, metas e indicadores de desempenho, bem como monitorar os resultados alcançados;
- IV - gerenciar a equipe, a fim de que todos os programas, projetos e ações sejam devidamente contemplados;
- V - designar os membros da Secretaria Municipal da Educação que integrarão os diversos Conselhos em funcionamento na estrutura administrativa do Município;
- VI - cumprir e fazer cumprir a legislação referente à área de competência da Secretaria;
- VII - participar da Comissão do Processo de Avaliação de Desempenho do Pessoal do Magistério conforme critérios definidos pela Lei nº 2554/2009;
- VIII - promover a interligação com os demais órgãos que compõem o Poder Público Municipal, bem como outras instituições ligadas à educação no âmbito municipal, estadual e federal, no sentido de viabilizar a concretização das ações da Secretaria Municipal;

Art. 2º – O Secretário Adjunto tem como atribuição substituir a Secretária em suas ausências, afastamentos ou impedimentos legais, além de exercer outras funções correlatas à gestão da Rede Municipal e do Sistema de Ensino Municipal.

Art. 3º - O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Educação tem como suas principais atribuições:

- I- exercer, sob a coordenação do Secretário Municipal, a direção-geral das atividades da Secretaria;
- II- assessorar o Secretário de Educação na elaboração e efetivação das políticas públicas educacionais da rede Municipal de Educação;
- III- coordenar todos os profissionais e as ações inerentes à Secretaria;
- IV- analisar criticamente os resultados dos processos de ensino e aprendizagem, articulando junto à equipe da Secretaria medidas atinentes à sua melhoria;
- V- estabelecer o elo entre a direção dos Polos, órgãos vinculados e a equipe da Secretaria Municipal;
- VI - desenvolver um planejamento estratégico da Secretaria, com todos os servidores, estabelecendo suas áreas de atuação, os programas, projetos, metas e indicadores de desempenho, bem como monitorar os resultados alcançados;

Art. 4º – O Núcleo de Supervisão de Ensino da Secretaria Municipal de Educação com atuação no desenvolvimento das políticas educacionais, na promoção da qualidade de ensino e no cumprimento dos dispositivos legais tendo como principais atribuições:

- I – atuar como elemento de proposição, articulação e mediação entre as políticas educacionais e as propostas pedagógicas das escolas da rede municipal;
- II – subsidiar a construção da identidade escolar favorecendo, enquanto mediador, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Escolar, do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE e o compromisso da equipe técnico-pedagógica com a aprendizagem bem sucedida dos alunos;
- III - acompanhar, orientar, avaliar e controlar os processos educacionais, identificando os aspectos a serem aperfeiçoados ou revistos na implementação das políticas educacionais, bem como das diretrizes e procedimentos delas decorrentes;
- IV – propor alternativas para superação dos aspectos pedagógicos ou administrativos a serem aperfeiçoados e/ou revistos, orientando as escolas quanto ao cumprimento das normas legais estabelecidas e quanto às determinações das autoridades superiores;
- V – subsidiar a Direção dos Polos com critérios para definição do Calendário Escolar e homologação, organização das classes e distribuição de aulas e Projetos;
- VI– analisar e emitir pareceres sobre adaptação de estudos, classificação e reclassificação de alunos de acordo com a Legislação Vigente;

XXII - orientar a equipe gestora das unidades escolares na organização dos colegiados, em especial do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres (APM), visando o envolvimento da comunidade;

XXIII – analisar os registros do Conselho de Classe/Ano /Termo, verificando os temas tratados, o encaminhamento dado às situações e às decisões adotadas;

XXIV - orientar as equipes escolares na interpretação e cumprimento dos textos legais e na verificação de documentação escolar;

XXV - apreciar e emitir pareceres sobre as condições necessárias para autorização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino e cursos, com base na legislação vigente;

XXVI – informar ao Secretário Municipal, por meio de termos de visita/acompanhamento registrados junto às unidades escolares e de relatórios, as condições de funcionamento pedagógico, administrativo, físico e material, bem como das demandas das escolas, sugerindo medidas para a superação dos problemas, quando houver;

XXVII – constituir banca de atribuição de classes e aulas, sendo responsável legal pelas ações atinentes a este processo;

XXVIII- participar da Comissão do Processo de Avaliação de Desempenho do Pessoal do Magistério conforme critérios definidos pela Lei n° 2554/2009;

XXIX – participar ativamente das eleições e avaliações dos ocupantes dos postos de trabalho destinados às funções em designação de coordenador pedagógico e de vice-diretor.

XXX- analisar a demanda de alunos para o atendimento adequado por meio de abertura de novas salas;

XXXI- elaborar de acordo com a legislação vigente as resoluções atinentes aos processos pedagógicos da SME;

Art.5º – A Coordenadoria da Secretaria Municipal de Educação, composta por profissionais de segmentos distintos, porém inter-relacionados, tendo suas principais atribuições distribuídas entre as áreas:

I - Coordenação Pedagógica da Educação Infantil e Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental, tendo como atribuições:

- a) atuar na formação contínua dos professores coordenadores pedagógicos dos diferentes níveis de ensino;
- b) subsidiar, orientar e acompanhar o trabalho dos professores em conformidade com as políticas públicas de educação e da Secretaria Municipal em prol da elevação da qualidade de ensino;

- c) realizar atividade de visita *in loco* registrando o cotidiano escolar com vistas à intervenção para que sejam socializadas e discutidas entre toda equipe da SME;
- d) contribuir com a avaliação institucional, realizando levantamento de dados e ações com vistas à superação dos índices insatisfatórios;
- e) articular a elaboração dos Planos de Ensino juntamente com os supervisores, equipe gestora dos polos e docentes integrantes da rede de ensino;
- f) implantar processo avaliativo institucional com ações de organização da aplicação de testes, registro, organização e interpretação das informações coletadas, bem como socialização dos resultados obtidos como fonte de intervenção, fundamentação e suporte à elaboração das políticas de educação;
- g) acompanhar a aplicação e os resultados das avaliações externas (Prova Brasil, ANA, Provinha Brasil, SARESP dentre outras) otimizando as intervenções necessárias

II – Coordenação de Administração e Serviços, tendo como atribuições:

- a) controlar a aquisição, manutenção e utilização de materiais permanentes e de consumo, equipamentos, maquinários e dos prédios que integram a rede física do município;
- b) desenvolver em parceria com a coordenadoria de educação continuada, projetos e parcerias, sistemas de treinamento, desenvolvimento e avaliação de desempenho dos profissionais da educação.
- c) exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem delegadas pela Secretária de Educação.

III - Coordenação de Educação Continuada, projetos e parcerias, tendo como atribuições:

- a) oferecer formação contínua aos profissionais que atuam em todos os níveis e modalidades de ensino;
- b) articular-se com instituições, órgãos públicos e privados proponentes de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação;
- c) exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem delegadas pela Secretária de Educação.

Art. 6º – O núcleo de direção dos Polos de Ensino, integrado pelo Diretor e pelo Vice- Diretor em sua ausência, exerce o planejamento, a organização, a coordenação, a avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas nas unidades escolares pertencentes ao Polo, tendo como principais atribuições:

- I – criar e consolidar no coletivo do Polo de Ensino uma identidade cultural, por meio da discussão, elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico;

- II – elaborar de acordo com a Secretaria Municipal de Educação o calendário escolar e garantir o seu cumprimento;
- III – proporcionar a valorização e a participação das instituições e colegiados auxiliares da escola, tais como APM e Conselho de Escola;
- IV – buscar parcerias culturais e educacionais com instituições, empresas, ONGS, órgãos públicos, e outras entidades sempre com o conhecimento da Secretaria Municipal de Educação, priorizando os profissionais da Rede Municipal;
- V – zelar pelo uso dos recursos materiais e patrimoniais que as unidades escolares pertencentes ao Polo de Ensino possuem, assim como da aplicação de verbas e aquisições;
- VI – acompanhar os trabalhos da secretaria da escola, conferir documentos e encaminhar procedimentos legais administrativos;
- VII – desenvolver gestão que contemple a educação inclusiva e de qualidade para todos;
- VIII – acompanhar o desenvolvimento do processo de ensino dos professores e de ensino e aprendizagem dos educandos por meio de indicadores e do diálogo constante com a coordenação pedagógica, professores, alunos e pais;
- IX – contribuir para a formação contínua da equipe docente;
- X – comunicar o Conselho Tutelar, os casos de evasão escolar e reiteradas faltas injustificadas, antes que estas atinjam o limite de 25% das aulas dadas (atentando para o limite prudencial de 20% de faltas);
- XI – garantir, apoiar e acompanhar os projetos de Enriquecimento Curriculares intra e extraclasse, assim como de reforço e recuperação;
- XII – ser o mediador entre a Secretaria Municipal de Educação e o Polo de Ensino no sentido da construção de uma filosofia de educação coerente com a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Municipal de Educação emanado da Secretaria;
- XIII – garantir que seja realizada avaliação institucional;
- XIV – conduzir o processo de atribuição de classes e aulas, tendo autonomia e discernimento com o coletivo de fazer indicações de acordo com o perfil dos professores e necessidades dos alunos;
- XV – zelar pela segurança física e moral do corpo discente e docente;
- XVI – garantir o entrosamento e a participação efetiva da comunidade no cotidiano escolar;
- XVII - definir horário e escalas de trabalho dos profissionais que integram os núcleos administrativo e operacional do Polo;
- XVIII - responsabilizar-se pela frequência e ponto mensal dos profissionais do Polo de Ensino;
- XIX - verificar os registros escolares, incluindo o Diário de Classe dos professores;

- XX - adequar espaço físico (pedagógico) de acordo com as condições físicas para a oferta do Atendimento Educacional Especializado;
- XXI - assegurar o cumprimento dos programas mantidos e implementados pelo Ministério de Educação e Secretarias Estadual de São Paulo (quando conveniados) e Municipal;
- XXII - promover ações direcionadas à coerência e consistência de um projeto pedagógico centrado na formação integral dos alunos;
- XXIII - assegurar o desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais que trabalham sob sua direção, nas diversas dimensões da gestão escolar participativa: pedagógica, de pessoas, de recursos físicos e financeiros, de resultados educacionais do ensino e aprendizagem;
- XXIV - estabelecer relações entre as políticas educacionais e a proposta pedagógica da escola;
- XXV - utilizar diferentes estratégias, ações e procedimentos no Polo de Ensino na implementação das políticas da Secretaria Municipal de Educação;
- XXVI - fazer uso de processos e práticas adequadas ao princípio de gestão democrática do ensino público, aplicando os princípios de liderança, mediação e gestão de conflitos;
- XXVII - identificar e analisar, em equipe, os problemas do polo, propondo ações individuais e/ou coletivas para equacioná-los e/ou minimizar os efeitos que poderão impactar negativamente o cumprimento da função social da escola;
- XXVIII - fazer uso da legislação educacional e das normas administrativas e seus respectivos princípios, que regem a educação escolar, em conformidade com as demandas do contexto escolar.
- XXIX - definir, coletivamente, as prioridades, metas e ações a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo pelo Polo de Ensino;
- XXX - apoiar e realizar práticas e ações pedagógicas inclusivas;
- XXXI - acompanhar o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos alunos;
- XXXII - promover a realização de Conselhos de Classe/Ano/Termo como corresponsáveis pelo desempenho escolar de alunos;
- XXXIII - promover a organização da documentação e dos registros escolares;
- XXXIV - promover ações de manutenção, limpeza e preservação do patrimônio, dos equipamentos e materiais da escola;
- XXXV - desenvolver processos e práticas de gestão para melhoria de desempenho da escola quanto à aprendizagem de todos e de cada aluno;
- XXXVI - participar da Comissão do Processo de Avaliação de Desempenho do Pessoal do Magistério conforme critérios definidos pela Lei nº 2554/2009;

XXXVII – participar ativamente das eleições e avaliações dos ocupantes dos postos de trabalho destinados às funções em designação de coordenador pedagógico e de vice-diretor.

Art. 7º - O núcleo pedagógico dos Polos de Ensino, integrado pelos Professores Coordenadores do Ensino Fundamental, da Educação Infantil, das Oficinas em Escola de Tempo Integral e pelo Coordenador do Centro de Educação Infantil, tem como principais atribuições:

I – propiciar um ambiente amigável, confiável, ético, afetivo e responsável, para que todas as atividades propostas sejam bem trabalhadas, atingindo resultados satisfatórios;

II – coordenar, planejar e assessorar o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), procurando sempre a integração nos trabalhos e seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação;

III – contribuir na organização do trabalho coletivo do Polo de Ensino;

IV – garantir a prática da interdisciplinaridade em sala de aula, nas diversas áreas de conhecimento;

V – assessorar e subsidiar os professores na elaboração do Plano de Ensino e Projetos, garantindo a aplicabilidade dos mesmos;

VI – identificar, analisar e refletir juntamente com o corpo docente, problemas nas práticas diárias, visando à resolução dos mesmos;

VII – acompanhar, registrar e avaliar de forma sistemática, os processos de ensino/aprendizagem, procurando intervenções adequadas;

VIII – promover a qualidade na prática docente por meio de estudos sistemáticos das teorias da educação, metodologias, técnicas de estudo, textos pedagógicos da atualidade, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dos Referenciais Curriculares e outros;

IX – Identificar e caracterizar as necessidades e expectativas da comunidade escolar, a fim de inseri-la no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;

X – diagnosticar as necessidades e/ou dificuldades que os professores possam ter, incentivando-os a participarem de cursos de formação e outros;

XI – otimizar informações, manter um quadro de avisos, registros e controle de frequência no Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e Horário de Formação Continuada em Serviço (HFCS);

XII – utilizar índices de avaliações externas, tais como IDEB, IDESP e outros, para planejar coletivamente intervenções com vistas à superação de indicadores;

XIII – acompanhar o trabalho pedagógico com o objetivo de promover a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem em classe para incentivar o trabalho do professor e propor alternativas;

XIV- fazer uso de indicadores sociais e educacionais na descrição, análise e interpretação da realidade e na proposição de ações para transformá-la;

XV - coordenar atividades e ações de planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação na escola;

XVI - fazer uso de procedimentos de observação, coleta e registro para a organização e análise de dados educacionais;

XVII - propor alternativas metodológicas para atendimento à diversidade de necessidades dos alunos;

XVIII – coordenar os Horários de Formação Continuada em Serviço (HFCS) e Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) de acordo com regulamentação da Secretaria Municipal de Educação;

XIX - analisar e acompanhar indicadores de resultados: de aproveitamento, de frequência e de desempenho nas avaliações interna e externa dos alunos, com vistas à compreensão de todos sobre os resultados e a projeção de melhorias;

XX – divulgar e incentivar o uso pedagógico da Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC, fornecendo subsídios e orientações aos docentes, visando o estímulo ao uso de tecnologias educacionais nos processos de ensino-aprendizagem;

XXI- participar da Comissão do Processo de Avaliação de Desempenho do Pessoal do Magistério conforme critérios definidos pela Lei n° 2554/2009.

XXII- realizar e registrar o levantamento dos alunos faltosos (atentando para o limite prudencial de faltas), dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, e daqueles que necessitam de atendimento educacional especializado;

Art. 8º - Os docentes do Quadro do Magistério Municipal, constituído pela Classe de Educadores de Creche e pela Classe de Professores de Educação Básica, tendo como principais competências e atribuições:

I – participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e da proposta pedagógica da escola;

II – elaborar e cumprir os planos de ensino: semanal e anual;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação contínua para os alunos com baixo rendimento escolar ;

V – cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, assim como das atividades extraclasse;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

VII - possibilitar ao educando organizar e integrar informações e novos conhecimentos aos já existentes, construindo relações entre eles;

VIII - assumir prática reflexiva, a partir da observação atenta ao processo de desenvolvimento e de aprendizagem, compreendendo o educando como ser único, com necessidades próprias de sua faixa etária e contexto vivencial;

IX – utilizar o registro sistemático, o planejamento coletivo e autoavaliação da qualidade educativa oferecida;

X - aprender, ensinar e trabalhar com a heterogeneidade, a diversidade e a diferença;

XI - elaborar situações didáticas adequadas à aprendizagem do aluno no que se refere aos conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, conforme os contextos locais, das políticas educacionais e das orientações da Secretaria Municipal de Educação;

XII - conhecer e compreender o Projeto Político Pedagógico do Polo de Ensino no qual atua, a fim de posicionar-se diante dele, analisar o seu próprio trabalho e propor elementos para seu aperfeiçoamento;

XIII - utilizar os espaços de trabalho coletivo (HTPC) e horários de formação continuada em serviço (HFCS) como espaços de reflexão e estudo sobre a proposta pedagógica da escola e sobre a própria prática docente;

XIV - compreender e levar em conta as fases de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança para organizar processos de ensino e aprendizagem apropriados a cada fase de desenvolvimento do educando;

XX - propiciar aprendizagem significativa para os alunos, levando em conta suas experiências, valores e conhecimentos prévios e tomando-os como ponto de partida para a introdução de novos conteúdos;

XXI - empregar diferentes recursos e procedimentos didáticos, ajustando-os às possibilidades e dificuldades de aprendizagem dos alunos;

XXII - conhecer e utilizar recursos tecnológicos relacionados às diferentes mídias e meios de comunicação;

XXIII - planejar e desenvolver os trabalhos em sala de aula, privilegiando rotinas que atendam às necessidades dos alunos, tendo em vista a diversidade, adequação, periodicidade das atividades, organização do tempo/espço e o agrupamento dos alunos de modo a potencializar as aprendizagens dos diferentes conteúdos/áreas, garantindo a abordagem dos projetos e temas transversais pertinentes;

XXIV - mediar eventuais situações de conflito e indisciplina em sala de aula;

XXV - conhecer e adotar diversas formas de avaliação da aprendizagem dos alunos por meio de estratégias e instrumentos diversificados e utilizar a análise dos resultados para reorganizar as

propostas de trabalho na escola e na sala de aula realizando as intervenções pontuais para solucionar os problemas detectados;

XXVI – manter registros atualizados dos Diários de Classe (cadernetas), Cadernos de Registros com o planejamento das aulas, avaliações externas (ANA, Provinha Brasil) fichas e relatórios;

XXVII – participar de eventos e ações de interação envolvendo as famílias e a comunidade escolar;

XXVIII- entregar com pontualidade os documentos solicitados pelo Polo e Secretaria Municipal de Educação.

XXIX- elaborar metas e ações pedagógicas que visem auxiliar os processos de aprendizagem;

Art. 9º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Andradina, 4 de fevereiro de 2015.

TAMIKO INOUE
(assinado no original)
RG: 4.371.855-3
Secretária Municipal de Educação

- VII – propor à Direção dos Polos a implantação de Projetos de Enriquecimento Curricular a serem desenvolvidos e acompanhá-los, se aprovados;
- VIII – estudar no âmbito da Unidade Escolar, a possibilidade de adaptação da estrutura física e curricular do estabelecimento às necessidades e possibilidades da mesma, tendo visão ampla da inclusão educacional;
- IX - garantir a aplicabilidade das avaliações institucionais, sua análise, síntese e resultados, visando a melhoria dos resultados de aprendizagem;
- X – supervisionar a aplicação das avaliações externas tais como: Prova Brasil, Provinha Brasil, ANA, SAREMA, SARESP, dentre outras e monitorar os resultados, junto às escolas;
- XI - monitorar os índices de alfabetização das turmas das escolas municipais do primeiro ao terceiro anos do Ensino Fundamental;
- XII - orientar e acompanhar o planejamento, o desenvolvimento e avaliação do ensino e da aprendizagem nas escolas municipais, tendo como referência a realidade das escolas, teorias e práticas educacionais e as normas legais pertinentes à educação nacional e à educação básica oferecida pelo Sistema Municipal;
- XIII – compartilhar responsabilidades sobre a efetividade das propostas pedagógicas pertinentes ao acompanhamento, intervenção e avaliação da implementação de ações integradas nas escolas da rede pública municipal;
- XIV - orientar, fundamentado na concepção de gestão democrática e participativa, a promoção de um ensino de qualidade a todos os alunos e, conseqüentemente, para a melhoria do desempenho das escolas;
- XV - promover ações de implementação da gestão democrática e participativa;
- XVI – analisar os planos de ensino das escolas e fazer proposições de mudanças, se necessárias;
- XVII - promover e atuar pro ativamente em relação a problemas e oportunidades de ações centradas na melhoria do ensino e da aprendizagem;
- XVIII - incentivar o uso das tecnologias da informação e da comunicação para explorar as potencialidades didático-pedagógicas.
- XIX - diagnosticar a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação e promover ações para supri-las em integração com as coordenadorias da SME;
- XX - fazer uso de metodologias de mediação de processos e pessoas e de gestão de conflitos ocorridos nas unidades escolares;
- XXI - orientar a escola nas questões pertinentes à legislação educacional;

ANEXO G – EDITAL PROPOSTA COORDENAÇÃO 2021

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA A FUNÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DE ENSINO FUNDAMENTAL- 4º E 5º ANO

A Secretária Municipal de Educação de Andradina, no uso de suas atribuições legais, divulga e estabelece normas para a abertura de inscrições e apresentação escrita de proposta de trabalho antecipada, no período entre 28 de junho a 2 de julho, das 8h às 17h, junto à direção do Polo de Ensino abaixo especificado, para seleção de candidatos à admissão para a função:

POLO: EMEF “Leonor Salomão”

Rua: Avenida Bandeirantes, 3025 – Santa Cecília

- 1 vaga para a função de Coordenador Pedagógico de EMEF (4º ao 5º ano).

O preenchimento da vaga para a função anteriormente descrita observará as normas contidas neste Edital e na legislação pertinente – Lei nº 2.554/2009 (Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Municipal de Andradina) e Lei nº 1846/00 (Estatuto do Magistério Público Municipal) e, terá como escopo o preenchimento da função.

1. Requisitos:

1.1. Para a função de Coordenador Pedagógico:

- Possuir Licenciatura Plena em Pedagogia, e possuir no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício no magistério;
- Ser professor efetivo lotado na Rede de Ensino Oficial do Município de Andradina;
- Conhecer a realidade da Escola na qual pretende atuar;
- Apresentar Proposta de Trabalho escrita em consonância com a Proposta Pedagógica do Polo de Ensino no qual pretende atuar.

2. Atribuições:

2.1- São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- Em conformidade com o inciso III do artigo 12 da Lei 1846/00, são atribuições do coordenador pedagógico: assessorar a direção da escola na articulação das ações pedagógicas e didáticas, colaborando com o docente no desenvolvimento do seu trabalho.

3. Carga Horária:

- Carga horária de 40 horas semanais.

4. Remuneração Inicial:

- De acordo com o Plano de Carreira.

5. Apresentação oral da proposta e seleção:

- A apresentação oral das propostas para a função de Coordenador Pedagógico de 4º e 5º ano (EMEF) do POLO “Leonor Salomão”, a eleição será na sede do Polo de Ensino, às 17h do dia 05/07/2021.

- Uma vez feita a apresentação dos candidatos, os docentes titulares do Polo farão a eleição e submeterão o resultado à aprovação do Conselho de Escola. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- A apresentação oral das propostas fica limitada ao tempo mínimo de 5 minutos e máximo de 10 minutos.

- A eleição para a função de coordenador pedagógico de EMEF abrangerá os professores titulares de EMEF, o Diretor, o Supervisor do Polo de Ensino, e inclusive o próprio candidato, caso este tenha cargo efetivo de EMEF na escola;

- Poderá o candidato apresentar proposta de trabalho para mais de uma função e/ou escola, ficando sob sua inteira responsabilidade, a observação do dia e horário para apresentação oral de cada função e Polo de sua opção.

6. Dos resultados:

- Em caso de empate de candidatos, o desempate deverá ser realizado de acordo com os seguintes critérios:

1º) Maior tempo de serviço na função pretendida;

2º) Maior tempo de serviço no segmento pretendido.

3º) Maior tempo de serviço como titular de cargo na Rede Municipal de Andradina.

- Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos e, em caso de candidato único, será considerado eleito o candidato que obtiver o mínimo de 50% mais 1 dos votos.

7. Disposições finais:

- Aqueles que forem eleitos pelos seus pares após a inscrição e análise da proposta com fulcro no artigo 9º da Lei 2.554/2009, serão avaliados anualmente pelo Diretor e Supervisor das respectivas Unidades de Ensino, podendo ser dispensados se avaliados insatisfatoriamente no exercício da função.

- A cada 2 (dois) anos haverá abertura para apresentação de novas propostas mediante Edital, sendo possível a reeleição.

- Os eleitos pelos pares após a inscrição e análise de proposta, somente assumirão o posto de trabalho no dia 23/07/2021, quando vence o período de 2 (dois) anos da(o) candidata(o) na função. Para os candidatos reeleitos, o posto de trabalho será assumido no dia posterior à eleição e aprovação do Conselho de Escola.

8. Disposições excepcionais em função da Pandemia de COVID 19:

- Manter uma distância de 1,5 metros (orientações da OMS), e se não for possível, manter o mínimo de 1 metro (Plano São Paulo) de distância entre participantes da eleição.

- Uso obrigatório de máscaras.

- Cada participante deve portar sua caneta no momento da votação.

- Disponibilizar álcool 70% na entrada do local da votação.

ANEXO H - EDITAL PROPOSTA COORDENAÇÃO 2022

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA A FUNÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DE 1º AO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL (EMEF)

A Secretária Municipal de Educação de Andradina, no uso de suas atribuições legais, divulga e estabelece normas para a abertura de inscrições e apresentação escrita de proposta de trabalho, no período de 21 a 24 de fevereiro de 2022, das 8h às 16h, junto à direção do Polo de Ensino abaixo especificado, para seleção de candidatos à admissão para a função:

POLO: EMEF “Profª Zoraide de Carvalho Oliveira”

R. Reg. Feijó, 2160 – Vila Mineira, Andradina - SP

- 1 vaga para a função de Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental (1ª ao 3º ano)

O preenchimento da vaga para a função anteriormente descrita observará as normas contidas neste Edital e na legislação pertinente – Lei nº 2.554/2009 (Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Municipal de Andradina) e Lei nº 1846/00 (Estatuto do Magistério Público Municipal) e, terá como escopo o preenchimento da função.

1. Requisitos:

1.1. Para a função de Coordenador Pedagógico:

- Possuir Licenciatura Plena em Pedagogia, e possuir no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício no magistério;
- Ser professor efetivo lotado na Rede de Ensino Oficial do Município de Andradina;
- Conhecer a realidade da Escola na qual pretende atuar;
- Apresentar Proposta de Trabalho escrita em consonância com a Proposta Pedagógica do Polo de Ensino no qual pretende atuar.

2. Atribuições:

2.1- São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- Em conformidade com o inciso III do artigo 12 da Lei 1846/00, são atribuições do coordenador pedagógico: assessorar a direção da escola na articulação das ações pedagógicas e didáticas, colaborando com o docente no desenvolvimento do seu trabalho.

3. Carga Horária:

- Carga horária de 40 horas semanais.

4. Remuneração Inicial:

- De acordo com o Plano de Carreira.

5. Apresentação oral da proposta e seleção:

- A eleição para a função de coordenador pedagógico de 1º ao 3º ano será às 17h40 do dia 24 de fevereiro de 2022 na EMEF “Profª Zoraide de Carvalho Oliveira”.

- A eleição para a função de professor coordenador pedagógico abrangerá os professores titulares da EMEF, o Diretor, o Supervisor do Polo de Ensino e inclusive o próprio candidato caso este seja efetivo do Polo.

- A apresentação oral das propostas fica limitada ao tempo mínimo de 5 minutos e máximo de 10 minutos.

- Após a apuração da eleição o resultado será submetido à aprovação do Conselho de Escola.

6. Dos resultados:

- Em caso de empate de candidatos, o desempate deverá ser realizado de acordo com os seguintes critérios:

1º) Maior tempo de serviço na função pretendida;

2º) Maior tempo de serviço no segmento pretendido.

3º) Maior tempo de serviço como titular de cargo na Rede Municipal de Andradina.

- Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos e, em caso de candidato único, será considerado eleito o candidato que obtiver o mínimo de 50% mais 1 dos votos.

7. Disposições excepcionais em função da COVID- 19:

- Uso obrigatório de máscara;

- Higienização constante das mãos com álcool 70% que deverá ficar disponível no local da votação.

- Cada participante deve portar sua caneta no momento da votação.

8. Disposições finais:

- Aqueles que forem eleitos pelos seus pares após a inscrição e análise da proposta com fulcro no artigo 9º da Lei 2.554/2009, serão avaliados anualmente pelo Diretor e Supervisor das respectivas Unidades de Ensino, podendo ser dispensados se avaliados insatisfatoriamente no exercício da função.

- A cada 2 (dois) anos haverá abertura para apresentação de novas propostas mediante Edital, sendo possível a reeleição.

- O eleito pelos pares após a inscrição e análise de proposta, assumirá o posto de trabalho no dia imediato à eleição e aprovação pelo Conselho de Escola.

- Os candidatos que assumirem a função prevista neste Edital, se desistirem da mesma, ficarão impedidos de se candidatarem para outras funções no mesmo ano.

ANDRADINA, 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

ANEXO I – CALENDÁRIO ESCOLAR 2020

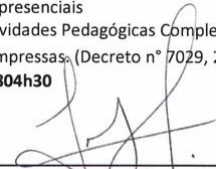



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EMEF. “PROFª. ZORAIDE DE CARVALHO OLIVEIRA”
Rua Regente Feijó, 2.140 – Vila Mineira – Fone (18)3722.3825 – FAX (18)3722.3901
e-mail: emefzoraide@bol.com.br - CEP. 16.901-308 - Cidade: Andradina/SP

Reorganização do Calendário Escolar 2020

CALENDÁRIO ESCOLAR – EMEF/ EMEBI/EJA/2020

<p>JANEIRO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td></tr> <tr><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td></tr> <tr><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td></tr> <tr><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td></tr> <tr><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td>31</td><td></td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		<p>1- Confraternização Universal. 2-Ponto Facultativo (meio período) 3 - Recesso Escolar 6 a 31- Férias</p>	<p>JULHO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td></tr> <tr><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td></tr> <tr><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td></tr> <tr><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td></tr> <tr><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td>31</td><td></td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		<p>HETEs: 80h 31- Encerramento do bimestre Total do Bimestre: 0/ 140h (na plataforma digital/mídias sociais/ impressas)</p>							
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
			1	2	3	4																																																																																								
5	6	7	8	9	10	11																																																																																								
12	13	14	15	16	17	18																																																																																								
19	20	21	22	23	24	25																																																																																								
26	27	28	29	30	31																																																																																									
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
			1	2	3	4																																																																																								
5	6	7	8	9	10	11																																																																																								
12	13	14	15	16	17	18																																																																																								
19	20	21	22	23	24	25																																																																																								
26	27	28	29	30	31																																																																																									
<p>FEVEREIRO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td></tr> <tr><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td></tr> <tr><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td></tr> <tr><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td></tr> <tr><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	<p>1 a 4 – Férias 5 –Atribuição de Classes e Aulas 6- Início do Ano Letivo 19- Reunião de Pais (c/alunos) 24 e 25- Carnaval 26, 27 e 28- Planejamento Dias Letivos: 12 Horas de efetivo trabalho escolar (HETEs): 50h presenciais</p>	<p>AGOSTO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td></tr> <tr><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td></tr> <tr><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td></tr> <tr><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td></tr> <tr><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td></tr> <tr><td>30</td><td>31</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31						<p>3- Conselho Participativo por meio remoto 4- Reunião de pais por meio remoto 5 a 7- Replanejamento 6- Feriado parcial (tarde): Bom Jesus da Lapa 17 a 21- “Semana Pipa sem Mortes” (atividades remotas) HETEs: 80h (na plataforma digital/mídias sociais/ impressas)</p>
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
						1																																																																																								
2	3	4	5	6	7	8																																																																																								
9	10	11	12	13	14	15																																																																																								
16	17	18	19	20	21	22																																																																																								
23	24	25	26	27	28	29																																																																																								
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
						1																																																																																								
2	3	4	5	6	7	8																																																																																								
9	10	11	12	13	14	15																																																																																								
16	17	18	19	20	21	22																																																																																								
23	24	25	26	27	28	29																																																																																								
30	31																																																																																													
<p>MARÇO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td></tr> <tr><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td></tr> <tr><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td></tr> <tr><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td></tr> <tr><td>29</td><td>30</td><td>31</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					<p>16 a 20 - Semana de Conscientização e Prevenção à COVID-19 (letivo)- Decreto Estadual nº 64.862 de 13/03/2020 e Decreto Municipal nº 6.916 de 18/03/2020 23 a 31 – Recesso Escolar Letivos: 15 HETEs: 62h30 presenciais</p>	<p>SETEMBRO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td></tr> <tr><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td></tr> <tr><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td></tr> <tr><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30				<p>7- Independência do Brasil 30- Término do 3º Bimestre HETEs: 100h (na plataforma digital/mídias sociais/ impressas) Total do bimestre: 0/ 180h</p>							
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
1	2	3	4	5	6	7																																																																																								
8	9	10	11	12	13	14																																																																																								
15	16	17	18	19	20	21																																																																																								
22	23	24	25	26	27	28																																																																																								
29	30	31																																																																																												
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
		1	2	3	4	5																																																																																								
6	7	8	9	10	11	12																																																																																								
13	14	15	16	17	18	19																																																																																								
20	21	22	23	24	25	26																																																																																								
27	28	29	30																																																																																											
<p>ABRIL</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td></tr> <tr><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td></tr> <tr><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td></tr> <tr><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td></tr> <tr><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30			<p>1 a 17- Recesso Escolar 10- Paixão de Cristo 20- Ponto Facultativo 21- Tiradentes 22 – Retomada do 1º Bimestre/ Conferência Virtual para elaboração das APCs (Atividades Pedagógicas Complementares) 23- Início das APCs na Plataforma Digital ou impressas- aulas suspensas - Decreto Estadual nº 64.881, de 22/03/2020 HETEs: 12h (na plataforma digital/impressas)</p>	<p>OUTUBRO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td></tr> <tr><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td><td>10</td></tr> <tr><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td></tr> <tr><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td></tr> <tr><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td>31</td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	<p>1- Conselho Participativo por meio remoto 2- Reunião de Pais por meio remoto 9- Prorrogação da quarentena em SP- Decreto 65.237 12- Feriado- Padroeira do Brasil 15- Dia do Professor 30- Ponto Facultativo- Dia do Funcionário Público - Decreto nº 6883, 23/01/2020 HETEs: 100h (na plataforma digital/mídias sociais/ impressas)</p>							
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
			1	2	3	4																																																																																								
5	6	7	8	9	10	11																																																																																								
12	13	14	15	16	17	18																																																																																								
19	20	21	22	23	24	25																																																																																								
26	27	28	29	30																																																																																										
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
				1	2	3																																																																																								
4	5	6	7	8	9	10																																																																																								
11	12	13	14	15	16	17																																																																																								
18	19	20	21	22	23	24																																																																																								
25	26	27	28	29	30	31																																																																																								
<p>MAIO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td>1</td><td>2</td></tr> <tr><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr> <tr><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td></tr> <tr><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	<p>1- Dia do Trabalho 4 a 29- Ensino remoto- aulas suspensas - Decreto Estadual nº 64.946, de 17 /04/2020</p>	<p>NOVEMBRO</p> <table border="1"> <thead> <tr><th>D</th><th>S</th><th>T</th><th>Q</th><th>Q</th><th>S</th><th>S</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td></tr> <tr><td>8</td><td>9</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td></tr> <tr><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td><td>21</td></tr> <tr><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td></tr> </tbody> </table>	D	S	T	Q	Q	S	S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	<p>2- Finados 20- Consciência Negra HETEs: 100h (na plataforma digital/mídias sociais/ impressas)</p>																					
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
					1	2																																																																																								
3	4	5	6	7	8	9																																																																																								
10	11	12	13	14	15	16																																																																																								
17	18	19	20	21	22	23																																																																																								
D	S	T	Q	Q	S	S																																																																																								
1	2	3	4	5	6	7																																																																																								
8	9	10	11	12	13	14																																																																																								
15	16	17	18	19	20	21																																																																																								
22	23	24	25	26	27	28																																																																																								

24	25	26	27	28	29	30	25- Antecipação de feriado estadual (9 de julho)- Lei nº 17.264, de 22/05/2020 29- Término do bimestre HETEs: 60h (na plataforma digital/mídias sociais/impressas) Letivos: 27/ 112h30 presenciais e 72h (na plataforma digital/mídias sociais/impressas) Total do bimestre: 27/ 184h30	29	30											
JUNHO							3- Conselho Participativo por meio remoto 11- Corpus Christi 12- Ponto Facultativo HETE: 60h(na plataforma digital/mídias sociais/impressas)	DEZEMBRO							5, 12 e 19- Atividades assíncronas na plataforma digital 17- Conselho Participativo 18- Reunião de Pais 24 e 25- Natal 23- Término do 4º Bimestre 28 a 30- Receso escolar 31- Confraternização universal Letivos: 0 HETEs: 100h (na plataforma digital/mídias sociais/impressas) Total: 300h					
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S						
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4	5						
7	8	9	10	11	12	13		6	7	8	9	10	11	12						
14	15	16	17	18	19	20		13	14	15	16	17	18	19						
21	22	23	24	25	26	27	20	21	22	23	24	25	26							
28	29	30					27	28	29	30	31									
HETEs: 112h30 – presenciais 692h – Atividades Pedagógicas Complementares na Plataforma Digital ou mediadas por outras tecnologias educacionais que propiciem o ensino remoto/ impressas (Decreto nº 7029, 27 de outubro de 2020) Total de HETEs: 804h30																				
 Secretário de Educação							 Supervisor de Ensino Fernanda Messias Stechissini RG: 27.343.421-4 Supervisor Municipal de Ensino							 Diretora de Escola Fabiana Gasque N. Bezerra RG: 28.308.176-4/SP Diretora de Escola Substituta						
Homologado em: <u>04/11/2020</u>																				

Lucilene Novais dos Santos
 RG 21.482.385-6
 CPF 025.430.798-46
 Secretária Municipal de Educação

ANEXO J – CALENDÁRIO ESCOLAR 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18) 3702.2010
 ANDRADINA-SP CEP. 16.901.010
 site: www.educacaoandradina.sp.gov.br

CALENDÁRIO ESCOLAR – EMEF - 2021

JANEIRO							JULHO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
					1	2					1	2	3							
3	4	5	6	7	8	9	4	5	6	7	8	9	10							
10	11	12	13	14	15	16	11	12	13	14	15	16	17							
17	18	19	20	21	22	23	18	19	20	21	22	23	24							
24	25	26	27	28	29	30	25	26	27	28	29	30								
31																				
FEVEREIRO							AGOSTO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	7							
7	8	9	10	11	12	13	8	9	10	11	12	13	14							
14	15	16	17	18	19	20	15	16	17	18	19	20	21							
21	22	23	24	25	26	27	22	23	24	25	26	27	28							
28							29	30	31											
MARÇO							SETEMBRO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11							
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18							
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25							
28	29	30	31				26	27	28	29	30									
ABRIL							OUTUBRO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
				1	2	3						1	2							
4	5	6	7	8	9	10	3	4	5	6	7	8	9							
11	12	13	14	15	16	17	10	11	12	13	14	15	16							
18	19	20	21	22	23	24	17	18	19	20	21	22	23							
25	26	27	28	29	30		24	25	26	27	28	29	30							
							31													
MAIO							NOVEMBRO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
						1		1	2	3	4	5	6							
2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13							
9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20							
16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27							
23	24	25	26	27	28	29	28	29	30											
30	31																			
JUNHO							DEZEMBRO													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
		1	2	3	4	5				1	2	3	4							
6	7	8	9	10	11	12	5	6	7	8	9	10	11							
13	14	15	16	17	18	19	12	13	14	15	16	17	18							
20	21	22	23	24	25	26	19	20	21	22	23	24	25							
27	28	29	30				26	27	28	29	30	31								
Total de dias letivos: 200							Total de dias letivos: 200													
_____ Secretário de Educação							_____ Supervisor de Ensino							_____ Diretor de Escola						
Homologado em: ____/____/____																				

1- Confraternização Universal.
 4 a 6 - Recesso Escolar
 7 a 31- Férias

1 a 5 – Férias
 8 a 19 - Preparação da escola e planejamento
 15 e 16 - Reunião de Pais escalonada
 22 a 26 – Início do ano letivo (ensino remoto)
Letivos: 5

1 a 12 - Ensino remoto
 15 - Início do ensino presencial escalonado e híbrido
 27 - Aula na plataforma Creator 4all
Letivos: 24

2- Paixão de Cristo
 10 e 24 - Aula na plataforma Creator 4all
 21- Tiradentes
 30- Conselho Participativo - EMEF
 30- Término do 1º Bimestre
Letivos: 22
Total do bimestre: 51

7- Reunião de Pais (com alunos)
Letivos: 21

3 - Corpus Christi
 4- Ponto Facultativo
Letivos: 20

8- Conselho Participativo - EMEF/Término do 2º bimestre/
 9- Feriado Estadual
 12 a 23- Recesso Escolar
 26– Replanejamento
 27- Início do 3º Bimestre
Letivos- 6/4
Total do Bimestre: 47

5- Reunião de pais (c/alunos)
 6- Feriado parcial (tarde): Procissão Bom Jesus da Lapa (letivo)
 16 a 20- "Semana Pipa sem Mortes".
Letivos- 22

7- Independência do Brasil
 30- Conselho Participativo- EMEF
 30- Término do 3º Bimestre
Letivos- 21
Total do bimestre: 47

1- Reunião de Pais (c/ alunos)
 12 – Padroeira do Brasil
 15 – Dia do Professor
 29- Ponto Facultativo – Comemoração do Dia do Funcionário Público
Letivos- 18

2- Finados
 15- Proclamação da República
Letivos- 20

16- Conselho Participativo - EMEF
 17- Reunião de Pais (c/alunos)
 23- Término do 4º Bimestre
 24 - Natal
 27 a 31- Recesso Escolar
Letivos: 17
Total do bimestre: 55

ANEXO L – CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO 2017

CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO COM OS COORDENADORES
PEDAGÓGICOS –PRIMEIRO SEMESTRE - 2017

MARÇO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
CEI	06/03	8h – 12h
EMEI	06/03	13h 30 – 17h
EMEF e EMEBI	08/03	8h – 17h
EMEBI	09/03	14h – 17h
CEI	13/03	9h-13h
EMEBI	16/03	14h – 17h
EMEI	17/03	8h-16h
1º/2º/3º	21/03	14h – 17h
4º/5º	22/03	8h – 12h
EMEI	22/03	13h30-17h
CEI	24/03	8h – 12h
ABRIL		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
CEI	03/04	9h-13h
4º/5º	04/04	14h – 17h
1º/2º/3º	05/04	8h – 12h
EMEI	05/04	13h-17
EMEBI	18/04	14h – 17h
EMEF e EMEBI	19/04	8h – 17h
CEI	24/04	9h-13h
EMEI	27/04	8h30-12h
EMEBI	28/04	14h – 17h
MAIO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
EMEF e EMEBI	03/05	8h – 17h
CEI/EMEI (local a marcar)	03/05	8h – 17h
CEI	12/05	8h30-13h
EMEI	15/05	8h30-12h
EMEBI	19/05	14h – 17h
1º/2º/3º	23/05	14h – 17h
4º/5º	24/05	8h – 12h
EMEBI	31/05	14h – 17h

CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO COM OS COORDENADORES
PEDAGÓGICOS –PRIMEIRO SEMESTRE - 2017

JUNHO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
EMEI	01/06	13h-16h30
CEI	05/06	9h-13h
4º/5º	06/06	14h – 17h
1º/2º/3º	07/06	8h – 12h
EMEBI	13/06	14h – 17h
EMEF e EMEBI	21/06	8h – 17h
EMEBI	27/06	14h – 17h
CEI/EMEI	26/06	8h-12h

**CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO COM OS COORDENADORES
PEDAGÓGICOS – SEGUNDO SEMESTRE - 2017**

AGOSTO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
4º/5º	09/08(quarta-feira)	8h – 12h
1º/2º/3º	10/08(quinta-feira)	8h – 12h
CEI	14/08(segunda-feira)	9h-13h
EMEI	18/08 (sexta-feira)	13h-16h30
EMEF e EMEBI	24/08(quinta-feira)	8h – 12h
EMEBI	25/08 (sexta-feira)	14h – 17h
SETEMBRO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
CEI	04/09(segunda-feira)	9h-13h
EMEI	06/09(quarta-feira)	8h – 12h
EMEF e EMEBI	14/09 (quinta-feira)	8h – 17h
CEI/EMEI	18/09(segunda-feira)	13h-16h30
EMEBI	22/09 (sexta-feira)	14h – 17h
OUTUBRO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
CEI	02/10(segunda-feira)	9h-13h
EMEI	04/10 (quarta-feira)	8h – 12h
1º/2º/3º	18/10 (quarta-feira)	8h – 12h
4º/5º	19/10 (quinta-feira)	8h – 12h
CEI/EMEI	20/10 (sexta-feira)	8h – 12h
EMEF e EMEBI	26/10 (quinta-feira)	8h – 12h
EMEBI	27/10 (sexta-feira)	14h – 17h
NOVEMBRO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
EMEI	08/11 (quarta-feira)	13h-16h30
CEI	09/11 (quinta-feira)	8h – 12h
EMEF e EMEBI	16/11 (quinta-feira)	8h – 12h
CEI/EMEI	23/11 (quinta-feira)	13h – 17h
EMEBI	24/11 (sexta-feira)	14h – 17h
DEZEMBRO		
PÚBLICO ALVO	DATA	HORÁRIO
EMEF e EMEBI	01/12(sexta-feira)	8h – 12h
CEI/EMEI	04/12(segunda-feira)	9h – 12h
CEI/EMEI	13/12 (quarta-feira)	8h – 12h

ANEXO M – CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO 2021



CRONOGRAMA DE AÇÕES PREVISTAS | 2021

MUNICÍPIO: Andradina

JANEIRO

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

FEVEREIRO

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						

MARÇO

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

ABRIL

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

14/04: Reunião SME
26 e 27/04: 1ª Formação
Gestores Parte I

MAIO

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

12 e 13/05: 1ª Formação de gestores – Parte II
14/05: 1ª Formação de docentes (online)
21/05: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde
26 e 27/05: 2ª Formação de gestores
28/05: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã

JUNHO

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

01/06: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde
11/06: 2ª Formação de docentes (online)
16/06: 3ª Formação de gestores
17/06: Volta ao Novo – Abertura e apresentação do Programa 8h às 9h30min
18/06: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde
22/06: Objetos de Aprendizagem: Empreendedorismo e Protagonismo Infanto-Juvenil 18h30min
23/06: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã
24/06: Volta ao Novo – Abertura ao Novo 8h às 9h30min
30/06: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde

JULHO

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

01/07: Reunião SME 10 h
01/07: Volta ao Novo – Resiliência Emocional 8h às 9h 30
01/07: Reunião EMEI - 14 h
05/07: reunião CEI- 9h
08/07: Volta ao Novo – Autogestão
15/07: Volta ao Novo – Amabilidade 8h às 9h30min
22/07: Volta ao Novo – Engajamento sobre os outros 8h às 9h30min

AGOSTO

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

03/08: GERCS
04 e 05/08: 4ª Formação de gestores
06/08: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã
10/08: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde
16 a 20/08: 1ª Monitoramento
20/08: 3ª Formação de docentes (online)
24/08: GERCS
25/08: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã
26/08: Reunião da EMEI- 9h
27/08: Reunião CEI -9h



SETEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

09/09: GERCS
15 e 16/09: 4ª Formação de gestores – parte II
02/09: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde
10/09: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã
21/09: GERCS
22/09: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde
22/09: Reunião da EMEI – manhã
24/09: Reunião CEI - manhã
29/09: GERCS

OUTUBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

05/10: 4ª Formação de docentes (presencial)
06 e 07/10: 5ª Formação de gestores
13/10: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã
19/10: GERCS
20/10: reunião EMEI
21/10: Reunião CEI
26/10: GERCS
28/10: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde

NOVEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

04/11: GERCS
08 a 12/11: 2º Monitoramento
09/11: 5ª formação de docentes (presencial)
16/11: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã
17/11: Reunião EMEI
18/11: GERCS
19/11: Reunião CEI
23/11: Reunião SME
24/11: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) tarde

DEZEMBRO

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

02/12: Formação atividades do material SESI (Laura – Meef) manhã
06/12: Reunião da EMEI
07/12: Reunião do CEI

Distribuição das ações:

- Formação de professores (17h/modalidade: 8h presenciais e 9h online)
- Formação para Gestores (40h: 20h presenciais e 20h online).
- Monitoramento para gestores (8h presenciais).
- Reuniões SME (6h).

ANEXO N – CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18) 3702.2010
ANDRADINA-SP CEP. 16.901.010
site: www.educacaoandradina.sp.gov.br

CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO – EMEF – 2022

JANEIRO							JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
						1						1	2
2	3	4	5	6	7	8	3	4	5	6	7	8	9
9	10	11	12	13	14	15	10	11	12	13	14	15	16
16	17	18	19	20	21	22	17	18	19	20	21	22	23
23	24	25	26	27	28	29	24	25	26	27	28	29	30
30	31						31						
FEVEREIRO							AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	6
6	7	8	9	10	11	12	7	8	9	10	11	12	13
13	14	15	16	17	18	19	14	15	16	17	18	19	20
20	21	22	23	24	25	26	21	22	23	24	25	26	27
27	28						28	29	30	31			
MARÇO							SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5				1	2	3	
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24
27	28	29	30	31			25	26	27	28	29	30	
ABRIL							OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2						1	
3	4	5	6	7	8	9	2	3	4	5	6	7	8
10	11	12	13	14	15	16	9	10	11	12	13	14	15
17	18	19	20	21	22	23	16	17	18	19	20	21	22
24	25	26	27	28	29	30	23	24	25	26	27	28	29
							30	31					
MAIO							NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7		1	2	3	4	5	
8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12
15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19
22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26
29	30	31					27	28	29	30			
JUNHO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4				1	2	3	
5	6	7	8	9	10	11	4	5	6	7	8	9	10
12	13	14	15	16	17	18	11	12	13	14	15	16	17
19	20	21	22	23	24	25	18	19	20	21	22	23	24
26	27	28	29	30			25	26	27	28	29	30	31

■ REUNIÕES COM EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 08/03, 04/08 E 01/12 - 9h às 11h
■ 1º e 2º MONITORAMENTO - 11/05 - 13h às 17h, 12/05 - 8h às 12h/13h às 17h, 18/05 - 13h às 17h, 19/05 - 8h às 12h/13h às 17h
■ FORMAÇÃO DE GESTORES - 16/03 - 1ª Formação EMEF - 8h às 17h, 17/03 - 1ª Formação EMEI - 8h às 17h, 06/04 - 2ª Formação EMEF - 8h às 17h, 07/04 - 2ª Formação EMEI - 8h às 17h, 15/06 - 3ª Formação EMEF - 8h às 17h, 16/06 - 3ª Formação EMEI - 8h às 17h, 10/08 - 4ª Formação EMEF - 8h às 17h, 11/08 - 4ª Formação EMEI - 8h às 17h, 19/10 - 5ª Formação EMEF - 8h às 17h, 20/10 - 5ª Formação EMEI - 8h às 17h
■ FORMAÇÃO DOCENTE - 09/03, 25/05, 18/08, 15/09 E 26/10. Cada docente no período que leciona - 8h às 12h/13h às 17h
■ FORMAÇÃO CONTINUADA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EMEF - 10/02, 23/02, 15/03, 30/03, 12/04, 06/05, 10/06, 21/06, 01/07, 23/08, 09/09, 11/10, 25/11

ANEXO O – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF3 - 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS 4º E 5º ANO

PAUTA – 10/11/2017

Formadora: CEF 3



Duração: 8h - 12h

Objetivo:

- Identificar as condições didáticas para a escrita de autoria de carta de leitor.

Conteúdo

- Carta de leitor
- Leitura
- Planificação

Metodologia:

Atividade 1 – Roda de jornal: Uso de tecnologia por crianças: benefício ou perda da

infância?

Benefícios – Aspectos favoráveis	Perda da Infância – Aspectos contrários
<p>Comunicação</p> <p>Usar de forma adequada</p> <p>Saber trabalhar com as tecnologias</p> <p>Contextualização</p> <p>Globalização</p> <p>Bloqueio</p> <p>Limites e direcionamento</p> <p>Orientações da família</p>	<p>Risco de segurança</p> <p>Dependência</p> <p>Perda de coisas simples e mais fáceis</p> <p>Alguns prejuízos na saúde física e psicológicas</p>

Atividade 2 – Leitura de uma carta de leitor no contexto primário.

- A) Planificação Coletiva de um roteiro para a escrita de uma carta de leitor.
- Identificação: data, local
 - Destinatário
 - Saudação- formal
 - 1ª pessoa – singular ou plural
 - Referência: notícia, reportagem, data da publicação;
 - Assunto



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
 ANDRADINA-SP CEP:16.901-010
 Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
 E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

- Finalidade
- Sustentação – justificativa (porque)
- Despedida
- Assinatura- identificação

Atividade 3 – Apresentação em PPT – Carta de leitor – Indicações Específicas para Avaliação das Cartas Opinativas de Leitor

- A)** Em duplas, analisar as produções de carta de leitor conforme os critérios apresentados e fazer um levantamento das necessidades de aprendizagem dos alunos.
- B)** Socialização.

Encaminhamentos:

Atividade 4 – Orientações da aplicação das escritas das turmas que não alcançaram o nível desejado para o ano que estudam.

Atividade 5 – Ações do coordenador pedagógico:

1. Atuação junto aos professores

Proposta de formação:

- A. Analisar as cartas de leitor dos alunos.
- **Focar nas dificuldades da turma: Competência I – Tema (sustentação)**
- B. Planejar devolutiva para os professores dos 5º anos
- Orientar sobre as condições didáticas para a escrita de autoria: Carta de leitor;
- Modelização de roda de jornal e planificação: HTPC e/ou HFCS.

ANEXO P – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF3 - 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES – PCs

PAUTA – 02/02/2018

Formadora: CEF 3

**Local: EMEF “Anna Maria Marinho Nunes”
8h – 12h**

Objetivo:

- Apresentar e discutir as propostas de trabalho para a Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental e o Planejamento Escolar 2018.

Atividade 1 - Dinâmica de acolhimento-;

Atividade 2 - Leitura em voz alta pela formadora: “Ter um Ano pela frente”, Crônica Poética de Affonso Romano de Sant’Anna.

Atividade 3 - Combinados – Regras gerais dos encontros:

- Intervalo – 10h – 15h 30
- Lanche
- Celular no vibra;
- Chegar no horário;
- Foco.

Atividade 4 – Apresentação da estrutura das formações:

- Projeto envolvendo a leitura da Professora Coordenadora Pedagógica por encontro;
- Relato das observações de sala de aula: uma Professora Coordenadora Pedagógica por encontro;
- Dupla conceitualização – modelização de atividades que serão estudadas.

Atividade 5- Apresentação do Planejamento Escolar de 2018:

16/02 – Discussão e Organização dos Planos de Ensino

1º ano – _____/_____

2º ano – _____/_____

3º ano – _____/_____

4º ano- Célia Neves/_____

5º ano – _____/_____/_____

Arte – _____/_____

Língua Inglesa – _____/_____

Educação Física – _____

AEE – _____/_____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP:16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

Encaminhamentos:

Datas- período propício para fazer as sondagens:

Inicial 26/02 a 06/03 (orientações e impressão pela SME)

1º Bimestre 11/04 a 18/04

2º Bimestre 12/06 a 20/06

3º Bimestre 11/09 a 21/09

4º Bimestre 20/11 a 30/11

1º HTPC – Proposta Didática e Combinados Pedagógicos.

2º HTPC – Metas e Ações.

HFCS – Fevereiro: organização de materiais e documentos direcionados à prática pedagógica (semanário, fichas, mapas, livros entre outros).

Março – iniciar com estudo e direcionamento dos Projetos de cada ano, Guia de Planejamento e Orientações Didáticas do Professor (Projetos, Sequências Didáticas e Expectativas).

Comunicado: CONAPE dia 03/02/2018 das 7h30 às 19h na EE “João Brebatti Calvoso”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP:16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

**AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS –
PCPs**

PAUTA – 28/02/2018

Formadora: CEF 3



Local: “Horto Educacional”

Horário: 13h30 – 17h

Objetivos:

- Apresentar e discutir as propostas de trabalho para a Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental;
- Reorganizar os Planos de Ensino de 2018 e outros documentos norteadores.

Atividade 1 - Leitura em voz alta pela formadora: Entenda tudo sobre rosas e saiba como fazer o cultivo, por Bruna Bessi.

Atividade 2 – Dinâmica: Ponto Negro.

Atividade 3 – Organização do calendário de atividades:

- Leitura colaborativa feita pela Professor Coordenador Pedagógico;

13/03- _____

21/03- _____

22/03- _____

05/04- _____

18/04- _____

19/04 - _____

10/05 – Célia Neves

14/06 - _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP:16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

- Relato de Observação de sala feito pela Professor Coordenador Pedagógico;
 - 13/03- _____
 - 21/03 - _____
 - 22/03 - _____
 - 05/04 - Célia Neves
 - 18/04- _____
 - 19/04 - _____
 - 10/05- _____
 - 14/06 - _____

Atividade 4 - Apresentação do Caderno de Orientações à Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental

Atividade 5 Apresentação e análise das Proposta Didática e dos Combinados Pedagógicos de 2018 em PPT.

Atividade 6 – Reestruturação da Planilha de Produção de Textos e Planos de Ensino.

- Em grupo, analisar a Planilha de Produção e articular à proposta da BNCC.
- Em grupo, reorganizar os Planos de Ensino de 2018.

1º ano – _____ / _____ / _____

2º ano – _____ / _____

3º ano – _____ / _____ / _____

4º ano- Célia Neves/ _____ / _____ / _____

5º ano – _____ / _____ / _____

Encaminhamentos

Atividade 7 – Ações dos coordenadores pedagógicos – Para que a Proposta Didática seja garantida algumas ações serão necessárias:

Construção de fichas com situações problema para cada ano;

Construção de jogos matemáticos para intervenções e aplicação do Plano de Ensino de Matemática.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao_sme@andradina.sp.gov.br



AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS – PCPs 1º/2º/3º

PAUTA – 05/09/2018

Formadora: CEF 3

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro¹.

Local: SME

Período

14h – 17h

Objetivo:

- Refletir sobre o conteúdo de leitura e quais as condições didáticas que contribuem para a compreensão leitora;
- Identificar no quadro geral das etapas dos projetos de fluência leitora e sequências didáticas os principais blocos de conteúdos de ensino;
- Planejar ação de acompanhamento na escola, refletindo sobre as dificuldades dos alunos e as possibilidades de intervenções;
- Tematizar a prática com vídeo e áudio com procedimentos de projetos de leitura.

Conteúdos

- Fluência leitora
- Relação entre conteúdo de ensino, situações de aprendizagem, sequência e projetos didáticos.

Metodologia:

Atividade 1 – Leitura Colaborativa feita pela Professora Coordenadora Pedagógica _____;

Atividade 2 – Relato de Observação de Sala feita pela Professora Coordenadora Pedagógica _____;

Atividade 3 – Socialização das modelizações; _____

Atividade 4 – Apresentação em PPT – A escola e a formação do Leitor

A) Vídeo Ler deveria ser proibido;

¹ Tzevan Tudorov. A literatura em perigo. 4ed. Difel. Rio de Janeiro, 2012.

- B) Conversa inicial: Como é a rotina nos anos iniciais? Como a rotina poderá possibilitar o desenvolvimento da competência leitora do aluno?
- C) Estudo de caso de situações de sala de aula em grupo;
- D) Rotina semanal e o que a deve contemplar;
- E) Vídeos: Uma letra puxa a outra;
- F) Análise e reflexão dos projetos didáticos: “Um olhar sobre a cultura indígena do Brasil: o cotidiano das crianças” e “Amigos Leitores”;
- G) Socialização.

Encaminhamentos:

Atividade 5 –

1. **Leitura Profissional:** BRAKLING, Kátia Lomba. A leitura da palavra: aprofundando compreensões para aprimorar as ações. Concepções e prática educativa. São Paulo (SP): SEE de SP/CEFAI; 2012.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Ler e escrever: guia de planejamento e orientações didáticas; professor alfabetizador – 1º ano** / Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação; coordenação, elaboração e revisão dos materiais, Sonia de Gouveia Jorge... [e outros]; concepção e elaboração, Cláudia Rosenberg Aratany... [e outros]. - 4. ed. rev. e atual. - São Paulo: FDE, 2014. 360 p.

BREDA, T. Leitura feita pelo aluno, antes de saber ler convencionalmente. Publicado em Alfabetização, Março 2009. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/2486/leitura-feita-pelo-aluno-antes-de-saber-ler-convencionalmente>. Acesso em: 01 de set. de 2018.

CASTEDO, Mirta Luísa. Onde está escrito, o que está escrito, como está escrito? – Uma situação didática para poder ler antes de saber ler. Artigo do periódico: Lectura y Escritura – Enseñar y aprender a ler. Ediciones Novedades Educativas. Buenos Aires. 1999.

2. Atuação junto aos professores:

Acompanhamento mais sistematizado do trabalho e projetos de leitura; organizar junto ao professor do 3º/4º/5º ano, sequência didática envolvendo as informações implícitas do texto e do 1º ao 5º envolvendo as relações de causalidade.

Vídeo para HFCS: Ler para aprender parte 1 e 2. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=PShxl_4EFwQ Acesso em: 03 de set. de 2018.

Álbum: Teco-Treco. Disponível:

<https://open.spotify.com/album/OZCuby9FdIaNbdtrCHPy2o> Acesso em: 03 de set. de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
e@andradina.sp.gov.br



REUNIÃO DE AÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS – PCPs

PAUTA – 09/10/2018

Formadora: CEF 3

“Formar leitores é compromisso da família e da escola. Também deve fazer parte dos interesses de toda a comunidade, pois uma sociedade não letrada, ou mesmo formada por leitores funcionais, está fadada à condição de miséria e indignidade. Nunca a questão da formação de leitores foi tão discutida como nos dias atuais, até porque se entende que o desenvolvimento de uma nação depende do nível de letramento dos seus habitantes. Não existe país livre e desenvolvido sem investimentos na educação e na leitura.”¹.

Local: SME

Período

8h – 17h

Objetivos:

- Oferecer alternativas teórico-pedagógicas às Professoras Coordenadoras Pedagógicas para desenvolvimento da fluência leitora;
- Identificar alguns gêneros textuais nos diversos campos de atuação das práticas de linguagem de leitura/escuta da BNCC;
- Tematizar a prática com modalidades didáticas e áudios de leitura.

Conteúdos

- Fluência leitora;
- Modalidades organizativas e modalidades didáticas no ensino de linguagem verbal.

Metodologia:

Atividade 1 – (20 min) Roda de leitores: “o livro que te escolheu”;

A) Cada dupla fará a socialização das obras lidas, suas características e se conhecem outras obras do autor.

Atividade 2 – (10 min) Leitura Colaborativa feita pela Professora Coordenadora Pedagógica _____;

Atividade 3 – (10 min) Relato de Observação de Sala feita pela Professora Coordenadora Pedagógica _____;

Atividade 4 – Apresentação em PPT – A escola e a formação do Leitor

A) Devolutiva – (10 min) avaliação e auto avaliação dos espaços e processos formativos;

¹ Cavalcanti, 2002: p.2)

- B) FORMAI: **(10 min)** PROTOCOLO - Estratégias de leitura para a INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO e RESOLUÇÃO de situações problema.
- C) Revisitando alguns conceitos: **(10 min)** comportamento leitor, procedimento de leitura e capacidade de leitura;
- D) Atividade em dupla: **(20 min)** observar na BNCC, as práticas de linguagem de leitura e escuta de cada ano (1º ao 5º), elencando os gêneros textuais propostos para serem vivenciados de cada campo de atuação;
- E) Socialização **(10 min)**;
- F) Áudio livro Escola Saranti. **(10 min)** Disponível em:
<https://www.escolasanti.com.br/audiolivros/>

Atividade 5 - (20 min) Vivenciar a modalidade de leitura dramática de textos teatrais: “O menino que comia caca de nariz”. Participantes: Professora, Aluno 1, Aluno 2, Aluno 3, Aluno 4.

- Grupo de observação 1: Registrar os procedimentos e comportamentos necessários para o desenvolvimento da atividade;

- Grupo de observação 2: Registrar quais as condições didáticas precisam ser garantidas para o desenvolvimento da atividade.

- Socialização dos registros.

Atividade 6 – (20 min) Em dupla: Ler as modalidades didáticas de trabalho de linguagem designada para a dupla e socializar sinteticamente como é a atividade de leitura.

- Quais são as lacunas, dificuldades e obstáculos potenciais para a realização de cada atividade;

- Socialização.

Atividade 7 – (10 min) Leitura Colaborativa feita pela _____;

Atividade 8 – (20 min) Em dupla: Vivenciar a modalidade de leitura com questões de interpretação.

- Socialização.

Encaminhamentos:

1. Leitura Profissional:

- BRAKLING, Kátia Lomba. **A leitura da palavra: aprofundando compreensões para aprimorar as ações. Concepções e prática educativa.** São Paulo (SP): SEE de SP/CEFAI; 2012.
- Ler para aprender a ler – estratégias para desenvolver a proficiência leitora e formar o leitor literário nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Yara Maria Miguel;
- Mediação para compreensão leitora: uma estratégia didática de *Susana Couto Pimentel*;
- As trocas que fazem a turma avançar de Rita Loiola.

2. Atuação junto aos professores:

- Acompanhamento mais sistematizado do trabalho e projetos de leitura; organizar junto ao professor do 3º/4º/5º ano, sequência didática envolvendo as informações implícitas do texto e do 1º ao 5º envolvendo as relações de causalidade.
- Ler e reorganizar com o professor do 4º ano o projeto de leitura Áudio Livro. Organização de uma lista de conteúdos e procedimentos didáticos que precisam ser garantidos para que os alunos desenvolvam o projeto.
- Encaminhar as anotações até dia 22/10 para o e-mail coordenação.sme@andradina.sp.gov.br.

Vídeo para HFCS:

Ler para aprender parte 1 e 2. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=PShxl_4EFwQ

Material de subsídio para o desenvolvimento dos projetos de leitura:

<https://www.escolasanti.com.br/audiolivros/>

<https://oficinadeteatro.com/conteudotextos-pecas-etc/pecas-de-teatro>

<https://www.youtube.com/watch?v=PwMU5DAZWPI>

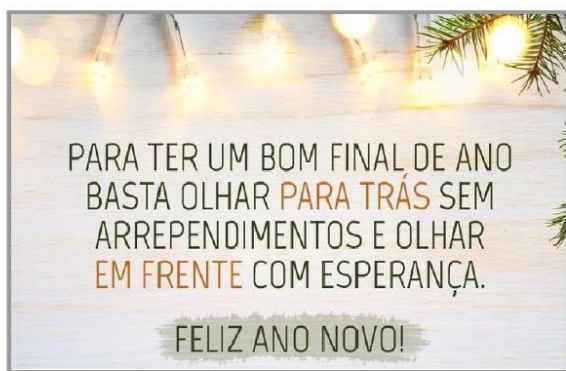


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua Paes Leme , 1407 - Centro Fone: (xx18)3702-2010
 Andradina – SP. CEP.16.901-010
 e-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

**AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
 ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS –
 PCPs**

PAUTA – 13/12/2018

Formadora: CEF 3



Horário: 14h – 17h

Objetivo:

- Proporcionar momento de avaliação e autoavaliação do desempenho da Coordenação Pedagógica no ano letivo de 2018.



Atividade 1 – “Os dois lobos” Yin Yang é um princípio da filosofia chinesa, onde yin e yang são duas energias opostas. Yin significa escuridão sendo representado pelo lado pintado de preto, e yang é a claridade.

- A) Preencher no lado do lobo negro, os defeitos e no lado do lobo branco as qualidades.

Atividade 2 – Leitura do texto: “A fábula dos dois lobos”;

- A) Reflexão sobre a fábula e nossas qualidades e defeitos elencados na atividade anterior.

Atividade 3 – Avaliação e autoavaliação para subsídio de diagnóstico e plano de formação da Coordenação Pedagógica;

Atividade 4 – Dinâmica “Eu sou”;

Atividade 5 – Revelação do amigo secreto;

Atividade 6 – Brindes.

ANEXO Q – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF3 - 2019

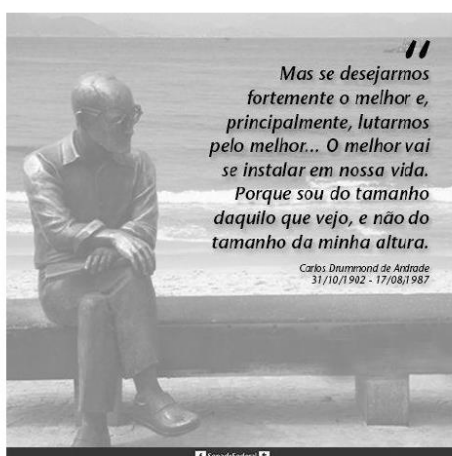


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS - PCPS 4º E 5º

PAUTA - 21/03/2019

Formadora: CEF 3



Local: SME
8h - 17h

Objetivos:

- Subsidiar o trabalho do Professor Coordenador Pedagógicos no desenvolvimento de sua função;
- (Re)organizar as Planilhas de Produção de Textos e os Planos de Ensino.

Atividade 1 - Modelização pela formadora: Diário de Leitura "Sinfonia Pastoral" de André Gide¹

Atividade 2 - Combinados para as próximas leituras:

MARÇO		
PÚBLICO ALVO	DATA	PCP
1º/2º/3º	15/03	
4º/5º	21/03	
EMEF/EMEBI	27/03	
ABRIL		
PÚBLICO ALVO	DATA	PCP

¹ **André Paul Guillaume Gide** (Paris, 22 de novembro de 1869 — Paris, 19 de fevereiro de 1951) foi um [escritor francês](#).

Recebeu o [Nobel de Literatura](#) de 1947. Oriundo de uma família da alta burguesia, foi o fundador da [Editora Gallimard](#) e da revista [Nouvelle Revue Française](#). Gide não somente era homossexual assumido, como também falava abertamente em favor dos direitos dos homossexuais, tendo escrito e publicado, entre 1910 e 1924, um livro destinado a combater os preconceitos homofóbicos da sociedade de seu tempo, [Corydon](#).

Liberdade e libertação recusando restrições morais e puritanas, a sua obra articula-se ao redor da busca permanente da honestidade intelectual: como ser igual a si mesmo, ao ponto de assumir a sua [pederastia](#) e a sua [homossexualidade](#). Entre as suas obras mais importantes estão [Os Frutos da Terra](#), a já mencionada [Corydon](#), [A Sinfonia Pastoral](#), [O Imoralista](#) e [Os Moedeiros Falsos](#).

EMEF/EMEBI	10/04	Célia Neves
4º/5º	24/04	
1º/2º/3º	25/04	
MAIO		
PÚBLICO ALVO	DATA	PCP
EMEF/EMEBI	09/05	
1º/2º/3º	30/05	
4º/5º	30/05	
JUNHO		
PÚBLICO ALVO	DATA	PCP
EMEF/EMEBI	13/06	
EMEF/EMEBI	19/06	

Atividade 3 - Combinados para as próximas modelizações

MARÇO		
PÚBLICO ALVO	DATA	PCP
1º/2º/3º	15/03	
4º/5º	21/03	-
ABRIL		
PÚBLICO ALVO	DATA	PCP
4º/5º	24/04	TODAS COM SOCIALIZAÇÃO
1º/2º/3º	25/04	TODAS COM SOCIALIZAÇÃO
MAIO		
PÚBLICO ALVO	DATA	PCP
1º/2º/3º	30/05	TODAS COM SOCIALIZAÇÃO
4º/5º	30/05	TODAS COM SOCIALIZAÇÃO

Atividade 4 – Apresentação em PPT – FORMAI “Educação Matemática nos Anos Iniciais

- A) **Protocolo** - estratégias de leitura para a compreensão de situações problema: atividade em dupla.
- B) **Socialização.**
- C) **Módulo 1 – Números naturais: início de conversa.**
- D) **Assista à videoaula da Prof. Dra. Célia Maria Carolino Pires que apresenta uma breve retrospectiva sobre o ensino e a aprendizagem dos números naturais (26’). Posteriormente faremos uma discussão.**
- E) **Discussão sobre a videoaula.**
- F) **Diferentes funções dos números naturais.**
- G) **Quis.**
- H) **Atividade em grupo: Pesquisas recentes sobre o ensino de números naturais**
 - Grupo 1 - As pesquisas de Vergnaud;
 - Grupo 2 - Pesquisas Lerner e Sadovsky;
 - Grupo 3 - Pesquisas Gray e Tall;
 - Grupo 4 – Estudo de caso;
- I) **Socialização.**
- J) **Tarefa - Leitura e síntese do artigo “Descobertas de professoras sobre o universo numérico das crianças: a construção de saberes por meio de pesquisas realizadas com seus alunos”.**

Atividade 6 – Apresentação do Mapa Textual com as ações planejadas PCP/professor.

Atividade 7- (Re) organização das Planilhas de Produção de Textos.

Atividade 8 - Alinhamento Planos de Ensino de História, Geografia e Ciências.

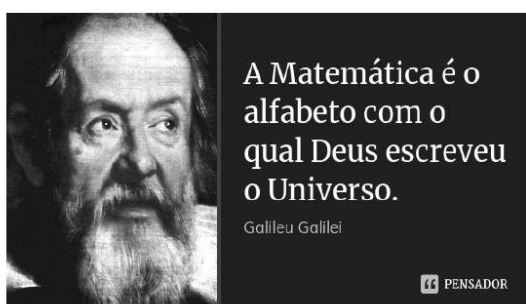


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP: 16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

**AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS - PCPS**

PAUTA - 10/04/2019

Formadora: CEF 3



**Local: SME
8h - 12h**

Objetivo:

- Revisitar os referenciais da Avaliação Externa "SARESP" e verificar quais as contribuições para a organização da ação docente.

Conteúdo

- Itens do SARESP de Matemática.

Atividade 1 – Diário de Leitura: PCP Célia Neves;

Atividade 2 – Retomada do encontro anterior itens do 5º ano de Língua Portuguesa;

Atividade 3 – Retomada a tarefa;

Atividade 4 – Apresentação em PPT – Oficina de itens de Matemática

A) Protocolo - estratégias de leitura para a compreensão de situações problema;

B) Atividade em grupo, análise de itens de Matemática:

- Posicionar os itens de acordo com os níveis de proficiência;
- Identificar as habilidades que precisam ser mobilizadas em cada item e quais as condições didáticas precisam ser garantidas de acordo com o encaminhamento pedagógico.

MATEMÁTICA

	3º EF	5º EF
Abaixo do Básico	< 150	< 175
Básico	150 a < 200	175 a < 225
Adequado	200 a < 250	225 a < 275
Avançado	≥ 250	≥ 275

ENCAMINHAMENTO PEDAGÓGICO

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	MEDIDA A SER TOMADA
Abaixo do Básico	Recuperação Intensiva
Básico	Recuperação Contínua
Adequado	Aprofundamento
Avançado	Desafio

- Socialização.

Atividade 5- Leitura em grupo do artigo: Dez importantes questões a considerar...*

Variáveis que interferem nos resultados do trabalho pedagógico, de Rosaura Soligo.

- Socialização.

Encaminhamentos:

Atividade – Recuperação das Aprendizagens levando em consideração o Encaminhamento Pedagógico

1. Atuação junto aos professores:

- A. Mapear os alunos, juntamente com o Coordenador Pedagógico;
- B. (Re)organizar a Planilha de Ações, e (re)organizar as atividades que envolvam as habilidades das Avaliações Externas, graduando e alternando a complexidade, já que encontramos diferentes níveis de aprendizagens e diversas formas de aprender;
- C. Organizar a turma conforme o mapeamento da sala para o trabalho com os descritores: coletivo, duplas, trios, Oficina de Itens (movimento metodológico, onde são oferecidas atividades que abordem as habilidades das Avaliações Externas, **com diferentes itens e níveis**, para **agrupamentos de alunos com diferentes níveis** em um mesmo ambiente).
- D. Estabelecer o percentual de alunos a atingirem um nível mais adequado para o ano que estudam (níveis 3 e 4/Suficientes) em Língua Portuguesa e Matemática, para os meses de Abril/Maio/Junho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

ACÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS - PCPS 1º/2º/3º

PAUTA - 25/04/2019

Formadora: CEF 3

**EU NÃO
SOU VOCÊ
VOCÊ NÃO É EU.**
*"Eu não sou você
Você não é eu
Mas sei muito de mim
Vivendo com você
E você, sabe muito de você
vivendo comigo?
Eu não sou você
Você não é eu
Mas encontrei comigo e me vi
enquanto olhava você
Na sua, minha, insegurança
Na sua, minha, desconfiança,
Na sua, minha, competição,
Na sua, minha, birra infantil
Na sua, minha, omissão
Na sua, minha, firmeza
Na sua, minha, impaciência
Na sua, minha, prepotência
Na sua, minha, fragilidade doce
Na sua, minha, mudez
aterrorizada
E você se encontrou e se viu,
enquanto
olhava para mim?
Eu não sou você
Você não é eu
Mas foi vivendo minha solidão
que conversei com você
E você conversou comigo na sua
solidão ou fugiu dela, de mim,
de você?
Eu não sou você
Você não é eu
Mas sou mais eu, quando
consigo
Ihe ver, porque você me reflete
No que eu ainda sou*

*No que já sou e
No quero vir a ser...
Eu não sou você
Você não é eu
Mas somos um grupo, enquanto
somos capazes de,
diferencialmente,
eu ser eu, vivendo com você e
Você ser você, vivendo comigo."*
MADALENA FREIRES¹

¹ MADALENA FREIRE é professora primária, arte-educadora e pedagoga. Dedicou-se desde 1981 à formação de educadores com grupos de reflexão e estudo. Foi fundadora do Espaço Pedagógico em São Paulo e prestou assessoria a instituições públicas e particulares em todo o território nacional. Atualmente, é coordenadora do curso de formação de professores de educação infantil - Instituto Superior de Educação Pró-Saber (ISEPS), no Rio de Janeiro. É autora de vários artigos e publicações e dos livros *A Paixão de Conhecer o Mundo* (1983) e *Educador* (2008), ambos pela editora Paz e Terra.

Local: SME

8h - 12h

Objetivos:

- Subsidiar o trabalho didático-pedagógico visando a melhoria das práticas pedagógicas e o progresso das aprendizagens.

Conteúdo

- Modelizações.

Atividade 1 - Diário de Leitura: PCP

Atividade 2 - Socialização das modelizações.

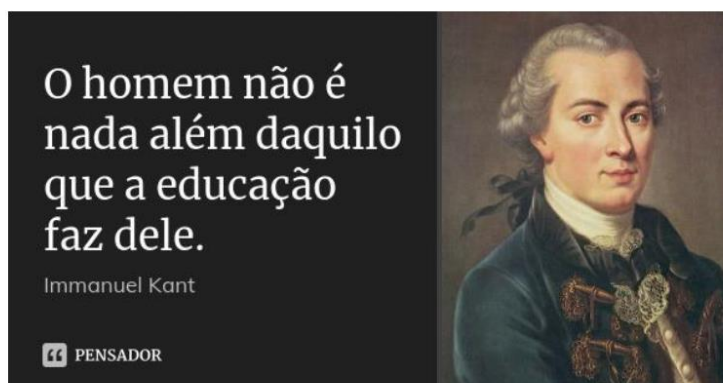


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

**AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGIOS - PCPS**

PAUTA - 09/05/2019

Formadora: CEF 3



Local: EMEF "Profª Anna Maria Marinho Nunes"
8h - 17h

Objetivos:

- Vivenciar as estratégias e procedimentos de leitura e escrita envolvidas na prática de ler para estudar;
- Analisar sequências de atividades do componente curricular de Ciências e discutir as condições didáticas que garantam as habilidades descritas.

Conteúdos

- Leitura e escrita.

Atividade 1 - Diário de Leitura: PCP: _____;

Atividade 2 - Leitura em grupo do artigo: Dez importantes questões a considerar...*

Variáveis que interferem nos resultados do trabalho pedagógico, de Rosaura Soligo.

Atividade 3 - Socialização.

Atividade 4 - Apresentação em PPT - PROCEDIMENTOS E CAPACIDADES LEITORAS E ESCRITORAS

A) Leitura colaborativa - "O problema do lixo urbano".

B) Modelização dos procedimentos e capacidades leitoras e escritoras:

- Leitura coletiva do texto "O problema do lixo urbano" e elaboração de resumo;
- Leitura do resumo e elaboração de um esquema (Mapa Conceitual) em dupla;
- Socialização;

- Identificar e elencar as capacidades mobilizadas e quais as condições didáticas precisam ser garantidas para a elaboração do resumo:

CAPACIDADES MOBILIZADAS	CONDIÇÕES DIDÁTICAS

- Socialização.
- C) Em grupo, observe a sequência de atividades do capítulo citado
- Identifique a unidade temática.
 - As habilidades descritas no material/BNCC são desenvolvidas com essa proposta? Justifique.
 - Quais as condições didáticas estão envolvidas para garantir que o aluno compreenda o Mapa Conceitual apresentado?
- D) Socialização.

Encaminhamentos:

Atividade 5 – Ações do professor coordenador pedagógico:

- 1. Leitura profissional- Ler e escrever:** guia de planejamento e orientações didáticas; professor – 4º ano. Sequência Didática Produção e destino do lixo.
- 2. Atuação junto aos professores em HFCS - Estudo Ápis Ciências, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano:** ensino fundamental, anos iniciais/Rogério G. Nigro. – 3 ed. – São Paulo: Ática, 2017. Levantamento de metodologias para melhor atender os conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas.
- 3. Atuação junto aos professores de 4º ano em HFCS - Ler e escrever:** guia de planejamento e orientações didáticas; professor – 4º ano. Sequência Didática Produção e destino do lixo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

**AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES - PCPS 1º AO 5º**

PAUTA - 05/09/2019

Formadora: CEF 3

“Não deve haver limites para o esforço humano. Somos todos diferentes. Por pior do que a vida possa parecer, sempre há algo que podemos fazer em que podemos obter sucesso. Enquanto houver vida, haverá esperança.”
Stephen Hawking¹

**Local: EMEF “Josepha de Jesus Carreira”
8h - 17h**

Objetivos:

- Possibilitar a reflexão sobre se o atendimento aos alunos da educação especial de forma inclusiva na unidade escolar;
- Exercitar a produção da acessibilização e adaptação curricular.

Conteúdo

- Adaptação Curricular.

Procedimentos

Atividade 1 - (10') Leitura em voz alta pela formadora: Cuidado com o menino!

**Atividade 2 - (10') Diário de Leitura pelas PCP's: manhã : _____
tarde : _____**

**Atividade 3 - (10') Socialização das modelizações pelas PCP's: manhã Célia Neves
tarde: _____**

Atividade 4 - (1h30') Apresentação em PPT “Adaptação Curricular”

A) Vídeo de sensibilização: Trajetória de Stephen Hawking;

B) Início de conversa

- Apenas pela deficiência de uma pessoa pode-se dizer até onde ela pode chegar? Caberia à escola colocar um limite no desenvolvimento de cada estudante?

¹ Stephen Hawking (1942-2018) foi um físico inglês que apesar de paralisado por uma doença degenerativa, se tornou celebridade por produzir algumas teorias fundamentais da física moderna. Stephen Hawking produziu algumas teorias fundamentais da física moderna. A mais célebre é o teorema de singularidade. Supõe a existência de um ponto com força gravitacional no centro dos buracos negros capaz de atrair qualquer coisa (similar ao acúmulo de energia infinita que deu início ao Big Bang).

- Na nossa escola, estamos oportunizando a acessibilidade e a adaptação curricular para possibilitar a equidade entre os nossos estudantes?
- C) Apresentação sobre Adaptação Curricular;
- D) Atividade de análise em grupo: I – Procedimentos para o estudante com TEA;
II – Procedimentos para o estudante com Altas Habilidades;
III- Adaptação Curricular para estudantes com Deficiência Intelectual.
- E) Socialização;
- F) Atividade em Grupo: Observar o P.E.I. do aluno Lucas, escolher uma ou mais atividades dos Projetos didáticos e Sequência de atividades do EMAI e fazer as adaptações curriculares possíveis conforme suas características e necessidades.
- G) Socialização;
- Atividade 5 – Leitura do artigo em grupo e socialização:** “Do diacrítico disfarço em letra o lugar do nome próprio na construção da nasal” de Nadja da Costa Ribeiro Moreira.

Encaminhamentos:

Atividade 6 – Ações do professor coordenador pedagógico:

1. Leitura profissional-

- Sugestões Pedagógicas do SAREMA.
- Caderno - Política Nacional de Alfabetização (P.N.A.) e pareamento com o Ler e Escrever no 1º e 2º ano. Fazer uma análise reflexiva sobre os conceitos de alfabetização e como são contemplados no material didático.

2. Atuação junto aos professores em HFCS

- Selecionar as Sugestões Pedagógicas do SAREMA conforme as dificuldades da turma, fazer os estudos das atividades e vídeos.
- Planejamento do Plano de Ação da Recuperação das Habilidades em Defasagem conforme o combinado do SAREMA.

Plano de Ação da Recuperação das Aprendizagens – Habilidades em Defasagem				
_____ANO				
HABILIDADE EM DEFASAGEM	Nº DE ALUNOS DEFASADOS NA HABILIDADE	META A SER ATINGIDA (Nº DE ALUNOS)	PRAZO (Nº DE AULAS)	META ATINGIDA EM AGOSTO (Nº DE ALUNOS)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

**AÇÃO DE FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS
ENCONTRO COM PROFESSORES COORDENADORES - PCPS 1º AO 5º**

PAUTA - 09/10/2019

Formadora: CEF 3

Local: EMEF "Profª Anna Maria Marinho Nunes"
8h - 17h

Objetivos:

- Subsidiar o trabalho do Professor Coordenador Pedagógico;
- Apresentar ao PCP's as metodologias Ativas a fim de contribuir para a prática docente;
- Explorar algumas metodologias ativas e tematização da prática como instrumento de intervenção.

Atividade 1 - Diário de Leitura: Manhã - _____

Tarde - _____

Atividade 2 - Modelizações: Manhã- _____/Célia Neves

Tarde- _____/_____

Atividade 3 - Conversa sobre o HTPC/HFCS

HTPC - 1 X POR MÊS POR CICLO/BLOCO/MULTISSERIADA

HCFS- ESTUDO MATERIAL SAREMA - SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

Atividade 4 - Socialização da leitura do Caderno - Política Nacional de Alfabetização (P.N.A.) e pareamento com o Ler e Escrever no 1º e 2º ano. Fazer uma análise reflexiva sobre os conceitos de alfabetização e como são contemplados no material didático.

Atividade 5 - Apresentação em PPT "Metodologias Ativas e Tematização da Prática"

- A) Desafio: conceitos e significados;
- B) Discutir em grupo e elaborar uma lista coletiva dos maiores desafios do coordenador pedagógico (ESCREVER NO SULFITE).
- C) Leia o texto do grupo e elenque as ideias principais.
 - Texto 1 - Os três principais desafios do coordenador pedagógico.
 - Texto 2 - Os 4 maiores desafios do coordenador pedagógico em 2018.
- D) Socialização.
- E) Vídeo: Coordenação pedagógica em foco;

- F) Discussão sobre o vídeo;
- G) Leia o trecho de Domingues (2014);
9 trechos
- H) Selecione a ideia principal para apresentar;
- I) Reflexão
 - O que significa FORMAR o outro?
 - Como planejamos esse momento de FORMAÇÃO?
 - Como estamos COLABORANDO COM A FORMAÇÃO DO PROFESSOR no coletivo e no individual?
 - Como melhorar os MOMENTOS DE FORMAÇÃO NA ESCOLA?

Encaminhamentos:

Atividade 6 – Ações do professor coordenador pedagógico:

1. Leitura profissional- Sugestões Pedagógicas do SAREMA

2. Atuação junto aos professores em HFCS

- Selecionar as Sugestões Pedagógicas do SAREMA conforme as dificuldades da turma, fazer os estudos das atividades e vídeos.
- Planejamento do Plano de Ação da Recuperação das Habilidades em Defasagem conforme o combinado do SAREMA.

ANEXO R – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF1 - 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

Ação de Formação do Ensino Fundamental/Anos Iniciais Encontro com Professoras Coordenadoras Pedagógicas – PCPs

Supervisora do Ensino Fundamental:
Coordenadora Geral do Ensino Fundamental:
Coordenador de Projetos:
Coordenadora do Ensino Fundamental: CEF 1

Data: 22/02/2020

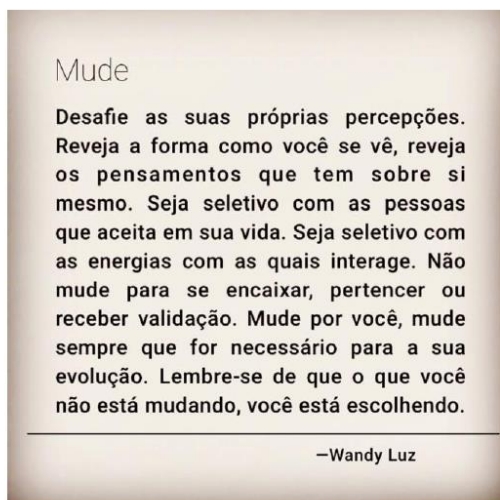
Local: Google Meet

Horário: 14h30min às 16h

Público Alvo: Professoras Coordenadoras Pedagógicas EMEF/EMEBI

Objetivos:

- 🧐 Subsidiar o trabalho das professoras coordenadoras pedagógicas (PCPs) com aportes relevantes para a prática docente;
- 🧐 Rever os combinados pré-estabelecidos;
- 🧐 Apresentar as alterações de retorno às aulas 2021;



Desenvolvimento:

- ✓ Acolhimento;
- ✓ Representantes por segmento Sesi;
- ✓ Resolução SME nº 211, de 17 de fevereiro de 2021;
- ✚ Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de ensino municipal de Andradina para o ano letivo de 2021, nos termos do Decreto Estadual nº 65.384/20, Decreto Municipal 7076/21, Plano São Paulo e dá providências correlatas;

- ✓ **Enviar Organograma da escola;**
- ✓ **Enviar levantamento da quantidade de livros didáticos;**
- ✓ **Semana de 22 a 26/02:**
 - ✚ Organização e logística para o funcionamento da Plataforma Creator4all no mês de março – cada escola uma (LP/MT) disciplina e as coordenadoras ao conferir, enviar para os monitores de informática designados;
 - ✚ Plataformas on-line: Meet, Skype, Teams, Zoom;
 - ✚ Aulas interativas, busca ativa, acolhimento, ouvir os alunos, aulas lúdicas e dinâmicas, trabalhar as habilidades socioemocionais, jogos on-line (gincanas, bingos, etc.);
 - ✚ Horários: semana de 22 a 26/2 – 4 aulas com o professor regente/e ou especialistas - 5ª aula em casa na Plataforma Creator4all (ver tabela);
- ✓ **ATENÇÃO: PROPOSTA DE VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS 2021: 15/03/2021 de 22/02/2021 a 12/03/2021 AULAS REMOTAS**
 - ✚ Coordenadoras pedagógicas **home office (orientar os professores on-line)**;
 - ✚ Base de dados da plataforma **creator4all** – pedir para o monitor inserir;
 - ✚ Explicar os motivos da alteração de volta às aulas presenciais aos pais (adiamento - limpeza e EPIs Equipamento de Proteção Individual);
 - ✚ As aulas continuarão on-line via mídias digitais: what´s app, facebook, Meet, Skype, Teams, Zoom;
 - ✚ Plataforma creator4all - 2 duas disciplinas por dia (refazer tabela);
 - ✚ HFCS - Preparo das aulas para plataforma e presenciais;
- Estudo do material didático “APRENDER SEMPRE”;
 - ✚ Dúvidas – disposição a qualquer hora!!!

ANEXO S – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF1 - 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

Ação de Formação do Ensino Fundamental/Anos Iniciais Encontro com Professoras Coordenadoras Pedagógicas – PCPs

Secretária Municipal:

Supervisora do Ensino Fundamental:
Coordenadora Geral do Ensino Fundamental:
Coordenador de Projetos:
Coordenadora do Ensino Fundamental: CEF 1

Data: 02/03/2021

Local: Google Meet

Horário: 14h30min às 16h

Público Alvo: Professoras Coordenadoras Pedagógicas EMEF/EMEBI

Objetivos:

- 👩‍🏫 Subsidiar o trabalho das professoras coordenadoras pedagógicas (PCPs) com aportes relevantes para a prática docente;
- 👩‍🏫 Rever os combinados pedagógicos pré-estabelecidos;
- 👩‍🏫 Apresentar as resoluções 212 e 214/2021;

Desenvolvimento:

- ✓ **Convênio Sesi;**
- ✓ **Resolução SME nº 212, de 17 de fevereiro de 2021;**
 - 📌 *Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar anual das escolas da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2021*
- ✓ **Resolução SME nº 214, de 17 de fevereiro de 2021;**
 - 📌 *Estabelece diretrizes para a organização curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais e dá providências correlatas*

RETOMADA:

- 📌 Coordenadoras pedagógicas **home office (orientar os professores on-line)**;
- 📌 Base de dados da plataforma **creator4all** – JÁ ESTÁ OK;
- 📌 Explicar os motivos da alteração de volta às aulas presenciais aos pais (adiamento - limpeza e EPIs Equipamento de Proteção Individual);
- 📌 As aulas continuarão on-line via mídias digitais: what's app, facebook, Meet, Skype, Teams, Zoom;
- 📌 Plataforma creator4all - 2 duas disciplinas por dia;
- 📌 HFCS - Preparo das aulas para plataforma e presenciais;
- Estudo do material didático "APRENDER SEMPRE";

- ✚ Material didático “Aprender Sempre” 09/03/2021– apoio, as habilidades básicas PRIORITÁRIAS estão no início de cada Sequência Didática.
- ✚ Monitoramento das aulas on-line pela equipe gestora (dividir a equipe para participar dos grupos);
- ✚ Necessidade de Anamnese e Autorização de imagem;
- ✚ Tabela de Livros didáticos;
- ✚ AEE – Atendimento Educacional Especializado/CAEE – Maiza, Ana Claudia e Sabrina;
- ✚ Semanário – ficha de acompanhamento - contemplar (O controle da frequência durante o ensino remoto deverá ser realizado de acordo com a participação dos alunos nas atividades propostas impressas, pelas mídias sociais e relatórios da plataforma creator4all (EMEI e EMEF).
- ✚ Visitas as EMEFs/ coordenação pedagógica
- ✚ Dúvidas – disposição a qualquer hora!!!



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
 ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
 Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
 E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br

Ação de Formação do Ensino Fundamental/Anos Iniciais Encontro com Professoras Coordenadoras Pedagógicas

Secretária Municipal:
Supervisora do Ensino Fundamental:
Coordenadora Geral do Ensino Fundamental:
Coordenador de Projetos:
Coordenadora do Ensino Fundamental: CEF 1

Data: 07/04/2021

Local: Google Meet

Horário: 14h30min às 17h

Público Alvo: Professoras Coordenadoras Pedagógicas EMEF/EMEBI

Objetivos:

- 🌸 Subsidiar o trabalho das professoras coordenadoras pedagógicas (PCPs) com aportes relevantes para a prática de orientação e acompanhamento docente e discente;
- 🌸 Rever os combinados pedagógicos pré-estabelecidos;

RETOMADA:

- 🌸 Coordenadoras pedagógicas **home office (orientar e acompanhar os professores on-line)**;
- 🌸 HFCS - Preparo das aulas para plataforma e remotas;
 - Estudo do material didático "APRENDER SEMPRE";
- 🌸 As aulas continuarão on-line via mídias digitais: what's app, facebook, Meet, Skype, Teams, Zoom, etc.;
- 🌸 Plataforma creator4all - 2 duas disciplinas por dia;
- 🌸 Monitoramento das aulas on-line pela equipe gestora (dividir a equipe para participar dos grupos);
- 🌸 Necessidade de Avaliação Diagnóstica;
- 🌸 CAEE – psicólogas Maiza e Ana Claudia, fonoaudióloga Sabrina, psicopedagoga Telma e professora de reforço Sílvia (só trabalha pela manhã);
- 🌸 Semanário – planilha de acompanhamento - contemplar (O controle da frequência durante o ensino remoto deverá ser realizado de acordo com a participação dos alunos nas atividades propostas impressas, pelas mídias sociais e relatórios da plataforma creator4all (EMEI e EMEF).
- 🌸 Dúvidas – disposição a qualquer hora!!!

Desenvolvimento:

- ✚ coordenadora do Ensino Especial;
- ✚ supervisora do AEE – Atendimento Educacional Especializado;
- ✚ Notas – mínimo 5 (se o aluno participou ou não). Lembrando que é direito do aluno, que não pode ser prejudicado em nenhuma hipótese, pois estamos vivendo um período pandêmico, jamais imaginado);
- ✚ Ficha de Conselho para o 1º bimestre de 2021 (será atualizada e feita no Google Forms);
- ✚ Caderneta – provavelmente chega em uma semana;
- ✚ Material do SESI chega até dia 21/04/2021;
 - ✓ Chegou o Conecta SESI, plataforma que disponibiliza o conteúdo de estudo em formato digital para docentes e discentes.
 - ✓ O Conecta SESI faz parte do kit de material didático.
- ✚ Devolutiva das visitas a coordenação pedagógica (em breve e por escola);
- ✚ Devolutiva do acompanhamento das aulas remotas (primeiro mês de aula - gráficos);
 - ✓ Refletir sobre algumas possibilidades – Sugestões da coordenação pedagógica:
 - ✓ Ações para que juntas consigamos aumentar o número de participações nas aulas remotas:
 - ✓ Sugestões:
 - ✓ Disponibilizar o carro da SME para escola ir até a residência do aluno;
 - ✓ Direção/ coordenação repassar ao Conselho Tutelar relação de nomes dos discentes que não participam das aulas remotas;
 - ✓ Direção/ coordenação repassar para a coordenadora do Ensino Fundamental relação de nomes dos discentes que não participam das aulas remotas;
 - ✓ Valorização da escola para os genitores/responsáveis que auxiliam a participação dos alunos nas aulas remotas;
 - ✓ Carro de som, passando na comunidade convidando os alunos a participarem;
 - ✓ Vídeo da Estela convidando a participação (abandono intelectual);
- ✚ Provável volta às aulas presenciais;
- ✚ Cadastro vacinação: só quem tem 47 anos ou mais;
 - ✓ <https://vacinaja.educacao.sp.gov.br/>
- ✚ Página fechada no Facebook para postar apenas Boas Práticas ou Experiências Bacanas;

- ✚ Material didático “Aprender Sempre”, “Ler e Escrever” e “EMAI” já estão nas escolas, ontem 06/04 – Maria Vera, hoje 07/04 – manhã – Zoraide e Leonor, tarde – Josepha;
 - ✓ O que faremos? Sugestões da coordenação pedagógica:
- ✚ Plataforma **creator4all**? Sugestões da coordenação pedagógica:
 - ✓ Habilidades básicas prioritárias – retomar;
- ✚ 1º bimestre 2021 – dois instrumentos de Avaliação;
 - ✓ Já temos dois (What’s App e Plataforma Creator4all);
 - ✓ Precisamos de mais instrumentos? Sugestões da coordenação pedagógica:
 - ✓ Mapas?
- ✚ CIRCULAR

ANEXO T – PAUTA DE FORMAÇÃO CEF1 - 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP.16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br



Curso de Formação do Ensino Fundamental/Cursos Iniciais Encontro com Professoras Coordenadoras Pedagógicas

Secretária Municipal: Estela Goda
Supervisora do Ensino Fundamental: Adriana Alves
Coordenadora Geral do Ensino Fundamental: Denize Gonçalves
Coordenador de Projetos: Kleber Santos
Coordenadora do Ensino Fundamental: Laura Ribeiro Calame

Data: 10/02/2022

Local: EMEB Humberto Passarelli

Horário: 08h30 às 17h

Público Alvo: Professoras Coordenadoras Pedagógicas EMEF/EMEB/EMEI

Pauta:

- ✚ Acolhimento;
- ✚ 5 situações desafiadoras para coordenação pedagógica;
- ✚ Feedback:
 - ✓ Gráficos de acompanhamento 2021
 - ✓ Gráficos acompanhamento recuperação e reforço;
 - ✓ Avaliações 2021;
- ✚ Tempo de Aprender;
- ✚ Continuidade no ciclo - 3º ano
- ✚ Personalização do material didático SESI;
- ✚ Grupos de What's App;
- ✚ Organograma;
- ✚ Conecta SESI;
- ✚ Avaliações diagnósticas;
- ✚ Questões relevantes: Plataforma Creator4all 2022/ Culas de informática;/
Caderneta digital/ Descritores/Produção de Texto/tablets;
- ✚ Planejamento 2022: 02/03 Palestra/ 03/03 Metas e Cúses/04/03
trabalho por segmento;
- ✚ Ktpe e Kfcs

Combinados:

- ✚ Confeccionar planilha com as sugestões sobre os conteúdos da Ptpc;
- ✚ Estratégias/ações para melhorar a assiduidade no Reforço:
 - ✓ Funcionamento na hora do almoço;
 - ✓ Redigir documentação para os genitores se responsabilizarem na participação dos alunos;
 - ✓ Estimular o professor para desenvolver aula atrativa;
 - ✓ Participação efetiva da coordenação no acompanhamento e assiduidade dos alunos;
 - ✓ Trabalho coletivo – diretor (a) ou funcionária acompanhar a assiduidade, caso o aluno não esteja presente, ligar imediatamente.
- ✚ Construir/confeccionar cronograma com as unidades/bimestres do material didático Desi, para serem trabalhadas ao longo do ano letivo;
- ✚ Alunos que continuaram no 1º ciclo em 2022, ações/attitudes/estratégias:
 - ✓ Encaminhamentos para equipe multidisciplinar;
 - ✓ Participação efetiva da coordenação no acompanhamento e assiduidade e desenvolvimento dos alunos;
 - ✓ Atendimento individual e personalizado;
 - ✓ Todos os alunos serem incluídos no projeto de Recuperação e Reforço;
- ✚ Coordenação Pedagógica concluir a confecção da Personalização do Material didático Desi (marcar reuniões);
- ✚ Formação Tempo de Aprender – quarta-feira 16/06;
- ✚ Coordenação Pedagógica confeccionar avaliação diagnóstica para rede municipal; (marcar reuniões).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
 ANDRADINA-SP CEP. 16.901-010
 Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
 E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br



Ação de Formação do Ensino Fundamental/Anos Iniciais Encontro Coordenação Pedagógica

Secretária Municipal:
Supervisora do Ensino Fundamental:
Coordenadora Geral do Ensino Fundamental:
Coordenador de Projetos:
Coordenadora do Ensino Fundamental:
CEF 1

Data: 11/04/2022









Local: Diretoria de Ensino de Andradina

Horário: 08h às 17h

Público Alvo: Coordenadoras Pedagógicas EMEF/EMEBI/EMEIF



- <http://alfabetizacao.mec.gov.br/cursos/praticas-de-alfabetizacao>
- **Formação 2 – Módulo 3 Conhecimento Alfabético**

 Módulo 1 - Introdução ACESSAR	 Módulo 2 - Aprendendo a ouvir ACESSAR	 Módulo 3 - Conhecimento alfabético ACESSAR	 Módulo 4 - Fluência ACESSAR	 Módulo 5 - Vocabulário ACESSAR
 Módulo 6 - Compreensão ACESSAR	 Módulo 7 - Produção de escrita ACESSAR	 Questionário de Finalização ACESSAR		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18)3702-2010
ANDRADINA-SP CEP. 16.901-010
Site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
E-mail: coordenacao.sme@andradina.sp.gov.br



Ação de Formação do Ensino Fundamental/Anos Iniciais Encontro Coordenação Pedagógica

*Secretária Municipal:
Supervisora do Ensino
Fundamental: Coordenadora Geral do Ensino Fundamental:
Coordenador de Projetos:
Coordenadora do Ensino Fundamental:*

Data: 12/04/2022

Local: Diretoria de Ensino de Andradina

Horário: 08h às 12h

Público Alvo: Coordenadoras Pedagógicas EMEF/EMEBI/EMEIF

Pauta: **Documentos/Registros 1º bimestre 2022**

- Formação gestão/docente feedback;

SISTEMA CADERNETA DIGITAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL PLATAFORMAS: WEB/MOBILE (ANDROID NATIVO) FUNÇÕES: • Diário de Classe o Acompanhamento de presença/ausência o Frequência dos alunos o Observações de atividades por Bimestre/Ocorrências o Resumo do conteúdo por Bimestre o Dados de Identificação Escolar o Rendimento escolar por bimestre • Semanário o Registro de atividades diárias por componente curricular • Documentos para o Conselho de Classe o Ficha de Conselho de Classe o Planilha de Acompanhamento Coordenação – Diagnóstico da Equipe Docente o Planilha de Acompanhamento Docente – Diagnóstico da Turma • Matriz Curricular • Calendário Letivo • Ficha de Reunião Pedagógica • Calendário de Formação Docente e de Gestores



- Spoiler – caderneta digital;

<https://andradina.escolaplay.com.br/>

Professor: **professor@teste**

Coordenador(Escola): **coord@teste**

Coordenador do Ensino Fundamental(Laura): **coord@sme**

Senha para todos usuários: **1234**

- Documento oficial - Cronograma/Plano de Ensino;
- Documento oficial - Ações específicas – alunos que permaneceram no ciclo - 3º anos;
- Documento oficial - Ações específicas – projeto Recuperação e Reforço;
- Documento oficial - Acompanhamento Coordenação Pedagógica;
- Documento oficial - Acompanhamento docente;
- Documento oficial Planilha de produção de textos;
- Ficha de Conselho;
- Personalização do Material Pedagógico; <https://www.educacao.andradina.materiale.com.br/>

acesso:

email: smeandradinacoord@gmail.com

senha:



ANO	COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADES	COORDENADORA RESPONSÁVEL
1º ANO	MATEMÁTICA	1, 2,	

1º ANO	MATEMÁTICA	4, 6,	
1º ANO	MATEMÁTICA	7, 8	
1º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	1, 2,	
1º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	5, 6,	
1º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	7	
2º ANO	MATEMÁTICA	1, 2,	
2º ANO	MATEMÁTICA	7, 8	
2º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	1,2	
2º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	3,4	
3º ANO	MATEMÁTICA	1,2	
3º ANO	MATEMÁTICA	3,4	
3º ANO	MATEMÁTICA	5,6	
3º ANO	MATEMÁTICA	7,8,9	
3º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	1, 2	
3º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	3, 4 E 5	
4º ANO	MATEMÁTICA	1,2	
4º ANO	MATEMÁTICA	5,6	
4º ANO	MATEMÁTICA	7,8,9	
4º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	2,4	
5º ANO	MATEMÁTICA	1,4	
5º ANO	MATEMÁTICA	8,9,10	
5º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA	2,5	

ANEXO U – PAUTA DE FORMAÇÃO PCP



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Coordenadora : PCP 12 – 03/04

HFCS - 4º ANO A,B,C,D

- Acompanhamento e verificação da organização da rotina semanal
- Orientação no planejamento
- Ler e escrever – Projeto "confabulando com fábulas"
 - (4º A e B) – atividade 2E4 - outras fábulas
 - (4º C e D)- orientação à substituta início do uso do livro - início do projeto
- Sequencia de ortografia – Ler e escrever
 - (4º A e B) – atividade 3 A eB
 - (4º C e D) – Início do trabalho com a sequencia
- Produção de texto
 - (4º A e B) – Revisão da produção: A tartaruga e a lebre/ história em quadrinhos
 - (4º C e D) _ história em quadrinhos
- Historia e geografia
 - (4º A e B) – sequencia do plano - Municipio
 - (4º C e D)
- Ciencias
 - (4º A e B) – Tratamento da água
 - (4º C e D) – organização das avaliações – fim de contrato
- Leitura da semana por capítulos
 - (4º A e B) – capítulo 5 e 6 " O cavaleiro de espora"
- EMAI – Término das sequencias 3 /imprimir a 4
- Desafio 3 da tabuada

Obs: Professora ausente –(atestado)

Professoras : _____

Coordenação: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Coordenadora : PCP 12 - 27/03

HFCS - 4º ANO A,B,C,D

- Acompanhamento e verificação da organização da rotina semanal
- Orientação no planejamento
- Ler e escrever – Projeto “confabulando com fábulas”
 - (4º A e B) – atividade 2D - Moral das fábulas
 - (4º C e D)
- Sequencia de ortografia – Ler e escrever
 - (4º A e B) – atividade 2B - ditado interativo
 - (4º C e D)
- Produção de texto
 - (4º A e B) – reescrita em duplas: A tartaruga e alebre
 - (4º C e D)
- História e geografia
 - (4º A e B) – Município
 - (4º C e D)
- Ciências
 - (4º A e B) – A água
 - (4º C e D)
- Leitura da semana por capítulos
 - (4º A e B) – capítulo 5 e 6 “ O cavaleiro de espora”
- EMAI – Término das sequencias 1 e 2
- Desafio 2 da tabuada

Obs: Professora ausente

Professoras : _____

Coordenação: _____

Coordenadora : PCP12 05 E 06/04

HFCS – 5º ANO A,B,C,D

- Acompanhamento e verificação da organização da rotina semanal
- Orientação no planejamento
- Ler e escrever – Projeto “CONTO DE MISTÉRIO”
(5º C e D) _ FINALIZANDO ETAPA 1
- Sequencia de ortografia – Ler e escrever
 - (5º C e D) – ETAPA 2
- Produção de texto
 - (5º A e B) – revisão da produção
 - (5º C e D) – reescrita individual de conto
 - Descritores: D 13
- Historia e geografia
 - (5º A e B) meridianos e linha do tempo
 - , 5º C e D) – meridianos e linha do tempo
 - Ciências
 - (5º A e B) – fases da lua
 - (5º C e D) – REVISÃO Sistema solar
- Leitura da semana por capitulos
 - (5º A e B) – O enigma do monstro
 - (5º C e D) – Os 3 amigos capitulo 6 e 7
- EMAI – Término das sequencias 4
- Descritores D10, 23

HFCS

Retomada das etapas de produção de texto e estudo das orientações e análise do descritor da semana, orientações , investir nas leituras colaborativas.

Orientações sobre instrumentos de avaliação em ciencias e matematica.

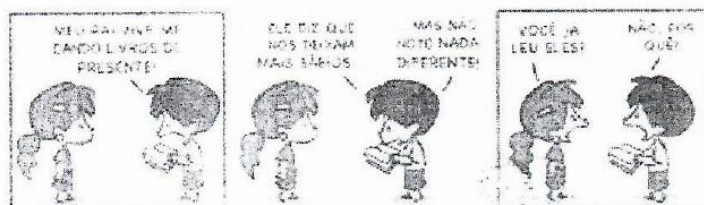
Devolutiva de visita – aulade matematica 5º A

Pofessores :

Coordenação: _____

HFCS 15 de setembro 2020 - PCP 6

Ter "a parte prática" que tem a ver com a importância da leitura



Orientações

- Semana de Aplicação de Avaliações.
- Vídeo Informativo aos pais sobre o final do 3º bimestre.
- Final do Bimestre previsto 30/09/2020.
- Organizar as fichas de Conselho.
- Preencher as Papeletas e o Portal 4R está quase finalizado para postar as notas.
- Observar se há erros na caderneta no quarto bimestre.
- Se for seguir o calendário anterior:

Conselho dia 02/10 (sexta-feira) de forma Remota.

Reunião de pais dia 07/10 (quarta-feira) de forma remota.

Estudo do dia: *"A leitura da palavra: aprofundando compreensões para aprimorar as ações. Concepções e prática educativa"* de Kátia Iompa Bräkling

- ✓ A psicóloga do CAEE, Maiza Figueiredo de Barros Rocha, proferirá uma palestra com o tema: "Acolhimento e Empatia", a ser ofertada como segue:

✓ *... (texto parcialmente visível) ...*

ANEXO V – PAUTA DE OBSERVAÇÃO PCP



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
POLO "JOSEPHA DE JESUS CARREIRA"
Rua: Santa Catarina, 444 – Benfica – Fone: (0xx18)3722.4450/Fax: 3722.8211;
ANDRADINA-SP

COORDENAÇÃO EM SALA DE AULA

FOCO NA OBSERVAÇÃO: COORDENADORA PCP.12

DATA: 6/6/2017

PROFESSOR (A): _____ ANO: 5º ano B

Conteúdo trabalhado durante a visita Revisão textual / conto de mistério

Atividade proposta pelo professor (a):

Revisão textual coletiva de um texto produzido individualmente em aula anterior.

Estratégias e recursos utilizados durante a aula:

A professora utilizou vídeo projetor, texto a ser revisado foi digitado e as inferências e sugestões foram sendo apresentadas pelos alunos e discutidas.

Interesse e participação dos alunos:


Os alunos demonstraram muito interesse e a revisão transcorreu de forma dinâmica.

Pontos a serem retomados:

A aula foi muito produtiva pois o texto selecionado pela professora estava propício para o trabalho de revisão de diversos focos apesar de ser proposto a melhora da coesão e coerência.

Durante a observação foram visitados os cadernos de produção.

ANEXO W – DEVOLUTIVA PROFESSORES PCP


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 ANDRADINA-SP

COORDENADOR EM SALA DE AULA

FOCO NA OBSERVAÇÃO: COORDENADORA _____ PCP 12

DATA DA VISITA: 31/1/2017

PROFESSOR (A): _____ 5º ANO: B - 2017

DEVOLUTIVA AO PROFESSOR

Orientação feita a professora após observação e apontamentos. Foram ressaltados a organização da aula em relação ao caderno, livro apresentaram rotinas e agenda diária organizada. Cadernos corrigidos e atividades vistadas. A professora demonstrou domínio do conteúdo e segurança ao fazer a explicação.

O que precisa ser retomado:

- * Disposição dos alunos para que todos sejam envolvidos na aula durante e realizem também as atividades.
- * Lançar desafios para que eles busquem as respostas.
- * Circular pela sala para que sintam a presença do professor.
- * Permitir que os alunos socializem suas hipóteses.
- * Seguir orientação do manual do professor.
- * Investir em algumas atividades para casa.
- * Oportunizar sempre participação dos alunos principalmente de alunos que possuem mais dificuldade.

 Coordenadora

 Professor(a)

Data 06/04 /2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANDRADINA-SP

COORDENADOR EM SALA DE AULA

FOCO NA OBSERVAÇÃO: COORDENADORA PCP 12

DATA DA VISITA: 24/03/2017

PROFESSOR (A): _____ ANO: 4º B

DEVOLUTIVA AO PROFESSOR

Diante da observação a professora foi orientada a diversificar as estratégias durante a aula para conseguir envolver todos os alunos, propondo a atividade como desafio para os alunos tentarem fazer sozinhos.

Investir na socialização das hipóteses formuladas e encontradas pelos alunos;

Organizar a sala em forma de "U" para que alunos dispersos participem.

Usar recursos tecnológicos para trabalhar com simuladores e correções

Realizar correções dos cadernos principalmente de alunos com maiores dificuldades

Coordenadora,

Professor(a)

Data 10/04 /2017

ANEXO X – PAUTA DE OBSERVAÇÃO PCP



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANDRADINA-SP

Pauta de orientação ao professor de 4º ano, nas disciplinas de língua portuguesa e história e geografia

Devolutiva da visita de observação do dia 02/09/2016

PCP12

Objetivo

Analisar o registro de observação da sala e refletir sobre organização, metodologia e intervenções. Em parceria com professor considerar algumas dificuldades pontuadas para o bom desenvolvimento e rendimento do trabalho com produção de texto.

Procedimentos

- Ler registro reflexivo de observação da sala.
- Discutir as estratégias adotadas pelo professor ao propor a produção.
- Levantar estratégias positivas para otimizar o tempo.

Aspectos facilitadores	Aspectos dificultadores
Dinâmica da professora e interação com os alunos	Não houve envolvimento de todos os alunos.
Encaminhamento da proposta de produção Leitura silenciosa, leitura pelo professor, e discussão sobre vocabulário.	Registro na lousa feito pelo professor (aluno não sugeriu nada na hora de usar as palavras e ou pontuação) Professor não atentou ao fato de usar letras misturadas de forma com cursiva (aluno cópia modelo)
Retomada através da leitura dos trechos já escritos.	

Alterações possíveis e sugestões (o que gostaria de alterar)

Sugestões de orientações de trabalho após visita de observação

Em relação a produção de textos observar os seguintes aspectos:

- Fazer uma lista na lousa, de sugestões das ideias dos alunos durante a produção para não perder as sugestões e conseguir escolher a melhor para incluir na produção.
- Solicitar as ideias passo a passo, e dar sequencia a partir da ultima sugerida.
- Questionar o tempo todo sobre o uso da pontuação.
- Deixar que o aluno dite a frase.
- Realizar leitura colaborativa e entregar o texto após essa leitura.
- Envolver os alunos mais alheios na atividade, instigando-os a participar com sugestões.
- Prestar atenção nos registros de lousa, não misturar as letras de forma e cursiva.

ANEXO Y - ANOTAÇÕES HFCS PROFESSORES

PCP6 HFCS 08/07/2020

Orientação Projetos de Leitura por meio das Tecnologias.

- Oferecer condições para o avanço na proficiência leitora.

- Alinhar o podcast e o vídeo Booktuber.

Booktuber } Estratégias utilizadas para fazerem as discussões
whatsapp

Questões
• Projetos Didáticos

- Como é a desenvoltura da criança?

- O que é possível ser feito "criança"?

• Como faz as indicações literárias, as possibilidades e fluência em tecnologias.

- Capacidade de linguagem mobilizadas.

- nível de compreensão.

- Pré-requisitos (treinos / várias leituras / fluidez e fluência).

ebook } Leio mais no ebook do que físico pelo preço.

Indicações literárias

- Idosos para Alemanha } Traduz as
série suas obras;
- Guerra do Vietnã } Ficação Científica Ficação Científica

- Os sete } Ficação (romance) Construção da
Imaginação.

O amigo alemão f.
O homem do castelo L.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANDRADINA-SP

HORÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO – HFCS - 2016

PROFESSOR: _____ - Arte (manhã/tarde)

COORDENADOR: PCP 12

DATA: <u>31/03/2016</u>	/CONTEÚDO	Com Coordenador
Acompanhamento pedagógico do conteúdo Semanal.		
DATA: <u>31/03/2016</u>	/CONTEÚDO	Preparo de aulas
Preparando aulas para os alunos do 1º ao 5º Ano de acordo com plano. Pintura projeto Talentos		
DATA: <u>31/03/2016</u>	/CONTEÚDO	Leitura/Estudo individual
T de Toulouse - Lautrec de Marie Sellier		
DATA: <u>07/04/2016</u>	/CONTEÚDO	Com Coordenador
Acompanhamento pedagógico do conteúdo Semanal.		
DATA: <u>07/04/2016</u>	/CONTEÚDO	Preparo de aulas
Preparando aulas para os alunos do 1º ao 5º ano conforme semanário		
DATA: <u>07/04/2016</u>	/CONTEÚDO	Leitura/Estudo individual
Origami - Dobras - contos e encantos de Carlos Genovas. Escrituras		
Ass. do coordenador: _____		
Ass. do Diretor de escola: _____		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANDRADINA-SP

HORÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO – HFCS - 2016

PROFESSOR: Marrizia Cassandria Rodrigues 4º ANO: A/B (Língua Portuguesa História e Geografia)

COORDENADOR: PCP 12

DATA: <u>29/04/2016</u> /CONTEÚDO	Com Coordenador
Conselho de classe	
DATA: <u>28/04/2016</u> /CONTEÚDO	Preparo de aulas
Visto nos cadernos.	
DATA: <u>25/04/2016</u> /CONTEÚDO	Leitura/Estudo individual
Lendo o livro de Português Porta Aberta.	
DATA: <u>06/05/2016</u> /CONTEÚDO	Com Coordenador
Preparação de aula semanal com coordenadora Kédma.	
DATA: <u>05/05/2016</u> /CONTEÚDO	Preparo de aulas
Conexão de trabalho de história.	
DATA: <u>02/05/2016</u> /CONTEÚDO	Leitura/Estudo individual
Leitura do livro de história 4º ano.	
Ass. do coordenador: _____	
Ass. do Diretor de escola: _____	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
POLO "JOSEPHA DE JESUS CARREIRA"
Rua: Santa Catarina, 444 – Benfca – Fone: (0xx18)3722.4450/Fax: 3722.8211;
ANDRADINA-SP

COORDENAÇÃO EM SALA DE AULA

FOCO NA OBSERVAÇÃO: COORDENADORA PCP 12

DATA: 6/6/2017

PROFESSOR (A): _____ ANO: 5º ano B

Conteúdo trabalhado durante a visita Revisão textual / ponto de mistério

Atividade proposta pelo professor (a):

Revisão textual coletiva de um texto produzido individualmente em aula anterior.

Estratégias e recursos utilizados durante a aula:

A professora utilizou vídeo projetor, texto a ser revisado foi digitado e as inferências e sugestões foram sendo apresentadas pelos alunos e discutidas.

Interesse e participação dos alunos:

Os alunos demonstraram muito interesse e a revisão transcorreu de forma dinâmica.

Pontos a serem retomados:

A aula foi muito produtiva pois o texto selecionado pela professora estava propício para o trabalho de revisão de diversos focos apesar de ser proposto a melhoria da coesão e coerência.

Durante a observação foram vistos os cadernos de produção.

ANEXO Z – SEMANÁRIOS/ROTINAS PCPs

PCP2

SEGUNDA 02/03	TERÇA 03/03	QUARTA 04/03	QUINTA 05/03	SEXTA 06/03
<p>HFCs 5º ano LP/M</p> <ul style="list-style-type: none"> - Início PROERD mensal; - Reforço lita; - Língua portuguesa e redações; - Descritores; - Combinados com conteúdo; - Hist/Geog plano - mapas - Ciências/mat 	<p>HFCs 4º ano Matemática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforço lita; - Descritores; - Atividades com gabarito; - Combinados com conteúdo - ling Port - combinação do conteúdo; - mapas 	<ul style="list-style-type: none"> - Agendamento final; - Entrega das mapas - Impressão Produção - portfólio 4º; - HFCs Inglês - Orientação semanal; - Combinados pedagógicos 	<p>Convocação PCPs 1º a 5º</p> <p>Horário 8h-17h</p> <p>Planilhas de produção;</p> <p>Planos (AEE);</p> <p>Combinados.</p>	<p>HFCs - Arte</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combinados do plano; - Socialização das aulas; - Cartazes "Linha"; - HFCs - AEE - Socialização; - Atividades a serem trabalhadas; - Semanários e portfólio.
<p>Planejamento e socialização da HTPC</p>	<p>Organização do horário reforço e descritor</p> <p>HFCs - Oficinas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combinados Pedagógicos; - Orientação no do semanário; - Cronograma por quinto Planche / culto 	<p>acompanhamento do almoço.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material Empreendedorismo - digital (repassar profª Daniela) - Socialização Equipe Gestora - horário de acompanhamento do almoço. 	<p>Convocação PCPs EMEBI</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação 2019 - autoavaliação - cronograma Empreendedorismo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção e distribuição dos conteúdos a serem reparados na HTPC - Currículo Pauleta

HTPC: 17h40 às 19h20

SEGUNDA 09/03	TERÇA 10/03	QUARTA 11/03	QUINTA 12/03	SEXTA 13/03
<p>HFCs 5º ano Uânia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto "Conto de mistério"; - Sequência didática "Conto de mistério"; - Ortografia e pontuação 	<p>HFCs 4º ano Mat. Gabriela</p> <ul style="list-style-type: none"> - Socialização material do profº Emaci; - Análise mapas; - Exercícios - dia da semana; - Reforço: AIB - montagem de atividades 	<p>Atendimento aluno e profº</p> <ul style="list-style-type: none"> - separação dos livros de Emaci 2019 para aproveitamento HFCs Inglês - Utilizar vídeos na biblioteca - Preparar parte para atividades 	<p>Convocação Equipe Guterá</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oficina de construção curricular "Currículo Paulista" 	<p>Convocação Direção Coordenação Profº AEE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientações técnicas sobre as salas de AEE
<p>Planejamento e socialização HTPC</p> <ul style="list-style-type: none"> - Currículo Paulista 	<p>HFCs Oficinas (individual)</p> <ul style="list-style-type: none"> Exp. M. e Lit. Prod. - pauta de reunião com Orientadores; - Planilha Descritores Bot/Mat. Empreendedorismo. - Socialização da formação; - Atividades que 	<p>Acompanhamento do almoço</p> <ul style="list-style-type: none"> - leitura do material para o GTPEI 	<p>Acompanhamento das oficinas</p> <ul style="list-style-type: none"> Temas Transversais: - atribuição - folha ponto - Utagma - Sênio 	<p>Acompanhamento almoço</p> <ul style="list-style-type: none"> - organização de documentos

HTPC: 17h40 às 19h20 podem ser desenhadas;

Oficina - reunião

SEGUNDA 13/07	TERÇA 14/07	QUARTA 15/07	QUINTA 16/07	SEXTA 17/07
<p>Presencial</p> <ul style="list-style-type: none"> HFCs coletiva 5º anos 4º e 5º fazenda - Tutorial presencial google docs e forms. - Início de organização do pauta e curricular coord. 	<p>Revisão dos planos Descritores plataforma 23107</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão dos planos para impressão - Atendimento a aluno Thais 5º ano não está participando. 	<p>Envio dos planos para impressão semana 06 à 10/07</p> <ul style="list-style-type: none"> Presencial Reunião Equipe Guterá - socialização das avaliações SME aulas Remotas - Avaliação funcional (prod e funcional) 	<p>Curículo as profº</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5º ano (goos gle forms) e Profº a folha ponto, cadavete e avaliações Profº Maysa. documentos em branco e avaliação dos alunos. Análise das atividades aplicadas no google forms 	<p>Revisão a com pensar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Impressão das produções; - Planilha para assinar; - Utagma - conteúdo para cadavete.
<p>denadora</p> <ul style="list-style-type: none"> - Impressão das planilhas de acompanhamento; - Término da organização da pauta Alimentação 4º A 	<p>Reservação do grupo 4º ano A</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visitar semana: Exp. Mat/ Lit. Prod./ Empreendedorismo BI/ Arte e Inglês line - Maysa 15h 	<p>denadora</p> <ul style="list-style-type: none"> - Impressão das atividades AEE HFCs Coletiva EMEBI - Necessidades formativas - Tutoriais - tecnologia (Profº C... ..) 	<p>denadora</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curículo as professoras em relação as avaliações (google forms) 5º anos Mat e Port. - Produção de texto prodº uniam a produção no 4º ano malha coordenação 	

HTPC: 17h40 às 19h20

PCP6

ROTINA SEMANAL DA COORDENAÇÃO - PCP 6

MÊS Julho SEMANA 13/07/20 à 17/07/20

PERÍODO	2º FEIRA 13	3º FEIRA 14	4º FEIRA 15	5º FEIRA 16	6º FEIRA 17
MANHÃ	Preparo da Pasta da HTPC. 9h às 12h. "Escola". Eleição Condutor. Cas. Uma Pádua	- Tabulação dos Resultados da Avaliação da Educação Remota. Preparo do Doc	HFCs Coletiva 10h 30m Tutorial Forms.	Planos de aula - forma para impressão Organização.	Acompanhar
TARDE	1º. ou 3º. Ano	Organização dos estudos 9h às 12h "Escola". Live: Facebook 15h Tema: "Sistema de Avaliação em ambiente escolar". Prática maior "Seguimento".	HFCs Coletiva 15h 30m Tutorial Forms.		

ASSUNTO HTPC _____

ROTINA SEMANAL DA COORDENAÇÃO

MÊS Setembro SEMANA 21/09/20 à 25/09/20 PCP 6

PERÍODO	2º FEIRA 21	3º FEIRA 22	4º FEIRA 23	5º FEIRA 24	6º FEIRA 25
MANHÃ	- Preparo HTPC Atendimento na Escola 8h às 12h	• Tabulação resultados Avaliações. • Projeto Criança com Deficiência também Aprende AEE.	• Palestra: "mais produtividade" 10h às 11h 30. • Atendimento e empatia • Confirmação: Marylândia • lista de presença • Google "meet".	9h: Formação Continuada da "Programa Unidos Pela Vida" Sireci • Prof. e Novas Práticas • Jéssica do Nascimento	
TARDE	• Tema: Organização Conselho de Classe e Reunião de Pais • Processo Avaliativo • Questionário Antea SME.	HFCs: Palestra You Tube: "Avaliação em Contexto Online" Juliana Hoffmann	• Palestra: "Margalbio" (15h30 às 17h) • Atendimento e empatia • Confirmação: Antea. • lista de presença • Google "meet".	• Atendimento aos Professores 14h.	

ASSUNTO HTPC Organização do Conselho de Classe, Reunião de Pais e Processo Avaliativo do 3º Bimestre.

ANEXO AA – AUTOAVALIAÇÃO PCPs**AUTOAVALIAÇÃO – PROFESSOR COORDENADOR PEDAGÓGICO**

1. Organizo minha rotina de trabalho semanal, priorizando o acompanhamento das aprendizagens dos alunos; orientações e feedbacks aos professores e monitoramento do desenvolvimento do Currículo?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

2. Realizo devolutivas propositivas aos professores, pautadas na reflexão sobre a prática, análise dos resultados e estímulo-os a assumirem novos desafios?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

3. Acompanho o desenvolvimento da prática docente do professor em sala de aula e/ou a realização de aulas compartilhadas previamente planejadas em parceria com os professores?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

4. Estabeleço e cumpro um cronograma de atendimento aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ ou baixo rendimento?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

5. Mantenho registros atualizados das atividades realizadas, das orientações repassadas e os combinados estabelecidos nos momentos de devolutivas aos professores?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

6. Procuo circular diariamente entre as salas para observação de todo o ambiente escolar e o contato mais próximo com professores e alunos?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

7. Reservo momentos de estudo e pesquisas sobre novas metodologias e sugestões de materiais para auxiliar e facilitar o trabalho do professor?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

8. Procuo ser resiliente no dia a dia, pautando no equilíbrio e no bom senso ao mediar conflitos e lidar com situações de pressão?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

9. Mantenho minha disposição de diálogo com os professores para o fomento de projetos interdisciplinar?

() SIM () NÃO () ÀS VEZES

10. Dialogo com os professores sobre o processo de ensino e aprendizagem?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
11. Promovo atividades em conjunto com a Direção da Escola?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
12. Mantenho minha assiduidade nos dias e nos horários estabelecidos para contato com professores e alunos?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
13. Avalio e acompanho as ações individuais dos professores?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
14. Procuo promover um bom relacionamento entre alunos, professores, coordenação e direção?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
15. Dou retorno às solicitações dos alunos e dos professores?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
16. Procuo me manter atualizado e qualificado para exercer minhas atribuições?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
17. Atendo às famílias dos alunos com cordialidade e eficiência?
() SIM () NÃO () ÀS VEZES
18. Acompanho e realizo registros sistematicamente nos Horários de Formação Continuada em Serviços (HFCS), auxiliando os professores na tomada de decisões?
() SIM () NÃO
19. Atendo às solicitações da Secretaria Municipal de Educação dentro dos prazos estabelecidos?
() SIM () NÃO
20. Acompanho o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência (s), transtorno (s), síndrome (s) e outros que apresentam dificuldades e limitações?
() SIM () NÃO

21. Acompanho o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos na sala de informática?

() SIM () NÃO

22. Acompanho o Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado dentro ou fora da escola?

() SIM () NÃO

23. Tenho conhecimento (leituras e análises) da Base Nacional Comum Curricular BNCC?

() SIM () NÃO

24. Acompanho a implementação da Base Nacional Comum Curricular BNCC?

() SIM () NÃO

25. Numa escala de 0 a 10, sendo 0 para insatisfatório e 10 para plenamente satisfatório, atribua uma nota para o seu trabalho em 2018.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

.....
Além disto, se provavelmente as questões não incluem algumas de suas percepções, descreva:

a) Até três pontos positivos (avanços):

b) Até três pontos a serem melhorados (pontos de atenção):

c) Outros comentários: críticas e/ou sugestões para redirecionamento do trabalho em 2019:



Boas Festas e um 2020 repleto de bênçãos e realizações!

Nome: _____

Polo: _____

ANEXO BB – PARECER CONCLUSIVO DA SUPERVISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18)37022010
 ANDRADINA-SP CEP. 16.901.010
 site: www.educacaoandradina.sp.gov.br
 e-mail: supervisao.sme@andradina.sp.gov.br

PARECER CONCLUSIVO DA SUPERVISÃO E DA DIREÇÃO SOBRE A PERMANÊNCIA DO PROFESSOR COORDENADOR PARA O ANO DE 2019, DE ACORDO COM A LEI Nº 2554/2009, ART.9º. § 2º.

ART.9º: Além dos cargos previstos no artigo anterior, poderá haver na unidade escolar postos de trabalho destinados às funções em designação de Professor Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola e nos Centros de Educação Infantil postos de trabalho destinados às funções em designação de Coordenador Pedagógico na forma do anexo 2 prevista a esta lei, sendo avaliados anualmente em conformidade com o Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional do Integrante do Quadro do Magistério Municipal.

§ 2º: O Professor Coordenador Pedagógico, da EMEI, da EMEF e o Coordenador dos Centros de Educação Infantil, serão avaliados pelo Diretor e Supervisor das respectivas unidades de ensino.

O PROFESSOR COORDENADOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI), DEVERÁ CONTINUAR NO PRÓXIMO ANO?

() SIM

() NÃO

Caso sua resposta seja “negativa”, qual é a justificativa e materialidade que você possui, para tal negação?

O PROFESSOR COORDENADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL (EMEI), DEVERÁ CONTINUAR NO PRÓXIMO ANO?

() SIM

() NÃO

Caso sua resposta seja “negativa”, qual é a justificativa e materialidade que você possui, para tal negação?

O PROFESSOR COORDENADOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (EMEF), 1º AO 3º ANO, DEVERÁ CONTINUAR NO PRÓXIMO ANO?

() SIM

() NÃO

Caso sua resposta seja “negativa”, qual é a justificativa e materialidade que você possui, para tal negação?

O PROFESSOR COORDENADOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (EMEF), 4º E 5º ANO, DEVERÁ CONTINUAR NO PRÓXIMO ANO?

() SIM

() NÃO

Caso sua resposta seja “negativa”, qual é a justificativa e materialidade que você possui, para tal negação?

O PROFESSOR COORDENADOR DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (EMEBI), 1º AO 3º ANO, DEVERÁ CONTINUAR NO PRÓXIMO ANO?

() SIM

() NÃO

Caso sua resposta seja “negativa”, qual é a justificativa e materialidade que você possui, para tal negação?

O PROFESSOR COORDENADOR DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (EMEBI), 4º E 5º ANO, DEVERÁ CONTINUAR NO PRÓXIMO ANO?

() SIM

() NÃO

Caso sua resposta seja “negativa”, qual é a justificativa e materialidade que você possui, para tal negação?



Boas Festas e um 2020 repleto de bênçãos e realizações!

POLO: _____

SUPERVISOR: _____

DIRETOR: _____

RESOLUÇÕES ERE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18) 3702.2010
ANDRADINA-SP CEP. 16.901.010
Site: www.educacao.andradina.sp.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 200 DE 8 de ABRIL DE 2020

A Secretária Municipal de Educação de Andradina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Plano de Contingenciamento da COVID 19, do DECRETO 6.916 de 18 de março de 2020; DECRETO 6.926 de 7 de abril de 2020 e MEDIDA PROVISÓRIA n.934 de 1º de abril de 2020 tendo em vista a necessidade da oferta de Atividades Pedagógicas Complementares nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental do Sistema de Ensino Municipal (1º ao 5º ano e EJA):

RESOLVE:

Fixar normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino Municipal de Andradina, e dá outras providências com fundamento no artigo 80 da Lei Federal 9.394/1996 e no Decreto 9.057/2017, considerando:

- que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11-03-2020, que a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia e que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para restringir a disseminação da COVID-19, além da necessidade de se reduzir a circulação de pessoas e evitar aglomerações em toda a cidade;
- a edição do Decreto Estadual 64.862/20, publicado em 14-03-2020, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus);
 - o artigo 24 e, em especial, o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que dispõe em seu § 2º que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;
 - o artigo 32 § 4º da LDB que afirma que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais;
 - o Decreto-Lei 1.044/1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica; a Deliberação CEE 59/2006, que estabelece condições especiais de atividades escolares de aprendizagem e avaliação, para discentes cujo estado de saúde as recomende;

- a autonomia e responsabilidade na condução de seus respectivos projetos pedagógicos pelas instituições ou redes de ensino de qualquer etapa ou nível da educação nacional;
- e as implicações da pandemia da COVID-19 no fluxo do calendário escolar, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais a fim de minimizar a disseminação da COVID-19 possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas dentro de condições razoáveis;

Delibera,

Art 1º – As instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do município de Andradina, públicas ou privadas da Educação Básica, tendo em vista a importância da gestão do ensino e da aprendizagem, dos espaços e dos tempos escolares, bem como a compreensão de que as atividades escolares não se resumem ao espaço de uma sala de aula, deverão reorganizar as formas de aprendizagem nesta situação emergencial, podendo propor, formas de realização de atividades escolares não presenciais.

I- fica estabelecido que do dia 23 de março até o dia 17 de abril de 2020, tanto alunos quanto professores das Unidades Escolares pertencentes ao município de Andradina encontrar-se-ão em período de Recesso Escolar;

II – adotar providências que minimizem as perdas dos alunos com a suspensão de atividades nos prédios escolares;

III – assegurar que os objetivos educacionais de ensino e aprendizagem previstos nos planos de cada escola, para cada uma das séries (anos), sejam alcançados até o final do ano letivo;

IV – garantir que o calendário escolar seja adequado às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e de saúde, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto em Lei, ou seja, sem redução das oitocentas horas de atividade escolar obrigatória, conforme previsto no § 2º, do art. 23, da LDB;

V – computar nas 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória as atividades não presenciais dos prédios escolares, caso atendam às normas vigentes sobre dia letivo (Indicação CEE 185/2019);

VI – respeitar as especificidades, possibilidades e necessidades dos bebês e das crianças da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem (ainda a ser regulamentada);

VII- a partir do dia 22 de abril de 2020 toda equipe das unidades escolares (gestores, professores e alunos-Ensino Fundamental (1º ao 5º e EJA)), deverão acessar a Plataforma Digital contendo Atividades Pedagógicas Complementares por área de conhecimento ou por componente curricular utilizando-se a metodologia da problematização, com fomento à pesquisa em diferentes fontes e formas de registro para consolidação do aprendizado;

VIII- para àqueles alunos que não tiverem condições de realizar as atividades na Plataforma Digital por não disporem de equipamentos eletrônicos, a Direção da Unidade Escolar deverá ser contatada por meio telefônico e providenciar a impressão das Atividades Complementares para esses alunos, de forma que não aja prejuízo em suas aprendizagens;

IX- as Unidades de ensino deverão registrar de forma pormenorizada e arquivar as comprovações que demonstram as atividades escolares realizadas fora da escola, a fim de que possam ser autorizadas a compor carga horária de atividade escolar obrigatória a depender da extensão da suspensão das aulas presenciais durante o presente período de emergência.

X- no Ensino Fundamental, excepcionalmente, na atual situação emergencial, quaisquer componentes curriculares poderão ser trabalhados na modalidade semipresencial. As atividades semipresenciais deverão ser registradas e eventualmente comprovadas perante as autoridades competentes e farão parte do total das 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória.

Art. 2º Todas as decisões e informações decorrentes desta Resolução deverão ser transmitidas pelas instituições de ensino aos pais, professores e comunidade escolar.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Andradina, 8 de abril de 2020.

Lucilene Novais dos Santos
RG. 21.482.386-6
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18) 3702.2010
 ANDRADINA-SP CEP. 16.901.010
 Site: www.educacao.andradina.sp.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 202 DE 5 DE MAIO DE 2020

Consustancia a Resolução nº 200/2020 estabelecendo normas para reorganização das atividades escolares não presenciais do Ensino Fundamental e orienta às escolas municipais de E.F quanto à criação de novos canais de comunicação com familiares e alunos pertencentes ao Sistema Municipal de Educação durante o período de suspensão de aulas em função da pandemia da COVID-19.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- ✓ O Plano de Contingenciamento da COVID 19, o DECRETO 6.916 de 18 de março de 2020, o DECRETO 6.926 de 7 de abril de 2020, com possibilidade de prorrogações e indefinição do tempo total de suspensão de aulas;
- ✓ A Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo para a educação básica;
- ✓ O previsto no Art. 1º da Resolução SME 200/2020 e seus incisos;
- ✓ O Parecer nº 05 do Conselho Nacional de Educação, de 28 de abril de 2020 que trata da reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19;
- ✓ O prolongado período de suspensão de aulas e a importância da manutenção de vínculos socioemocionais entre professores e seus alunos;
- ✓ A necessidade de criar distintos canais de comunicação entre professores e familiares como forma de manutenção de vínculos, de minimizar os impactos das medidas de isolamento social nas aprendizagens dos alunos regularmente matriculados nas Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental.

Resolve:

Art 1º- Reorganizar os calendários escolares das Unidades de Ensino Fundamental e dá providências quanto aos canais de comunicação a serem criados entre profissionais da educação e familiares ou responsáveis pelos alunos matriculados nas Unidades pertencentes ao Sistema Municipal de Educação de Andradina;

Art. 2º - Os principais marcos do calendário escolar alterados foram:

- Semana de suspensão gradual de aulas e prevenção à COVID 19: 16 a 20 de março.
- Recurso escolar: 23 de março até 17 de abril
- Conferência Virtual- Orientações sobre Atividades Pedagógicas não presenciais- 22 de abril

- Retorno às aulas de forma Remota (Atividades Pedagógicas não Presenciais)- 23 de abril.
- Retorno dos HTPCs: 4 de maio.
- Encerramento do 1º bimestre letivo: 29 de maio.
- Realização do Conselho de Classe e Série (*on line*): 2 de junho

Art. 3º- Com a finalidade de contribuir para minimização das eventuais perdas para os alunos, as escolas, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, deverão desenvolver materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para além daquelas previstas na Plataforma Digital sem que aconteçam alterações nas habilidades ali propostas.

§ 1º - As escolas deverão buscar uma aproximação virtual entre professores e familiares, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com os alunos;

§ 2º- Os gestores escolares, por meio de mobilização virtual, deverão solicitar aos professores que criem novos canais de comunicação com as famílias dos alunos de suas turmas, se já não os possuírem, utilizando mídias sociais de longo alcance e de fácil utilização como (*WhatsApp, Facebook, Instagram*);

§ 3º - Deverá ser realizado pela direção da Unidade Escolar um agendamento presencial para os professores que não dispuserem de equipamento próprio com acesso à internet, observando sempre as medidas preventivas conforme orientação da OMS, tais como distanciamento, etiqueta respiratória, uso de máscara.

§ 4º- Também poderá ser disponibilizado para os alunos, além das aulas utilizando recursos tecnológicos como (Plataforma Digital, Mídias Sociais, Whatsapp, dentre outras), a possibilidade de realização de atividades em materiais físicos (tais como os cadernos do aluno (EMAI e LER e ESCREVER), livros didáticos do PNLD, livros de literatura, apostilas do TOKA ou listas de atividades impressas pelas escolas) observando sempre as medidas preventivas à COVID 19;

§ 5º Os professores também poderão mediar suas aulas junto aos alunos, utilizando as atividades disponibilizadas pela programação oferecida nos canais da TV Educação (CANAL 5.2 e 5.3).

Art. 4º- Deverão ser elaborados instrumentos de resposta e *feedback* quanto à realização das atividades pelos alunos, por meio de pesquisas virtuais e registros de forma a garantir as horas letivas, preferencialmente de acordo com a jornada docente.

§ 1º Para que o previsto no Art. 4º seja efetivado é fundamental que os professores se organizem utilizando Roteiros (Semanário) para suas Aulas não presenciais, esses roteiros podem ser interdisciplinares, contabilizando as atividades a serem realizadas para cada componente curricular.

I. Para a elaboração desses registros é essencial que os professores considerem os recursos de que os estudantes efetivamente dispõem, propondo atividades que todos possam realizar e podendo sugerir atividades adicionais utilizando recursos que nem todos têm disponíveis apenas de forma complementar.

II. Alguns elementos essenciais para constar nos roteiros são:

- a) número de aulas a que equivalem;
- b) habilidades a serem trabalhadas;
- c) atividades a serem realizadas (incluindo o tempo previsto para cada uma);
- d) instrumentos para verificação da aprendizagem.

III. Para que a Equipe Gestora e Coordenação Pedagógica possam acompanhar as atividades propostas por cada professor e verificar se a maioria dos estudantes está sendo alcançada, sugere-se a formulação de uma Planilha de Acompanhamento ou até mesmo a participação nas turmas por meio das mídias escolhidas pelo professor.

IV- Os professores dos Projetos de Recuperação, de Língua Inglesa, Oficinas e A.E.E deverão produzir o conteúdo de suas orientações específicas utilizando o canal digital que for capaz de alcançar o aluno de modo mais ágil e que priorize o estreitamento dos laços, tendo em vista às características desse público, como sugestão: whatsapp e grupos fechados no facebook. Somente na impossibilidade destes é que se produzirão atividades impressas.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Andradina, 5 de maio de 2020.

Lucilene Novais dos Santos
RG. 21.482.386-6
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Resolução SME nº 211, de 17 de fevereiro de 2021

Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de ensino municipal de Andradina para o ano letivo de 2021, nos termos do Decreto Estadual nº 65.384/20, Decreto Municipal 7076/21, Plano São Paulo e dá providências correlatas:

A Secretária da Educação, no uso das suas atribuições, e considerando:

- O previsto no Decreto Municipal 7076/21, que fixa normas para a retomada das atividades educacionais presenciais a partir de 1º de março;
- A necessidade de organização dos calendários escolares para o ano letivo de 2021 no Sistema de Ensino Municipal;
- As intercorrências envolvendo ações que independem da atuação desta Secretaria de Educação;
- A impossibilidade de cumprimento dos prazos relativos a garantia de uso dos protocolos necessários para o retorno presencial dos alunos;
- A necessidade de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos para o ano letivo de 2021 nos planos da escola e de cada docente para os anos, modalidades e e/ou ciclos;
- A necessidade de se assegurar as condições que favoreçam a realização de atividades escolares presenciais de forma segura para estudantes e profissionais da educação;
- A autonomia das unidades escolares no cumprimento às incumbências previstas nas normas legais;
- A importância das interações presenciais nas escolas com professores e colegas para a saúde emocional e aprendizagem dos estudantes, comprovada por evidências científicas sobre os efeitos negativos de longos períodos de suspensão das aulas presenciais;
- A oferta do ensino híbrido/remoto como possibilidade para a garantia da aprendizagem no contexto em que é necessário o revezamento de estudantes para o respeito aos protocolos sanitários.

Resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS A TODAS AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS DE ANDRADINA:

Artigo 1º - As unidades escolares de educação básica da rede municipal de ensino, oferecerão atividades presenciais aos alunos, observados os parâmetros de classificação epidemiológica constantemente atualizados no âmbito do Plano São Paulo, instituído no Decreto 64.994/2020, os termos do Decreto Municipal 7076/21 e as disposições desta Resolução.

§ 1º - As aulas e demais atividades presenciais deverão ser retomadas nas unidades escolares de educação infantil e ensino fundamental, observado o limite máximo de estudantes estabelecido nos protocolos sanitários específicos para a área da educação, bem como os definidos para as áreas e fases indicadas no Plano São Paulo, nos termos do Artigo 3º do Decreto 65.384, de 17-12-2020, atendidas as seguintes proporções:

I - nas fases vermelha ou laranja, com a presença limitada a até 35% do número de alunos matriculados;

II - na fase amarela, com a presença limitada a até 70% do número de alunos matriculados;

III - na fase verde, admitida a presença de até 100% do número de alunos matriculados.

§ 2º - Os estudantes pertencentes ao grupo de risco para a COVID-19 que apresentem atestado médico poderão participar das atividades escolares exclusivamente por meios remotos, enquanto perdurar a medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22-03-2020.

Artigo 2º - Todas as unidades escolares deverão ofertar atividades presenciais e atividades não presenciais para os estudantes.

Artigo 3º- Todas as instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Educação, deverão adotar as diretrizes sanitárias do Protocolo Intersetorial do Plano São Paulo, aplicável a todos os setores, empresas e estabelecimentos, complementadas pelas medidas constantes nos Protocolos Específicos para o Setor da Educação.

Parágrafo Único- As unidades escolares de que trata o “caput” deste artigo deverão informar à Supervisão de Ensino os protocolos sanitários efetivamente adotados, bem como assegurar sua observância, podendo adotar medidas adicionais de prevenção.

Artigo 4º - Serão consideradas no cômputo das horas letivas mínimas para o ensino fundamental as atividades presenciais realizadas na escola e as atividades realizadas por meio remoto, considerando o previsto nos termos do Artigo 24, inciso VI, da Lei 9.394, de 20-12-1996 e Deliberação CEE 195, de 14-01-2021.

Parágrafo Único- Todas as unidades de ensino da educação infantil e ensino fundamental submetidas à jurisdição da Secretaria Municipal de Educação são obrigadas a registrar e informar as ocorrências de casos suspeitos e confirmados de COVID-19.

Artigo 5º - Todas as atividades escolares presenciais, realizadas na escola ou as por meio remoto, deverão ser registradas e, se necessário, comprovadas perante as autoridades competentes.

CAPÍTULO II

Artigo 6º- As escolas deverão organizar revezamento de estudantes de acordo com os dias definidos para atendimento presencial, conforme etapa de ensino, classe e turno, priorizando os estudantes que tenham maior necessidade de atendimento presencial e seguindo as normativas já expedidas por essa Secretaria;

Parágrafo Único- A programação das atividades escolares presenciais deve ser compatibilizada com a programação das atividades da Plataforma Creator4All.

Artigo 7º - Nos dias letivos em que os estudantes não estiverem presencialmente nas unidades escolares, de acordo com planejamento definido pela equipe escolar, eles deverão, obrigatoriamente, assistir às aulas ofertadas pela Plataforma Creator4All e também àquelas elaboradas sob a forma impressa;

§ 1º - As atividades realizadas por meio da Plataforma Creator4All serão contabilizadas como frequência regular dos alunos;

§ 2º - O aluno, quando em atividades escolares não presenciais, deverá interagir com os professores da respectiva unidade escolar por meio das mídias sociais pré definidas;

Artigo 8º - As unidades escolares da rede municipal somente poderão realizar atividades presenciais quando estiverem aptas ao cumprimento dos protocolos sanitários;

Artigo 9º - As jornadas e as cargas horárias de trabalho dos profissionais da educação da rede municipal passaram a ser cumpridas presencialmente na unidade escolar desde 8 de fevereiro de 2021 e deverão seguir as etapas descritas nos incisos a seguir:

- I. De 22/2/2021 até 12/03/2021- todos os professores (independentemente de pertencerem ao grupo de risco para COVID 19) realizarão trabalho sob a forma remota;
- II. Todas as escolas municipais funcionarão em horário normal (integral) contando com a presença da Equipe Gestora (diretor e vice diretor) e de todos os funcionários;
- III. Caberá aos Coordenadores Pedagógicos das EMEFs e da EMEIs desenvolverem o trabalho remoto em parceria com os professores;
- IV. Os Centros de Educação Infantil (CEIs) funcionarão em horário normal (integral) devendo todos os seus funcionários (Gestor do CEI, Coordenadores, ADIs e os demais lotados no local) cumprirem horário integral de sua jornada dentro da instituição, com exceção das HTPCs e HFCs que poderão ser desenvolvidos sob a forma remota;
- V. A carga horária sob a forma remota atinente aos alunos da Educação Infantil (CEI e EMEI) e Ensino Fundamental (EMEF) ocorrerá da seguinte forma:
 - a. Ensino Fundamental – 4h/a por meio das mídias sociais e/ou serviços de conferências remotas (*meet, zoom, skype, etc*) e 1h/a utilizando a plataforma CREATOR4ALL;
 - b. Ensino Infantil (EMEI)- 3h/a por meio das mídias sociais e/ou serviços de conferências remotas (*meet, zoom, skype, etc*) e 1h/a utilizando a plataforma CREATOR4ALL;
 - c. Ensino Infantil (CEI)- 1h/a por meio das mídias sociais e/ou serviços de conferências remotas (*meet, zoom, skype, etc*).
- VI. As Atividades Educacionais Presenciais na Unidades escolares Municipais retornarão sob a forma presencial a partir de 15/03/2021.
- VII. A dispensa de realização de atividades presenciais está condicionada à apresentação de atestado médico atualizado com o respectivo código da Classificação Internacional de Doenças – CID-10, que

comprove pertencimento ao grupo de risco para a COVID-19, permitindo o desenvolvimento das atividades de docência, planejamento e formação exclusivamente por meio remoto, enquanto perdurar a medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22-03-2020.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência limitada ao calendário escolar relativo ao ano letivo de 2021, podendo ser alterada por novo ato normativo a qualquer momento, em observância à evolução da situação epidemiológica ou de outro tipo de intercorrência que limite a aplicação dos protocolos sanitários ou que coloque em risco a saúde dos servidores e/ou dos alunos pertencentes ao Sistema de Ensino Municipal.

Andradina, 17 de fevereiro de 2021.


Estela Maria Cassiolato Goda
Secretária Municipal de Educação
RG 13.026.187-7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Paes Leme, 1407 - Centro Fone: (18) 3702- 2010
ANDRADINA – SP. CEP. 16.901-010
www.educacaoandradina.sp.gov.br

RESOLUÇÃO SME nº216, de 19 de JULHO de 2021.

“Fixa normas sobre a retomada das atividades escolares presenciais em todas as unidades vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021, e dá outras providências.”

A Secretária Municipal de Educação de Andradina, Estela Maria Cassiolato Goda no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, os efeitos adversos à segurança, ao bem-estar e à proteção das crianças e adolescentes com a suspensão de aulas e demais atividades presenciais por longos períodos, bem como o aprimoramento da capacidade operacional das unidades de ensino no território municipal no contexto de enfrentamento à pandemia de COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, Lei federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, Pareceres CNE nº5/2020 e nº6/2021 que dispõem sobre o retorno gradual das aulas e das atividades presenciais da Educação em âmbito nacional;

Considerando Decreto estadual nº 65.597, de 26/03/2021, que reconheceu como essenciais as atividades desenvolvidas no âmbito da rede pública e das instituições privadas de ensino;

Considerando os termos do inciso II do artigo 3º do Decreto 64.879, de 20/03/2020, que dispõe que os responsáveis por atividades essenciais as executarão nos termos de atos próprios da respectiva Secretaria;

Considerando o decreto estadual nº 65.849, de 6 de julho de 2021 que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19;

Considerando que a Rede Municipal de Ensino de Andradina/SP é regida pelo Sistema Municipal de Ensino, com regras próprias;

Considerando a necessidade de se assegurar as providências e as condições que favoreçam a realização de atividades escolares presenciais, garantindo os direitos e objetivos de aprendizagem dos alunos da Educação Básica e o cumprimento da carga horária letiva mínima obrigatória, evitando maiores prejuízos pedagógicos aos nossos educandos;

Considerando o resultado da consulta pública realizada junto aos pais/responsáveis pelos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Andradina em julho de 2021, quanto ao retorno das atividades de presencialidade, apresentando um percentual de 66,3%, número bastante significativo,

Resolve:

Artigo 1º – Todos os profissionais da educação da rede pública municipal que estiverem em regime de teletrabalho deverão passar a cumprir sua carga horária ou jornada de trabalho integralmente em regime presencial a partir de 26 de julho de 2021;

Artigo 2º- O retorno presencial das aulas nas escolas municipais se dará em dias alternados, com 50% dos alunos de cada classe, a partir de 2 de agosto de 2021.

- I. Cada diretor deverá se responsabilizar pela organização de uma tabela contendo os dias e horários das aulas a ser entregue aos pais dos alunos que optarem pelo retorno presencial;
- II. A participação dos alunos nas aulas é obrigatória, porém, o retorno presencial no mês de agosto seguirá de modo facultativo;
- III. A organização das Turmas de alunos ao retorno presencial se dará da seguinte forma:
 - a. Cada classe será dividida em **Turma A e Turma B**;
 - b. No dia 2 de agosto (segunda-feira) a *Turma A* estará presente na escola, permanecendo a *Turma B* sob a forma remota;
 - c. No dia 3 de agosto (terça-feira) a *Turma B* estará presente na escola, permanecendo a *Turma A* sob a forma remota, seguindo diariamente desse modo até o dia 31 de agosto;
 - d. Para os alunos do Ensino Fundamental: no dia das aulas presenciais os alunos levarão para casa uma tarefa para ser feita no dia seguinte (em casa), além das duas atividades (dois componentes curriculares) a serem realizadas na Plataforma Creator4all, como consta no ANEXO II desta Resolução;
 - e. Para os alunos da Educação Infantil (EMEI): no dia das aulas presenciais os alunos levarão para casa uma tarefa para ser feita no dia seguinte (em casa), além de uma atividade (um campo de experiência) a ser realizada na Plataforma Creator4all, como consta no ANEXO II desta Resolução;
 - f. Para àqueles alunos cujos responsáveis legais optarem apenas pelo ensino remoto, caberá à Direção da unidade escolar esclarecer que a participação nas aulas é obrigatória, portanto, deverão acompanhar o desenvolvimento das aulas na Plataforma Creator4all e também às aulas orientadas pelos professores;
 - g. O controle da frequência dos alunos descritos nas alíneas “e” e “f” se dará mediante a devolutiva das aulas orientadas pelos docentes e também pela Plataforma Creator4all.

Parágrafo único: Ficam mantidos durante o mês de agosto os horários já estabelecidos e que se encontram no Anexo I desta Resolução;

Artigo 3º- Caberá à Direção do Polo de Ensino resguardar a saúde de forma preventiva à Covid 19, de todos os funcionários (inclusive a sua) e alunos durante o retorno presencial, de forma que:

- I. O Protocolo de Retomada das Aulas presenciais elaborado pela escola e homologado por esta Secretaria seja de conhecimento de todos os funcionários alocados em seu Polo;
- II. A Realocação dos funcionários da escola seja otimizado de forma produtiva, propiciando um ambiente harmônico, cujas condições de biossegurança possam prevalecer;
- III. Os horários estabelecidos por essa Secretaria sejam cumpridos;
- IV. Que seja mantido o respeito aos Protocolos Sanitários, evitando que haja aglomeração de pessoas em qualquer um dos espaços escolares (pátio, corredores, refeitório, sala dos professores, banheiros, cozinha, copa, etc);
- V. Que as condições de higiene no manuseio e/ou preparo dos alimentos na cozinha sejam mantidas de forma rigorosa.

Artigo 4º- Quanto ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos e docentes:

- I. Os estagiários e/ou PAEs dos alunos com deficiência comprovada (laudados) deverão atuar de forma alternada, ou seja, atendendo às necessidades individuais dos alunos nos dias em que estes estiverem presentes, devendo ser feito um escalonamento diário;
- II. É fundamental manter a Busca Ativa e efetiva pelos estudantes;
- III. Priorizar diariamente o acolhimento e o bem estar sócio emocional dos alunos e profissionais da educação;
- IV. Realizar avaliação diagnóstica para orientar a recuperação das aprendizagens dos alunos;
- V. Organizar as atividades remotas intercaladas com as atividades presenciais (sempre que necessário);

Artigo 5º- No retorno presencial, as escolas de Educação Infantil, devem, de acordo com o previsto no Art. 20 do parecer do CNE nº 2/2020:

- I – investir em atividades que possibilitem uma transição tranquila entre as rotinas vivenciadas em casa para uma nova rotina escolar, cuidando dos aspectos psicoemocionais dos estudantes e das condições de oferta de escolaridade;
- II – articular com as famílias sobre o retorno às aulas presenciais, garantindo aos pais a possibilidade de continuidade de atendimento escolar não presencial, na forma concomitante, em condições e prazos previamente acordados;
- III – fundamentar o trabalho pedagógico de educação integral, marcado por processos de acolhida, segurança, cuidados, escutas e diálogos de todos e para todos os sujeitos da comunidade escolar;

IV – garantir atenção ao planejamento didático-pedagógico dos professores para que não envolvam atividades de interação com contato direto, nem compartilhamento de materiais, privilegiando o uso de áreas ao ar livre.

Breve Diagnóstico do Ensino em tempos de pandemia (consta no Parecer CNE nº 6/2021):

Na linha de estudos que estimam o impacto, o Banco Mundial prevê piora na capacidade de leitura e compreensão de textos pelos estudantes. Em um relatório lançado em março de 2021 sobre a situação na América Latina e no Caribe, a instituição estimou que o percentual de “déficit de aprendizagem” no Brasil poderá saltar de 50% (cinquenta por cento) (nível pré-pandemia) para até 70% (setenta por cento), num cenário de fechamento das escolas por 13 (treze) meses. O indicador considera a proporção de crianças de 10 (dez) anos que apresentam graves dificuldades de leitura. Em outras palavras, alunos com idade para estar no 5º ano do Ensino Fundamental ainda não conseguem entender um texto simples, por exemplo.

No Brasil, o único estudo disponível de avaliação da aprendizagem pós-pandemia foi realizado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Em março de 2021, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), realizou uma avaliação de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática para crianças e jovens do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Algumas expectativas se confirmaram.

Os anos iniciais do Ensino Fundamental, 1º a 5º ano, ciclo de alfabetização, foi a fase com a maior redução de aprendizagem. As perdas em Matemática foram maiores que em Língua Portuguesa. Matemática é uma disciplina mais dependente da presença na escola e do apoio dos professores. Assim, em Matemática no 5º, as crianças atingiram 196 pontos, 46 pontos a menos que no Saeb 2019, quando foi de 242 pontos. Segundo a pesquisa, em média, a cada ano da fase de alfabetização as crianças agregam 4 pontos de aprendizagem. Serão necessários mais de 11 (onze) anos para recuperar a aprendizagem perdida. Em Língua Portuguesa a perda foi menor, foram 194 pontos em 2021, tendo sido 223 pontos no Saeb 2019, uma perda de 29 pontos, um resultado semelhante ao verificado 10 (dez) anos atrás, 192 em 2011.

O desafio que se coloca, é a urgência da volta às aulas presenciais e a necessidade de desenvolver novas estratégias e metodologias pedagógicas eficazes para recuperar e acelerar a aprendizagem desta geração de crianças e jovens fortemente afetada pela pandemia.

Artigo 6º - Para que não se alegue desconhecimento, expediu-se a presente Resolução, que entra em vigor a partir de sua publicação.

Estela Maria Cassiolato Goda
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Rua: Paes Leme, 1407 – Centro – Fone: (0xx18)37022010
 ANDRADINA-SP CEP. 16.901.010
 site: www.educacaoandradina.sp.gov.br

Resolução SME nº220/2021, de 18 de outubro de 2021

A Secretária Municipal da Educação de Andradina-SP, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a Portaria Interministerial (Saúde e Educação) nº 5, de 4 de agosto de 2021, que reconhece a importância e a necessidade do retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem, em todos os níveis, etapas, anos/séries e modalidades da educação básica nacional;
- a deliberação CEE 204/2021, que Fixa normas para a retomada das aulas e atividades presenciais no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências,
- a Resolução SEDUC 101, de 15 de outubro de 2021 que trata da necessidade de retorno às atividades presenciais dos estudantes,

Faz saber que:

- no estado de São Paulo, 80% do total da população está vacinada com a 1ª dose e 72% da população paulista com 12 anos ou mais foi totalmente imunizada (dados de 12 de outubro de 2021);
- dados informados pela Secretaria Municipal de Saúde de Andradina, apontam uma expressiva diminuição nos atendimentos assim como a menor gravidade dos casos;
- a vacinação no município de Andradina está sendo superior à média nacional, com 74% da população acima de 12 anos vacinada;
- a população andradinense com idade entre 18 a 59 anos, 94% já receberam a primeira e a segunda dose e também,
- da iminente necessidade de retorno às atividades presenciais dos estudantes para continuidade do processo de aprendizagem e recuperação dos prejuízos causados pela pandemia,

E também:

Artigo 1º- a retomada das atividades presenciais nas escolas municipais está ocorrendo progressivamente desde 2 de agosto de 2021, embasada em experiências e em pesquisas que evidenciam que, seguindo os protocolos sanitários, é possível garantir razoável grau de segurança para crianças e professores, visto que as evidências científicas apontam que as contaminações nos que frequentavam o ambiente escolar são inferiores às da transmissão comunitária;

Artigo 2º - a retomada das atividades presenciais tem ocorrido com grande adesão dos estudantes e apoio de suas famílias;

Artigo 3º - nos países em que a vacinação dos adultos e estudantes acima de 12 anos teve maior cobertura, observou-se uma diminuição da contaminação das crianças, bem como dos próprios adultos, adolescentes e jovens, e redução importante do número de hospitalizações, casos graves e mortes. Isso se repete em várias pesquisas (Res.101/2021);

Artigo 4º- em todos os países do estudo, foi possível identificar que as medidas e cuidados como distanciamento, uso de máscara, manutenção das mãos limpas, ambientes ventilados, entre outros, são estratégias fundamentais para o controle do vírus independente da variante (Res.101/2021);

Tendo tudo isso como premissa, delibera:

Artigo. 5º As aulas e demais atividades presenciais deverão ser retomadas integralmente, com o objetivo de atender a 100% dos estudantes.

§ 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de os estudantes frequentarem as aulas e atividades presenciais na escola de 18 até 29 de outubro de 2021, ainda sob a forma de revezamento e mantendo os protocolos de prevenção à Covid 19, inclusive do distanciamento de 1m;

§ 2º As Instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do município de Andradina, terão o prazo até o dia 3 de novembro de 2021 para se adequarem à obrigatoriedade da presença de 100% dos estudantes;

§ 3º A partir de 3 de novembro de 2021 todos os alunos deverão retornar presencialmente, sem a obrigatoriedade do distanciamento, mas mantendo o uso de máscaras e de higienização das mãos e dos ambientes;

Artigo 6º Essa retomada integral das aulas e demais atividades presenciais, nos termos do artigo 5º, deverá ocorrer com a observância das seguintes condições:

I - planejar e realizar as atividades escolares de modo a evitar aglomerações, garantidos todos os demais Protocolos de Prevenção à Covid 19;

III - realizar o monitoramento de risco de propagação da Covid-19, comunicando os casos suspeitos e confirmados à SME;

§ 1º A presença do estudante nas atividades escolares **não** será obrigatória apenas quando:

a) haja condições especiais de atividades escolares de aprendizagem e avaliação para discentes cujo estado de saúde as recomende;

b) crianças pertencentes ao grupo de risco para Covid-19 (com apresentação de atestado médico que confirme essa situação);

c) as atividades remotas (Plataforma Creator4all e Tarefas) deverão ser mantidas de forma obrigatória para os estudantes que se enquadrarem nos casos previstos no §1º deste Artigo.

c.1- para os demais estudantes, a Plataforma Creator4all deverá ser oferecida como Tarefa de casa, ficando reservado ao professor o envio de outras atividades que julgar necessário.

Art. 7º- Os pais deverão ter ciência do previsto por essa Resolução com antecedência para que possam se planejar e não alegarem desconhecimento.

Estela Maria Cassiolato Goda
Secretária de Educação